

OUTRO BRASIL

~~Este~~ volume é patrimônio
~~do~~ Instituto Nacional do Livro.
~~Destina-se~~ exclusivamente ao
~~uso~~ das bibliotecas filiares

Exemplar N^o 0621

2^a mt. 204461

Unid. de contabilidade 20564-30

1954

Obra executada nas oficinas da
São Paulo Editora S/A. — Rua Barão de Ladário, 228
Fones: 9-9087 e 9-9932 — São Paulo, Brasil.

SÉRIE 5.^a

BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

VOL. 279

+ BRASILIANA +

LUÍS AMARAL

*Do Instituto de Economia Rural
e da Academia de Ciências Económicas*

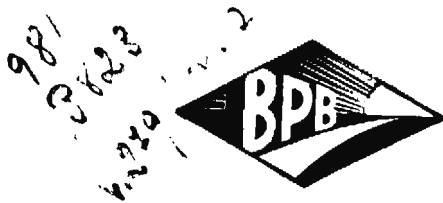
★

OUTRO BRASIL

★

2.^a EDIÇÃO

(Atualizada e aumentada)



COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

DO AUTOR

Iniciação literária:

- Insónias* — contos regionais, 1924.
Pastores — romance, 1924.
Histórias... — contos regionais, 1925.
A Legião de Honra — romance, 1925.
A mais linda Viagem — viagem sul-americana, 1927
Lúsa, minha filha — 1933.

Política:

- A Hora da Expição* (o momento brasileiro 1929/30)
— 1930.

Psicologia:

- Vencer!* — 1927 e 1935.

Assuntos econômico-sociais e questões rurais:

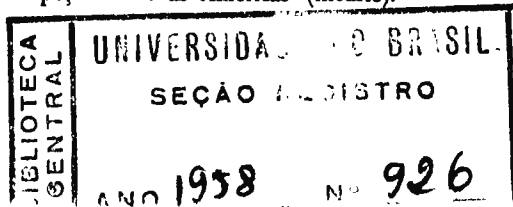
- A Cruz de Ouro* — política-fiscal, 1933.
Iniciação Social e Política — 1934.
O Cooperativismo — 1934.
O Cooperativismo ao Alcance de Todos — 1935.
Aspectos Fundamentais da Vida Rural Brasileira — 1936.
Tratado Brasileiro de Cooperativismo — 1938.
História Geral da Agricultura Brasileira (3 vols.) —
— 1940/41.
Evolução do Direito Social — 1941.
O Colono Italiano e a Libertação do Negro — 1941.
Questões Agrárias — 1948.
Curso Intensivo de Cooperativismo — 1949.
Outro Brasil — 1950.

Ensaíos:

- As Américas antes dos Europeus* — 1946.
Os Servos do Talmud — 1948.
Américas — 1954.

Bibliografia:

- Repertório Americanista* — classificação por assuntos, disposição em ordem alfabética, e glosa de 8 684 peças sobre as Américas (inédito).



Os livros devem ser todos eles campanhas

JOAQUIM NABUCO — *Minha Formação*

*

*As nações modernas não se formam
espontâneamente: são obras d'arte política.*

IN *A Organização Nacional*, de ALBERTO TORRES.

*

Right or wrong, my country.

I — A PAISAGEM

1. O ilusógeno

ERA SEM DÚVIDA zona rural: a séde do distrito contaria mil, dois mil habitantes, se tantos. A municipal ficava longe — trinta quilômetros, um dia de viagem no lombo de burro, só se indo em casos extremamente graves, chamar o doutor Chiquitinho para alguma operação, de que o enfêrmo morria quase sempre; ou ver, na Coletoria Estadual, se ia chegar ou não o pagamento dos professores, sem receber desde o outro ano. Os demais distritos eram distantes, mesmo o Divino, a dez quilômetros, só procurado nas grandes festas — São Sebastião, Rosário e Divino — que o padre Felix matára cá e o negro vigário de lá tornava cada vez mais imponentes. O forte demográfico era das roças: Macacos, Bicuiba, São Bento, São Filipe, Paraguai, dos Nunes, do Quinzote. Domingo, o pessoal acorrido à missa-do-dia amarrava os pangarés sob a gameleira ou simplesmente na cêrca próxima às casas de comércio; e honrava mais ao diabo do que a Deus: bebia muito, a ponto de escornar-se pelos caminhos, na volta, que raramente acabava a tempo de tratar dos porcos e apartar os bezerros.

Meio seguro de ver tôda a população distrital: Missões e presença do Bispo. Se da Diamantina anunciavam uma visita episcopal, a passagem dos Redento-

ristas ou dos Lazaristas, aí a grota bivaqueava no arraial: os parentes acolhiam e ganhavam abóboras, batatas tomba-carro, amendoim, frangos e mangaritos; os comerciantes emprestavam os ranchos — caravançarais enormes, onde havia muito lugar, mesmo não estando para fóra a tropa; e os becos viravam acampamento, cheios de tendas cobertas com os couros de boi que, na jornada, cobriam as cargas. Era preciso que, todo dia, após os exercícios espirituais da manhã — iniciados sempre de madrugada, o Padre-Mestre chuchando com enorme bambú os que ousavam algum cochilo — fôsse alguém à roça, ver a criação; porque, nas Missões ou na visita do Bispo, não ficava ninguém.

Vendo assim, misturadas, a população urbana e a rural, pensávamos, já naquela pouca idade: é tudo roça; os brejaúbas são imensa maioria e dão o tom, diluindo-se entre eles a gente do comércio, com modos melhores, sapatos mais de acôrdo com o pé, terno mais recente, chapéu mais bem rachado ao meio.

Nenhuma rivalidade, por nossa parte. Se morávamos habitualmente no comércio, mourejávamos sempre na grota, indo segunda-feira bem cedo e voltando sábado à tarde. A profissão da Mãe, professora, chumbava-nos ao arraial; as habilitações do Pai, agricultor, imantavam-nos ao campo. E nasceu aí o hábito de estudar no agro a vida nacional, embora pouca a idade — éramos menino.

Agricultávamos ora aqui, ora alí, no São Bento, velha propriedade familiar, multividida pelas sucessões *causa mortis*. Notávamos os diferentes graus de prosperidade dos primos — uns, rotineiros e caturras; outros, mais dinâmicos, largando o engenho de pau pelo de ferro, a rapadura pela cachaça. Em vão procurávamos compreender a incoerência do Juca: bom a conta inteira; religioso, católico a mais não poder; transfor-

mando quase em trapa a fazendola; nos leilões de São Sebastião, arrematando produtores maus, como o Araçá, apenas afim de haver receita — êle, que ainda não era rico; entretanto, enricando-se à custa de fabricar pinga, que só tem um destino, o vício, por êle mesmo verberado e coibido. Para o excelente Juca, beber pinga era pecado; como, então, fabricar pinga?

Notávamos a dificuldade no arranjar gente. Aquelles primos não eram ricos, nem havia em suas fazendas instalações confortáveis; houvera escravidão até uns vinte anos antes, sendo ainda meio estúpido o modo de levar os trabalhadores. Porém, as famílias dos agregados encontravam na fazendeira a proteção, de que necessitavam, o analgésico ao sofrimento provindo da desorganização doméstica, o emoliente à condição de miserabilidade. Dir-se-á que não, que não havia miséria. Então, contamos: quando o Badega, menino de colo, filho da Idalina, começava a gritar com dor de ouvido, como era tratado? A Mãe mornava uma gamela d'água, apanhada no córrego onde refossilavam os porcos; sentava dentro o garoto; com a mesma água enchia uma bexiga de boi e, por meio de um canudo de mamona, esguichava aquilo no ouvido ao menino. Isso é miséria espiritual e material: o Badega deveria morrer de infeção, pois imundo o processo; se houvesse um pouquinho de recurso, comprar-se-ia uma xeringa. Do mesmo jeito, quando apareceu o doutor Chiquitinho, a extrair da garganta do Amavel, que morreu no ato, o osso de galinha matada a chumbo, por que todo o pessoal doente não aproveitou para consultar? Ouvimos dizer que não havia enfermos lá. Mais credível se houvessem dito que lá não havia gente em boa saúde. Se faltaram consulentes para o médico; ou melhor, se só a Nica lhe foi levada e assim mesmo em pura perda, pois o falso pudor impediu a auscultação, é que a miséria espiritual consi-

derava luxo a medicina e a material negava dinheiro para a consulta.

Os mais abonados tinham lá algum agregado, morando na fazenda e escravizado, com a família, ao proprietário, que, para as ocasiões — colheita de café, carpa da cana, bateção do pasto — se valia de turmas volantes, que apareciam e, se se alimentavam abundantemente, dormiam como animais, amontoados em algum quartinho úmido, sôbre couros de boi. Mas, e os outros, os mais pobres, como o Fino? Trabalhavam sòsinhos, ou com a mulher e os filhos maiores. A mulher estava sempre criando e gestando, para ao fim ver em casa três ou quatro filhos, dos quinze ou dezesseis trazidos ao mundo. E os meninos precisavam frequentar a escola, no arraial, ao menos até ao terceiro ano. Estava-se no fastígio da imigração; mas até lá não foi um só estrangeiro importado. Melhor dizendo: chegaram uns judeus, que os rapazes da rua das Cangalhas mataram na sexta-feira santa, em represália ao que, segundo o sermão do padre Felix, haviam feito a Jesus. Para eles, “os judeus” eram aqueles judeus.

O comum, portanto, era o proprietário lavourar sòsinho, produzindo imensamente pouco e vivendo na pobreza, só mitigada pelas galinhas, fornecedoras de ovos a se venderem domingo, quando se ia à missa; e pelos porcos, que se castravam precocemente, ainda mamando, e se matavam quando com um dedo de toucinho. Como ser empregado, ser dependente do proprietário assim, que mal e mal dava conta de amparar a própria família? Quando aparecia alguém, era um estropiado, sem capacidade produtora.

Todavia, à vez a gente realizava ligeira digressão e chegava até ao Joaquim Campos — outro da irmandade que se dividira o São Bento. Muito mais interessado na tropelia do cavalo roncolho, chaceteando as éguas no

curral, tínhamos, entretanto, de acompanhá-lo através uma geografia alentada, que não se sabe como lhe chegara à mão, e que ele conhecia de cór e salteado. Nela, víamos expressões da produção de diversos países, pois trazia os principais produtores de milho, de arrôz, de batata, de tabaco, de minério, de carvão, de ouro, de chumbo, de zinco, de ferro e de aço. O Brasil não figurava. Apesar disso, quando chegávamos até ao senhor Joaquim Pacheco, lá nos vinha o Seu Tí, com o *Por que me ufano de meu país*, do conde de Afonso Celso, dizendo isso e aquilo do Brasil. Ora, além do depoimento escrito da geografia possuída pelo Joaquim Campos — com mapas coloridos e gráficos bonitos — conhecíamos pessoalmente a natureza pátria, cheia de carrapatinhos, de marimbondos e de tocos, e não atinávamos com as tais benesses: Papai era agricultor caprichoso, qualitativo; entretanto, penava-se o ano todo, para, ao fim, chegar o senhor Pedro Cabeça e pagar uma tutaméia pelo resultado, que não dava a saldar os compromissos assumidos durante a fase da produção. Minha geração estaria sendo ilaqueada pela dos professôres e autores? Que negócio era aquele?

Isso nos envenenava o espírito; criava certa idiosincrasia contra o campo. Alguma cousa havia de estar errada. Sentíamos o pêso da ilusão; e, quanto a ilusões, o pior é não haver necrópole a inumá-las: decompõem-se dentro de nós, empestam-nos a alma, destruindo ambiente propício à honestidade do anelo de bem considerar. As cultivadas na mentalidade brasileira pelo ufanismo são pecados mortíferos, arrazadores do estado de graça permitidor de estudo sereno — a começar no diagnóstico do grande enfêrmo e a terminar em boa aplicação das receitas. Devido a elas, conservamos a tradição de examinar o remédio, em vez de o doente; analizamos a

fundo o sistema de ensino, de crédito, de saneamento, de propriedade, de transporte, de mecanização, praticado em países extremamente diversos do nosso, para em seguida pleitear a adoção aqui. Mal comparando, repetimos a fábula daquele vau atravessado por azêmolas: uma, pejada de sal — e aliviada pela água; outra, recurva à carga de algodão, que na água se enxarcou, se fez mais pesado, e deu em afogamento.

Foi com Seu Ti que o conheci; mas, não data dali, do conde de Afonso Celso, o ufanismo brasileiro, esse falso patriotismo, essa patriotada que, além de impedir vejamos claro, acarreta dissabor ao exegeta da realidade nacional e o vinca de derrotista. Surgiu antes da nacionalidade, com o descobrimento, e tem algo de hereditário, um pouco de tara. Quatrocentos e cinqüenta anos depois, todo mundo cita ainda a carta ao rei lusitano, sôbre a qualidade da terra brasílica, por ele vista apenas em minúsculo torrão e nem aí analisada: tão dadivosa e boa, que em se plantando dar-se-á nela tudo. Não se tem o trabalho de ler ou relembrar a frase toda: “per bem das ágoas, que tem”. Consideração, evidentemente, não de agrônomo, nem de agricultor, embora de escriba dominado, também evidentemente, por triste nota da vida rural da Lusitânia, onde os juises determinavam dia para cada lavrador servir-se do único filete d’água à disposição de muitos. A seguir, citam-se, sem axiologia alguma e sem qualquer espírito de análise, elogios rasgados e insinceros de cronistas afôitos, ou referências de outros, só pelo nosso ufanismo consideradas elogiativas. E nunca ninguém se lembra de substituir o sovado Caminha pelo científico Saint Hilaire, quando informa cientificamente, não depois de haver apenas caranguejado no litoral, mas após muita peregrinação estudiosa: “Iludiram-se tanto àcerca das pessoas como das cousas: julgavam o país rico e é pobre;

julgavam os habitantes estúpidos e são inteligentes, susceptíveis de tudo aprender”.

No dealbar do quinto século de laudes e ditirambos — jámais desacompanhados de geremiadas contra a realidade conseguida — surge o conde, com o livro deploravel, não obstante destinado a tornar a geração dos filhos maior que a dêle e as precendentes. O livro gerou tragédias em nossa infância: penar a vida rural, lutar contra a proliferação tropical de pragas, ir ao senhor Joaquim Pacheco, incender-nos com Seu Tí à leitura mirabolante do *Por que me ufano*, sair correndo e ir ao Joaquim Campos, ver se o Brasil não figurava mesmo entre os principais produtores de alguma cousa. E nada. A Argentina, sim; mas, a minha pátria amada, nada. Em vez de tranquilo estudo de ecologia humana, animal e vegetal, acompanhado de boa lição sôbre a adaptação geográfica, Afonso Celso tece loas à grandeza quilométrica, embaralha nação e curral, para imaginar um Brasil com densidade demográfica igual à da Bélgica. “Não há no mundo país mais belo que o Brasil”, escreve o viajado autor; e acolhe o boato de haver sido aqui o paraíso terrestre. Nisso o Seu Tí acreditava piamente e costumava argumentar com umas batatas enormes, que davam lá no quintal, suficientes ao sustento de toda a família de Adão. Não acreditávamos muito, por umas cousas que sabíamos, e sofriamos. Repete — o conde — Rocha Pita, quando diz o Brasil “felicíssimo terreno, em cuja superfície tudo são frutas, em cujo centro tudo são tesouros, em cujas montanhas e costas tudo são aromas”. E lá vem o Amazonas, mais a cachoeira de Paulo Afonso, mais a floresta virgem, por ele nunca visitados; e a baía do Rio de Janeiro, que, como o árabe à de Jounieh ou o italiano à de Nápolis, dizemos a mais perfeita do mundo. Desfila o diamante “Estrêla do Sul”, seguido das palmeiras, da

árvore do pão, árvore do papel, árvore do leite, árvore da seda, o arrôz nativo, um solo sem vergonha, que agradece generosamente qualquer cócega, dispensando a ciência agrícola. Milhões de rézes, cuja criação se confia à natureza. Tudo bondades, tudo benesses, tudo esperando da “ação de fôrças inflexíveis” a necessária dinamização, resultando em incontestável superioridade econômica, “material e moralmente aquilatada”. E o Joaquim Campos, entusiasta e banguela, a comentar conosco a volumosa geografia, único livro encontrável em sua casa. Na do Seu Ti havia outro, além do *Por que me ufano*: uma antologia, de Olavo Bilac e Manoel Bonfim. Era das mais importantes bibliotecas da comarca. Se não nos enganamos, havia nela, na antologia, a história ufanística de um tal gigante Brasileiro.

Fala-se em amenidade do clima, dêsse país tropical em quatro quintos do território, onde “cicatrizam mais depressa que nos hospitais do Velho Mundo feridas e amputações, realizando-se curas maravilhosas”. Na infância, o que mais implicava era a cicatrização rápida das feridas. Voltando do Seu Ti, havíamos forçosamente de passar em frente ao Simão, cujo sogro lá estava sempre à porta, inutilizado por beijuda chaga incurável. Bem mais tarde, a implicância era com o ameno clima: em Goiânia, na Conferência de Imigração e Colonização, eminente deputado desfazia-se em suores, ao orar provando, em matinal sessão (maio, mês de inverno), que nosso clima era uma delícia para qualquer raça. Nesse clima, ou melhor, nessa terra paradisíaca, onde ao homem a natureza “dá-lhe tudo quanto póde dar, mostrando-se-lhe sempre magnânima, meiga, maternal”, o cidadão tem todos os predicados, inclusive “honradês no desempenho de funções públicas ou particulares”, como se possível consignar a povo atributo de indivíduo e como se a falta de seriedade não fosse um

de nossos males. Essa história de honradês no desempenho de cargos públicos, é piada de mau gôsto. Dificil encontrar administrador honesto. Dizem que São Paulo está em maré alta de moralidade administrativa, governado por varão de Plutarco. Então analize-se. Recentemente, voltou da Europa um secretário de finanças da Paulicéia, o qual fôra representar-nos na inauguração de uma feira. Depois, foi o próprio secretário das finanças do Estado, dizem que a convidar o govêrno italiano para as festas comemorativas do quarto centenário da cidade, como se já fosse o momento dos convites, como se êstes não devessem ser submetidos à disciplina da comissão promotora das comemorações e como se o govêrno estadual não devesse deixar isso para o Itamarati. Ao mesmo tempo que esse secretário, seguiu outro, dizem que para estudar na Europa os problemas de sua pasta, como se, ao ser escolhida, a pessoa já não devesse ter estudado por conta própria; como se nossos problemas, feiçoados pelas condições ambientes, não tivessem de ser estudados aqui mesmo. De qualquer modo, se esse secretário tinha de ir à Europa e se se tinha de fazer um convite ao govêrno italiano — por que não aos demais? — escusava mandar outro para isso: um poderia muito bem matar todas as lebres. A verdade, entretanto, é que a secretários de Estado se concedeu passeios à custa do cofre público, do imposto pago por todo mundo; do óbulo da viuva. Isso não é honesto e essa falta de autoridade moral é a melhor brecha, por onde se infiltram as fôrças dissolventes.

Como haveriam de superar as anteriores as gerações aleitadas na mamadeira ilusionista do conde? Como haveríamos de querer cidadãos mais valiosos do que esses, que ora nos infelicitam? Embora impossivel extranhar que ainda hoje, na segunda metade do século vinte,

homens públicos escrevam que “não possuímos desertos nem consideráveis superfícies de águas interiores” — como o fez o general Juarez Távora, para jornal carioca — profundamente extranhavel é ainda haver quem olhe sem ímpeto de reação irosa esse negativo da realidade brasileira. Ministras ópio à mentalidade nacional.

Entretanto, acontece mais. Mal vistos, os que entendem diversamente o patriotismo; os que imaginam mais util, e até certo ponto imprescindível, esclarecer o brasileiro a respeito do Brasil; dizer-lhe que deve ou cortar a perna ou não falar mais em rápida cicatrização; não suar em bicas ou não conclamar a amenidade do clima; mostrar-lhe bem nitidamente a realidade, escarificada de emplastos sem valor; espaventar-lhe do sótão os macaquinhos, afim de formá-lo convicto daquilo, que é factível; mostrar-lhe o que póde vir a ser, afim de iniciar edificação de sua pátria na terra-firme do real, em vez de andar arquitetando pelas nuvens, sempre descontente do govêrno, e já hoje quase descrente de si mesmo, negativista a propósito de razoavel futuro. Este seria o objetivo do presente ensáio, que um beócio se permitiu verberar sem ler, pois diz não saber com que intúito o escrevêremos.

Sabemos preciso e bom ter capacidade para sonhar. Mas, antes disso, muito há para fazermos.

2. A vicissitude geográfica

O suíço não tem mérito algum por causa das belezas naturais de seu encantador país; ninguém é culpado pela aridês do Sahara; nem nós brasileiros poderíamos ser acoimados de possuir país tropical em quatro quintos do território. Aceitemos Jean Brunhes, quando, em *Géographie Humaine*, diz melhor contentar-nos com meia vitória sôbre os agentes naturais do que expôr-nos a catástrofes; e quando aponta isso como regra de sabedoria da adaptação geográfica. Como, porém, não conhecíamos a expressão "adaptação geográfica" nem poderíamos penetrar tôda a sua magia, sair do Seu Ti e chegar ao Joaquim Campos era como tomar ducha escossesa — do jacto a quarenta para o jacto a zero: o Brasil era o paraíso da terra, como Olavo Bilac pouco depois iria dizer da Suíça; mas, na espessa geografia, até colônias figuravam antes dêle, em tudo.

Se retrógrados, atados à mentalidade africana, ajamos como dos filhos do Continente negro refere Heródoto: maldigamos o sol a pino, dirigindo-lhe tôda espécie de injúria, porquanto nos líquida, torrando-nos a nós e a nosso país; fazendo o deputado suar às bicas em manhã de máio. Mas, se desejosos de edificar uma pátria, larguemos simultâneamente o vesio de lastimarmos das inclemências; e o de, ufanando-nos, incidir naquele êrro mencionado por Woeikof quanto a povos atrasados — o de trabalhar à margem de sábia economia da terra, ajudando a desastrosa potência dos agentes

naturais. Não nos arreceiemos de examinar meticolosamente o egrégio enfêrmo, a nação dita vasto hospital, e a respeito de cuja saúde vivemos sobressaltados, de termômetro na mão, a perguntar se vai melhorar ou piorar, de tal jeito nos atormentam os fenômenos econômicos, aqui ocorridos iterativamente. Do mesmo modo como até agora temos analisado o remédio em vez de examinar o enfêrmo, cuidemos de diagnosticar-nos a nós mesmos e fazer ablações no ufanismo sem análise, na patriotada irritadiça, para convencer-nos disto: somos cidadãos de país tropical; nossa pátria não ultrapassará jãmais o limite fixado a essa contingência geográfica; e só conseguiremos elevá-la ao máximo atingível se desbastarmos ilusões, invadirmos o terreno do prosaico, onde se ubica a realidade brasileira. E' a adaptação geográfica, a aconselhar-nos meias vitórias, em vez de arrazadoras catástrofes. Nada de opiatos.

Isso, entretanto, só é possível a quem possui mentalidade própria, ou possibilidade de adquiri-la; não é para *pantins*, como o boneco que ousou insultar-nos por causa dêste ensaio, que deturpou através de citações falsas.

Vejamos um pouco a realidade geográfica brasileira. Aí, usemos a cabeça, dinamizemos cousas estudadas no banco escolar, evitando incidência na observação do pedagogo, segundo o qual não vale a pena aprender de cór e desenhar a capricho uma série de pilhas elétricas e, ao voltar à casa, não saber concertar a campainha; ou aprender aparatosamente no colégio a lei do sifão, mas não dispensar à mamãe a chamada de operário analfabeto para endireitar a caixa de descarga do banheiro. Na escola e no colégio, consideramos detestavel e inutil, ao estudar geografia, a posição dos países, entre tantos graus de latitude e de tal a tal grau de longitude. Talvez compreendêssemos melhor o Brasil, se dêssemos mais

atenção a isso do que aos tropos empurrados em nossa mentalidade informe e em nosso coração febril nas aulas de educação moral e cívica, onde nos injetam o ufanismo do conde, em cujo dizer aqui “as sementes plantadas adquirem maior fôrça produtiva que alhures”, sendo facil ao lavrador “tirar das suas terras tudo quanto precisar, exceto sal, de que, aliás, se encontram no Brasil grandes jazidas”; ou a versalhada de Gonçalves Dias, a contar, sem verdade científica, que “nosso céu tem mais estrelas, nossas várzeas teem mais flores, nossos bosques teem mais vida, nossa vida mais amores”. Tudo isso, xaropada ilusógena, boa a forrarnos de mentalidade inimiga do real, a preparar-nos para decepções e descontentamentos, a fazer-nos pobres sem virtude, ricos de vanglória, alérgicos à prosáica realidade, de que nos divorciamos irreconciliavelmente, preferindo o interminavel nefelibatismo, de que, ou saímos para o prosaismo da nossa condição de tropicais, ou para a escravagem de outros povos.

O que deve impressionar-nos é justamente aquilo que, na coreografia brasileira, mais insípido parece: o Brasil é país tropical em quatro quintos de território, pois o Trópico do Cancer corta a América do Norte a meia altura do México e o do Capricórnio a do Sul na latitude da cidade de São Paulo, de modo que só dois Estados escapam inteiramente à fatal incidência — Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Fica entre as ardentes paralelas o Norte do Paraná; também entre, a quase totalidade do Estado de São Paulo. Por que nunca os professores nos ensinaram o que significa isso?

Em ligeira digressão poderíamos dizer que o parágrafo acima consta da página 14 da primeira edição, “ipsis litteris”: entretanto, no *Correio da Manhã* de 1 de novembro de 1950 o boneco, a que nos temos referido, afirma que resolvemos “demonstrar, e demonstra,

que o horroroso Trópico do Copricórnio passa por São Paulo, o que afirma não se ensina no Brasil. Daí a mania que temos de fazer do Brasil uma grande pátria. *Porque nunca os professores nos ensinaram isso?* — pergunta aflito”. Quem escreve, sabe estar sujeito a críticas e não pôde ofender-se com elas. Mas, quem é honesto, sente-se mal na companhia de plúmbeo cuja improbidade ressalta da leitura de nosso texto e das aspas dêle. Tem-se ou não se tem o direito de admitir sejam falsas, como a vista acima, todas as citações feitas pelo boneco? Impossível tomá-las como ponto de partida para esgrimir com os autores citados. Esgrimir, então, como o boneco? Gente branca não faz isso. A verdade é esta: o referido crítico é pedinte de emprêgo no Ministério da Agricultura; vagou-se um cargo de diretor? — lá estará ele, cheio de pistolões, amolando o Ministro. Consequência: tem sido diretor de quase tudo, como se fosse enciclopédico. Já foi diretor do Serviço de Economia Rural, que, em outro tempo, com outra designação, divulgou as condições meteorológicas do país, servindo-nos nós dos seus dados para êste capítulo. Entretanto, o boneco diz não compreender como se exprimem climas em máximas, médias e mínimas. Não compreende, porque nada compreende; mas, quem divulgou primeiro os dados, foi o departamento que o boneco dirigiu. Foi também diretor do Serviço Florestal, que indiretamente vergastamos no ensáio. Que também não entende, já sabíamos, pois temos o hábito de acompanhar a gestão dos serviços públicos.

Voltemos, porém, ao caso: por que não nos ensinam os professores o que significa o fato de ser o Brasil tropical em quatro quintos do território? Talvez por ignorarem. Bem possivelmente são dos que ensinam na classe a lei do sifão e a seguir passam pelo funileiro, pois a caixa da descarga não funciona. Em vez de obri-

gar-nos a cantar automaticamente que tal cidade fica a tantos graus de latitude sul e a tantos de longitude oeste — cousa apenas lembrada em dia de sabatina e exame — e conduzir-nos pressurosamente à leitura de páginas bombásticas sobre nosso modesto país, deveriam ter-nos explicado o que representa a situação corográfica; o que cumpre fazerem as populações, conforme se ubiquem aqui ou ali. A adaptação geográfica nos teria sido util e salvadora, enquanto nos perde e talvez não nos largue jámais a mentalidade ufanística, em nós inculcada e que, misturada com a educação de rua no carater poroso de indivíduos como o tal Pimentel do Ministério da Agricultura, dá em resultado adulterações e falsificações culposas. Também aí uma parte da culpa é dos professores, que, quando notam a falta de lar em algum aluno, devem procurar influir um pouco.

Façamos agora o que possivelmente não fizemos durante os tempos escolares: fixemos alguns dados meteorológicos, repetindo que nos serviremos dos primeiramente divulgados pelo departamento de que foi diretor o referido Pimentel, embora este haja escrito não compreender como se expresse clima em máximas, médias e mínimas. Em vez de versos, a prosáica realidade. Prestemos alguma atenção, pois vamos utilizar todos esses dados, ao aplicar os princípios científicos às condições objetivas aqui expostas. Simplificaremos, limitando-nos estritamente aos elementos necessários à aplicação daqueles princípios. De início, condições meteorológicas dos Estados, nos dois semestres:

No mês de janeiro:

Amazonas. Média das máximas de temperatura: 31,5° média das mínimas: 23,7.

Pard. Média das máximas, 32,0°; das mínimas, 21,0°.

Maranhão. Média das máximas, 30°,9; das mínimas, 22°,1.

Piauí. Como no Maranhão e no Ceará.

- Ceará.* Média das máximas, 30°4; das mínimas, 25°4.
Rio Grande do Norte. Média das máximas, 30°9; das mínimas, 21°9.
Paraíba. Média das máximas, 30°5; das mínimas, 21°1.
Pernambuco. Média das máximas, 34°1; das mínimas, 17°6.
Alagoas. Média das máximas, 32°9; das mínimas, 20°9.
Sergipe. Média das máximas, 29°6; das mínimas, 23°8.
Bahia. Média das máximas, 28,7; das mínimas, 19°5.
Espirito Santo. Temperatura média: 28°3.
Estado do Rio. Média das máximas, 25°8; das mínimas, 17°1.
São Paulo. Média das máximas, 26°4; das mínimas, 16°5.
Paraná. Média das máximas, 26°4; das mínimas, 18°2.
Santa Catarina. Média das máximas, 28°8; das mínimas, 19°0.
Rio Grande do Sul. Média das máximas, 30°9; das mínimas, 18°4.
Minas Gerais. Média das máximas, 28°0; das mínimas, 17°8.
Góias. Média das máximas, 27°9; das mínimas, 17°3.

No mês de julho:

- Amazonas.* Média das máximas, 31°7; das mínimas, 23°6.
Pará. Média, 25°7.
Maranhão. Média das máximas, 31°8; das mínimas, 20°2.
Piauí. Veja-se janeiro.
Ceará. Média das máximas, 29°5; das mínimas, 28°8.
Rio Grande do Norte. Média das máximas, 28°2; das mínimas, 19°1.
Paraíba. Média das máximas, 27°7; das mínimas, 17°6.
Pernambuco. Média: 21°6.
Alagoas. Média das máximas, 28°4; das mínimas, 18°8.
Sergipe. Média das máximas, 27°9; das mínimas, 21°9.
Bahia. Média das máximas, 25°0; das mínimas, 16°5.
Espirito Santo. Média, 21°2.
Estado do Rio. Média das máximas, 21°2; das mínimas, 10°1.
São Paulo. Média das máximas, 21°4; das mínimas, 9°9.
Paraná. Média das máximas, 19°9; das máximas, 11°4.

Santa Catarina. Média das máximas, 20°7; das mínimas, 10°1.

Rio Grande do Sul. Média das máximas, 18°5; das mínimas, 8°9.

Minas Gerais. Média das máximas, 25°3; das mínimas, 12°9.

Goiás. Média das máximas, 28°3; das mínimas, 17°7.

Mato Grosso. Média das máximas, 31°0; das mínimas, 19°6.

Acre. Média, 21°1.

Bruta xaropada, aliás não illusógena, mas soporífica, valendo muito mais que sonetos, do mesmo modo como a geografia do Joaquim Campos era mais valiosa que a biblioteca do Seu Tí. Já é bem tempo de largar poetagens e pensar sèriamente no estudo de nosso país. Nada de caprichar só na escolha do termômetro; nada de analisar eruditamente o remédio, as fórmulas adotadas em outros meios: em vez de apenas medir a febre, investiguemos-lhe a causa profunda; examinemos o querido enfêrmo, afim de aplicar-lhe as poções apropriadas, necessárias; as receitas. Anotemos dois elementos fixados, e de relevante importância no equacionar os problemas de base: a condição de país intertropical na proporção de quatro quintos do território; e a síntese climática nos diversos Estados.

3. Habitabilidade dos trópicos

SÓ NOS IMPRESSIONA o que vem dos Estados Unidos da América do Norte. Por isso, apenas em seguida a *O Caminho da sobrevivência* de William Vogt (título, sob o qual a Cia. Editora Nacional apresentou *Road to survival*) é que se começou aqui a ter coragem para verberar as terras intertropicais. Como o autor argumentou sobretudo com a África, ninguém reagiu. Mas, vem de séculos distantes a dissertação controvertida sobre a habitabilidade dos trópicos, indignando-se os seus intelectuais ante o conceito da inabitabilidade. Como se fôssemos os culpados de haver-se reduzido a asteróides, mediante cataclisma, o planeta que existira entre Marte e Júpiter, quebrando a analogia de distância dos integrantes de nosso sistema solar e provocando momentâneo desequilíbrio universal; e o dilúvio; e o afundamento de imensas extensões territoriais — transformadas em fundo de mar; e a imersão de sistemas orográficos, reduzidos a ilhas, à vez vulcânicas; e, sobretudo, o deslocamento do eixo da Terra, com o sacrifício das zonas polares, equatoriais e intertropicais. Porém, se pretendermos grandes civilizações estáveis entre as duas ardentes paralelas, seremos tão ingênuos quanto os esquimós, que também se julgam extraordinariamente dotados e imaginam que as raras expedições, entre eles surgidas, vão imantadas pelo seu progresso, em busca de cousas a admirar.

Esse pedacinho foi veementemente contestado pelo zôilo do Ministério da Agricultura, o qual mencionou Babilônia como “grande civilização estavel” entre os trópicos — errando duas vezes: Babilônia não se ubica entre

os trópicos; e, longe de estavel, sua civilização, devida sobretudo a êxitos bélicos, desapareceu a séculos, efêmera como tudo quanto decorrente de batalhas.

Sermos intertropicais, é contingência inevitável, merecedora de considerada e bem medida, a praticarmos dentro dela a adaptação geográfica, aconselhada por Brunhes. Sem desfalecimento, pois valerá sempre a pena meditar Adolf Weber, por nós citado em *Aspectos Fundamentais da Vida Rural Brasileira*: “O melhor, que a natureza deu ao homem para prover-se, é a capacidade criadora e o entusiasmo ativo, juntamente com a necessária perspicácia. E’ de notar-se que, onde a natureza oferece maiores facilidades e comodidades para procurar o sustento, os homens se caracterizam pela indolência econômica. O noroeste da Europa deve sua elevada cultura, em mui notavel parte, ao clima variavel e relativamente desfavoravel. Não obstante, vencer a indolência não basta para realizar o necessário progresso econômico. O homem, o *homo sapiens*, o homem que medita e raciocina, deve travar luta com a natureza, e esforçar-se por aplicar o naturalíssimo princípio racional, que diz: “Age de tal modo que, com os elementos de que dispões, consigas alcançar o maior proveito possível”. Sôbre êste fundamento descansa a economia nacional e sôbre ele continuará repousando no futuro, se não se quer edificar sôbre areia”.

Pois não: é factível extrairmos da natureza intertropical o indispensavel a razoavel existência da nacionalidade. Mas, haveremos de ser homens de meditação e raciocínio, não homens de Woeikof, que, trabalhando à margem de sábia economia da terra, ajudem a desastrosa potência dos agentes naturais. Não se há de ter visto só a biblioteca do Seu Tí Pacheco, mas sobretudo a geografia do Joaquim Campos; e, ao mesmo tempo, há de se ter penado as angústias da vida agrícola no meio

do fumaço, onde as carpas mal e mal deixavam tempo à capação e à desolha; ou no feijoal bordejante, todo cheio de coelhos vorazes, contra os quais a melhor arma era ainda a pica-pau, de encher pela boca — como se o coelho esperasse.

Precisamos ser o contrário do que temos sido: e para tanto é mister esforço nacional tão grande quanto o individual da pessoa viciada em tóxico. O organismo cívico brasileiro anda pelo quinto século de mastigatórios, de analgésicos, de mescalinas, de estupefacientes, que lhe geram euforias patrioteiras, sinestésias e ilusões, estados metagnômicos. Imantemos um compatriota ao pé de *mappa mundi* e procuremos fazê-lo ver o que são na realidade as regiões intertropicais: e ele se enfurecerá, e se exaltará, e abundará em dialética igual à do morfomaníaco, que desejamos arrancar do imo de sua infelicidade. Os mais ignorantes, como o zôilo do Ministério da Agricultura, chegarão a afirmar errado o mapa, pois ele sempre soube que a Australia era extratropical.

Há de ser longo o tratamento.

Todavia, vale muito a pena começarmos por aí, por essa primeira noção visual, mesmo para não situarmos Babilônia entre o Trópico do Cancer e o do Capricórnio. Que existe entre os dois? Populações primitivas; colônias; uns raros países soberanos, sempre em luta intestinas — os povos eternamente desgostosos dos governos, sempre dispostos a acompanhar líderes revolucionários, quer impulsionados pela paixão política, quer estugados por patriotismo sem conhecimento de causa, sem noção das realidades nacionais; quer, ainda, impelidos por fatores exógenos, por influência externa, por cabotinismo de povo atrasado, que adota na hora qualquer novidade provinda de certos países, sem considerar as circunstâncias de meio e sem a contra-partida de virtudes, que a forra no ponto de origem.

Dá-se o caso de países sitos parcialmente na região intertropical e parcialmente na temperada, progredirem nesta e retrogradarem naquela. A parte intertropical da Austrália nada vale. Vale pouco a da Argentina. Valem muito as extratropicais da África, excluídos os desertos. O resto, colônias. Na Ásia, quase só serve para sujar o mapa e causar reprovação no exame a quantidade atordoante de ilhas, sem expressão cultural nem econômica. As ilhas japonesas, porém, estão acima do trópico do Cancer, e constituem grande império. A nossa mentalidade patrioteira, viciada em xaropes ilusógenos, mostrar essas cousas é tão nauseante quanto apresentar copo de leite a inveterado alcoólatra. Entretanto, o leite seria mais salutar do que a cachaça ou a mescalina. Nauseante é o alcoólatra, não o leite.

Não é de todo antiga a idéia favorável à habitabilidade e à possibilidade de exploração econômica das regiões equatoriais e intertropicais. Durante séculos foi acerbamente combatida. Embora Dante Alighieri, em visão de iluminado, concitasse os nautas ao salto do Atlântico, seu mestre Bruneto Latini lhe prelecionára em contrário; e no *Il Tesoro* argumentára em combate a possíveis iniciativas de expansão para Oeste, como já o haviam feito e o fariam ainda muitos autores. Citemos apenas Albert de Saxe, com *Quaestiones de Coelo et Mundo*; Petrus de Albano, com *Conciliator Controversiarum quae Inter Philosophos et Medicos Versantur*; Bocácio, com *De Montibus et Diversis Nominibus Maris*. Nem citemos com intúitos de erudição; só a mostrar como não é de hoje que se corre esta lebre; e que William Vogt poderia ter sido mais veemente ainda, se conhecesse mais as fontes latinas. Ao acentuar-se a expansão náutica européia, quando começaram a fazer-se mais iterativas as expedições para Oeste e a Europa deu de

ser importunada por incorporadores de emprêsas para explorar o Novo Mundo, recrudescceu a polêmica. Em 1521, reapareceu em Lyon o *De Sphaera Mundi*, de Sacrobosco, velho livro do século XIII, no qual se afirmava ser o calor da zona tropical invencível obstáculo à navegação e à devassa do que porventura existisse para os lados de cá; bem como se procurava provar a inhabitabilidade da terra que por acaso se descobrisse. O livro de Sacrobosco impôs a opinião do autor por muito tempo, logrando cinqüenta e duas edições, motivadas em parte pelas arremetidas, que de quando em quando sofria. No século XIV, por exemplo, Oresme, bispo de Lisieux, quiz refutá-lo com seu *Traité de la Sphère*. Só, porém, no século XVI, da expansão náutica, encontraram lider bastante prestigioso os opositores de Sacrobosco: Alberto o Grande, com *Liber Cosmographicus de Natura Locorum* e que, por afirmar a habitabilidade da zona tórrida, angariou fama de feiticeiro — fama bem incômoda, bem perigosa, naquele tempo. Amealhadas para o *Repertório Americanista*, que não vale a pena publicar, possuímos obras sobre o assunto, de séculos anteriores e posteriores às agora mesmo citadas. Bastariam as ilustrações a provarem como enchia de terror à Europa a só idéia de colonizar-se esta parte do Mundo, com homens de pés imanes, com um olho só ao meio da testa, etc.

O *mapa mundi* apenas confirma a ciência, que diz: são fracas as terras intertropicais, que se depauperam com muita facilidade, e requerem maior cuidado na preservação e na defesa; dominam as regiões intertropicais os excessos, a inclemência meteorológica, tornando aleatória e, portanto, desinteressante, a atividade rural, que, apesar disso, haverá de dominar sempre aí, devido a fatores ecológicos, e cuja correção ou modificação escapa à vontade homem, porque superior a ela.

4. América e África

A julgar por von Humboldt e William Vogt, entre outros, a América do Sul usufrói peculiaridades de que não se beneficia a África, também quase tôda intertropical. O último citado estuda o Continente Negro em *O caminho da sobrevivência*, considerando-o o mais pobre dos Continentes, "terra agonizante". Além de quase tôda intertropical, sente há séculos e séculos o impacto da civilização destruidora e tem muito baixa a média de altitude: dois mil pés, menos de setecentos metros, estando em marcha os desertos (como na América do Sul, aliás). O primeiro, o alemão, salienta as peculiaridades americanas de que não se beneficia a África. Está em *Quadros da Natureza*; fá-lo cientificamente, deixando para o estudioso o cuidado de procurar ali motivos de alento aos intertropicais americanos e, ao mesmo tempo, razão para serem bastante cautelosos na adoção de sábia economia da terra, de modo a não se destruírem tais peculiaridades. Isso diz respeito sobretudo à Amazônia, mais povoada de ilusões que de possibilidades; e que nossa patriotada ufanista seria capaz de transformar em deserto como o Sahara, que, do outro lado do oceano, começa mais acima, e vem progredindo para baixo, como veremos. O senhor dom João VII, aliás, reduziu a Amazônia a um discurso, cuja recitação se comemorava anualmente, no outro reinado de Sua Excelência, e que acabou esquecido quando Sua Excelência se foi para os pampas, visto não possuir qualquer

valor intrínseco e não passar de mais uma tirada literária sôbre a economia brasileira.

Embora medíocre a região intertropical — e isso não aniquila exceções tópicas — nem tôdas o são no mesmo grau. Se antes admitimos, agora indigitamos algumas dessas exceções tópicas, pois o boneco do Ministério da Agricultura ornejou como se dêssemos o Brasil inteiro como um deserto, incapaz de produzir até barba-de-bode: o que se faz por necessidade no Distrito Federal ou na Paulicéia, respirar, faz-se por prazer, que se desfruta, em Poços de Caldas, em Campos do Jordão, no Caraça, na serra de Maranguape (Ceará), em Terezópolis, etc. Talvez não haja um só Estado brasileiro sem manchas tópicas de bom clima e terra cultivavel. Mas, de modo geral, a região intertropical é medíocre, variando de grau a mediocridade. A favor da América, por exemplo, von Humboldt enumera a pequena largura das terras da parte tropical acima das Guianas, e onde a base líquida da atmosfera eleva corrente de ar menos cálido; o vasto oceano, onde sem obstáculo se desdobram os ventos mais frescos do trópico; o rebaixamento da costa oriental; as correntes d'água fresca, procedentes da região antártica e dirigidas inicialmente do sudoeste ao nordeste, quebrando-se no litoral chileno, subindo na direção norte ao longo da costa peruana e voltando-se bruscamente para oeste; as numerosas cadeias de montanhas ricas em fontes e cujos píncaros nevosos se elevam acima da camada de nuvens, fazendo descer correntes aéreas ao longo das vertentes; a multidão e a largura dos rios; as estepes sem areia e por isso menos rápidas no abraçar-se; as florestas próximas ao equador, impenetráveis e protetoras da terra contra o sol (anotemos especialmente êste ponto). “Tôdas estas circunstâncias, diz von Humboldt — e só catamos as que de algum modo interessam ao Brasil — asseguram às terras baixas do novo

mundo um clima que, pela umidade e frescura, contrasta singularmente com o da África. São elas (e aqui nos permitimos solicitar especial atenção, pois vamos evocar depois êste ponto) a causa única da seiva exuberante, da vegetação vigorosa, carater distintivo do Continente americano”.

Sirvamo-nos disso contra qualquer tendência derrotista. Mas, não generalizemos, pois von Humboldt compara apenas o noroeste da África ao sul da América do Norte e ao norte da América do Sul, sendo possíveis outras comparações, que nos permitimos fazer.

Mesmo sem abandonar o noroeste do Continente negro, poderemos estabelecer confrontos — no reino vegetal, como no animal. Lá, os gigantes da flora, a cujo respeito fala o mesmo naturalista, nos esclarecimentos e adições do livro referido, e sôbre os quais poderemos instruir-nos em obras mais recentes — por exemplo, no tomo nono dos *Annales* da Academia de Ciências Coloniais, dedicado às florestas da África Ocidental Francesa. Os baobás deram nome ao Cabo Verde, assim chamado por causa das viridentes franças. Espoucam em folhagens por tôda parte, preferindo o Senegal. Perrottet anota-os na Senegâmbia, com trinta pés de diâmetro e setenta e oitenta de altura (está em *Flore de Sénégambie*). Vários naturalistas o denunciam em muita parte da África intertropical, e alguns contam a história daquele de Galarques, em cujo tronco os naturais cavaram salão para assembléia. Nada temos parecido a isso, na América intertropical, embora existam cousas até mais bonitas na setentrional. Por outro lado, a nossa contra-partida do crocodilo é o jacaré; a do elefante, a anta; a do tigre, a onça; sem leões, nem leopardos, nem rinocerontes, nem as grandes peças de caça comestível. Buffon já o notára, querendo interpretar filosoficamente. Jefferson, em *Notes on the State of Virginia*, refere-o

ampliando a observação à zona americana extratropical e, como Buffon, aos animais domésticos, que no hemisfério de cá não atingem o porte dos de lá. Buffon vai por aí até à antropologia. Nem grandes vegetais, nem grandes quadrúpedes, possuímos aqui. Por que? Quanto aos primeiros, falta de abundantes correntes subterrâneas de água; aos outros, porque a deficiência alimentar os reduziu, os levou à degeneração, ou não lhes permitiu a gênese. Região pobres, de terras medíocres em elementos nutritivos, não sustentam gigantes; e as nossas já são mais fracas do que as africanas, do mesmo modo como as nossas águas, pois também estas envelhecem.

Poder-se-ia objetar, mesmo com base em William Vogt, que temos citado e que parece aceitamos *in totum*: as de lá deveriam ter-se gastado antes, pois as nossas teem menos idade. Assunto a discutir, se vale a pena. Em *Fragments of the History of Pensylvania*, logo na primeira parte, Benjamin Smith Barton diz que "I cannot but deem it a puerile supposition, unsupported by the evidence of nature, that a great part of America has probably later emerged from the bosom of the Ocean than the other Continents". E o próprio von Humboldt escreveu, no tomo XV do *Berlinische Monarschrift*, que as fórmias caprichosas de juventude e agitação da América — vulcões em atividade, vegetação luxuriante, etc. — opostas à *secura* e à inércia da terra envelhecete — terra agonizante, à de África chama Vogt — só podem nascer no espírito dos incapazes de visão geral da estrutura do corpo terrestre. Argumenta bastante na inculcação dêsse ponto de vista. Em *As Américas antes dos Europeus* alongamo-nos um tanto sôbre as idades dos Continentes.

Antes de entrar em questões mais objetivas e referentes exclusivamente ao Brasil, façamos ainda considerações em tórno à África e à América, ou melhor, o

nosso país. O Nilo é a providência do Egito: mansamente, pacientemente, carrega da cabeceira distante a matéria orgânica necessária à agricultura; atravessa com ela regiões desérticas e vai depositá-las na parte extratropical, tornada assim de proverbial uberdade. Já o Amazonas, correndo para litoral deprimido, escalavra a terra-mãe e diàriamente projeta toneladas de Brasil no golfo do México. O conde, entretanto, ufana-se com as pororocas, que jãmais viu, nem saberia definir ou explicar. Mais em baixo, o Tietê furta ao território paulista, para ir enriquecer o argentino.

Esta consideração, agora, é em tórno de analogia: o Sahara vai crescendo para o sul; o âmbito da sêca do nordeste brasileiro, também. Quanto aos avanços daquele deserto para baixo, encontram-se abundantes informes em Henry Hubert, no *Bulletin du Comité d'Études Historiques et Scientifiques de l'A. O. F.* (outubro-dezembro de 1920), não interessando muito carregá-los para aqui. Devemos, entretanto, registrar a opinião de A. Aubréville a respeito, a qual se encontra em *Les Forêts de la Colonie du Niger*. Diz, textualmente, resumindo conclusões: "Les seules manifestations que nous pouvons constater sont brutales. Elles sont dues aux feux, à l'homme ou à des causes mécaniques comme le colmatage". Isso estará se opondo a observações do mesmo autor, visíveis nos *Annales* já referidos e em cujo capítulo segundo ele menciona a considerável redução das águas fluviais e lacustres — motivação suficiente de grande retrogradação ecológica.

Quanto ao progresso do âmbito da sêca para o sul do Brasil, até provas oficiais dêle se tem. Ainda recentemente o Ministro da Viação correu à Bahia, a tomar providências contra o referido fenômeno hietal. Chover água lá, não choveu pròpriamente; mas choveram cá os telegramas de Sua Excelência, "revelando" isso e

aquilo, informando haver tomado esta e aquela medida; e pouco depois começaram, no sul, as cautelas tendentes a espoliar-nos em favor das populações setentrionais, não apenas mediante dação de bens capazes de mitigar os efeitos daquela sêca — o que está ótimo, sobretudo considerando-se que nos ajudam aqui a criar motivos de orgulho milhares de filhos do setentrião — mas também por via de meios fiscais duradouros, permanentes, já não aprováveis nem plausíveis, porquanto não adianta onerar uns sem promover o benefício dos outros. O âmbito das sêcas está descendo; se não fosse burocrata e ripuário, o govêrno já a teria visto no sertão do Paracatú, em Minas Gerais, onde, atravessando-se grandes regiões adustas, ressequidas, com os riachos reduzidos aos leitões, à ossatura, e com rês mortas por não haverem conseguido safar-se de pequeninos obstáculos, se ouve apesar do motor o estralejar em tórno, dos gafanhotos, dos imensos acrídios, devorando a restante vegetação arbustiva deixada pela inclemência. Aliás, nem as folhas nem o telégrafo raccontaram se o Ministro da Viação, bancando Moisés, tomou alguma vara e enfrentou impávido a avareza do céu; porém, sabe-se que Sua Exce-lência voltou e o flagelo prosseguiu, como prosseguirá, pois é consequência de causas que uma pessoa deve conhecer antes de ser Ministro, nem se remove com uma saraivada de telegramas. As “sêcas do Ceará” passaram a ser “sêcas do Nordeste” e já se alastram a Estados do Leste.

As águas envelhecem, podendo ir à já citada obra de Jean Brunhes quem desejar conhecer o processus. Como não tencionamos fazer ciência, passemos, não antes de lembrar Ratzel, a dizer, em *Politische Geographie*, que todo Estado é uma porção de solo e de umidade — fórmula, a que os franceses acrescentam pouco de humanidade. Quanto à sêca nordestina, que come-

çou a afligir o Ceará em 1605, envolve hoje territórios de dezesseis Estados, inclusive grande parte de Minas Gerais. Além disso, há por aí, sem ir ao Nordeste, ficando por Minas e São Paulo, enormes regiões desérticas, boas apenas para encompridar distâncias. No Oeste de Minas, quem viaja de ferrovia de Ibiá para Uberaba vê muito dessas terras. Mesmo Poços de Caldas, a que, quanto ao clima, já nos referimos como oásis, é circundada de pastagens desertas, que não comportam duas rézes por alqueire.

Em parte, porque as águas envelhecem e porque as terras intertropicais degeneram depressa. A história do Brasil, que não se alimenta ainda de cinco séculos, refere navegação sistemática de rios onde hoje não há calado nem para ubás. Conhecem-se descrições de cursos no Paraíba, trafegado por frotas transportadoras de café até Rezende; ou no Tieté, caminho para o Oeste; ou em vários outros rios. Ler essas descrições e ver esses rios, é compreender que as águas envelhecem mesmo. Há pontes históricas, que hoje emborcam no sêco. A Paulicéia fundou-se à margem do Anhangabaú e do Tamanduateí; a Independência proclamou-se à margem do Ipiranga. Hoje, três esgotos.

Porém, não nos desculpemos com dizer que os eternos princípios naturais são indestrutíveis, nada havendo a se lhes opôr, nem a própria ciência. À vicissitude do trópico, juntemos a verificação de Aubréville: também aqui a brutalidade vem cooperando solícita e eficientemente com a natureza, no sentido da destruição. Não fica bem vivermos a conferir céus, para saber se no nosso há umas estrelas a mais — o que absolutamente não adianta; nem o ficaria estabelecermos confrontos, que nos depressissem ou desalentassem. Entretanto, à vez o presente ensáio decorre em paralelismo, pois muitos eventos e circunstâncias da África nos ilustrarão

sàbiamente, sobretudo quando a nação brasileira anda nervosa com os planos econômicos europeus e norte-americanos sôbre aquele Continente. Não nos esqueçamos, por exemplo, de que a África intertropical se compõe de colônias, cujos problemas incumbem às metrópoles; ou de uma rara nação soberana, mas primitiva e cinematográfica; em qualquer caso, sem onus de representação diplomática, de marinha, de exército, de fôrça aérea, de burocracia cara, de politicagem dispendiosa. Ao passo que, de precários recursos naturais e de ambiência ecológica inçada de dificuldades, temos de extrair o indispensável ao custeio da soberania nacional, em cujo nome tanto crime se perpetra e que para o povo costuma valer uma orfandade.

5. Solos tropicais

O solo brasileiro não confere com o mencionado por Vaz de Caminha, Rocha Pita e o conde: tudo fruta na superfície, tudo tesouro por dentro, tudo aroma na costa — herezia científica, que se realça com isto apenas: o solo brasileiro é tropical em quatro quintos do território, podendo apresentar manchas de clima salutar, outras de terra boa; mas, sempre manchas, em proporção de exceções.

Aquela história do conde, de tresdobrarem aí as messes ante o menor trato ao chão, não é uberdade do solo, mas aridês de mentalidade e de espírito; ingenuidade escarninha, que, mesmo aceita pelo aborígene, seria refugada pela ciência, atestadora do quanto é penoso o labor agrícola no trópico. A bem compreendê-lo, esqueçamos o conde, a esperar a “ação de fôrças inflexíveis” para a dinamização das bondades da terra, e releiamos a *Biogeographie*, de De Martone, ou ainda a *Géographie Humaine* de Brunhes, a convencer-nos de que muita cousa independe do homem e de sua ciência, visto os “recursos naturais” se constituírem parcialmente de elementos incontrolláveis, incorrigíveis e inexoráveis. Aliás, o conde canta a terra e endeusa o homem, que diz bom e sério, honrado na gestão da cousa pública. Só não explica a mediocridade do efeito da luta dêsse homem sobre essa terra.

Ensinam-nos aqueles autores muita geografia biológica — animal e vegetal — necessitada de considerar-se

no Brasil, onde vãmente quereríamos, por exemplo, modificar o efeito da radiação solar, na dupla ação sôbre a agricultura tropical: uma, benéfica e genesiaca; outra, destrutiva e letal. Por hora, entretanto, fiquemos no solo.

Este é fenômeno bioquímico: fórma-se pela ação do clima, através a decomposição química ou a desintegração mecânica das rochas. A distribuição de elementos nutritivos de um solo depende da composição química da rocha primitiva. "Excluem-se as chamadas rochas ácidas, as melanocráticas do planalto triássico do Brasil Meridional — diz Beneval de Oliveira, em *Aspectos físicos e humanos dos Campos Gerais do Paraná*; todavia, como a região tôda é submetida a intensa pluviosidade, os elementos cálcicos fornecidos pelos plagioclásios (andesina, labrador, e bitonita), são lixiviados, tornando os solos muito fracos, dada a tendência acentuada para a laterização, tendo-se também em vista a dessilificação, isto é, a evasão da sílica e a intensa concentração dos sesquióxidos de ferro e alumínio". As terras brasileiras são fracas em elementos nutritivos, quer para o homem, quer para os animais. Se na Argentina ou no sul do Brasil vemos rêzes cheias de carne desde o casco, na região intertropical perambulam em pastagens ordinárias bois imanes, de barriga enorme, mas com a pele pregada aos ossos. Vemos também meninos e velhos barrigudões e, não obstante, subalimentados, pois a fraqueza do pábulo colhido permite a estúrdia de estarmos ao mesmo tempo de pança cheia e em carência alimentar. Nem sabemos se os nutrólogos daqui já pensaram na extensão do equívoco, ao fixarem regime dietético baseado sôbre tabelas européias ou norte-americanas, sem considerar que a propriedade dos alimentos não pôde ser maior do que a capacidade do solo, que os produziu, sendo o nosso avaro em sáís minerais. Talvez incidam

na mesma erronia de cronistas, naturalistas e até cientistas mais antigos, em visita ao Brasil, os quais não souberam interpretar a voracidade do íncola, necessitado de encher muito o pandulho para assimilar o mais ou menos suficiente. Isso, aliás, é causa material da aprêgoada indolência do aborígene: a sobrecarga permanente das víceras, se ingere muito para aproveitar um pouco; ou se, ingerindo pouco, fica em deficit alimentar, sem calorias suficientes.

Liebig é da história moderna da agricultura; porém, antes dele já era velha a mecânica agrícola; e já existia a própria ciência química aplicada à lide rural. Já se sabia que só em parte é eficiente a doutrina da restituição: se é possível, por meio de adubo e fertilizante, restituir à terra o que se lhe tirou com a safra, só medíocemente se consegue torná-la mais rica do que a rocha primitiva. Quanto à Amazônia, é o momento de cobrarmos a atenção pedida em página anterior, ao sintetizar certas circunstâncias favoráveis às regiões equatoriais da América, em referência às da África. Entre elas, incluí von Humboldt a floresta, impenetravel e protetora da terra contra o sol. Desde quando se suprime aquela, fica esta desamparada e destrói-se o solo. O mesmo naturalista refere as estepes da região, atingindo quinhentas léguas quadradas, sendo lastimavel não haja tido o conde a gentileza de viver até agora, quando as linhas aéreas regulares permitem avistar as enormes calvícies amazônicas e de outras regiões, sulinas mesmo, onde o viajor em alguns anos vê a sucessão de floresta, cultura, pasto e deserto. É a letra D, do ponto 2, do capítulo I do já citado livro de Brunhes: a radiação solar é causa sem fim de desequilíbrio. Sobre os solos equatoriais e tropicais, tem ela dupla atuação: aquece, até em excesso; e decompõe, destrói, calcina elementos indispensáveis à agricultura, inclusive microrganismos aeró-

bios e anaeróbios. No equador — e aqui, vãmente se invoca a contestação da realidade — uma floresta só pôde ser substituída por outra, pela silvicultura; quando tentamos substituí-la pela agricultura, o sucessor é o deserto. Eliminada a defesa florística contra os raios solares, em pouco tempo se esteriliza o solo agricultavel; se o regeneramos por meio da química agrícola, a incontidência das águas carrega tudo. Tudo para o México. Nem se explicaria de outro jeito a inibição econômica da Amazônia, objeto de tanta expedição nos tempos coloniais; tão mais próxima dos grandes centros de consumo europeus e norte-americanos; e, em certo período de fastígio, consequente à economia extrativa, tão necessitada de produtos alimentares, que, não obstante, lhe iam de longe, através as grandes corredeiras do Araguáia e do Tocantins.

As terras originariamente pobres em elementos nobres debilitam-se aceleradamente e pouco valem depois de consumida a matéria orgânica sedimentada ao longo do tempo. Ainda neste século, nos Estados de São Paulo só se considerava boa a lavoura cafeeira que produzia acima de cem arrobas por mil pés; não era econômica a de menos de cinquenta arrobas. No decênio 1930/1940 se meteu o enxadão em cafésais rendendo acima de cem arrobas, em regiões mais ou menos próximas ao pôrto. Hoje, todavia, a média no Estado é de vinte e seis arrobas por mil pés e dá-se atenção a lavouras rendendo apenas quinze. Não obstante o muito progresso da química agrícola. Antes de 1930, só se julgava econômico o rendimento de mil e quinhentos a dois mil quilos de algodão por hectare. Hoje, se dá carinho a lavoura algodoeira com menos de quatrocentos quilos. Ao mesmo tempo, pastos, que já puderam ser lotados na proporção de quatro rézes por alqueire, não suportam mais de uma e meia, e ainda assim para a produção

de três litros de leite por vaca. Os cearenses cultivaram, para plantio de algodão, 147.317 hectares em 1944 e 244.602 em 1946. Em 1944 colheram 54.491 toneladas de caroço e 27.675 de pluma; em 1946, colheram 57.514 de caroço e 29.199 de pluma. Trabalho quase dobrado; resultado quase igual. Pior ainda no Rio Grande do Norte, cujos cotonicultores precisaram lavar 249.937 hectares em 1946 para colher apenas pouquinho mais do que em 1944, quando haviam preparado só 180.217 hectares. Tudo isso, igualmente, não obstante o muito progresso da química agrícola; porquanto, em agronomia, quando se fala em "solo" admite-se e subentende-se a dependência entre solo, clima e planta — os chamados "recursos naturais" da atividade agropecuária. Nunca, portanto, seria possível modificar de todo o ambiente ecológico por meio de corretivos à terra. Liebig e Thaer foram grandes químicos, mas não alquimistas. Mui prudente ouvir e deter a ponderação feita por Schroder, depois de exaustivos trabalhos experimentais: "A fertilidade das terras da América é mito; contar com ela, funesta ilusão". Mas, cremos estar oferecendo copo de leite a ébrio inveterado. Nem sabemos se sabem isso os que adotam como critério absoluto e unilateral a pequena propriedade, no Brasil, onde a agricultura assumirá cada vez mais a feição de química aplicada; onde são necessários grandes tractos para a extração de reduzidas safras; e onde jãmais a imensa quantidade de pequenos agricultores poderia custear a ciência aplicada à agricultura. Aqui, agricultar é rasgar desertos. Lutam com falta de lenha os filhos dos que lutaram com a floresta. O café devastou o Estado do Rio, o norte de São Paulo, a Mogiana. Devasta a Sorocabana, a Paulista, a Noroeste, e já lambe a última fímbria da terra roxa, no norte do Paraná, também tropical e também deserto mais ou menos próximamente. Aliás, quem

gosta de ver observando, terá notado: na monumental edição comemorativa do pseudo segundo centenário do café, em 1927, pelo menos dois têrços foram tomados pela história retrospectiva, lembranças, recordações do passado; ilustrados com ruínas e aspectos desoladores. Não obstante o muito progresso da química agrícola, quem hoje intentasse novo capítulo da história do café, haveria de focalizar ruínas onde em 1927 tudo eram pentagramas infindáveis de cafêsais infindos. Os que há mais de vinte anos não chegam a Ribeirão Preto, se lá voltarem terão impressão igual à de quem, passando o mesmo tempo sem ver um amigo, encontra careca onde antes prosperava cabeleira onçada: o que então eram oceanos de cafêeiros, hoje são pastos, nada havendo ficado, nem para lembrança. E os que sobrevoarem de Goiânia à Paulicéia, desde quando se safem do deserto triangulino e passem os canaviais bordejantes do Rio Grande, notarão como morreram as florestas, morreram as cidades e morreu a estrada de ferro.

A capacidade do solo brasileiro quanto ao azoto vegetal é das mais reduzidas, fixando muito baixo o limite demográfico e o zoográfico. Na economia agrária, veremos o quanto isso reduz nossa capacidade.

6. Regime pluvial

WILLIAM VOGT deblatera com pessimismo sôbre o regime pluvial africano. Daria tiro no ouvido, se devesse considerar o nosso, neste país tropical em quatro quintos do território. Pôde muito ser que os hedonistas, aleitados na teta do conde — Bentham colonial — não vejam os males econômicos decorrentes da irregularidade das chuvas aqui. Vêem-n'os, entretanto, os que são obrigados a anotá-las e devem enfrentar diretamente seus efeitos.

Comecemos mencionando casos específicos, por nós colhidos. No ano de 1951, choveu apreciavelmente no mês de maio — quando não se precisa muito de chuva, pois o canavial já deve ter pegado. A chuva atrapalha mesmo as últimas catações de algodão e não beneficia o cafetal, sendo também nociva aos cereais. A seguir, quase um mês sem gôta d'água — de fim de maio a fim de junho. E vieram as geadas, liquidando a resistência das pastagens. Houve geada até nos meados de agosto. Nos últimos dias de setembro e primeiros de outubro, a atmosfera estava carregada, baixo o tecto, a poeira sujando todas as cousas, densa a névoa sêca. Mas a lua nova do dia 29 foi sequinha; no domingo, dia 30 de setembro, quando se esperava chuva, a temperatura caiu e o vento-sul começou a prejudicar. Só o quarto crescente de outubro (dia 10) trouxe as águas. Porém, mais vento-sul do que chuva. Pôde-se dizer que, naquele ano, o período das águas teve início a 15 de outubro, em cuja tarde, em seguida a mormaço asfiante, começou chuva forte, prolongando-se com inter-

mitências até dia 22. E novamente dias caniculares, do fim de outubro a 14 de novembro, quando as chuvas recomeçaram, sem cessarem as tempestades de vento, causadoras de grandes prejuízos.

Basta analisar a irregularidade pluvial, e deduzir os prejuízos econômicos. O algodão, que constituiu um dos fulcros da economia brasileira, tem época certa de plantio e é mui sensível à obediência ou à desobediência: planta-se no mês de outubro e, por tolerância, na primeira dezena de novembro. Daí para diante, o melhor é nem plantar. E como plantar em outubro, se os períodos caniculares anteriores não permitiram lavar-se a terra? Quem tinha tratores, pode arar antes de outubro; os mais, aqueles cujos arados de tração animal não conseguiam penetrar o solo endurecido e quase laterizado, esses deveram esperar as chuvas, não para plantar, mas para começar o arroteamento. Então, plantaram tardiamente, pois ainda aravam quando já deviam estar plantando; plantaram terras recém-aradas e cheias de saprófitas nas quais a semente ia testemunhar a inacabada batalha bacteriológica; tiveram de ralear também com a seca, quando a operação se deve fazer em dias chuvosos ou sombrios, por motivo óbvio.

Entrando tarde, as chuvas se prolongaram fóra da época. Foi sêco ainda o mês de dezembro, bem como o de janeiro: faltou chuva aos cereais e deveu-se retardar o plantio da cana. Depois, chuva, chuva e mais chuva, quando ninguém precisava de chuva, quando todo mundo temia chuva, quando era o momento das colheitas. Todo ano agrícola é assim: primeiro, o clamor contra a estiada; as procissões rurais "ad petendam pluviam"; a tristeza do rus, todo sujo, todo esturricado; por último, o clamor contra o excesso de chuvas; chuvas que carregam as pontes, as barragens e as estradas, e arrebentam com as terras de cultura; chuvas que prejudicam a qualidade dos produtos e as safras. Todo ano

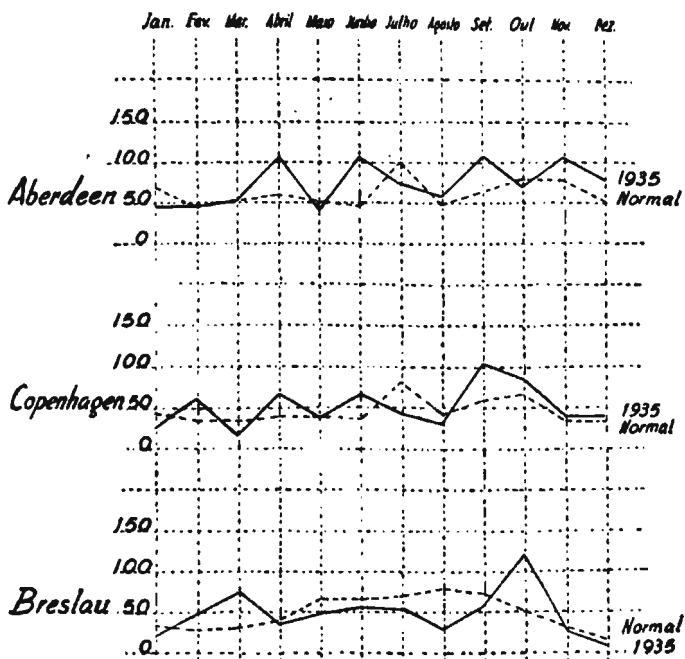
agrícola é assim, bastando rever as coleções de jornais ou ouvir os caboclos da roça; mas, nem por isso deixamos de julgar o país uma gracinha. Porque não sofremos no lombo as agruras da vida rural; porque não passamos noites em claro, a ver se é vento ou chuva, se o ráio do vento-sul deixa de assoviar e se as nuvens param de negacear à toa; porque não as passamos em claro, escutando se já parou de chover, se já se pôde soltar a pomba, se amanhã vai haver jeito de colher-se um pouco de algodão — continuamos a imaginar o conde o cantor máximo da nação, cheio de razões para dizer que tudo aqui é fácilimo e doce.

Entretanto, é necessário bem interpretar o conceito de Bryan, no *Man's adaptation of Nature*, quando diz que “parte central do objetivo da geografia há de ser a consideração do fato, segundo o qual a atividade do homem, exercida para satisfazer-lhe as necessidades, adapta e modifica a natureza, sendo, por sua vez, adaptada a ela e por ela modificada”. Sem dúvida, aqui temos sido homens de Woeikof, ajudando sempre a desastrosa potência dos agentes naturais; mas, convenhamos ser possível modificar a natureza, melhorando-a, sem, todavia, esperar do progresso científico, nem da “ação de fôrças inflexíveis” — como lá diz o conde — transmutações irrealizáveis, por infactíveis. Anotemos, aliás, para considerar depois, a modificação exercida pela natureza sôbre a atividade humana, referida por Bryan, e que no trópico é de verificação histórica.

Não poderíamos alterar para melhor o regime pluvial, nem os principais fatores de umidade. No nordeste brasileiro, por exemplo, para o total de 1.192.300 quilômetros quadrados de território pertencente ao Piauí, ao Ceará, ao Rio Grande do Norte, à Paraíba, a Pernambuco, a Alagoas, a Sergipe, e à Bahia, 674.600 ficam na zona sêca. Nada haveria contra semelhante vicissitude. Se falta a água de cima, a de baixo é pouca,

e a engenharia hidráulica terá de condicionar-se sempre a certas contingências econômicas da produção. Não se pôde onerar muito o custo dos produtos agrícolas para o consumo de populações locais, pobres; nem para exportar a regiões, onde se conseguem a preços mais em conta. Aí estão duas circunstâncias a terem-se em vista pelos que imaginam possível corrigir as sêcas do Nordeste com a irrigação. E' provavel que mesmo nas zonas até agora agricultadas pela cana de açúcar se haja de apelar para esse recurso, como já o fez a Usina Catende, além de alguma outra, em pequena escala. Porém, considere-se que o Sul ainda pôde cultivar cana de açúcar sem tal dispêndio; e que a elevação do custo da produção do Nordeste já cria problema nacional difficilmente soluvel, porquanto, se por um lado não se deve constrianger o Sul a importar do Norte aquilo que pôde ele produzir mais barato, também não se deve arrebatá-lo ao Norte seu principal produto de exportação para o Sul, desequilibrando-se o intercâmbio comercial das duas regiões.

Há princípio científico aproveitavel aqui, como aferidor: em geral, a agricultura exige o mínimo de 250 milímetros anuais de precipitação pluvial; no trópico, entretanto, o mínimo são 700 a 800 milímetros, segundo Pierre Gourou, do College de France; pois a evaporação é muito maior e bem mais rápida. Aliás, a deficiência de precipitação natural não se compensa, de modo algum, pela irrigação artificial, pois a chuva não é apenas um veículo de líquido para dissolver sais minerais: tempo de chuva é tempo de situação higrológica diferente; e a umidade atmosférica, que a irrigação não cria, é muito importante, à vez mais do que a precipitação mesma, sobretudo para as gramíneas e de modo particular para a cana de açúcar, provida de folhagem captadora que lhe permite viver mais da atmosfera do que do solo. Além disso, tenha-se em vista o dito linhas



Variações pluviométricas em zonas temperadas
Gráfico do Dr. Angelo Renaudi

atrás, sôbre a pobreza dos lençóis subterrâneos em certas regiões tropicais; e conclua-se que, em alguns lugares, intensificar a irrigação é liquidar a reserva d'água sotoposta ao solo e completar o deserto, sem qualquer apelação.

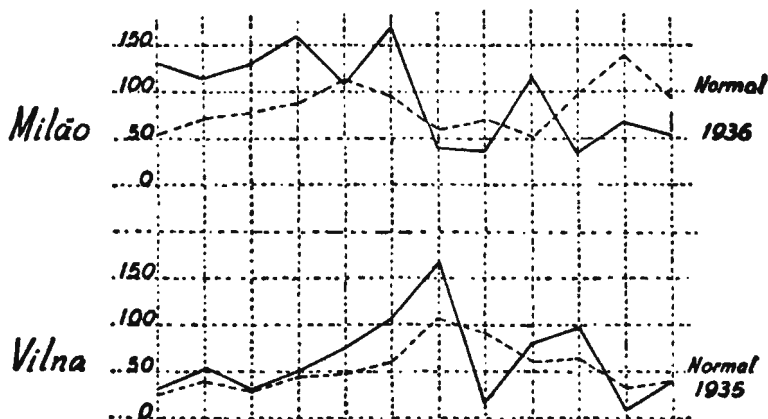
Vejamos, então, o regime pluvial em zonas temperadas e na zona tropical do Brasil, interpretando um pouco as cifras e recordando que um dos defeitos de nosso regime pluvial, a acentuar-se cada vez mais, é a irregularidade no começar e no encerrar-se, criando esta

situação duplamente incômoda: escassês de chuvas na época do plantio e da granação; e excesso na da colheita e transporte — prejudicando-se por dois modos a agricultura. No mais, diga-se que a resenha seguinte é muitinho cacete para lida; mas, muito mais ainda para coligida, não obstando o precioso auxílio dos excelentes amigos Sampaio Ferraz — mestre de incontestavel autoridade: e Ângelo Renaudi, que interpretou em gráficos as cifras. Nesta parte, quase tudo se faisca em *World Weather Records*, das Smithsonian Miscellaneous Collections. Primeiramente, o regime pluvial de regiões européias.

Em Aberdeen, na Grã-Bretanha, a soma anual, durante dez anos, fica entre 897 e 607 milímetros; a média do decênio, 759. Mas, quanto à média de precipitações pluviais, é necessário interpretar as linhas horizontais, dos diversos meses do ano; e as colunas verticais, dos mesmos meses nos dez anos em estudo. Porquanto as somas e as médias anuais não mostrariam, entre outras irregularidades, a deficiência num mês e a incontinência em outro; nem, tão pouco, o descritério — se se pôde falar assim, em se tratando de meteorologia — no mesmo mês dos diversos anos, negando qualquer base para a época do plantio ou até para as medidas de proteção e defesa. Consideremos tudo isso quanto a Aberdeen. O ano mais sêco do decênio foi o de 1936, com a média de 607 milímetros de precipitações. O mais chuvoso, o de 1935, com 897. Veja-se como é relativamente pequena a oscilação, permitidora, aliás, da média de 759 para o decênio todo. No mesmo período, o mês mais sêco foi o de agosto, com a média de 50 milímetros. O mais chuvoso, o de julho, com 192. Anote-se, entretanto: nos dez anos, foi em 1934 que mais choveu em agosto — 111 milímetros; e foi em 1933 que choveu menos naquele mês — 31. Durante o período, o mês de julho

mais chuvoso foi o de 1940, com 195 milímetros; o menos chuvoso, o de 1934, com 44. Oscilações relativamente pequenas, permitidoras de medidas sistemáticas, quer na defesa contra o excesso, quer na proteção quanto à escassês.

Um caso na Dinamarca: a região de Copenhagen. Ano mais sêco do decênio: 1938, com 44 milímetros



Variações pluviométricas em zonas temperadas
Gráfico do Dr. Angelo Renaudi

de precipitações. O mais chuvoso: 1931, com 626. De novo, oscilação relativamente pequena. O mês mais sêco do período: fevereiro, com 33 milímetros. O mais chuvoso: outubro, com 68. Nos dez anos, a maior oscilação no mês mais sêco foi: 6 milímetros em 1932 e 54 em 1933. No mês mais chuvoso: 16 milímetros em 1937 e 140 em 1932.

Um caso na Alemanha: região de Breslau. Ano mais sêco do decênio: 1933, com 482 milímetros de pre-

cipitações. Mais chuvoso: 1931, com 741. Mês mais sêco do período: dezembro, com 21 milímetros. Mais chuvoso: agôsto, com 79. Maior oscilação no mês mais sêco: 5 milímetros em 1932 e 31 de 1933. No mais chuvoso: 40 em 1933 e 146 em 1939.

Um caso na Itália: região milanesa. Ano mais sêco do decênio: 1932, com 853,4 milímetros de precipitações. Mais chuvoso: 1936, com 1.175,3. Mês mais sêco do período: setembro, com 52,5 milímetros. Mais chuvoso: novembro, com 139,3. Maior oscilação no mês mais sêco: 14,5 em 1935 e 116,4 em 1936. No mais chuvoso: 55,4 em 1932 e 218,9 em 1934.

Um caso na Polônia: região de Vilna. Ano mais sêco do decênio: 1932, com 619 milímetros de precipitações. Mais chuvoso: 1934, com 765. Mês mais sêco do período: janeiro, com 26 milímetros. Mais chuvoso: julho, com 106. Maior oscilação do mês mais sêco: 14 milímetros em 1933 e 103 em 1932. No mais chuvoso: 52 em 1937 e 167 em 1935.

Agora, um caso na Argentina: região de Concórdia. Ano mais sêco do decênio: 1933, com 626,6 milímetros de precipitações. Mais chuvoso: 1932, com 1.429,6. Mês mais sêco do período: agosto, com 75,1 milímetros. Mais chuvoso: janeiro, com 161,1. Maior oscilação no mês mais sêco: 2,6 em 1935 e 118,8 em 1939. No mais chuvoso: 38,4 em 1932 e 256,5 em 1936.

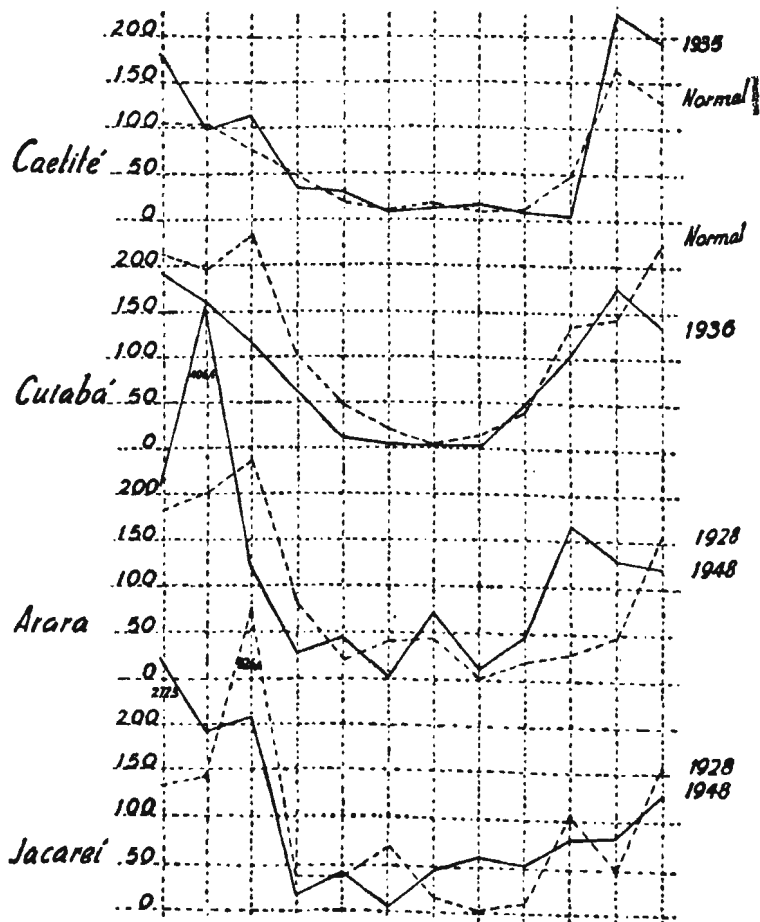
Nos casos mencionados, tomemos ao asar uma sequência horizontal qualquer. Sejam os meses de 1931, em Aberdeen: 73 — 67 — 38 — 104 — 88 — 75 — 47 — 22 — 111 — 33, somando 736 milímetros para os dôze. Agora, uma coluna vertical — setembro, em todo o decênio: 22 — 90 — 23 — 73 — 108 — 66 — 46 — 87 — 55 — 58, dando a média de 63.

E passemos-nos ao trópico, ao nosso país. Região de Caetité, na Bahia. Ano mais sêco do decênio: 1934,

com 362,1 milímetros de precipitações. Mais chuvoso: 1933, com 1.361,2. Mês mais sêco do período: agosto, com 8 milímetros. Mais chuvoso: novembro, com 163,2. Maior oscilação no mês mais sêco: 0,0 em 1937 e 1938, e 41,4 em 1931. No mais chuvoso: 43,9 em 1931 e 321 em 1933. Uma sequência horizontal — os meses de 1936: 122,7 — 308,3 — 53,9 — 74,8 — 46,1 — 30,2 — 0,0 — 13,9 — 0,0 — 39,4 — 226,0 — 155,1, somando 1 010,4 milímetros para os dêze. Uma coluna vertical — janeiro, em todo o decênio: 78,2 — 135,0 — 188,5 — 27,2 — 177,0 — 122,7 — 112,1 — 3,5 — 75,8 — 106,1, dando a média de 102,6. Releia-se Aberdeen, e confrontem-se as oscilações.

Região de Cuiabá, em Mato Grosso. Ano mais sêco do decênio: 1936, com 990,6 milímetros de precipitações. Mais chuvoso: 1939, com 1.616,1. Mês mais sêco do período: julho, com 3,0 milímetros. Mais chuvoso: março, com 231,3. Maior oscilação no mês mais sêco: 0,0 em 1933, 1934, 1936, 1937 e 1938, e 24,6 em 1939. No mais chuvoso: 115,5 em 1936 e 329,1 em 1932. Uma sequência horizontal — os meses de 1937: 163,2 — 215,9 — 145,8 — 185,0 — 70,6 — 57,1 — 0,0 — 9,0 — 0,8 — 131,9 — 130,6 — 136,5, somando 1.246,4 milímetros para os dêze meses. Uma coluna vertical — maio, em todo o decênio: 21,7 — 22,3 — 2,0 — 17,2 — 102,6 — 10,0 — 70,6 — 6,3 — 122,6 — 84,7, dando a média de 49,0.

Para São Paulo, tido como ótimo em condições meteorológica e ecológica, é possível maior especificação, graças ainda ao auxílio dos excelentes amigos citados e ao Instituto Geográfico e Geológico, a que recorreremos com êxito. Adotaremos critério diferente: verificar o regime pluvial em três períodos de vinte anos — em 1908, em 1928 e 1948. Começemos pelo Alto da Serra. Em janeiro de 1908, choveu ali 541,0 milíme-

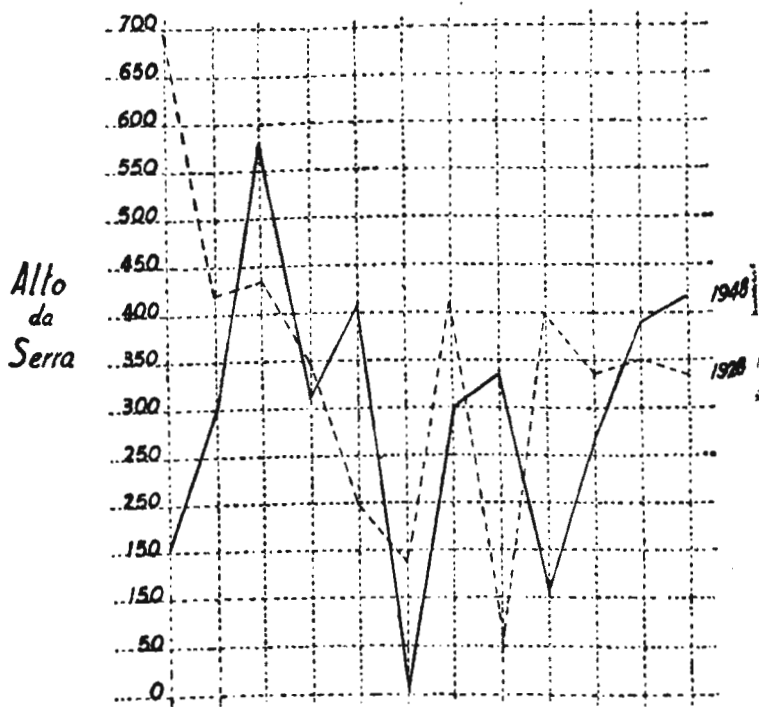


Variações pluviométricas em zonas tropicais
Gráfico do Dr. Angelo Renaudi

tros; no mesmo mês de 1928, 695,9; de 1948, apenas 152,2. Já no mês de julho de 1908 choveu 94,0 milímetros; no de 1928, 411,2; e no de 1948, 299,7. Em 1908, o mês mais sêco foi o de agosto, com 55,9 milímetros; o mais chuvoso, janeiro, com 541,0. Em 1928, o mês mais sêco foi o de agosto ainda, com 60,6 milímetros; o mais chuvoso, também janeiro, com 695,9. No de 1948, o mais sêco foi julho, com 2,5 milímetros; o mais chuvoso, dezembro, com 419,2. Nesse ano, em maio houve 409,0 milímetros de precipitações pluviais. As de 1908 somaram 4.169,7 milímetros; as de 1928, 4.138,9; as de 1948 caíram a 3.570,4. Se como coluna vertical dos meses tomarmos o ano de 1948, teremos 152,2 - 297,1 - 578,9 - 307,3 - 409,0 - 2,5 - 299,7 - 335,3 - 109,2 - 269,1 - 390,2, dando a soma já mencionada. Escolhendo para horizontal dos anos o mês de agosto, teremos 55,9 milímetros em 1908, 60,6 em 1928 e 335,3 em 1948.

Na região de Araras, casos bem curiosos: no mês de março de 1928, choveu 282 milímetros; no de agosto, 2. No mês de junho de 1948, não choveu, absolutamente; no de fevereiro havia chovido 406,4 milímetros. Em Botucatu, não caiu uma gota d'água em junho de 1948, mas choveu 235,6 milímetros em março. Em Brotas, no mês de junho de 1928 choveu 69,0 milímetros; no de 1948, nada. No mês de abril de 1908, choveu 107,0 milímetros; 31,3 no de 1928; e 33,0 no de 1948. Em Igarapava, nem uma gota no mês de agosto de 1908, 1928 e 1948. Em dezembro de 1908, 80,5 milímetros; de 1948, 335,9; de 1948, 271,8.

Na região de Jacareí, choveu 86,0 milímetros em janeiro de 1908; 130,0 no mesmo mês de 1928 e 272,3 no de 1948. Em março de 1908 choveu 93,5 milímetros; no de 1928, 326,0. Nem uma gota d'água em julho de 1908, nem no mês de agosto de 1928.



Variações pluviométricas no Alto da Serra (São Paulo)
Gráfico do Dr. Angelo Renaudi

Não deixa de ser útil, e possivelmente interessante, o confronto entre o regime pluvial de regiões brasileiras e o de outras intertropicais. Na Guiné francesa, as precipitações pluviais vão de 1.796 a 2.283 milímetros por ano. Na Costa do Marfim, de 1.280 a 2.590. Em Fernando de Noronha, de 986,4 a 2.043. Na região de Manaus, de 1.559,0 a 2.546,4. Na de Quixeramobim, de 521,5 a 1.290,7, havendo meses totalmente secos

e outros com 355,6 milímetros de precipitações; ou meses com precipitações reduzidas (8 milímetros, por exemplo) entre dois com elas muito mais abundantes (146 e 129). Um ano com chuva três vezes mais abundantes que nos anteriores. Anos de razoavel regime pluvial, seguidos de outros medíocres. As vezes a chuva deixa quase intacta a sêde da terra; outras, inunda tudo e tudo arrasa: passa sem penetrar. Rios, que em algum ano são flébeis fios d'água; em outro, caudais, amplos de quilômetros. Cursos d'água como o de *Sagarana*: na ida, passa-se a váu, com a boiada; na volta, os boiadeiros morrem, tragados pela voragem. Se reduzidos, deixam nas margens a esterilidade; se transbordados, largam depois os pântanos febrentos, e à vez não poupam nem a casa, nem a roça, nem os xerimbabos do íncola. Falta sempre capacidade de interpretação aos cronicadores e sociólogos crentes na possibilidade de passar por aqui, olhar um pouco, ouvir outro pouco e, retornando, escrever páginas concludentes sôbre o Brasil e suas populações — embora preferamos tais páginas brilhantes ou pretenciosas a tímidos ensaios feitos por gente nossa mesmo. A nenhum até hoje ocorreu a idéia de aproximar do regime de águas certa particularidade na maneira de morar. Muitos anotam o fato de se pendurarem na penedia as moradas, que deveriam estar lá em baixo, à margem do córrego, chegando a haver aldeias inteiras assim, forçando as mulheres a carregarem à cabeça trouxas de roupas para baixo e potes d'água para cima. Se, em vez de passar apenas, ficassem algum tempo, notaríamos que, batidas mais próximo ao ribeirão, as casas seriam por êste destruídas, pois costuma encher o vale todo. Em muitas regiões brasileiras, faz-se agricultura por partida dobrada: planta-se no vale umente e no cabeço adusto: se chover de menos, salvar-se-á a lavoura do vale; se chover de mais, se salvará a do cabeço.

Per bem das ágoas, que tem.

7. A inexorabilidade do *pH*

OS EUROPEUS generalizam o erro francês, de considerar mundo apenas o que suas fronteiras confinam. Daí, a única restrição ao relatório apresentado ao Conselho Econômico e Social da ONU pelo professor Pierre Gourou, que, estudando longe das circunstâncias tópicas, modificadoras de questões, não percebeu o que, investigando "in situ", foi percebido por Leo Waibel, quanto à inversão de certos critérios no classificar terras agricultáveis na zona temperada e na tórrida, ou na tropical. Quem sabe o que é a vida rural, por vivê-la, rí-se à vez dos mestres, corrigidos pelo administrador da fazenda, capaz de repetir Girolamo Azzi e classificar as diversas grotas pelo cheiro de um punhado de terra; de apontar ao longe as manchas de *pH* mui elevado e necessitadas de correção, de calagem. Gourou, todavia, concorda com a opinião mais em voga segundo a qual na zona quente e chuvosa o solo é pobre. Apresenta algumas razões: sob a ação do calor e da chuva, os elementos solúveis rapidamente se levam pela água de infiltração, desaparecendo logo a potassa, a magnésia, o azoto e o fósforo — exatamente aqueles, de cuja carência tanto se ressentem o solo brasileiro. Ao mesmo tempo, o calor úmido favorece a proliferação de insetos e bactérias, que destroem com rapidês a matéria orgânica e o humus. "Privado de humus, o solo torna-se ainda menos capaz de reter os elementos solúveis necessários à fertilidade — diz ele, no relatório. Finalmente, o solo

tropical junta à propensão para o esgotamento químico a tendência a ganhar estrutura física hostil à exploração agrícola: por outro lado, a laterite, absolutamente estéril, às vezes é tão dura quanto a rocha, e repele a charrua". Ainda na opinião de Gourou, "o meio biológico tropical oferece ao homem condições de vida mediocrementemente favoráveis". Entende possível sanear uma região, qualquer que seja o grau de insalubridade; mas afirma que "o saneamento custa caro em termos de quilômetro quadrado; portanto, não é possível sanear regiões quase desertas ou destinadas a permanecer muito tempo nas mesmas condições".

Evidente. Poderia crescer por dentro a totalidade de nossas fazendas, retificando cursos d'água e drenando brejos, de modo a ligar as encostas e aproveitar os varjões engordados com a matéria orgânica e o adubo descidos com as águas. Porém, isso não se fará enquanto nos arredores o alqueire de terra valer menos do que o custo do saneamento e da recuperação. E' também por isso que não se plantará trigo em abundância, enquanto o arrôo der mais lucro, fôr economicamente melhor negócio.

Voltemos, porém, a Gourou, em tópico de magna importância, necessitado de lido pelos que nos desejam uma reforma agrária radical: "Sanear região, que não tenha mais de três ou quatro habitantes por quilômetro quadrado e onde se continúi a praticar a agricultura de queimadas, seria empresa vã; em primeiro lugar, porque a operação custaria muito por habitante e relativamente à produção; em segundo, porque infundavel, pois apenas saneada retornaria à primitiva insalubridade, por não contar com população bastante a assegurar-lhe aproveitamento total e permanente, a impedir a volta ao estado selvagem, com seu cortejo de doenças".

Precisamos considerar muito isso, no Brasil, onde existem grandes áreas com a densidade demográfica de 0,02 habitantes por quilômetro quadrado, e onde, por outra banda, se há regiões de tufito, resultante de lavas decompostas, são imensas as de laterite, solo de deserto e turfeiras. Mesmo sem pretensão a alguma tirada de pedologia, cumpre referir tais cousas. Ainda que possível modificar pela química essas enormes extensões de terra só relativamente valiosa, restaria a questão do clima, fóra da capacidade humana de controle. Que haveríamos de fazer, por exemplo, a favor daquela região envolvente de parte de dezesseis Estados brasileiros, talada pela trágica anomalia hietal por nós sinteticamente denominada “sêca” — falta de umidade e irregularidade de precipitações pluviais — consequência de ser ali o limite de duas regiões pluviométricas diferentes? Esperar do avanço da ciência a possibilidade de instalar-se ar condicionado para regiões equatoriais e tropicais, seria como imaginar a “ação de forças inflexíveis” nos polos. Embora aceitando a teoria da terra fabricavel, a qual permitiria obtenção de diábase no deserto, ainda assim o problema não estaria resolvido, pois intacto outro elemento constitutivo dos “recursos naturais”: o clima. Talvez tivesse atingido mais fundo ainda William Vogt, se houvéra estudado em fontes mais abundantes a contribuição do clima. Todavia, é mui concludente, quando mostra como a ciência não está de modo algum ajudando a produtividade, muito pelo contrário; pois tôda vez que obtemos cientificamente maior rendimento do solo, estamos forçando a resistência ambiente e causando depressão permanente.

Domar uma fera, é fazê-la perder a capacidade e o hábito de resistir; domar a natureza cientificamente, é pouco mais ou menos a mesma cousa: liquidar a resistência ecológica para aumentar momentaneamente a

capacidade biótica, que a seguir se amesquinha — é o que Vogt deseja exprimir. E argumenta com a queimada, o machado, o arado e a arma de fogo, sem dúvida úteis, mas também sem dúvida letais, sobretudo quando a moleza tropical sugere substituam o esforço, ao ponto de poder afirmar-se que “num dia, um só homem, com um fósforo, póde limpar cem acres”, ou, mais modernamente ainda: uma floresta fornece milhões de fósforos; e um só fósforo destrói uma floresta. “Florestas despojadas, erosão, extermínio da fauna, pastos quase esgotados e diminuição de água potavel, são os invisíveis e indesejáveis golpes de uma cultura adolescente que está fracassando — diz o autor de *O caminho da sobrevivência*. Tivessem sido tomadas precauções inteligentes, e o desenvolvimento de tais males poderia ter sido evitado por meio de uma espécie de controle de nascimento ecológico. Mas a ocupação do Novo Mundo foi cousa tão precipite, à maneira de Paul Bunyon, que não houve tempo para cautela ou reflexão. Além disso, o conhecimento necessário para que houvesse harmonia com o novo ambiente ainda não existia — como ainda não existe hoje”.

Na parte econômica, Vogt acusa talarem a terra o sistema capitalista de exploração, o liberalismo econômico, o objetivo do lucro. E faz referência desabonadora à indústria, que envenena os cursos d'água e queima as florestas. Podemos ir bem mais longe:

Sabe-se que, no trópico, as radiações solares constituem grande inimigo do solo, pouco ou nada podendo-se fazer em contrário. Daí haver certas culturas eminentemente tropicais, por isso que contenedoras de defesa natural da Terra contra a inclemência do sol: a caféicultura e a cultura canavieira, por exemplo. A cana de açúcar produz quantidade imensa de folhas, que começam a defender o solo ainda antes do corte e,

sobretudo, a seguir, quando se enleiram. Ao mesmo tempo em que evitam a incidência dos raios solares, transformam-se a seguir em matéria orgânica, refertilizante, o que ocorre imediatamente em se tratando de último córte, quando o enleiramento se substitui pela inumação. Pois bem: os jornais andam cheios de notícias e de lúdes a respeito da instalação, na zona canavieira de São Paulo, de fábricas de celulose. A produzir-se com o bagaço? Não, que êste é necessário a alimentar as caldeiras das usinas, mal e mal dando para tanto. E' com a palha, ou seja com as folhas sêcas, já hoje utilizadas em menor escala, para o mesmo fim. E esse fim compensará o sacrifício da agricultura, que se extinguirá logo, em poucos anos? Não, em grande parte, sobretudo por causa do vêso de querermos passar do teor de vida indiano para o norte-americano, sem transição, sem nos educarmos para isso; e ao de termos veleidades de povo riquíssimo, quando na realidade somos bem pobrinhos. Vogt pergunta: "Qual o efeito do que alegamos ser uma crescente elevação do padrão de vida, sôbre os recursos naturais, base de nossa sobrevivência? Será, acaso, o jôrro dêssa montanha de polpa de papel em fórmula de histórias de amor, contos policiais e crimes, historietas cômicas em quadrinhos, suficiente a justificar a destruição de florestas, afim de poder-se fabricar o papel em que se imprime? Acaso as bugigangas elétricas, inteiramente desnecessárias, bem como a energia hidroelétrica necessária para fazê-las funcionar, justificam a destruição de outros valores, a inundação de férteis terras de agricultura por usinas hidroelétricas, e os exorbitantes gastos de dinheiro público necessários à construção e manutenção de repêrsas?" Não sabemos calcular o custo de benefícios secundários e evitáveis.

Mas, não é da filosofia industrial incomodar-se com a nação. E o liberalismo econômico obsta ação repres-

sora. A nação arraza-se; porém, o empresário da indústria se enriquece. Ao mesmo tempo em que os agricultores do Sul reagem contra a restrição da produção açucareira aqui, os industriais da mesma zona cuidam de instalar os engenhos que tornarão taxativa a restrição, de modo tal que nem açúcar nem nada mais se produzirá após algum tempo de funcionamento das fábricas. Dir-se-à que estas haveriam de fechar-se, o que é contra o interesse dos industriais. E responder-se-à que estes já terão ganho a mais não poder; e que saberão chorar tão comovedoramente que os governos, por eles controlados e dirigidos, lhes darão compensações. O que os governos não conseguirão, é devolver ao solo a produtividade.

No capítulo quarto do livro já referido, Brunhes salienta a vicissitude dos vegetais, cativos, radicados, sem possibilidade de migrar, de fazer estação de clima, pois condenados ao meio, onde nem sempre encontram o optimum biológico, nada lhes valendo que o solo seja rico em sais de que necessitam, desde quando sob forma insolúvel e inassimilável. Não adianta a riqueza em precipitações pluviais, se os ventos determinam evaporação tal que os vegetais sejam obrigados a defender-se contra ela, exatamente como se vivessem no deserto. "Enfim, diz Brunhes, o solo só tem valor para a planta em função do clima; e, inversamente, o clima em função do solo". Lastimável assim ocorra, pois a química aplicada à agricultura vem progredindo muito, progredirá mais, e nos permitiria grandes correções sôbre apreciável parte do território nacional — mesmo sem perder de vista a existência de limite na aplicação da ciência à agricultura, imposta pela axiologia; no sentido de modificar-se essencialmente o clima, nada se conhece, a não ser o florestamento, que, todavia, tem algo de parecido com o lastro-ouro dos Bancos de emissão: só vale enquanto

conservado, frustrando assim a exploração agrícola. Como diz Koeppen, em *Versuch einer Klassifikation der Klimate, vorzugsweise nach ihren Beziehungen zur Pflanzenwelt*, nós outros podemos anatomizar a complexidade do clima, encarando separadamente as temperaturas, as pressões e as precipitações pluviais; mas, a planta, obrigada a sofrer os efeitos complexos e globais do conjunto de fatores, é aparelho registrador, capaz de exprimir o efeito cumulativo dos diferentes fenômenos climáticos. Se, mais uma vez, falarmos em modificar o clima, teremos de voltar ao florestamento e encontrar aquela passagem de Ratzel, em *Anthropogeographie*, onde a floresta se apresenta como obstáculo à dispersão humana, quando no Brasil o que mais falta é justamente humanizar o cenário, entre outros motivos pelo já referido, de Gourou; a não ser que, poetas, preferamos o de Deffontaines: “As paisagens do Brasil são monótonas porque ainda pouco humanizadas; la notion de *pays* n'est pas née, car elle réclame des paysans fixés au sol de longue date”. (Aqui, um demagogo, filho de comerciante e ele mesmo sem profissão definida, se permite intitular-se *o homem da terra...*). Se florestamos ou conservamos a floresta — como na Amazônia — o homem não pôde penetrar; se retiramos a floresta para a penetração do homem, com ele instala-se o deserto, como se vê no país inteiro, onde uma geração entra de machado e a seguinte importa lenha; ou toma cachaça de manhã, por não haver combustível para fazer café.

Os ébrios de patriotadas não vejam neste copo de leite o veneno do derrotismo. Se alguma cousa desejamos derrotar e destruir, são ilusões — e valeria bem a pena atentarem para isso alguns cretinos, que nos taxaram de quinta-coluna e até de sapor do imperialismo norte-americano, que abominamos. Queremos conduzir o espírito brasileiro à realidade, e mostra-lhe como,

desde quando não se delire mais, desde quando não mais se construa sôbre nuvens, grandes realizações se conseguirão aqui — o que se verá na parte apropriada do presente ensáio.

Terras agricultáveis no Brasil são os massapés; os solos pantanosos, se drenados e corrigida a acidês; o sangue de tatú, que é fraco; o tauá; as terras roxas, quer apuradas, quer granuladas; os solos de aluviões; os calcáreos; e a famosa terra poenta da Mata da Corda, Minas Gerais. Salmorão, catanduva, campos naturais e todos os imensos desertos desconhecidos por quem, não obstante, se permite versar o assunto, são terras para encompridar distância e absorver o labor dos que poderiam estar dando carinho a tractos de maior rendimento e de cultivo menos penoso. Compreender-se-ia o cultivo de tais solos em países onde a densidade demográfica justificasse e suportasse alto custo de produção; nunca, porém, aqui, onde a demografia há de ser sempre rarefeita, por falta de habilitações ecológicas para outro diferente. Não adianta verter esforço sôbre terra sáfara e à noite conferir o céu, pois até hoje a poetagem não conseguiu acionar as fôrças inflexíveis do conde. Preferível verificar o *pH* do solo, a ver se vale a pena cultivar nele o que a rotina indica. Quantos agricultores brasileiros conhecem o *pH* de sua terra e sabem quais as culturas indiferentes ou sensíveis à variação do *pH*? Quando andou pelo Brasil, Girolamo Azzi prelecionou na Escola Nacional de Agronomia sôbre tudo isso. Mas, com aquela aparência de príncipe romano ou funcionário do Instituto Internacional de Agricultura, foi habil: conhecedor da susceptibilidade nacional e da modéstia do meio ecológico, preferiu aplicar os princípios científicos a terras da Eurásia, depois, aliás, de haver classificado com certa felicidade as brasileiras. Não pretendeu dar copo de leite a ébrio de patriotada — e

terá feito bem. Todavia, ficou aí seu livro *O meio físico e a produção agrária*, onde se podem buscar as conclusões, pois as premissas foram registradas.

Ensinaram-nos que nossas terras são inigualáveis; e exemplificaram com aquelas, sobre as quais durante séculos a natureza acumulou matéria orgânica, destruída por algumas gerações de agricultores primitivos; que, em se plantando, tudo dá, sem contar-nos haver plantas susceptíveis à luz, ao tamanho do dia, ao estado higrológico da atmosfera, etc.; e chegou-se a atribuir à superioridade da agricultura brasileira em relação à européia o fato de aqui não se usar ingrediente químico nem orgânico, no esforço e na correção dos solos naturais. Então, ficamos sendo homens de Woeikof: passamos a auxiliar as forças destrutivas naturais e temos arrazado o país. Calcula-se que, só no Estado de São Paulo, e só na lavoura de café, algodão e milho, se roubam à terra, anualmente, cerca de cinquenta milhões de toneladas de solo, levadas pela erosão consequente à falta de providência defensiva. O roubo equivaleria a quatrocentos e noventa milhões de cruzeiros. E agora vem do Ceará deputado esclarecido, a dizer que lá o Homem destruiu o solo, fez o deserto; que, em duzentos anos, não mais será possível a agricultura. Pois não: a continuar deste jeito, teremos duas ou três gerações de agricultores. Na Mesa Redonda de Conservação do Solo, da Sociedade Rural Brasileira, assim se exprimiu o senhor João Quintiliano de Avelar Marques, chefe da secção de Conservação do Solo, do Instituto Agronômico: "Perde o Brasil, anualmente, por erosão laminar, cerca de 500 milhões de toneladas de terra. O montante desse prejuízo, na base do valor dos adubos necessários para repôr os elementos nutritivos que se encontram nesta terra em condições de pronta assimilação pelas plantas, é de cerca de Cr\$ 6.500.000.000,00 (seis

bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), ou seja, mais do que o orçamento do Estado de São Paulo". Pois o conde não disse aquilo? Pensamos que não nos faz diferença e chegamos a coroar "rei do café" o predador mór, o mais celerado de todos os cafeeiros, o qual tem o hábito de passar a outras mãos a fazenda, e passar-se ele mesmo adiante, ir abrir novo deserto, cada vez que já devorou o capital da nação acumulado durante séculos sobre a terra que ele comprou, adquirindo o direito só de usá-la, não de destruí-la. Em 1948, regiões do vale do Paraíba sofreram desastre catastrófico, em consequência de enchentes. Parte dos Estados de Minas e Rio de Janeiro cobriu-se de luto, pela destruição de vidas e propriedades, arrastadas por uns riosinhos secundários, feitos oceanos. As populações e as autoridades atribuíram a causa à inclemência meteorológica. Mas, não assim o professor Hilgard O'Reilly Sternberg, que foi estudar "in loco" o assunto, a convite do Instituto de Economia da Fundação Mauá, tendo apresentado relatório mui merecedor de consideração. Diz textualmente: "A chuva caída foi, sem dúvida, excepcional — dentro da memória da população, bem entendido. Não tivesse havido, porém, o abuso do solo, e ela não teria produzido os estragos que produziu. A idéia que prevaleceu de que a desgraça ocorrida é integralmente atribuível a um fenômeno climático ímpar, trás em seu bojo como que uma resignação diante do inevitável, um sentimento de irresponsabilidade diante do acontecido, e sobretudo, uma convicção embaladora de que o fenômeno não se repetirá, nem terá sequela de maior monta". Essa mentalidade é generalizada: folheiem-se as coleções dos jornais e ver-se-á, todo ano, durante décadas, o nosso pasmo ante as mesmas catástrofes, ante as mesmas catastróficas consequências de nossos erros contra a natureza, e que dizemos fenômenos, como se estes pudessem ser consue-

tudinários e se fenomenal não fosse a nossa mentalidade. Voltemos, porém, ao ilustre professor, que continua: "Tal atitude, acentuando descomedidamente a responsabilidade das chuvas, apresentadas como causa eficiente única, age em detrimento de uma ação positiva, de longo alcance, embora não encontre apóio no inquietante desequilíbrio, patente nas relações do homem com a paisagem. Se a altura da chuva caída de modo algum se submeteria à vontade do homem, o mesmo não se pôde dizer do volume total da água escoada à superfície (deflúvio ou *runoff*), nem da velocidade destruidora com que ela foi evacuada, nem, tão pouco, da devastação das vertentes que se esbarrondaram. A chuvada forte da noite de 14 para 15, precedida por alguns dias de chuvas preparatórias, à semelhança da gota fatídica que faz transbordar o balde, deflagrou a catástrofe, mas uma grande parte das consequências que tiveram essas precipitações decorre de mais de um século de abuso da terra". A fome da matéria orgânica acumulada pela floresta durante séculos arma o agricultor brasileiro de machado, com que destrói mantos florísticos protetores que deveriam ser perenes; o pouco rendimento da agricultura rotineira, que não usa a química agrícola nem a mecânica, exige marcha contínua contra a mata, largando-se atrás fazendas — em cuja montagem se empregaram capitais — e cidades, e regiões.

Quando abandonamos tudo isso, as forças destrutivas arrazam o restante, e soem matar os que não foram abrir novos desertos, mais além.

8. Paisagem e Demografia

NO TRÓPICO, a floresta importa mais que a demografia, embora esta seja de relevante importância, quer como mão de obra, quer como recurso de saneamento, pois a intensificação demográfica líquida as endemias, ou mantém o efeito conseguido. Já vimos, aliás, em dois autores respeitáveis, como a defesa florística é o único anteparo do solo equatorial e tropical. "Todo ataque à sombra é ferimento grave para a floresta — grande reserva de sombra, que se adensou no decurso de séculos de esforço vegetal", diz Deffontaines, em comunicação de 2 de julho de 1936 à Sociedade de Geografia.

Haveria, pois, antagonismo entre a floresta e a demografia, e, portanto, entre a floresta e a economia agrária, visto já sabermos que ela é obstáculo à penetração do homem, ao passo que cumpre humanizar a paisagem. Ao menos aqui, o antagonismo não existe, não se justificando a indiossincrasia contra a flora: conquanto não se aceitando todo agricultavel o território nacional, mesmo assim convém reconhecer a existência de espaço para a agricultura e para a floresta. E' por ignorância que pelamos o Brasil, retirando o freio à água e ao vento, e modificando para pior o clima, em proporção calamitosa.

Temos destruído o país, arrazando-lhe a flora protetora:

Para catar essências. Começamos na fase do pau-brasil, levado quase à extinção; e prosseguimos na devastação dos pinheiros do sul, onde bem aproveitada viagem de avião nos deixa tristes; bem como na própria Amazônia e em outras regiões florestais, onde, para catar essências, abrimos clareiras, tomadas logo pelas espécies de luz comum, que se espalham, brocando o valor econômico da mata, passando esta a dominar-se pelas madeiras brancas, de valia alguma.

Para fazer siderurgia, como se tal fosse possível. Ensina-nos a Economia que fazer siderurgia sem combustível é como fazê-la sem minério; e o combustível da siderurgia não é o vegetal, mas o carvão de pedra. Conhecemos desde a infância as matas do Rio Doce, antes daquelas chaminés, que hoje provocam ufania em tanto ébrio de patriotada; e revimo-las recentemente. Estão sendo destruídas. A cobertura, que surge depois da primeira derrubada, é miserável, se àquela se compara. A gradação, ou melhor, a degradação prosseguirá até ao deserto.

Para fazer agricultura. Porque só sabemos aproveitar a matéria orgânica acumulada durante séculos pela natureza, nem havendo adotado generalizadamente o arado, para enterrá-la, para facilitar a proliferação da microfâuna benfeitora das plantas, para torná-la porosa e assimiladora dos sais dissolvidos pela água. A produzir o que temos produzido, não precisáramos haver destroçado a centésima parte. Embora o café seja das culturas menos esgotantes, temos com ele arruinado o solo do Estado do Rio de Janeiro, de grande extensão de Minas Gerais, todo o chamado Norte de São Paulo, a região da Mogiana, da Paulista, da Sorocabana, da Noroeste e já iniciamos a devastação do Norte do Paraná. Com ele, emigram as populações; depois dêle, pastagens, a pecuária, que acaba de espantar o habitante do campo

e termina também em crise, distendendo a miséria econômica em torno a cidades antigamente importantes, mas vivendo hoje da glória pretérita e da mediocridade presente.

Para cosinhar, para alimentar locomotivas, para manter empenchadas as chaminés das fábricas do parque industrial brasileiro. Enquanto há dinâmico serviço florestal em todas as regiões de trópico, mesmo em colônias, aqui é mais ou menos zero o existente; e um chefe de governo confessa acharem-se na Capital mais de cinquenta por cento dos funcionários incumbidos do assunto. Neste ponto, William Vogt excetua apenas a Argentina, arrolando os demais países da América Latina entre os que não teem defesa florestal. Ele ignora o que se passa no Brasil: temos aí serviço, cuja séde fica à margem da Lagoa Rodrigo de Freitas, costumando haver briga entre o diretor e o Ministro da Agricultura, desejoso de morar ali. O mais deficiente possível tal serviço; basta dizer que já o dirigiu um tal Pimentel, o pedidor de empregos, para quem tudo serve, tendo sido *chauffeur* do Ministro, diretor do Serviço de Economia Rural, do Serviço de Informação Agrícola e do Serviço Florestal. Parece que só se saiu bem do primeiro cargo, pois enguiçou poucos automóveis, e não matou Ministro algum. Quanto ao mais, nada fez, preferindo falsear citações e escrever para a imprensa páginas que imagina literárias.

Referindo-se à responsabilidade florestal nas zonas quentes, Deffontaines pergunta: "Mas, dir-se-à, os solos da Terra não devem ter função mais eminente que a de fornecer matéria lenhosa, por mais cara que seja? Não deve a floresta ceder lugar a produções mais indispensáveis à vida dos seres humanos: plantas cultivadas, animais domésticos? Não constitui mesmo a principal epopéia do esfôrço do homem nas nossas zonas tempe-

radas a de haver substituído ao revestimento natural primitivo essas paisagens variadas de nossas culturas e de nossos prados? Se a capa vegetal da Terra perde em beleza, a vida humana ganha em segurança e possibilidades.

“Certamente que sim, e não há razão que imponha à zona equatorial estágio de exploração da mata e lhe proíba produções mais humanizadas. Além disso, afirma-se que o solo florestal é dos melhores que a Terra possui; a variedade de composição da floresta impede o solo de esgotar-se e os detritos vegetais, acumulados desde tempos imemoriais, constituem reservas de fertilidade oferecidas ao homem. E’ preciso, entretanto, compreender-se previamente o valor desses solos florestais e em seguida os meios de sua utilização pela agricultura ou pela pecuária”.

E’ caso a apurar, se o avanço do homem a esses detritos vegetais representa ignorância, ou imprevidência, ou desonestidade. Mas, a ignorância desbasta-se independentemente do estudo em livros, pela própria rotina, pelo empirismo. Se durante séculos o agricultor vê como essa matéria orgânica, acumulada por tempos imemoriais, em algumas gerações se extingue, cedendo lugar ao deserto, não será o caso de deduzir alguma coisa a favor das matas? Deffontaines mostra como a floresta é mais filha do Céu que da Terra, mais da atmosfera que do chão, podendo desdobrar-se em bloco uniforme sobre solos os mais diversos. Pergunta ainda:

“Por que não seria este adubo utilizado pelo próprio homem, pela sociedade vegetal que o homem constituiu em torno de si, com as plantas que escolheu para essas culturas?” E responde: “Mas os solos só continuam a viver se forem deixados no meio em que se elaboram; o solo, a mata, a atmosfera circunvisinha formam um todo, uma associação íntima, um climax, como dizem

os geógrafos. Para guardar a vida, o solo florestal carece da penumbra, do sub-bosque, da umidade, conservados sob as ramagens. Já dissemos que todo ataque à sombra era uma ferida na floresta; mas, no solo florestal, é ainda muito mais que ferida; é exposto diretamente ao ressecamento pelos raios solares e à lixiviação pelas chuvas diluviais; degradar-se-á rapidamente, a vida microbiana morrerá; as águas, subindo por capilaridade, depositarão, durante a estação seca, elementos ferruginosos que se vão aglomerar na superfície e formarão logo uma crosta pedregosa e vermelha, verdadeira couraça superficial, chamada laterite, que quer dizer tijolo. A antiga mata dará assim lugar a superfície rochosa e impermeável, na qual a vegetação se comporá exclusivamente de ervas secas e cortantes; tais são os sapêsais do Brasil, a *brousses* sudanesas ou as *tavy* de Madagascar”.

Sendo mais difíceis no trópico os problemas florestais, e de conservação do solo, melhor e mais prudente haveria de ser nossa política da terra. Mas, é a pior. Enquanto nos países temperados pelo menos trinta e três por cento da área territorial devem conservar o revestimento arbóreo, havendo-os na Europa e na América do Norte até com sessenta e cinco por cento, em São Paulo não vamos além de quinze. O brasileiro destrói a natureza para produzir alimentos, para transportá-los, para cosinhá-los e também para conseguir e industrializar matérias-primas. Não falemos no que se passa em consequência à catação de madeira de lei, somente relembrando que a chaga feita na floresta não é apenas a correspondente à unidade abatida, mas à invasão, através da picada e do claro aberto, das espécies sem valor econômico e que logo se servem de ensejo para espriar-se. Nem falemos no que se passa em Minas Gerais, onde praticamos a insensatês de tentar

siderurgia sem combustível apropriado, queimando as florestas do Rio Doce, fazendo-as desaparecer e com elas o próprio rio. Nem, ainda, nas devastações do sul, onde existe a exploração sistemática de madeiras para exportação. Vejamos a destruição diuturna, constante, crescente, da devastação para lenha e carvão.

Em um ano, só as estradas de ferro paulistas queimaram mais de sete milhões de metros cúbicos de lenha. A Mogiana consumiu mais de um milhão; a Sorocabana, mais de dois. Essas ferrovias varejam distâncias prolongadas sem possibilidade de reabastecimento, carregando o combustível necessário, em vez de transportar mais carga, de ganhar mais frete. Em 1948, as quarenta e três empresas ferroviárias existentes no Brasil queimaram onze milhões de metros cúbicos. A calcular-se a lenha consumida em fins domésticos, basta saber que, mesmo no Distrito Federal, na Paulicéia e nas principais metrópoles brasileiras, é reduzido o número de fogões a gás ou elétricos. Em São Paulo, onde se concentram dois terços da energia elétrica do país, sessenta e duas por cento das calorias consumidas são de origem vegetal. Em Pernambuco, estima-se em setecentos mil metros cúbicos a lenha consumida nos lares, anualmente; em um milhão e trescentos mil a consumida nas usinas açucareiras: um milhão e setenta mil na indústria têxtil; um milhão e duzentos mil nas indústrias alimentares; e trescentos mil na Great Western. No ano de 1941, extraimos de nossas matas mais de noventa milhões de metros cúbicos de lenha e mais de seiscentas mil toneladas de carvão vegetal; cerca de seis milhões de dormentes e seis milhões de metros cúbicos de madeiras para exportação. No decênio 1930-1940, só em São Paulo se queimaram cento e vinte milhões de metros cúbicos de lenha, o que exigiu a devastação de duzentos mil alqueires de matas. Todo ano consumimos trinta

milhões de metros cúbicos, correspondentes ao sacrifício de cento e oitenta milhões de árvores.

E' andar excessivamente para o deserto.

Cabe perguntar: afinal, temos ou não o direito de cosinhar nossos alimentos? de movimentar nossas ferrovias? de acender nossas fábricas? de exportar nossas madeiras? Temos direito a tudo isso. Entretanto, em países intertropicais, como o nosso, ao resolver problemas comestíveis cumpre não criar grandes questões insolúveis. Não se comprometem, não se alienam bens de família — sejam dos componentes de um lar, sejam dos de uma nação. Não nos permitimos apenas criticar, apenas expôr os males e os erros — nem nunca agimos assim. Estamos apenas equacionando, para apontar depois as soluções.

Por ora, apenas desintoxicando. Vendo se quer copo de leite algum ébrio de patriotada.

9. Insistindo

FAZENDO CRÍTICA mui simpática e generosa a este livro, que considera o melhor por nós já escrito, o ilustre professor Alfredo Ellis Junior acha que o autor “às vezes não usou de precisa insistência nos argumentos com que alicerça suas teses, algumas das quais são verdadeiras bombas atômicas de força irresistível”. Ora, o que se procura neste livro é condicionar todos os nossos problemas à circunstância de ser o Brasil tropical em quatro quintos do território; e chegamos a temer a caceteação, de tal modo insistimos nas feições dominantes. Estamos chegando, por exemplo, ao fim do último parágrafo do capítulo, e ainda não mudamos de tecla. Aliás, deixemo-la à margem um pouco, para outra referência ao belo ensaio do professor Alfredo Ellis Junior na *Revista de História*: “Por vezes, diz ele, tive a impressão de que estava lendo minhas próprias palavras, de tal maneira a tese do livro se engrena com o meu pensamento. E’ possível que seja influência exercida em Luís Amaral e em mim, pelo saudosíssimo amigo, Pires do Rio, de quem aprendi tanta coisa nas palestras que mantinha, com esse grande expoente da cultura especializada em problemas econômicos e sociais”.

Imenso prazer, lendo a suposição de Alfredo Ellis Junior, que efetivamente encontrou muito de si mesmo nas presentes páginas, pois em tempos melhores tínhamos os dois o hábito de afinar os instrumentos em viagens para a cidade. Mas, o principal é haver apontado direitinho a gênese da orientação nacional, que aqui repona, fir-

mada em realidades, banida a patriotada. Pires do Rio, o grande mestre, sem dúvida. Embora já um tanto esclarecido e sentindo sempre o acúleo da tragédia infantil — a luta perene, com o Pai, na roça; a enormidade do esforço e a insignificância do resultado; a biblioteca do Seu Ti e a geografia do Joaquim Campos — estávamos em fase de vida urbanista e íamos publicar um volume escrito quase todo na Europa. O antigo Ministro da Viação seria o prefaciador. Lendo seu prefácio para *Iniciação Social e Política* foi que achamos a estrada de Damasco. Lá está, escrito por Pires do Rio:

“Para Luís Amaral, esta Europa é um país pobre, que o homem fez rico. Outra vez o americano do Sul, naturalmente ofuscado pelo inegável brilho da indústria européia, do Vale do Reno sobremodo, descreve mais o que surge aos olhos curiosos do seu pequeno filho, companheiro de viagem, do que o trabalho distante, subterrâneo, formidável e fundamental, das minas de carvão e de ferro; minas que Vidal Lablache, no seu conhecido *Atlas Geral*, indica por um sinal impressionante, na página que tem o título de “regiões industriais da Europa”.

“Ensinava o grande geógrafo, na mais importante página do seu mapa, para quem deseja conhecer o fundamento natural da riqueza européia, que as minas de carvão de pedra se acham na Inglaterra, na região Franco-Belga, na Renânia e Westphália, na Silésia.

“Um estadista inglês, ao par do valor da natureza geológica de sua terra para o progresso de seu povo, dizia, faz alguns anos, num discurso feito em São Paulo, que a sua pátria tinha a seu favor um rei, cuja magestade coisa nenhuma poderia ofuscar — *our king coal* — exclamava Lloyd George. E tinha razão esse liberal inglês apóstolo do livre câmbio. A riqueza do seu povo nascia de sua terra, livre de um esforço de caráter *excepcional*

do homem, sem cujo trabalho, entretanto, nenhuma riqueza poderia surgir, é óbvio. Privada de carvão, a Inglaterra seria como a Irlanda, que tem, aliás, a vantagem da vizinhança das minas carboníferas da própria Grã-Bretanha; sem o carvão, a Bélgica seria como a Holanda, que tem, aliás, a vizinhança do mercado alemão, criado pelas hulheiras opulentas do Vale do Reno; sem o carvão, a Ucrânia não seria o território básico do Plano Quinquenal, na expressão do próprio Stalin.

“O que cria a imensa desigualdade econômica entre os Estados Unidos, de um lado e, do outro, o Canadá, a Austrália ou o Sul-Africano, países povoados pelos ingleses, que têm a glória romana de criadores da atual civilização industrial, é a riqueza de combustível da feliz República do Norte, em contraste com a relativa pobreza dos outros grandes países de mentalidade britânica. Nenhum desdouro, para os ingleses dos países pobres, há nesse fato. Também os países latinos podem ter a sua justificação nos fatos de sua natureza geográfica ou geológica”.

Aí a origem, suposta pelo ilustre professor Ellis Junior. O trecho acima foi relido e trelido, quando estudávamos *A Tragédia do Progresso* de Gina Lombroso; e esclareceu-nos muito. Ainda agora, vem escorregar-nos em pontos básicos do presente ensaio, inclusive quanto à indústria — e isso não foi bem considerado por Alfredo Ellis Junior na sua preciosa crítica, como se verá.

Depois de lançar na escrita a imprescindibilidade de bem considerar as condições mesológicas em que lutamos aqui; e de referir que a debilidade de nossas indústrias provém da escassês de combustível, escreve Pires do Rio: “A tal circunstância física de nossa terra deveria juntar-se uma outra, de natureza geográfica, de suma importância econômica na vida de um país habitado

pelo homem branco; referimo-nos ao clima tropical do Brasil. Para aquilatarmos da grave significação do clima tórrido de uma região, bastaria o fato simples de não haverem os gregos, os romanos e os europeus modernos, em milênios de tentativas, conseguido uma vasta penetração na África do Norte.

“O que os franceses e belgas tem feito na África Central é coisa de pouco vulto; mas, no sul, com melhor clima, além da mineração de ouro e diamantes, que o calor, aliás, menos prejudicaria, já os ingleses teem produzido mais, na agricultura e na pecuária. Sem dúvida, o Sahara, com a sua aridês, é uma barreira; mas, Aristóteles observou, Cícero esteve de acôrdo três séculos mais tarde, que o clima africano era impróprio à vida humana. Entre tal exagêro de opinião, evidenciado pelo povoamento da Índia, da Indo-China e do Sul da China (aqui, ousamos discordar, por argumento já expendido, ou a expender-se, que se resume: viver, vive-se em qualquer parte; importante não é encher de gente, mas dar condições humanas de vida), e a impressão de Humboldt, que Amaral transcreve, oitenta anos depois de manifestada, a respeito do futuro da Amazônia, há lugar para a esperança de que, como as bacias do Ganges e do Indo, a bacia amazônica se possa povoar, muito embora o pessimismo de Buckle, sujeito a erros e illusões, como todos os sábios quando se transformam em profetas de fenômenos sociais, que não estão regidos ainda por leis da ciência humana, sem embargo do muito que se há feito nestes últimos tempos, em matéria de estatísticas, que são as armas dos economistas e, provavelmente, dos sociólogos futuros.

“O clima tropical do Brasil, que afeta quatro quintos do seu território, determina uma economia agrária de muita concorrência mundial; na economia pecuária, priva-nos o clima dos carneiros de boa lã e do gado

bovino de raças mais finas, que não resistem ao carrapato e ao berne. O pior do clima tropical, porém, é sujeitarnos à importação de trigo e de vinhos dos países de clima fresco”.

Aí está, com data de 1933, quase vinte anos, o germe do presente ensáio, para o qual houve outros alentos — as horas e horas de prosa com Pires do Rio, com Alfredo Ellis Junior; o reinício da luta na vida rural brasileira, já havendo aí a possibilidade de confronto com a de países temperados, da América mesmo e da Europa, de modo tal que alijamos ao mar o conteúdo do seguinte precioso tópico do referido prefácio de Pires do Rio.

“Por patriotismo, Luís Amaral guarda uma ilusão, no meio de tôdas as que pretende destruir, a ilusão de que o meio físico não seja o predominante fator da riqueza dos povos modernos”.

Póde-se, portanto, insistir, nem valendo a pena deixar de fazê-lo por medo de tornar cacete o ensáio, que já o está. Permanecemos mais um pouco na política da terra, muito essencial no trópico. O autor de *L'Esprit des lois* viveu bem antes da Ecologia e, se produziu páginas de veemente defesa das populações americanas — como aquela, onde não condena a nossa possível antropofagia mais do que a crueldade de seus compatriícios — escreveu algumas de pura rivalidade interemisférica. Não soube perceber, entre outras cousas, a inconveniência ou a impossibilidade da substituição de florestas por homens, em determinadas regiões. Mas, ainda com aplicação às plagas americanas, Montesquieu disse com acêrto, no precioso livro: “Les hommes, par leurs soins et par de bonnes lois, ont rendu la terre plus propre à être leur demeure. Nous voyons couler des rivières là où étaient des lacs et des marais; c'est un bien que la nature n'a point fait, mais qu'elle entretient... Ainsi, comme les nations destructrices font des maux qui

durent plus qu'elles, il y a des nations industrieuses qui font des biens qui ne finissent pas même avec elles".

Mesmo no trópico, e mesmo no hemisfério de cá, se encontram exemplos. Os incas realizaram grandes obras de defesa do solo, as quais subsistem ainda, embora o império haja se esfacelado há séculos. O nosso medo é já havermos praticado males, que sobrevivam a nossa pátria, que matem nosso país, de tal modo vai longe, aqui, a obra destrutiva e de tal modo arraigada a mentalidade nacional, que aceita e consagra isso, sem ao menos pensar na adoção de práticas diferentes. Forçamos a evolução a inverter-se e anulamos as leis dos sábios. Enquanto Buffon nos mostra como só os séculos e densa população tornaram navegáveis o Ródano e o Loire, "en contenant les eaux, en les dirigeant et en nettoyant le fond des fleuves", aqui póde um chefe de govêrno — Milton Campos — escrever em mensagem ao Legislativo: "Conforme se verificou na região a que particularmente aludimos — a referida em páginas anteriores, teatro das grandes inundações — os leitos dos rios, por efeito de contínua sedimentação, se vêem levantando gradualmente, fazendo com que os cursos de água se espraíem. Esse fenômeno mostra a perspectiva de maior possibilidade de novas e perigosas inundações. Os depósitos aluvionais, se os efeitos da erosão não forem corrigidos, agravarão essa situação, determinando maior extravasamento das águas". Enquanto boa política do solo aumenta as facilidades ao homem, a destruição o incompatibiliza com a natureza. Rios de minguaço porte, como o Ródano, são caminhos que andam, nem valendo a pena lembrar o que é o tráfego no Reno, no Mosa, e outros; aqui, rios figurantes em nossa curta história como vasadouro de produções e via de penetração, hoje são filetes inviáveis, sem canais mesmo para comportamento das águas acrescidas por chuvas. Normalmente, não conduzem; por exceção, arrastam. Sem

dúvida, Buffon errou muito em interpretações sôbre o Continente de cá, pois desejou aplicar filosofias, onde só teriam cabimento ciências naturais. Não obstante, até agora merecemos várias das increpações, por ele feitas. De resto, ele próprio admite outras combinações de elementos e outras causas físicas — hoje conhecidas — dificultadoras da atividade econômica aqui, “où, loin d’user en maître de ce territoire comme son domaine, il (o homem) n’avait nul empire; où ne s’étant jamais soumis ni les animaux, ni les éléments, n’ayant ni dompté les mers, ni dirigé les fleuves, ni travaillé la terre, il n’était en lui-même qu’un animal du premier rang. et n’existait pour la nature que comme un être sans conséquence, une espèce d’automate inpuissant, incapable de la réformer ou de la seconder: elle l’avait traité moins en mère qu’en marâtre en lui refusant le sentiment d’amour et le désir vif de se multiplier”. Errado quanto à América extratropical; mas, certo quanto à restante, havendo podido o conde muito bem silenciar sôbre aquela história de, no Brasil, a natureza dar ao homem “tudo quanto pôde dar, mostrando-se-lhe sempre magnânima, meiga, amiga, maternal”. Madrasta — marâtre — escreveu Buffon, melhormente.

O naturalista francês precisa ser recusado em boa parte de sua ciência, misturada de filosofia inoportuna. Mas, não podemos deixar de buscar em suas páginas de pessimismo sôbre nós alguma cousa impressionante: o fato, por exemplo, de não haver aqui os animais de grande porte, que marcam a fâuna intertropical da África; e, em oposição, ganhar mais vulto e maior número, aqui, tôda a subfâuna de sevandijas e insetos nocivos. Porém, o que mais devemos perquirir nele, é o ponto de vista, segundo o qual a natureza primitiva não é mãe generosa, cumprindo ao homem domá-la para sobreviver. Nós não a domamos: matamo-la de uma vez; e a desfiguramos, incompatibilizando-a conosco.

Todavia, se Buffon não fosse anterior a essenciais conquistas no campo da ciência, se houvera conhecido algo da ecologia tropical, poderíamos entusiasmar-nos à leitura do seu tropo, em *Deux vues de la Nature*, aliás num péssimo francês:

“Maître de la nature, il ne lui reste qu'un fléau à vaincre pour faire régner sur la terre cet âge d'or chanté par les poètes et qui, loin d'avoir existé dans le passé, doit être la vision qui doit guider la marche de l'humanité. Il reste à l'homme à apprendre à ne pas se détruire lui-même et c'est alors que l'espèce humaine maintenant affaiblie, mutilée, moissonnée dans sa fleur, germera de nouveau et se multipliera sans nombre; la nature accablée sous le poid des fléaux, stérile, abandonée, reprendra bientôt avec une nouvelle vie son ancienne fécondité; et, nous, Dieu Bienfaiteur, nous la seconderons, nous la cultiverons; nous l'observerons sans cesse pour vous offrir à chaque instant un nouveau tribut de reconnaissance et d'admiration”.

Infelizmente, no trópico a natureza é como as sacerdotizas de Vesta: virgem, uma vez e nunca mais; a ferida, que o homem faz à floresta, jàmais cicatriza; nunca mãos humanas reconstituirão no trópico o que aí edificára a natureza e foi destruído. No assunto, a só cousa a fazer, é largarmos de ser homens de Woeikof, não auxiliarmos a fôrça destrutiva da natureza, não continuarmos depredando.

Não seria temerário reforçar um pouco o que em outra página se afirmou, sôbre haver hereditariedade e tara na mania brasileira de destruir, de considerar o machado o principal instrumento de civilização, como se também aqui precisássemos do “clear the land” norte americano. Não vem do aborígene a idiossincrasia contra a floresta, ante a qual, desarmado, nada poudes, sendo-lhe mais cômodo mudar o abarracamento, ir localizar-se onde a caça fosse menos rara, do que abrir nova clareira na

mata agreste. Atribua-se o mal ao europeu, provindo de Continente onde civilizar era devassar, e onde a floresta não se revestia do grau de importância científica que a recobre no trópico; onde, outrossim, à selva lhe basta ser "demivière", nunca, entretanto, se tendo desbravado lá tanto quanto aqui. O ádvena começou a devastar por interêsse, na catação de essências; continuou em parte por ignorância — íncio de que no trópico os efeitos são mais amplos e maléficos do que nas regiões temperadas — e por ambição, a servir-se da matéria orgânica acumulada durante séculos, sôbre terras que ele só visava explorar, sabendo prèviamente não poder conservá-la no futuro, que, assim, deixou de ter alguma expressão e de sugerir-lhe comportamento de previdência e sabedoria. Apesar disso, no velho Continente grandes reservas florestais foram sempre respeitadas — e ainda o são — quer como templos drúidas, quer como fortaleza de povos insubmissos, enquanto aqui a devastação não teve limites, praticando-se mesmo como processo de desarmamento do íncola, que na mata se abrigava e se defendia. Como diz Gilbert Chinard em *L'Homme contre la Nature*, até à metade do século passado a floresta européia desempenhava no terreno político a importância dada hoje ao carvão e ao aço; aqui, entretanto, nunca se imaginou atribuir-lhe o relevante papel, que lhe compete, maior ainda, de preservadora do solo e do clima. Lá, ela era o marco do poder soberano; aqui, parece que só a clareira firmaria o "uti possidetis". Mas aqui só a floresta impedirá o deserto.

Esbarrou-se no paradoxo: para humanizar, cumpre desbravar; se se desbrava, fabrica-se o deserto. Paradoxo mais triste ainda: só populações superiores conseguiriam enfrentar os problemas tropicais, com seus homens de govêrno, com seus instrumentos de trabalho, com sua ciência, com sua mentalidade; mas, a maior superioridade que demonstram, é evitar o trópico...

10. Terapêuticas improvisadas

O fato de não sairmos ainda da questão florística, mui ligada à pedologia, pois mal sabemos se haverá outro setor, onde aflore tanta ilusão e frutifique tanto erro — faz-nos lembrar isto: como já foi dito, ocupou o cargo de diretor do Serviço Florestal o zôilo que, para criticar-nos, deturpou o que escrevêramos, produzindo documento permitidor de o chamarmos sempre de ímprobo, de desonesto, sem que ele possa tossir nem mugir; entretanto, nas séries que escreveu não articulou uma linha no problema florestal, de que tanto nos ocupamos e que deveria constituir o seu forte, se não o soubéssemos também competentíssimo em economia rural e em *chauffeuragem*, pelo menos.

Nos últimos anos, começamos a preocupar-nos com florestamento. Navarro de Andrade manteve dinâmica luta a prol eucaliptização, sendo inegavel muito haver-se realizado aí. Tudo certo, tudo aproveitavel? Duvidamos um pouco; ou, pelo menos, só vemos terapêutica aplicavel a efeito, sem ir à causa. Já foi dito serem incicratizáveis as feridas abertas em a natureza brasílica. Além do mais, passamos a tentar um indigenato impossível, adotando quase exclusivamente espécies alogenéticas, sem o menor respeito à fitossociologia, nem à sincorologia. Há mesmo na Câmara dos Deputados, procedente do Ministério da Agricultura, projeto de reforma agrária, em que o reflorestamento figura de modo genérico, demonstrador de como se laborou sem análise de causas, com risco de agravar-se o mal.

Na questão florestal — nem almejamos invadir o setor científico, mesmo o técnico, pois visamos apenas o Brasil político — há muita coisa a considerar. Necessário respeitar a natureza, a não arrostartmos o perigo de ser por ela contrariados. Quando pretendemos dar ao eucaliptus a liderança florística, esquecemo-nos de que dominância não é só questão de quantidade. As espécies dominantes o são, diz Flahaut, não apenas pelo número, mas pelo porte, pela fôrma ou duração dos indivíduos, por sua ação sôbre o habitat. Tudo isso depende da natureza. Podemos abastardar uma cobertura vegetal, pela catação dos indivíduos líderes; mas, difícil reconstituí-la sem obediência ao aborigenismo anterior. E de outra maneira não se faz silvicultura, nem mesmo a golpe de leis, providas da lucubração de amadores.

Não se fará silvicultura no Brasil. Porque povo pobre, vivendo em meio dominado pelo imediatismo, não fabrica *whisky* nem semeia para colher oitenta anos depois. Se na Escandinávia a tradição é plantar o avô para o neto colher, aqui a prática tem sido outra: cada geração extrai da natureza o máximo, passando à seguinte um Brasil cada vez mais deteriorado e inserível. Aqui se planta eucaliptus, não por se prestar ele ao endemismo, mas porque em cinco anos dá um córte de lenha vendável. Virão umas socas, também vendáveis. Depois, nada, nem renda suficiente ao pagamento do imposto territorial. Outras espécies não medrarão alí; o subsolo estará esgotado; aniquilada a ornitologia, em consequência à impossibilidade de nidificação e à falta de alimento no sub-bosque — que o eucaliptal não admite — haverá arrasadora microfâuna, de desanimar qualquer esforço novo. Nossas várzeas não terão mais flores. Não surgirá outra geração de agricultores em terra talada pelo eucaliptus. Quando por reflorestamento entendemos e praticamos a eucalip-

tização, só estamos certos se ocupamos terras já antes esterilizadas; e assim mesmo só parcialmente certos pois seria melhor restaurá-las, readaptá-las à agricultura. Não é produzindo lenha que se edifica uma pátria, nem devemos ufanar-nos muito, pelo fato de nos tornarmos lenheiros onde os avós labouraram.

O melhor a fazer, no caso, é o que vamos verificar no local apropriado, com minúcia; é não devastar mais. O já devastado ficará mesmo como as sacerdotizas de Vesta, depois de invadido o templo. A primitiva flora brasileira nunca se domina pela homogeneidade de qualquer espécie, sendo difícil aplicar-lhe algum princípio de sincorologia, pois o seu próprio equilíbrio provém da mais absoluta anarquia: de tudo um pouco, formando as diversas camadas vegetais os diversos anteparos indispensáveis à hercúlea defesa do solo contra a radiação solar e até a de muitas espécies anárquicamente associadas no mesmo bloco. Não estudáramos a constituição das florestas e dos bosques, que destruimos, não sendo possível reproduzi-los nas tentativas de sanar males perpetrados contra a natureza. Ainda quando soubéssemos de cór essa constituição, não seríamos capazes de fazê-la repetir-se; nem isso interessaria a povo talado de pauperismo e, portanto, imediatista, plantador de eucaliptus para fazer lenha. Os De Candolle — pai e filho — já aconselhavam hierarquizar as regiões florísticas, divididas em províncias, distritos e localidades. Em *Éléments de Sociologie Végétale*, Pavillard ensina que a vegetação é o espelho do clima, sendo ela que fornece o índice de autonomia das regiões botânicas. Não podemos continuar devastando na esperança de reflorestar, nem eleger paus de lenha como cicatrizantes das feridas que abrimos na natureza. Aqui, ao ufanismo do conde somam-se as preleções do poder público e tenta-se juntar a força legal promanada de brilhante bacharel que, tendo

tido um mês para redigir projeto de refórma agrária, deseja fazer de cada proprietário rural um lenhador em perspectiva. A grande importância, que se dá ao refloramento, não resulta de com ele obtermos matéria lenhosa; porém, do que se pôde conseguir em benefício do solo, não só nem principalmente pelo acúmulo de matéria orgânica, mas sobretudo pelo fator térmico e pelo fótico, reconstituindo-se o optimum climático da região. Muito mais difícil reflorar do que agricultar, pois se requer muito mais da ciência, não sendo como em geral se imagina. Quem enche de eucaliptus um terreno, dentro de cinco anos terá um metro cúbico de lenha por três árvores; e em mais alguns legará ao filho um solo maravilhoso para criar cobra, formiga e cupim, pois nada haverá ocorrido alí no setor do fototropismo nem da fotomorfose. Mesmo a ação do vento só em mínima parte haverá sido controlada, porquanto os freios reconicionados, fornecidos à região, nada tem de comum com os originaes, próprios exatamente às necessidades tópicas. Os solos brasileiros são quase todos ectodinamomorfos — tiveram a formação dominada pelos fatores térmicos, fóticos e hídricos. Neles, só convém o refloramento cientificamente praticado. Ai é que muito imprescindível se torna a permanente e solícita assistência oficial, a evitar acabemos de estragar solos, que com maior facilidade e maiores vantagens se reabilitariam para a agricultura.

II — HUMANIZAÇÃO

DA PAISAGEM

1. Nação e curral

MAL E MAL desembarca no Rio de Janeiro ou na Paulicéia alguma personalidade, algum cientista, algum naturalista, corremos todos a desfrutar o suposto basbaque: imaginamo-lo boqueaberto ante o país, ante o paraíso da terra; e a imprensa faz perguntas, dessas contenedoras das respostas já engatilhadas. O coitado há de arranjar meio de sair-se bem. Visitante educado e, além do mais, desejoso ou precisado de publicidade, haveria de decepcionar-nos e responder verdades desagradáveis? Queria tornar-se impopular logo ao chegar? A resposta, nós a encadernamos luxuosamente, para brandir nos momentos oportunos: foi Fulano quem disse! Ainda recentemente esteve por aqui o senhor Louis Bromfield, que logo à primeira vista se notava não ser da Casa Kosmos, pois bastante enrugado. Todosatisfeito com a publicidade em tórno a seu nome, o ilustre romancista chegou a negar a existência de terras cansadas no Brasil. Agora, inutilmente a elas se referirá alguém. Ignorância, se retrucará; Louis Bromfield disse que elas não estão cansadas, e não estão mesmo. Assim quanto às demais questões.

Essa história de nossa capacidade demográfica não é atrapalhação apenas do conde: a pequenina Bélgica possui tantos milhões de habitantes? Então, o imenso Brasil poderá possuir tantos. Penk é igualmente imaginoso quanto a nossa possibilidade demográfica: o Brasil teria capacidade para dois bilhões, e isso nos impa de orgulho, enchendo-nos de indignação o “pessimismo” de Freise, que reduz a bela cifra a pouco mais da quarta parte, a quinhentos e cinquenta milhões. Se a questão populacional fosse de cubagem, resolvê-la não seria difícil. Mas, quando procuramos reduzi-la à verdadeira expressão, esmagam-nos com a opinião do estrangeiro: foi Penk quem disse!

Muito importante, no embasamento dos problemas brasileiros, a demografia, mesmo quando não se afirma que governar é povoar. Há princípios fixados desde Cantillon, mantidos pelos discípulos, inclusive Quesney. Como não fazemos ciência, não iremos lá, embora recolhemos no marquês de Mirabeau este critério: “a medida da subsistência é a da população”, motivo por que dizia esse continuador de Cantillon: “On voulait traiter le mal sans en connaître le principe; on ordonnait des mariages, on récompensait la paternité, on flétrissait le célibat; c’est fumer, c’est arrosser son champs sans le semer, et en attendre la récolte”. Muito depois do autor de *L’Ami des hommes*, que assim tão bem se pronunciára, Francesco Nitti situou devidamente a questão, exemplificando com a China, como Cantillon: a capacidade demográfica de um país não se calcula pelo número dos que ele póde conter, mas pelo dos que póde alimentar e vestir.

Então, que nos perdoe William Vogt; mas não se resolveu o problema demográfico daquelas regiões, que não estão povoadas, apesar de superatbitadas; porque não se conciliaram a cubagem e a capacidade de vestir e

alimentar as populações. Porém, não mencionemos autores, possíveis de contestar-se, embora consagrados através dos séculos pelos acontecimentos: citemos o bode e a cabra referidos por Townsend, em *A dissertation on the poor laws*:

Largaram o casal caprino na ilha de Juan Fernandez. Nos primeiros tempos, foi um multiplicar-se a não mais poder, visto como existia alimentação à vontade. A seguir, começou a escassear a pastagem, a reduzir-se a multiplicação, e foi mantido o equilíbrio entre possibilidades alimentares e aumento de cabritos, até quando outros fatores intervieram no caso.

O bode ignora; mas o homem sabe: quando alguém se expatria, é para melhorar de vida. "Il vaut mieux chômer ou mourir chez soi qu'au loin". Como todos os animais, o homem tem habitat apropriado, fóra do qual só por constrangimento se fixa, e onde não progride. Principalmente hoje, com a generalização dos conhecimentos, ou, pelo menos, dos rudimentos científicos, ninguém vai praticando levemente o ato gravíssimo e dolorosíssimo de abandonar a pátria. Ninguém faz isso para encher curral, para densificar demografia de outro país, que não seu, que não ama, cujo interesse não lhe interessa. Em tempo ido, o governo brasileiro promoveu ufanística propaganda nos meios emigracionais do velho Continente, chamando elementos humanos para cá. O repertório publicitário referia cousas do arco da velha, inclusive cartazes de bangalós, onde morariam, nas fazendas, os colonos, os quais até hoje escapam à possibilidade de oitenta por cento da população urbana, pelo menos. Agora, isso está desmoralizado, sendo matéria pacífica não podermos esperar de fóra grande contingente humanizador da paisagem brasileira. Tentá-lo, além de agravar questões sociais seria atingir precocemente o primeiro "check" de Malthus:

a miséria, consequente à falta de equilíbrio entre produção de subsistência e aumento populacional. Os ébrios de patriotada julgarão risível, pois imaginam o Brasil "celeiro do mundo", sem reparar que, além de subnutrida a maioria da população nacional, se morre de fome neste país. A miséria que campeia no Brasil inteiro é consequência da desigualdade da luta — de um lado, população desarmada de recursos mecânicos e químicos; de outro, natureza madrasta, avara no propiciar menses e abundante em germes patógenos. Todavia, os responsáveis pela assistência oficial costumam pretender desculpas à incúria, "provando" que se produz muito. O já referido zôilo do Ministério da Agricultura alinhou cifras da produção nacional, mostrando como é feraz a terra. Apenas, esqueceu-se de que não esposamos nem defendemos a tese da esterilidade do solo brasileiro; nem fez como nós — não inseriu, ao lado de nossa produção, a de outros países, para efeitos comparativos. Por isso, ficou na situação daquele alto funcionário da Secretaria da Agricultura paulista, o qual, visitando conosco a fazenda da Hollambra, no município de Mogi Mirim, queria que nos boqueabrissemos ante o que víamos — como se houvesse proporção entre aquilo e o capital invertido; queria que nos entusiasmássemos ante os rebanhos, que de fato nos entusiasmariam se se tratasse de exposição, mas nos deixavam tíbios em se tratando de exploração econômica; queria que admirássemos a cultura dos pastos, como se pudéssemos compreender, em meio de consumo restrito como aqui, o elevado custo de produção daquela manteiga, quando víamos passarem tratores para arar pastos, tratores para irrigar pastos, caminhões carreando resíduos do lixo da cidade Campinas, e tresentos cruzeiros a viagem (só o carro), gasolina para extração de água subterrânea... Tudo muito bom na Holanda, apreciável mercado de consumo,

ao lado de outros, excelentes; não aqui, onde a capacidade aquisitiva é mui baixa e mui rarefeita a demografia. Mas, existe agravante para essa miséria das populações interiores: o próprio hábito da miséria. Um pesquisador econômico manifestava-nos sua estranheza ante a penúria notada em todos os sítios que visitou, inclusive naqueles cujos proprietários não os venderiam a quarenta mil cruzeiros o alqueire paulista. E nós pensando: se qualquer daqueles sitiante pedisse emprestados cinquenta mil cruzeiros a qualquer um da comitiva pesquisadora, nenhum poderia atender, mesmo querendo; mas, se um pesquisador pedisse cinquenta mil cruzeiros emprestados a algum sitiante, qualquer estaria em condições de deferir. . .

Não temos dúvida: seremos dito derrotista por muitos, que se julgam patriotas; e já fomos. Apenas ousamos retrucar: conhecemos o Brasil e é isso para nós um ponto de ufania; ao passo que eles são sentimentais, ou confundem com situação geral a sua própria, talvez sustentada por bons ordenados, que não passam da soma de impostos do povo miseravel, subalimentado e em parte morto à fome. Claro que, em ensáio desta natureza, não é possível sonegar tudo quanto se haja haurido em livros; seria desonesto não mencionar autores. Mas, chegará momento quando só jogaremos com pesquisas "in situ", por grotas onde, antes, só haviam passado exatores do fisco e vendedores de papel pintado das "siderúrgicas", empurrando ações àqueles miseráveis referidos pelo pesquisador econômico. A quem não gostar muito da referência ao primeiro obstáculo ou freio demográfico de Malthus aplicado ao problema populacional brasileiro, diremos que não só ele, mas também o segundo se pratica: o vício; o próprio neomaltusianismo se usa generalizadamente pelo Interior; e hoje há concausa para o precoce envelheci-

mento das caboclas — os processos violentos contra a maternidade. Não temos culpa de não sermos analistas, de não ligarmos efeito a causa, de vivermos embriagados de patriotada. Quando moemos os ossos aí pelo Interior; quando passamos dias a fio sem conhecer conforto de qualquer espécie, visitando recônditos até onde não chegam as solicitudes oficiais, nem vão buscar inspiração os poetas e os beneficiários da situação em que vive o país; praticando “estradas” onde só se encontram bodes, os bodes que voltam eles mesmos desanimados de continuar e que, na expressão de Camilo, não passam as “estradas” de excessiva imaginação das municipalidades — estamos bem desperto, olhos esbugalhados à realidade, coração franqueado à miséria observada, e sempre disposto a zangar-nos com os que vivem narcotizados pelo ufanismo, a ponto de esquecer que isso não pôde continuar; que não vale a pena humanizar a paisagem de modo tão desumano; que atrair nas condições de hoje mais contingentes demográficos, é lesar a população tópica e agravar de modo irremediável a questão social.

Densificar a população brasileira e bem distribuí-la, não é matéria opinativa, mas taxativa. O país, que é agrícola e jàmais deixará de sê-lo, precisa de mão de obra; intertropical, necessita cuidar do saneamento, a ser conseguido e mantido — cousa só possível pela ocupação total, isto é, mediante manutenção, nas regiões saneadas, de população quilométrica igual à referida por Gourou e registrada em página anterior. Mas, cumpre estudar serenamente o caso; cientificamente; sobretudo, considerando que patriotismo é uma cousa, outra a patriotada. Tendo sempre em vista aquilo de Brunhes, também já registrado: preferível contentar-nos com meia vitória a expôr-nos a catastróficas derrotas. Não é inteligente vivermos a lastimar infelicidades nacionais e,

ao mesmo tempo, agravar suas causas. Por patriotismo, sejamos lógicos, indo à relação de causalidade. Se mesmo após haver muito viajado ao exterior, incidiu Malthus em grandes erros, nem por isso deixemos de aceitar o de bom encontravel nele; bom e certo, por independender de viajar e observar: porque humano, perceptível e interpretavel por qualquer inteligência esclarecida e sensata. Aliás, vamos aqui voltar à infância, inscrevendo alusão pessoal, apenas a dar possível autoridade a estas páginas:

Como se viu no início, o autor nasceu e criou-se numa das regiões mais atrasadas (porém, a mais querida) do país; e passou-se à mais evoluída. Caboclo, prêso à gleba pela nostalgia da gleba, nem por haver adotado profissão cidadina cortou amarras com o sertão. Ao contrário, mais de uma vez tem vivido entre a cidade e a serra; não sendo nenhum Jacinto, acabou ficando na serra, com repúdio à cidade. Por isso, há nele um pouco do ascensorista, que, frequentando o porão e o sótão, possui informações e impressões do edifício todo: conhece o Brasil gata-borrallheira do Interior, onde se formam os graves problemas; e o Brasil lustroso das grandes metrópoles, onde se instalam magnificamente as comissões que, destinadas a resolver os problemas formados no Interior, passam a viver dêles e a agravá-los. Menino, acompanhava à roça o Pai — o santo Pai — e sabe o que são as agruras do eito, conhece desde a meninice esses problemas rurais até hoje não resolvidos, ouve desde então discursos literários e promessas em tôrno dêles; já percebia intuitivamente que agricultura não podia ser aquilo — tanto sacrificio e tanta privação; e que as soluções jámais seriam levadas pelos Euricos, por aqueles almofadinhas de quando em quando remetidos pelo govêrno, e que iam sòmente apanhar dos pais das meninas bonitas, que buscavam corromper.

Homem, veio a conhecer o esplendor dos grandes centros; não de todo desservido de inteligência, percebeu ser muito mais habil colocar-se ao lado dos "brasseurs d'affaires" que dos agricultores, ser muito melhor fazer jornalismo industrialista (os industriais é que dão anúncios) do que jornalismo rural (os agricultores nada teem para anunciar-); mas, colocou-se a serviço dos rurícolas, sendo irritantemente, monòtonamente cacete na agitação de problemas ruralistas, durante um quarto de século, sobretudo após haver frequentado meios agrícolas de outros países. Não sendo nada regionalista — ao contrário, considerando-se "apenas" brasileiro — julga-se com pleno direito a debater os problemas nacionais sem inibições nem ostentações regionalistas, pouco se lhe dando que aqui ou ali o julguem desta ou daquela maneira, pelo fato de menoscabar patriotadas locais: tão nortista quanto os nortistas; tão sulista quanto os sulistas; porque brasileiro, porque autorizado a se imiscuir em questões de qualquer polegada do território nacional, a levar ao último recôndito brasileiro a plenitude de seus deveres e de seus direitos.

Agradar, é fácil. Basta imitar o conde. À vez, ser patriota incluí a desagradavel coragem de repetir Cyrano de Bergerac:

*J'aime rarefier sur mes pas les saluts
Et m'écrie avec joie: un ennemi de plus.*

Vivemos fase penivel da nacionalidade, quando todos parece lerem Bentham, entregando-se todos ao hedonismo, ao gôso intenso, como se o mundo fosse acabar amanhã e não houvesse a seguir outra geração, para com a qual temos compromissos e deveres. Necessários uns cabeças duras, uns *quakers*, uns amigos dos cem por cento, que não se mergulhem nos atalhos, que não esco-

lham o mais facil, que não se sotoponham aos mais generosos, aos capazes de recompensar melhor, de ofertar melhores peitas; uns atrazadões, incapazes de admirar certos êxitos, de reverenciar certas importâncias pessoais sem importância. Necessário lembrar que o atual momento histórico é rigorosamente igual a muitos outros, havidos em outras épocas; que o mundo vai continuar, o Brasil também, e que as amarras com o futuro não se farão por intermédio dos triunfadores de hoje, mas pelo dos que se esforçam, dos que tentam alguma cousa para que alguma cousa se salve.

2. Movimentos demográficos

NÃO PRECISA ARGUMENTAR de outra maneira quem consegue para sua tese a aliança da constante histórica — séculos e séculos — com os princípios científicos. Prosáico e objetivo, não estamos fazendo ciência nem história. Mas, nem sempre é possível deixarmos de importunar os autores e de ir aos princípios gerais, afim de fortalecer a realidade substantiva, que visamos tão só. Quanto à humanização da paisagem brasileira, inutilmente ofertaríamos copo de leite a ébrios de patriotada, se não os manietássemos com a autoridade científica.

Antes, entretanto, exporemos a cousa, deixando para depois a causa. Vejamos o processus de povoamento das Américas, relembando que as atravessam os trópicos a meia altura do México e mais ou menos na Paulicéia. Salientando a importância da intersecção, digamos logo improcedente o excesso, como o dos que imaginam isto: até eles, uma cousa; logo abaixo ou logo acima, outra. Fiado nisso, um eslavo, a quem lhe informaram que a linha tropical atravessa a cidade de São Paulo pelo eixo da rua Helvécia, e desejoso de beneficiar-se de ameno clima durante todo o ano, comprou duas casas: uma no lado par daquela via e outra no ímpar, afim de viver na primeira durante o verão e na outra durante o inverno, sem despender com mudança. Constando em Sorocaba que a linha do trópico intercepta o cemitério local, um professor de geografia, pre-

cisando de sepultura perpétua, ao ir comprá-la fez questão de conseguir do lado extratropical, ou seja do lado sul.

Nenhum exagêro, porém, ao afirmar-se que, em qualquer tempo, até hoje, os contingentes humanos tem buscado na América as regiões extratropicais, quer quanto às migrações interemisféricas, quer quanto às continentais internas. Vão falar as cifras, muito cacetes, mas pouco discutíveis. Mostrar-nos-ão, em primeiro lugar, como se localizaram na América as correntes migratórias de europeus, ao sistematizar-se o desbordamento populacional. Consideremos, aliás, que a África está lá pertinho, tôda retalhada em colônias européias, de modo que, indo para ela, os imigrantes não precisariam sequer mudar de pátria política; entretanto, os navios pejados de imigrantes cruzavam o Atlântico, ou desciam até o sul africano, ou iam à longínqua Austrália. Há motivo e explicação para isso.

Aquela sistematização é do século dezenove, em cujo início a população européia seria de 175 milhões de habitantes, no cálculo da *Statistique de la superficie et de la population des contrées de la terre*, de E. Levasseur. O crescimento foi sendo de 150 por cento em um século, subindo a densidade de 19 para 45. Na Lombardia, era de 90 pessoas por quilômetro quadrado. Quer no caso da Europa em geral — excluidas as regiões acima do grau 66 de latitude norte — quer nos particulares, como o citado e outros, a densidade demográfica já ia bem acima da média tida por desejável. Estava declarado o problema populacional, cuja evolução se calculará pelo crescimento dos diferentes núcleos — cousa facil de acompanhar-se em *População Mundial*, de Saunders. As populações cresciam até de 0,8% ao ano, na Áustria, na Prússia e na França. De 1800 a 1850, a média anual de crescimento da população européia era

de 0,17%; de 1850 ao fim do século, de 0,82%; e de 0,78% daí até 1930. Nos mesmos períodos, não calculamos a progressão percentual do Brasil, mas encontramos na obra daquele autor a dos Estados Unidos e do Canadá: 2,99% — 2,4% e 1,61% para o primeiro; 1,62% de 1850 a 1900, e 2,15% de 1900 a 1931, para o último.

A não encompridar muito, vejamos a população absoluta da Europa, dos Estados Unidos, do Canadá, da Argentina e do Brasil em 1800, em 1850, em 1900 e em 1940, visando caracterizar a demografia do ponto de partida das principais correntes migratórias do hemisfério de lá, e a localização delas no de cá, em países extratropicais e no nosso. Quanto ao Brasil, servir-nos-emos do trabalho já tido, em parte, para a *História Geral da Agricultura Brasileira*, cujo capítulo VI da Primeira Parte (primeiro volume) se dedica ao assunto; quanto ao mais, acompanharemos ainda Saunders. Em 1800, a população européia era de 187 milhões (diferente do cálculo de Levasseur); a dos Estados Unidos, 5,7; a do Canadá, 55 mil; da Argentina, 400 mil; do Brasil: Ewbank refere 3 milhões para 1798; para 1819, ele e Contreira Rodrigues dão 4.396.000.

Em 1850, a população européia era de 266 milhões; a dos Estados Unidos, 26; quanto à do Canadá, só voltaremos a mencioná-la no parágrafo da densidade, por nos faltarem números absolutos; da Argentina (no caso desse país, estamos nos servindo do trabalho realizado para o estudo *Problemas Demográficos*, amplamente divulgado em várias revistas de especialização), 900 mil; do Brasil, 6.200 mil.

Em 1900, ou melhor, no início do século presente: população européia, 401 milhões; dos Estados Unidos, 81; do Canadá, 5,37; da Argentina, sem dados confirmados; Brasil, 18.

Em 1940, finalmente, a população européia — e já nos conduzimos aqui pelo *Traité de Démographie*, de Adolphe Landry — era de 530 milhões; a dos Estados Unidos (e já voltamos aos nossos próprios recursos, utilizados em *Problemas Demográficos*), 132; a da Argentina, 13,3; do Brasil, 41. A atual população do Canadá é de 13 milhões.

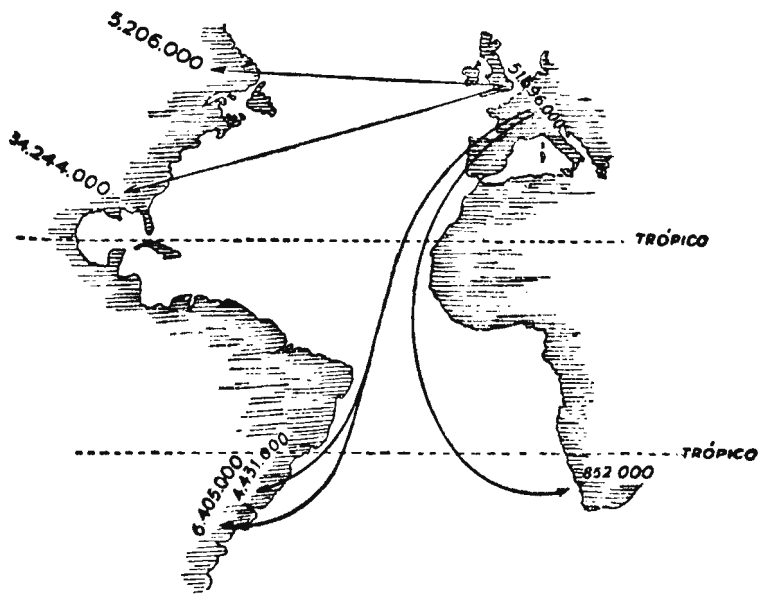
Quanto à densidade média demográfica, segundo Landry: Europa, 55; 385 milhões vivem sobre 3,6 milhões de quilômetros quadrados, na média demográfica de 107. Nos Estados Unidos, a média é de 15, sendo inferior a 10 em quinze Estados montanhosos, e passando de 100 no litoral atlântico. No Canadá, é de 16 na ilha do Príncipe Eduardo, 10 na Nova Escóssia e 6 no Novo Brunswick; 4,5 milhões vivem sobre faixa territorial de 900 quilômetros na zona do São Lourenço, em densidade média de 50. Na Argentina, as variações são muito grandes. No Brasil, podemos especificar bastante. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a densidade média demográfica é de 0,41 por quilômetro quadrado na Região Norte, descendo a 0,06 no Território de Rio Branco e subindo a 0,76 no Pará; 10,26 na Região Nordeste, descendo a 3,28 no Piauí e subindo a 39,44 em Fernando de Noronha, habitada por prisioneiros e militares; 12,38 na Região Leste, descendo a 6,95 na Bahia e subindo a 1.511 no Distrito Federal; 15,65 na Região Sul, descendo a 6,14 no Paraná e subindo a 29,04 em São Paulo; 0,66 na Região Centro-Oeste, com a mínima de 0,33 em Mato Grosso e a máxima de 1,33 em Goiás. Para o Brasil todo, a densidade média demográfica é de 4,84 habitantes por quilômetro quadrado, havendo municípios com a de 0,02. A Região Norte possui 41,94% da área territorial brasileira e 3,58% da população total. A Região Nordeste: 11,42% da área e 24,19% da população. A Região Leste:

14,82% da área e 37,89% da população. A Região Sul: 9,69% da área e 31,32% da população. A Região Centro-Oeste: 22,13% da área e 3,02% da população. Em 1940, o município de Altamira, com 283.000 quilômetros quadrados, tinha 175 habitantes. Cento e setenta e cinco. Acre, Amazonas, Pará, Mato Grosso e Goiás: 5.433.258 quilômetros quadrados e 2.510.000 habitantes.

Vejam os agora como se tem processado o desbordamento das populações européias, para ver em seguida como se canalizou do lado de cá. Segundo Saunders, no livro já mencionado, de 1846 a 1932 emigraram da Europa 51.696.000 pessoas; do mundo todo, ou melhor, de todos os países de imigração, 53.450.000. Da Europa continental, saíram sobretudo italianos — 10.092.000; austríacos e húngaros — 5.196.000; alemães — 4.889.000; e espanhóis — 4.653.000. Todos esses contingentes tomaram o seguinte rumo — e permitimo-nos pedir bastante atenção neste passo:

Para os Estados Unidos, orientaram-se 34.244.000 imigrantes; para a Argentina, 6.405.000; para o Canadá, 5.206.000; para o Brasil, 4.431.000; para a Austrália, 2.913.000; pequeninas quantidades a outros países, até às seguintes quanto à África, as quais precisamos registrar: Maurícia, 573 mil; África do Sul, 852 mil.

Landry apresenta cifras ligeiramente discrepantes e permite maior especificação, que faremos quanto aos Estados Unidos, ao Canadá, à Argentina e ao Brasil. A partir de 1821, os europeus começaram a firmar-se nos Estados Unidos, em quantidades variantes de 38.000 de 1821 a 1825, até ao máximo de 8.433.500, de 1896 a 1910, e chegando a contribuir até com 29,4% para o crescimento da população. Ao mesmo tempo, de outros países americanos, quase só intertropicais, chegaram a ir para aquela república até 1.516.700 pessoas num quadriênio (1926-1930).



Populações de zonas temperadas emigram para zonas temperadas

No Canadá, para crescimento total de 1.836.000 habitantes de 1901 a 1911, a imigração contribuiu com 855.000; para o de 1.582.000, do ano de 1911 ao de 1921, entrou ela com 1.150.000; e com 1.325.000 para o de 1.589.000, do ano de 1921 ao de 1931.

Landry representa por 6.968.000 os imigrantes entrados na Argentina de 1857 a 1938, predominando os italianos, com 2.983.000; seguidos de espanhóis, com 2.166.000; e outros.

Quanto ao Brasil, segundo o mesmo autor: 4.671.000 imigrantes de 1820 a 1935, predominando italianos, com 1.508.000; portugueses, com 1.405.000; espanhóis com

599.000; e outros. No nosso país, o cociente de fixação é muito baixo: de acôrdo com o censo de 1940, só 1.283.833 estrangeiros se fixaram aqui.

Indispensavel ou ao menos util a síntese. Em 1800, os Estados Unidos tinham população de 5.700.000 habitantes; o Canadá, de 55.000; a Argentina, de 400.000; o Brasil, entre 3 e 4 milhões. Em 1940, a população dos Estados Unidos era de 132.000.000; a do Canadá, de 11.000.000; a da Argentina, de 13.300.000; e a do Brasil, de 41.500.000. De 1846 a 1932, emigraram para o Continente de cá 53.450.000 pessoas, das quais os Estados Unidos receberam 34.244.000, o Canadá 5.206.000, a Argentina 6.405.000 e o Brasil 4.431.000, retendo 1.283.833.

Antes de ir às relações de causalidade — pois muito há nisso, exigidor de explicação — precisamos ainda referir migrações internas no Brasil. A escolha dos Estados Unidos, do Canadá e da Argentina, ao lado de nosso país, visou isto: mostrar o processamento da evolução demográfica nos grandes países americanos situados acima e abaixo dos trópicos, para estabelecer o confronto entre o que se passa lá e aqui; visando, mais, contestar qualquer superioridade daqueles povos sobre nós, além da situação geográfica, da circunstância de estarem isentos das vicissitudes do trópico. Foi ainda por isso que metemos um pouco na berlinda a África e a Austrália. Só os ébrios de patriotada não verão aí que os povos migrantes das regiões de bom clima buscam outras na mesma condição, evitando o trópico, de onde retornaram, se porventura se deixaram atrair. Isso ganha expressão e nos orienta bem quanto a nossa política demográfica, se nos lembrarmos deste pequeno trecho de La Blache, nos *Princepes de Géographie Humaine*: “Il faut évaluer à 15 millions environ de kilomètrés carrés, une fois et demie l'Europe, l'étendue

des contrées tempérées de l'hémisphère austral (ele citára antes o sul do Brasil, os Estados do Prata, o Chile, o Cabo, o sul da Austrália e a Nova Zelândia); et ce n'est guère, tout compte fait, qu'au chiffre de 26 à 27 millions qu'on peut en estimer la population actuelle". Se antes, quando essas regiões ficavam imensamente longe, os imigrantes já passavam ao largo das intertropicais — e africanas e brasileiras — que se dirá agora, quando a aviação reduziu as distâncias?

Discreteando com importante sociólogo e economista sôbre isso, procurou ele atalhar-nos preocupações com o povoamento do Brasil, invocando o indispensavel desbordamento do Continente europeu. Todavia, está aí o tópico de La Blache: ainda há quinze milhões de quilômetros quadrados a povoar em regiões temperadas. É para aí que ocorrerão os sobrantes da Europa, sobretudo considerando-se que a facilidade de transporte e de comunicações polarizou mais o mundo e suprimiu a distância. Uma vez e meia a Europa. Há, portanto, a povoar-se, um e meio Continentes iguais ao necessitado de se desfazer de excessos demográficos. Temos a constante histórica marchando paralelamente ao princípio científico, que diz: populações de clima temperado emigram para clima temperado.

Há, no ensáio, um gráfico a respeito.

3. Migrações internas

ÚLTIMAMENTE, a imprensa fez alarido em tórno à migração interna, extranhando o “fenômeno” da descida de nordestinos para o Sul; os governos — da União e de alguns Estados — anunciaram providências drásticas a respeito; e o Ministro da Viação voôu para a Bahia, afim de agir mais de perto, segundo já vimos.

Nada a extranhar, nada fenomenal aí; nada a providenciar, não estando ao alcance do homem impedir o que é da constante histórica, o determinado por princípio científico. Desde antes de Cabral já ocorria o “fenômeno”, desde antes de Colombo: os incas procuravam no Meridião o seu Tucuman, o seu *finis terrae*; os tupís-guaranis desciam ao longo da costa, abandonando a imensidão amazônica e a planura desértica do Nordeste. Vamos ver que, na história econômica do país, o fato é corriqueiro e figura em estatísticas. Se agora se tornou mais notavel, mais berrante, é porque se abriu uma estrada, onde são frequentes os desastres que dão relêvo à migração e pábulô ao sensacionalismo da imprensa. Aliás, é assim mesmo: de modo geral, construímos estradas que transportam produtores em vez de transportar produtos; que entopem as cidades e esvasiam o campo. E’ assim mesmo: não fôra o sensacionalismo dos desastres rodoviários, a imprensa não abordaria o grave problema das migrações internas.

Com a superficialidade indispensavel a ensáio que, não sendo absolutamente literário, todavia não quer

assumir caráter científico, nem técnico, vimos esta cousa: situação demográfica do grande abastecedor — Europa, que emitiu 51 milhões de imigrantes; a dos três importantes países americanos extratropicais — Estados Unidos, Canadá e Argentina; bem como a do Brasil, tropical em quatro quintos do território, e que recebeu menos de 5 milhões daquele desbordamento considerável. Vimos como, estando perto da fonte a África, constituída quase tôda de quintais europeus, todavia os excessos populacionais preferiram realizar jornada longa e procurar zonas de clima temperado.

Vejamos como se localizaram no Brasil os migrantes para cá imantados, e que só se fixaram na quantidade inferior a milhão e tresentos mil, segundo cifra oficial, já referida. Do trópico para cima, localizaram-se apenas 352.794, incluídos os 215.670 que vivem no Rio de Janeiro, séde de corpo diplomático, de importantes companhias estrangeiras, de comércio tradicionalmente português — cidade cosmopolita, como tôda grande Capital, como qualquer pôrto movimentado. Residentes, não imigrantes. Do Distrito Federal para cima, só existem 137.124 estrangeiros. Mais facilmente que o paulistano e o carioca, aceitarão as cifras — oficiais — os conhecedores de todo o país. Aliás, pôde-se fazer ligeira demonstração, com o Espírito Santo, onde está a foz do Rio Doce, tida como divisor de Sul e Norte, e que, depois de lido o *Canaan*, a maioria dos brasileiros imagina colonizado por alienígenas. Em *Estatísticas Capixabas*, de José do Patrocínio Machado de Oliveira — importante estudo publicado em 1949, se vê como, sôbre 750.107 habitantes, 98,54% são brasileiros: 739.128, contra 3.497 naturalizados e 7.446 estrangeiros de todo. Os italianos, erradamente tidos como fulcro da prosperidade estadual, são apenas 4.285, vindo a seguir os portugueses, com 823; os alemães, com 623; os árabes, com 609; os espa-

nhóis, com 405; os poloneses, com 281; os japoneses, com 18; e os uruguais, com 5.

Dáí para o Norte, o estrangeiro vai escasseando cada vez mais, correspondendo seu número, pouco mais ou menos, ao de comerciantes nos melhores núcleos populacionais. Houve tentativas de localizá-los ali. Tôdas frustradas, não obstante haver ocorrido no setentrão o início de colonização e ter sido por lá a Capital primitiva, o eixo político. Quando a Bahia contava 600.000 habitantes, São Paulo, com a Quinta Comarca, ou seja com o Paraná, não tinha mais de 199.364, antes do café; Von Spix e von Martius contam, em *Reise in Brasilien*, o fracasso dos alemães que tentaram fazer agricultura na capitania de Pôrto Seguro. Em 1747, o rei de Portugal organizou forte corrente migratória da Madeira e dos Açores para o extremo sul e para o extremo norte do Brasil. Mesma procedência; mesmo cuidado seletivo; mesma propiciação de recursos; assistência igual. Todavia, os vindos para o sul progrediram e deram origem às prósperas populações rurais do Rio Grande e Santa Catarina, enquanto os localizados no norte se evadiram, ou degeneraram, ou se limitaram ao comércio urbano. Insucesso igual pôs fim à tentativa do conde Linhares, quer quanto a europeus no Espírito Santo, quer quanto a chins na fazenda Santa Cruz. Enquanto alemães de boa procedência fracassavam no norte de Minas com a *Mucuri*, presidida por Teófilo Otoni, outros de origem igual triunfavam com a *Hanseática* em Joinville e Blumenau. Só uma circunstância diferente: uns instalaram-se na região intertropical, outros abaixo. O trópico era tão devastador do europeu, que o império germânico, nosso abastecedor de colonos agrícolas, não os deixou mais virem. Enquanto de 1818 a 1830 entraram no Brasil 9.455 agricultores brancos, no período da Regência a cifra depressiu-se para

2.569. Abolido o tráfico negro pela lei Eusébio de Queiroz — o qual chegára a fornecer-nos até 55.000 pessoas anualmente — eliminado o trabalho servil e sistematizada a imigração, passamos a atrair correntes demográficas por todos os meios. Por todos os meios, inclusive a mais desonesta propaganda em países europeus, propaganda tão mendaz que faria corar o mais despuddorado vendedor de ações das recentes companhias siderúrgicas. Todavia, já vimos o que nos tocou do transbordamento demográfico; e onde se localizaram os para cá vindos.

De resto, mesmo os brasileiros se erradicam das regiões intertropicais para o sul. No número 31 de *Economia* publicamos a respeito impressionante estudo, baseado em estatística do Serviço de Imigração e Colonização. Por ele se vê como de 1827 a 1940 entraram no Estado de São Paulo 757.059 brasileiros de outras unidades federativas, dos quais apenas 5,30% procedentes do sul do trópico. Só de 1934 a 1940 vieram 177.551 da Bahia, 98.185 de Minas Gerais, 27.334 de Alagoas, 23.031 de Pernambuco, 11.328 do Estado do Rio, 5.887 de Sergipe, 5.523 do Ceará, 3.637 do Espírito Santo; etc. etc., num total de 362.691. Vejamos algum pormenor: a procedência, por zonas fisiográficas estaduais, dos 163.818 baianos entrados em São Paulo de 1935 a 1940: centro litorânea, 2.221; nordestina, 2.255; centro, 1.259; oeste, 21.122; centro-sul, 116.449; sudoeste, 1.303; sul, 3.291; médio São Francisco, 10.696; alto São Francisco, 5.014. Se quizermos ver o que representa isso em percentagem sobre as populações locais, verificaremos quanto às quatro zonas que maiores contingentes nos mandaram: 24,3% — 6,65% — 4,9% e 3,31%. Façamos verificação igual quanto aos municípios também maiores fornecedores: Caitité, 35% de sua população; Caculé, 71%; Urandí, 53%; Guanambi,

79%; Jacarací, 47%; Livramento, 27%. No município de Guanambi, ficaram 21% da população.

Registremos as migrações de Minas Gerais para São Paulo: 98.185 pessoas de 1934 a 1940. Se é verdade que o Sul mineiro, contíguo, forneceu 23.675, não menos verdade é ter vindo muito mais gente das regiões distantes, setentrionais, inclusive das envolvidas no âmbito da chamada sêca do Nordeste. Do nordeste mineiro vieram 17.380; do norte, 9.575; do centro, 12.179; da Mata, 19.953; etc. Montes Claros, Salinas, Monte Azul e Curvelo, municípios nortistas, forneceram maiores contingentes do que qualquer uma das regiões imantadas mais facilmente pela contiguidade.

Os sociólogos de gabinete imaginarão o quanto influirá para esse degelo o regime de propriedade; atribuirão esse movimento migratório de agricultores — e só a eles nos estamos referindo, a eles nos limitando — a falta de terras. Para contrariar isso, falará ainda a estatística. A grande maioria formava-se de proprietários, até mesmo de grandes. A resposta mais frequente à pergunta sôbre o que extranhavam aqui, era esta: o sino da fazenda. O sino: a disciplina do salariado, em oposição à onipotência dos que, até aí, nunca tinham possuído patrões. Traziam até 500 mil réis, 17,72% dos imigrantes; de 500 mil a um conto, 32,91%; de conto a dois, 25,32%; mais de dois contos, 24,05%. Considerando-se serem "per capita" as percentagens aí referidas; que essas migrações em geral se realizavam por famílias inteiras; e, finalmente, o valor do dinheiro à época, é lícito deduzir não serem de condições econômicas ínfimas os contingentes migrados. De fato, dos 376.584 vindos de 1934 a 1940, constituíam-se em famílias 66%, ou sejam 283.801, sendo avulsos 92.333. Eram proprietários 69%; venderam as propriedades 24,24%; não encontraram ofertas 46,26%; não quiseram vender, 38,78%;

e não podiam vender (condôminos) 12,24%. Quase todos se encaminharam a municípios então em fase inicial de devastação, com as terras fertilizadas pela matéria orgânica acumulada através dos séculos: para Marília; para Presidente Prudente; para Araçatuba; para Lins; para Cafelândia (hoje, são interceptados os moços, que ficam na Paulicéia como cobradores de ônibus e cafeteiros, estragando a vida urbana com seus modos rústicos).

Aliás, é isso, essa fome de matéria orgânica, essa necessidade de avançar no capital da Nação, que polariza as populações brasileiras ora aqui, ora ali, provocando ufanismos regionais temporários e transitórios. Se analisarmos a classificação das comarcas paulistas, verificaremos como já houve Marílias em outras regiões e outros tempos, e poderemos fazer idéia do que virão a ser as Marílias de hoje: as velhas comarcas, para onde primeiro afluíam os migrantes e que sustentavam os orçamentos, como Bananal, Barreiro, Caçapava, Cunha, Lorena, Paraibuna, Queluz, Valparaíba, etc., hoje figuram com números 120, 134, 101, 128, 126, 129, 115 — ganhando número 1 São José do Rio Preto; 3, Marília; 5, Presidente Prudente; 8, Baurú; 15, Catanduva; 21, Assis; 25 Birigui; etc. Morrem Marílias, surgem Marílias; Marílias, que estacionam; Marílias, que tomam desabalado ímpeto e param, e deperecem, quando em torno se fez o deserto. Com incrível rapidês. São José do Rio Preto já se considera zona velha; todavia, a quilômetros da séde municipal vimos queimando troncos e galhos de caféiro, como meio de enfrentar a falta de lenha, um lavrador ainda não velho, e lembrado de que, ao entrar com o pai na região, os derrubadores abriam trilha à frente do carro de bois com a tralha; e rasgaram a clareira para construção da residência.

Quando nos orgulhamos das Marílias surgentes, nem reparamos como boa parte do refôrço populacional, que lhes engrossa a demografia, guarda nomes próprios de famílias que desempenharam papel idêntico junto a outras Marílias, agonizantes. Extinta a matéria orgânica acumulada pela natureza durante séculos, reduz-se a agricultura municipal; e a cidade murcha, não dando tôda a população para lotar os casarões transformados em colégios e que outr'ora mal bastavam a abrigar os lares dos barões rurais. Parte da população marcha além, vai fabricar outros desertos em terras virgens e baratas, largando as imobilizações exigidas pela lavoura, e que pesam no custo dos produtos. Outra parte volve atrás, vem congestionar as metrópoles. Por vários motivos:

Porque, no trópico, só os grandes centros apresentam condições aceitáveis de vida, pois só aí se realiza a ocupação total, capaz de manter o efeito do saneamento, da luta contra as mil enfermidades endêmicas, consequentes à grande proliferação de germes patógenos e seus vetores;

Porque a mentalidade de nossos govêrnos tem sido oposta à que devêra ser — de abandono do campo e fomento ao urbanismo;

Porque nossa errada política econômica estabeleceu o antagonismo entre as atividades irmãs — agricultura e indústria, tornando a última capaz de arrebatrar à primeira a escassa mão de obra existente. Vivem na Paucicéia 18,20% da população estadual. Encontram-se aí 48,77% dos veículos a motor do Estado; 45,23% da iluminação domiciliária a eletricidade; 42,19% dos abastecimentos d'água; 46,28% dos esgotos sanitários; 23% dos estabelecimentos hospitalares; 31,13% dos leitos de hospitais; 14,10% das unidades escolares; 23,88% do corpo docente. Gastam-se na Capital 52,10% da receita

pública. O modo como se gasta no Interior apouca mais ainda a minguada atenção a êle dada. Os governos fiam-se nos diretórios locais, que cabalaram; e tudo vai a título de recompensas: os políticos é que foram beneficiados; o povo é quem paga. Habitando fazenda, acompanhamos atentamente a vida política do distrito de paz e vimos como é a cousa. Não faz mal que o diretor do grupo escolar seja um bêbado e que do corpo docente constem analfabetas e desidiosas: em vão se procurará modificar, pois é a política que assim impõe; no Interior, ganhar a eleição é ganhar o mando absoluto, inclusive a liberdade do adversário, não havendo democracia. Se se cria um centro de saúde, o chefe será quem o diretório indicar, pouco importando que esse chefe não compareça à repartição ou só compareça para cuidar do interesse particular, de clínica paga; perde o tempo quem reclamar, pois é a política que assim impõe. A agência do correio será também para algum apaniguado, embora no nome da espôsa, podendo esta sassaricar pelo município inteiro e mesmo pelos vizinhos, pois deixa pacotes de recibos já assinados para as expressas e os registrados, de modo que todo mundo entra na repartição e os emite; se se reclama, se se comprovam graves fatos específicos, aparece um fiscal ou inspetor, come bom almoço, bebe uns vinhos capitosos, leva para as crianças umas latas de goiabada, e está tudo arrumado. Bem nos lembramos daquela noite em que fomos despertado a desoras, por causa do nosso Administrador, que o telefone informava ter sido prêso na vila. Fomos à vila. O regulete local e o subdelegado cuspiam fogo, ameaçavam céus e terras. O Administrador matára alguém? Não; apenas deixára sua eguinha, atrelada à charrete, no lugar habitual, no mesmo lugar onde a deixava desde muitos anos. Acontece, porém, que o regulete e seu capacho desejavam comprometer e afastar

o Administrador, afim de passarem a fornecedores da fazenda, que não transigia com eles, por serem gatunos. E inventaram a infração ao regulamento do trânsito, naquela vila, onde todo mundo conduz à vontade, sem buscar saber dêsse tal regulamento. Expuzemos que não há prisão para infração dessas: multa-se ou, no máximo, apreende-se o veículo. Então, mudou-se de tecla: o Administrador fôra prêso e estava incomunicavel por causa do porte de arma. Expuzemos não haver prisão para isso: apreende-se a arma e arbitra-se a fiança. Mas, não: tratava-se de cousa feita e o Administrador continuaria nas grades. Foi quando procuramos o sargento, que, em vista à subversão a que fato simples conduziria a vila, o delegado de polícia do município enviára para lá (ele mesmo não poudé ir até uma localidade subvertida, cheia de graves acontecimentos adrede preparados pelo regulete e seu capacho, porque tinha de ir ao cinema); e sugerimos a ida do Administrador para a séde comarca, onde haveria mais calma e mais espírito jurídico para tratar do caso. Conduzimo-lo; mas, quando chegamos, já estavam lá o regulete e seu capacho, confabulando com o delegado, na casa dêste; êste em pijama e "robe de chambre" curtinho, ridículosinho. O sargento subiu e anunciou-nos. O delegado mandou subir, mas sequer teve a educação para oferecer-nos uma cadeira. E desandou em destampatório tal que preferimos descer a escada e voltar. Ele, porém, não consentiu: se fôramos a sua casa àquela hora da madrugada, algo nos levára até lá; tínhamos de dizer. Dissemos: realmente, ao subir a escada, levávamos alguma cousa a realizar; em vista, porém, da falta de serenidade do delegado, julgávamos inutil e voltávamos. O homenzinho — um dêsses que a séca do Nordeste atira para cá, cheio de fome e de séde — desandou-se; ofendeu-nos com palavras, quando já estávamos na rua. Vol-

tamos e revidamos. Mandou o sargento prender-nos e levar para a Delegacia, onde ele próprio iria presidir o flagrante. E desceu rua abaixo, de pijama e "robe de chambre" curtinho, ridículosinho, soltando improperios, despertando e alarmando as famílias, que disseram nunca ter desordeiro algum provocado tanta intranquilidade quanto aquele delegado. Na Delegacia, nós entre soldados, ele protegido de perto pelo regulete e seu capacho, o homem mostrou-se de valentia incrível; e por pouco não nos esmagou quando lhe ponderamos estar insultando um prêso — prêso, que aproveitava o ensejo para exigir prisão especial, em virtude de uns títulos que declinamos. O delegado, figura acabada de opereta, de pijama e "robe de chambre" curtinho, ridículosinho, espumante mas falando em serenidade e compostura, passou de carroceiro a erudito, espumando erudição por todos os cantos da boca...

São tipinhos assim que, muita vez, sobram para o Interior, que paga e ainda por cima é mal servido. Vá alguém pleitear hospício para delegadozinho de tal jaês: será dito que é a política que assim impõe. Depois, os politiquinhos da Capital se surpreendem com certos resultados eleitorais: o povo aproveita oportunidades para suas piadas também, para suas vindictas.

Assim em São Paulo; assim em todo o país. Então as populações acorrem aos grandes centros, onde igualmente se fixam em maioria os imigrantes chegados. Dos admitidos no Brasil de 1941 a 1945, ficaram 58,34% no Rio de Janeiro e 23,05% na Paulicéia — muito razoavelmente, aliás, pois só 10% se constituíam de agricultores. Agricultores, como aquele que, embora assim rotulado ao entrar, seis meses depois era prêso como reisinho do câmbio negro. Agricultores, como aquela que, embora assim rotulada ao entrar, um ano depois, pertencendo aos quadros do funcionalismo, era assas-

sinada pelo fiscal incumbido de zelar por que não se desviem do campo os aqui acolhidos para tal destino, e que só deliberou castigá-la quando ela pretendeu desviar-se dêle próprio.

Por tudo isso e por tudo quanto veremos, não é assim tão simples humanizar a paisagem brasileira. Necessário muito empenho no evitar que, em vez do efeito visado — e imprescindível — estejamos apenas criando motivo de ufania para um minuto, fabricando desertos para sempre. Na citada comunicação, Deffontaines descreve uma visita a chamada zona nova aqui, e diz isto: “Acreditaríamos estar em plena zona vermelha de uma frente de guerra. Os rendimentos são fabulosos, a princípio; a fazenda de café da zona pioneira dá colheitas mais de dez vezes superiores às das plantações mais velhas; os novos cafêsaís superam os outros. “Abrem-se” incessantemente novas fazendas; “faz-se terra nova”; isto é, destroem-se porções de mata virgem. Assiste-se ao curioso espetáculo de ajuntamento humano em regiões ainda vãs, laçando-se com a fúria dos ganhos inesperados sobre matas seculares. No Estado de São Paulo, a frente de batalha da humanidade contra a floresta virgem fórma espécie de elevação demográfica fortemente densa; invadem-se as estações de ponta de trilhos, as “bocas de sertão”; fundam-se urbes em poucos meses: Marília, Londrina, Rio Preto. Mas, toda essa prosperidade é muitas vezes efêmera; em menos de vinte anos já estão em decadência. Os solos mostram esgotamento, é preciso adubá-los. Como não há gado, ou melhor, não havendo estábulos, não se dispõe de estêrco e é necessário recorrer aos adubos químicos, que restituem momentânea vitalidade à planta, mas vitalidade illusória. Não é de princípios minerais que o solo precisa para reconstituir-se; porém, de humus orgânico. O próprio clima vem ativar o esgotamento do solo: a coinci-

dência entre estações chuvosas e meses de calor dá à vegetação superatividade que aspira a fertilidade da terra; verdadeiro "clima de rapina", que em poucos anos deixa o solo extenuado por tanto esforço repentino".

Aproveitemos ainda um pouco esse copo de leite, pois sabemos o paladar indígena mais receptivo a ofertas de gente de fóra:

"No Estado de São Paulo — prossegue Deffontaines — os antigos cafeeiros são atingidos por moléstias de esgotamento, como a "broca", que atualmente representa perigo quase tão grave quanto o foi a filoxera para as nossas vinhas. Os empregados agrícolas abandonam essas velhas explorações, onde se torna muito baixo seu pagamento, feito geralmente em espécie, com parte da colheita. Inúmeras no Brasil, em zonas de colonização primitiva, as propriedades abandonadas, cercadas pelos antigos alojamentos de escravos, as senzalas, que tombam em ruínas. Extensiva exploração de gado substituiu ricas plantações; para custeio do rebanho, duas ou três famílias bastam lá onde outrora prosperavam algumas centenas. Assim, ao lado de zonas pioneiras, que progridem e se povoam com velocidade louca, vislumbram-se zonas que definham e se esvaziam".

Concluamos com estas palavras de Deffontaines, alusivas ao homem do trópico e do equador:

"É mais do que tempo de o homem se pôr ativamente à busca dos métodos de silvicultura e de agricultura tropicais; de sentir sua responsabilidade, de reconhecer seus erros, diria mesmo seus pecados geográficos. Ele não tem o direito de delapidar esta terra, que se lhe confiou, não para ser degradada, mas para utilizada humanamente, para humanizada. E' preciso dizê-lo, o homem está em vias de perder o seu equador".

4. Cubagem e condições de vida

EM OUTRO PARÁGRAFO, aludimos ao equívoco de William Vogt, quando se refere aos milhões de habitantes de certas partes do globo, e pensa que elas estão de fato povoadas, que de fato se resolveu nelas o problema demográfico. Bem antes dêle, von Humboldt disséra o homem animal cosmopolita, como a significar que a presença do homem é possível em tôda parte, sendo possível em tôda parte eficiente "struggle for life". Viver, vive-se em qualquer lugar: homens no polo, homens no equador; pinguins na Patagônia, pinguins no zoológico do Rio de Janeiro; zebras na África, zebras em Altona. Mas viver não basta. Nem basta encher um país, como se lota um curral. Há uns requintes, umas tonalidades, ora expressas poéticamente, como em Corneille (J'ose dire, seigneur, que pour tous les climats Ne son pas bien raçues toutes sortes d'états); ora cientificamente, como em Hipócrates (faz a terra os viventes).

Cogita-se de humanizar a paisagem humanamente: formando-se populações felizes e úteis, em condições aceitáveis de vida, produzindo para alimentar-se e vestir-se convenientemente. Vimos no marquês de Mirabeau: a medida da subsistência é a da população. Vemos na realidade nacional: milhares de nordestinos abandonando todo ano seus pagos e acorrendo ao Sul, onde lhes disseram ser possível viver mais humanamente. Sobretudo quando se trata de correntes migratórias, sempre se há de considerar que o imigrante quer melhorar-se, não se move pelo desejo de melhorar o país, a que se

dirige. De região temperada sairá para região temperada. Ainda não considerando que no nosso Continente, em especial nas grandes planícies mesopotâmicas, ao fabuloso número de vetores de germes mortíferos corresponde a enorme distância posta entre a população, endêmicamente vítima, e o govêrno, comumente míope, temos de considerar princípios lançados pelos cientistas, e jámais contestados pela realidade — ao contrário, por ela sempre confirmados. Sorre, por exemplo, fixou critério quanto às relações entre o corpo humano e a temperatura. Segundo ele, clima bom é o que fica entre a média térmica atmosférica anual de 16° quanto à mínima e 23° quanto à máxima. Então, vejamos quantos Estados se conteem dentro desse critério, no Brasil, onde a máxima absoluta chega a 40,1° no Piauí, 40,3° no Estado do Rio e mesmo a 41,6° em Mato Grosso. Retornemos um pouco à passagem cacetíssima, onde estão as médias estaduais de temperatura. Quanto às mínimas, encontraremos dentro dos limites de Sorre: São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Quanto à média das máximas: nos meses quentes, nem um Estado; nos frios, Estados do Rio, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Entretanto, não há ufanismo capaz de vencer a ciência, que às espécies vegetais, como às animais, consigna limite de latitudes, fóra do qual são exóticas. O homem é animal de clima temperado, sendo tão temerário esperar grandes civilizações no trópico como no polo — pelo mesmo princípio científico, embora por topismo contrário. De outro modo, aliás, ficaria muito feio para nós a verificação disto: se aqui tudo é excelente — e o solo, e o clima, e a terra, e o céu — por que prefere outros países o imigrante, como vimos; e por que vivemos aqui marcando passo, quando alhures se avança vertiginosamente? Muito sério e grave

o problema do povoamento, não nos assistindo o direito de tentar resolvê-lo antes de bem situá-lo. Pelo menos, respondamos a pergunta de Quesney, que na prática foi esclarecida pelo bode de Townsend: irá o pastor aumentar o rebanho antes de ter aumentado a pastagem? Em vez de entrar a fundo nessa questão, permaneçamos um pouco na parte científica da demografia. Nossa opinião é de já haver graves erros no assunto, porquanto vamos diretos à imigração tôda vez que pensamos em povoar, quando o Brasil não é país de imigração, e quando há outro caminho a seguir — caminho, que não vemos, por sermos no caso “*personae unius drammatidis*”, com a idéia fixa no reservatório europeu. Se intensificamos simplesmente a imantação de correntes migratórias — esquecidos do que nos diz a constante histórica, através de estatísticas anteriormente publicadas, e pensando que ainda haveria europeus dispostos a vir para nossas fazendas viver sob regimes superados — criaremos forçosamente os quistos raciais e daremos origem à odiosa questão das minorias étnicas, pois vimos que, quanto à América, o imigrante prefere os países extratropicais e, quanto ao Brasil, se localiza quase só abaixo do trópico, ou seja na região fisiográfica do sul, preferindo mesmo assim as urbes, quando populações caracteristicamente cosmóliticas geram antagonismo entre o campo e a cidade, fazem crescer os interesses espúrios, que gravitam em tórno ao govêrno, falseiam e falsificam o civismo. Além disso, há internamente obra demográfica e realizar-se, equivalente a imperativo de humanidade e cujos resultados nos propiciarão recurso populacional mui superior ao possível de nos advir de fóra, sem os riscos dêste último. Ainda: não somos possuidores de tanto solo agricultavel quanto imaginamos, para o distribuir descriteriosamente. A capacidade do Brasil, inclusive pela pobreza de azoto, não é proporcional à área: uns oitenta e cinco

milhões de habitantes, já estando ultrapassada a metade. Com tal cifra, de cidadãos prestantes, eficientes e bem administrados, seremos o primeiro país da América do Sul, o segundo das Américas e do hemisfério, o terceiro ou quarto do mundo. Não satisfará ao ufanismo e ao mais exigente patriotismo?

Não compreendemos até hoje por que Afrânio Peixoto reuniu e divulgou em *Clima e Saúde* preleções do início do magistério; de quando, ao vir da Europa, não quis retornar a sua tropical Lençóis, preferindo radicar-se mais ao sul. Duvidamos bastante possa algum cientista descobrir ciência naquelas páginas, salvo se devermos subentendê-la nas excessivas reticências. Naquele livro, só se confirma uma qualidade do autor insigne: o desejo de sempre agradar a todos. Mas, afinal, não é só inteligência de mais que enjoa: excesso de simpatia também. Verdades e princípios científicos encontram-se em vários autores menos simpáticos em oposição ao conteúdo de *Clima e Saúde*, onde o escritor chega a debicar do clima medido, isto é, expresso em graus, embora não conte se abandonou o veso médico de medir a febre com o termômetro.

Lastimavelmente, preferimos Pierre Monbeig, quando, em *O Clima e o Organismo Humano*, mostra como no trópico o homem comparece em inferioridade de condições àquela "luta sem trégua contra suas energias destrutivas", em que Sorre sumúla nossa existência. Tentamos êste preconício do citado professor, e fomos taxado de derrotista: "no momento em que se recomeça a prever a chegada de outra vaga de imigrantes e a pensar-se nos vastos territórios à espera do povoamento e da agricultura, importa mais do que nunca fazer-se o balanço do que é possível e, principalmente, de saber como e a que preço será possível". Bem nos lembramos de, em conferências na Universidade do México, haver o pro-

fessor Clarence A. Mills mostrado a influência da temperatura ambiente sobre o organismo humano, que converte em trabalho fisiológico de 20 a 25% da energia interna, irradiando o restante sob a forma de calor, e correndo por conta do clima o desequilíbrio dessas proporções, ao ponto de, nas regiões quentes, minar-se a capacidade para o trabalho, afetar-se o crescimento e o desenvolvimento, a resistência às infecções, etc. Aliás, neste ponto, ocorre-nos o livro do conde, quando se fala na "vis naturae medicatrix" daqui, deixando-se a da Europa a sumir de vista, para atrás. Ao conde lhe faltou pegar na canela uma úlcerasinha de Baurú. Segundo Mills, a depressão da vitalidade é um dos meios de adaptação ao calor.

Quem gosta de ver mesmo, de usar qualidades de observador, faça esta experiência: depois de passados alguns meses em país de clima temperado, e ocorrido o desábito das fisionomias de cá, desembarque no Brasil reparando nas pessoas; se as boas-vindas atrapalharem, experimente quando entronizado numa dessas cadeiras de engraxate, que dão para a rua. Imaginará ter sido dali que Miguel Pereira lançou a grande frase, absolutamente verdadeira. Isso está ao alcance de todo mundo, inclusive dos agentes de países de imigração, que vão às causas e instruem os processos. Ninguém quer sair da pátria para degenerar. Ainda que as regras de higiene pudessem ajudar e fosse possível obter ar condicionado a céu descoberto, restaria a infraestrutura geográfica, entre a qual e o homem atuam agentes solidários e exemplos patogénos. Estudando artigo aparecido em 1944 na *Geographical Review*, Monbeig encontra identidade entre o setor tropical e o brasileiro, situando-se no Estado de São Paulo — parte inter e parte extratropical — a divisória da região nosológica, com extravasamento de endemias da tropical para a subtropical.

Sobrarão os que nos emprestem desejo derrotista e imaginem estarmos argumentando contra as possibilidades do Brasil, quando bem outra, bem diversa, bem oposta, nossa intenção, que é: convencer de que, não sendo os nababos que pensamos, não podemos continuar sendo os esbanjadores, que somos. Nosso espírito é o mesmo que ressuma do seguinte tópico de Monbeig, professor de nossa Universidade e que, estrangeiro, não seria tolerado se alimentasse intenções derrotistas referentes ao Brasil:

“A distribuição dos homens no globo não resulta unicamente dos complexos patógenos e das condições de vida encontrada, aqui e ali, pelos agrupamentos antropógenos. O engôdo do lucro, os impulsos da fé, as guerras também participam tanto quanto as condições de fertilidade do solo e da riqueza do sub-solo, na configuração do ecúmeno, tal como nós o registramos hoje. Mas, desde Malthus, apresenta-se sempre o problema das possibilidades que essa crescente massa humana póde encontrar. Causa já apreensão o desperdício das riquezas naturais, no qual se encontra nossa civilização. Não se apresentará amanhã o problema em termos angustiosos? E estará sempre a ciência em condições de lutar contra a proliferação dos novos complexos patógenos? Não será prudente proceder-se ao inventário completo das regiões verdadeiramente capazes de suportar o crescimento da produtividade e o aumento da população? Neste caso, um elemento deve reter toda a nossa atenção: o clima. Por maior que seja a plasticidade das plantas domesticas, ela encontra limites ecológicos, que são essencialmente climáticos. Temos visto, segundo Sorre, Samuel e muitos outros, a correlação que existe entre os climas quentes e úmidos e os complexos patógenos. Ergue-se para o homem um problema idêntico: quais as relações entre o organismo humano e o clima? Ques-

tão que Sorre levantou *in limine*, mas que também podemos compreender como sendo o ponto final. A vida dos grupos humanos acha-se estreitamente associada a toda e qualquer vida, mais especialmente aos agrupamentos animais e vegetais e patógenos, mas todos desenrolam a vida no interior dos quadros climáticos”.

Conhecemos bem o problema demográfico, na feição mais dramática. Enquanto na Capital se arruam áreas e áreas e se vendem centenas de lotes num esfregar de olhos, no Interior, na vida rural, colonizar uma fazenda é o que há de mais difícil. Receber nova família, com quatro enchadas, com três ou mesmo com duas, é motivo de festança. O aparecimento do aliciador, que surge cantando as grandezas lá do Paraná, é como o do gavião na assembléia de ticoticos. Cada proprietário sente que pôde produzir muito mais, que pôde ajudar a resolver o problema alimentar dos grandes centros desde quando disponha de mais gente. Gente, que não aparece.

Na Sociedade Rural Brasileira e no Instituto de Economia Rural, deblatera-se muito sobre o angustiante problema, notabilizando-se antigo presidente, que prefere escrever comunicações e não comparecer à sessão em que são lidas. Ao escutar os debates sentimos estremecimento de medo e calma de tranquilidade. Medo, ao ver como para os mais esclarecidos próceres o problema do povoamento só tem um prisma: o da imigração, o da importação de braços; haveríamos de atrair estrangeiros, convidar o mundo a vir coparticipar de possibilidades não medidas, longe de determinadas, mas que sabemos modestas, com o risco de criarmos para amanhã problemas em termos angustiantes. Tranquilidade: porque a questão é bilateral: virem e fixarem-se aqui alienígenas, não depende só de nosso anelo, de nossas precisões e de nosso esforço. Depende da terra e do clima; das condições ecológicas, e também da política demo-

gráfica, que não sabemos praticar. A constante histórica endossa o princípio científico; e assegura-nos que elas não virão.

Nestas mesmas páginas procuramos mostrar a proporção do desbortamento demográfico europeu e a polarização dos excessos nos grandes países extratropicais americanos e no Brasil; procuramos mostrar também como, internamente, o estrangeiro atraído não se fixa na região tropical, de onde o próprio oborigene se erradica, em busca do Sul. Poderíamos ter ido mais a fundo, indicando como já era assim em fases precabralinas, quando se processavam movimentos migratórios ao longo do litoral atlântico, no sentido Norte-Sul; e latitudinalmente, já se havendo operado os primeiros encontros com os incas, que buscavam no Meridião o seu Tucuman. Poderíamos ter acompanhado o professor Alfredo Ellis Junior, a mostrar-nos como apenas um milhar de paulistas se dirigiu às minas, mais para dentro da região tropical, devendo-se atribuir a populações do Norte, que desceram, o louco aumento demográfico verificado. De modo geral, o fato econômico, determinante dos movimentos migratórios, é apenas pretexto, sendo motivo a condição climática. Mesmo no Brasil se teem provas: quando a Capital era no Norte, na Bahia, e quando o gênero de comércio internacional tornava mais preciosas as terras setentrionais — mais próximas da Europa, que procurava preferentemente mercados de compra — lá ficavam os imigrantes, para lá mandava São Paulo o produto das praias, que eram aqui a atividade comercial dominante. Engrossou-se a demografia de lá. Mas, cessados os pretextos, começou a vasão; e o Centro-Sul passou a preponderar. No mesmo tópico, acima citado, de Ellis Junior, e que é de *A Economia Paulista no Século XVIII* (trabalho de cooperação com Myriam Ellis), se vê como, na corrida da mineração, a demografia do Centro pulou de 200.000 para 2.500.000 habi-

tantes. Ao contrário do ocorrido no Norte, cessado o pretexto, o fato econômico, não cessou a consequência: os retirantes não voltaram, nem deixou de avolumar-se o desequilíbrio entre população setentrional e meridional.

Prova a afirmativa mesmo a pequena insistência de cearenses, que retornam aos pagos cada vez que chove por lá (voltam para o Sul, como voltavam antes para a Amazônia, pois o fato econômico da chuva era mui efêmero e de efeitos bem pouco duradouros). Mas, aos poucos os migrantes vão se desiludindo e não mais os imanta a passageira melhoria, de que teem notícia: permanecem, mesmo porque o desequilíbrio demográfico já ocasionou o econômico, podendo o Sul ofertar normalmente condições de vida que nem por exceção se conseguem no Norte. Póde-se chegar a delegado de polícia e, bem protegido pelo destacamento, bancar o valiente...

Hoje, infelizmente, é impossível corrigir o desequilíbrio demográfico, não havendo mais fato econômico bastante forte para fechar os olhos das populações à condição climática. Inutilmente o Sul começou a preiar, a praticar internamente, no sentido Sul-Norte, aquilo praticado pelos estrangeiros (e portugueses e ingleses) externamente, no sentido Leste-Oeste — o tráfico — negro de fóra para dentro, vermelho do Sul para o Norte: da África e do Sul do Brasil a escravidão negra e a vermelha deram de engrossar a imigração européia para o Norte do país. Todavia, já vimos o resultado: as cifras já nos mostraram como é no Sul que se adensa a demografia, que o café acabou de desequilibrar no século XIX. Os que vivemos nos grandes centros meridionais, em meio cosmopolita, onde à vez chegamos a sentir-nos estrangeiros e ter saudade do Brasil, somos injustos para com os patrícios, que lutam sòsinhos contra a vicissitude ecológica lá por onde não há riquezas cria-

das a enriquecer os que apenas para isso nos procuram e por isso se localizam nas boas cidades. Insistamos, porém, no provar que de fóra não nos virão cireneus para as regiões tropicais: no provar que o Brasil só é país de imigração do trópico para baixo e, ainda aí, para atividades urbanas. E', de resto, a conclusão das comissões técnicas internacionais sôbre o assunto: mesmo dos países agrícolas europeus, mais facilmente virão operários para a indústria do que para a agricultura — o que vale dizer: virão mais consumidores, agravando-se a questão social decorrente do desequilíbrio entre subsistência e seus clientes; crescerão mais ainda as cidades industriais, cuja população exigirá mais direitos, estará mais apta a promovê-los, ao passo que o campo acentuará o movimento declivoso de deslizar sôbre êsse plano inclinado, escorregando quase todo para as metrópoles. Ficaremos impantes de orgulho, e a borda do abismo se aproximará ainda mais de nossas costas.

O Brasil é país de imigração apenas do trópico para baixo. No Acre só existem 1.120 estrangeiros (no Acre e em todos os Estados tropicais, o número dêles corresponde quase precisamente ao de comerciantes nos núcleos urbanos; as cifras dêste tópicos são de fonte oficial). No Amazonas, 6.796. No Rio Grande do Norte, 365. Na Paraíba, 527. Em Pernambuco, 6.092. Em Alagoas, 437. Em Sergipe, 191. Na Bahia, 7.371. No Espírito Santo, 7.446. Em Minas Gerais, 34.993. No Estado do Rio de Janeiro, 34.724. No Distrito Federal, 215.670. No Rio Grande do Sul, 90.710. No Estado de São Paulo, 761.991; no Paraná, 56.816. Em Goiás, 1.854. Em Mato Grosso, 22.264 — por causa dos paraguaios e bolivianos, também intertropicais, que buscam outras condições de vida em meio ecológico igual, e são corridos iterativamente pelos movimentos revolucionários de seus países.

Teria cabimento uma observação: por que os estrangeiros não acorrem logo ao extremo Sul, aos Estados

extratropicais? Porque, não sendo apenas a ecologia a determinante da "passagem" de correntes demográficas, outros fatores tornam São Paulo preferente, até agora, depois de operação igual no Estado do Rio; até agora, devastar São Paulo tem sido economicamente mais interessante, inclusive porque ainda não terminou o ciclo do café, cujo centro se pôs aqui, mas que já se desloca para o Paraná, que hoje produz a metade do que São Paulo — e isso determina enorme e fulminante crescendo, marcha rápida à hegemonia no terreno cafeeiro; e porque a política econômica facilita a espoliação deste Estado na atual fase de nossa evolução histórica, obedecendo tal orientação o organismo econômico explorador. Não obstante, já vimos como viaja pelo Norte do Paraná a vanguarda da comitiva de El-Rey-Café — a mesma que, descendo do Estado do Rio, passando pelo vale do Paraíba, pelo do Mogiguassú, pelo do Rio Pardo, pela Alta Paulista, pela Alta Sorocabana e pela Noroeste, empreende o salto do Paranapanema; a mesma que, tendo edificado Marília em São Paulo, edifica Londrinas no Paraná; a especializada em desertos e que, tendo feito desertos cá, fará desertos lá.

A próxima geração verá passarem ao Paraná as correntes demográficas estrangeiras; e ficarem no Estado de São Paulo as correntes internas, que as indústrias selecionarão na Capital, onde reterão para seu serviço os melhores elementos, concedendo o rebotalho à agricultura, que, por sua vez, cederá lugar à pecuária, e deixará murcharem cidades hoje opulentas, como aconteceu com o vale do Paraíba. Chamar a isso derrotismo, quanto a São Paulo, seria negar a constante histórica, conjugada com o princípio científico e agravada pelos erros de sempre, inclusive de agora. Apelar para os avanços da ciência, é cair na ratoeira, como haveremos de ver.

5. Fabricação de problemas

O Brasil precisa taxativamente viver com a lotação demográfica completa, isto é, atingir e manter seu "optimum" demográfico real. Situado no trópico, só assim conseguirá continuidade à consequência do saneamento e impedirá a ação da força destruidora dos elementos nocivos, como, por exemplo, o desmoronamento de benfeitorias abandonadas mais de seis meses ou o revigoramento da erva maninha em terras não cultivadas. Como se sabe, aqui as casas duram menos que os homens e não servem a duas gerações — como vimos em recente visita à cidade natal. Repisemos, então, a consideração do marquês de Mirabeau sôbre os riscos da solução dos problemas não estudados; ou a de Monbeig, sôbre a redistribuição de possibilidades não medidas; ou a nossa, sôbre a melhor maneira de resolver-se a questão demográfica, a qual não será jãmais o convite a correntes migratórias, havendo a verdadeira — eficiente e humana. Isso nos leva a permanecer ainda na questão, de suma importância econômica e política, embora não tanto imediata quanto afastada. Se mantivermos a idéia fixa na imigração, praticaremos erros em tal sentido e deixaremos de dar cuidados ao assunto em termo exato; e irá o país ficando envolto em política populacional deficiente e perigosa, com possíveis consequências lastimáveis. Temos o espírito imantado pela admoestação de Monbeig e que não faz mal repetir: "no momento em que se recomeça a prever a chegada de

outra vaga de imigrantes e a pensar-se nos vastos territórios à espera de povoamento e da agricultura, importa mais do que nunca fazer-se o balanço do que é possível, e, principalmente, de saber como e a que preço será possível”.

Estamos hoje como quando escrevia Alberto Torres: sem estudo sôbre os problemas do desenvolvimento da população. Como diz ele em *A Organização Nacional*, “iniciamos a colonização na crença de que importar gente equivale a povoar e, preocupados com a idéia de povoar, vamos introduzindo imigrante — sem grande cuidado, aliás, na seleção e localização. Esta obsessão de povoar a todo tranze e rapidamente o nosso solo, como se as nações se formassem por aluviões ou por avalanches de gente, é uma das fantasias com que nos embriaga a miragem sugestiva das grandes nações”. Num próximo capítulo, veremos a contraproducência de tal sistema, felizmente amenizado pelo fato de, na nossa luta contra a natureza, sair esta vitoriosa, em sistemática oposição à entrega do país a adventícios; sempre firme em aconselhar apelemos para o endemismo, desesperando de auxílios impossíveis, porquanto só recebemos estrangeiros na proporção dos lucros a distribuir, só nas regiões onde sejam certos, e mais ou menos certo se conquistarem sem riscos de vida, ante as cutiladas do trópico. Já basta bem o havermos aprendido com os chegados na primeira hora, e com os mais, a explorar em vez de cultivar, a destruir em vez de construir, a colher pela rama, a transferir resultados, a cortar a árvore para colheita dos frutos; bastam bem tais exemplos — de homens prudentes e sábios na sua pátria, mas predadores e imediatistas em casa alheia — que fizeram do brasileiro, na frase de Alberto Torres, “um esbanjador aventureiro das riquezas naturais da Terra; (o interesse humano) não está em estragar a terra e anular o homem,

transformando aquela em desertos, e fazendo dêste um parasita, mais ou menos polido e rico, que não deixa às gerações futuras senão exemplos de cobiça e de ociosidade". Não vai aí qualquer injustiça: não éramos fazedores de desertos, pois não tínhamos aparelhagem. Colonizar, diz ainda o mestre, não é implantar populações estranhas, destinadas a decair, e em muitos pontos já deprimidas.

Não vamos ainda ao aspeto da adaptação, no Brasil, de migrantes provindos de climas temperados; nem da conservação, aqui, da eficiência comprovada lá. Estamos apenas repisando nossa possibilidade demográfica, que não comporta a admissão de muito sócio estranho, nem aconselha obra de proselitismo lá fóra. Não continuemos agindo como nababos, que pensamos ser. Permitamo-nos esta releitura de Gourou: "Está hoje bem assente que os velhos sonhos de riqueza e exuberância inspirados por noções lendárias, não teem relação alguma com a realidade tropical. Tais sonhos tiveram existência tenaz, pois resistiram duras experiências, que os europeus viveram desde quando travaram contato com as regiões de calor e chuva. Constituí belo tema para os historiadores, perquirir as razões pelas quais coexistiram o mito da plethora tropical e os ruinosos desastres, que assinalaram as tentativas de estabelecimento europeu nas regiões equatoriais e subequatoriais". Não regridamos até Sacrobosco; mas também não estacionemos no conde. Os estudos e experimentações científicas subsequentes, aliás, conduzem muito mais ao primeiro do que ao último, pois ressaltam "as asperezas dos climas quentes e chuvosos e revelaram que, para a quase totalidade — não para a totalidade — das relações do homem com o meio, as terras quentes e úmidas são menos favoráveis ao empreendimento humano do que o domínio temperado da Europa ocidental, onde vivemos (é Gourou que

está se pronunciando). O sêr humano, qualquer que seja a sua raça, sofre duramente com a insalubridade do mundo tropical”.

Certa vez, tomamos a liberdade de orar no mesmo sentido. Súbitamente, o espírito do conde desceu do subconsciente de vários circunstantes, que até geladeiras brandiram: clima é hoje questão sem importância, disseram alguns exasperados; o uso da geladeira elétrica torna-se cada vez mais fácil e geral. No clube, realmente assim é. No clube, pôde-se gelar a bebida e refrigerar o ambiente. Seria, porém, necessário que os imigrantes não se buscassem na Europa, mas um tanto abaixo, na África; pretos, em vez brancos; em vez de cidadãos modernos, escravos anteriores a Euzébio de Queiroz. Assim, os senhores ficariam perto das geladeiras e eles iriam torrar-se nas lavouras. Isso, entretanto, não acontecerá nunca; enquanto esperarmos semelhante impossibilidade, correremos o perigo de sacrificar o optimum demográfico de nosso país, como já fizemos em parte da zona litorânea, onde a densidade se eleva mais do que o meio poderia comportar; e em parte na interlândia, onde ela permanece mais reduzida do que devêra. Na zona litorânea, porque aí se fixam os que atraímos; na interlândia, porque, pensando que importar gente é povoar, não cogitamos de favorecer o endemismo, nossa única possível salvação. Caimos precisamente nos dois maiores vícios demográficos, que são a subpopulação e a superpopulação, e precisamente porque se conjugam as circunstâncias ecológicas com a mentalidade malsinada por Albertos Torres. Mais de 1.500 habitantes por quilômetro quadrado no Distrito Federal; 175 em todo o município de Altamira, com 283.000 quilômetros quadrados — coisa inteiramente diversa da nucleação, que vai figurar entre as soluções preconizadas neste ensaio.

Nação não é curral; possibilidade populacional nada tem a ver com capacidade de cubagem. O que diz Mirabeau — a medida da subsistência é a da população — pôde ganhar desdobramento, em princípios consagrados. Existe o optimum populacional, fixado de modo mais ou menos vago e teórico por alguns demonólogos, e incisivamente por outros. Simples decorrência da aplicação de conhecimentos científicos. A questão, porém, é econômica. Pierre Fromont preleciona a respeito em *Démographie Économique*. Um país atinge o seu optimum quando o número de habitantes corresponde à capacidade de subsistência. Até esse ponto, o aumento da população acarreta o da riqueza, como nos Estados Unidos, onde, à densidade de 7,9 por milha quadrada em 1910 a densidade era de 30,9 e a renda 332. Mas, excedida a capacidade de fornecer subsistência, o crescimento da população acarreta pobreza, resultando que a área territorial não é absolutamente critério fixador de densidade demográfica. Esbarra-se no primeiro "check" de Malthus. Ao mesmo tempo em que a Inglaterra se considera no optimum desde 1913, a Bélgica, de densidade maior, ainda pôde crescer populacionalmente, pois a população dobrou em um século, mas o capital triplicou e a renda quintuplicou. Hitler preferia o critério quantitativo absoluto: o optimum demográfico seria o máximo de indivíduos que se conseguissem, pois o objetivo não era promover o bem-estar econômico da nação, mas prepará-la à guerra, por cujo intermédio visava conseguir áreas territoriais onde colocar o excesso demográfico e de onde extrair a subsistência faltante. Não manteiga; canhões. O melhor, entretanto, é permanecermos no terreno econômico, é ter em vista a humanização da paisagem brasileira, em vez de reproduzir ao vivo aquela visão, antes referida, de Monbeig, quando em visita a uma zona pioneira de café.

No caso brasileiro, que objetivamente focalizamos, muito se pôde dizer neste assunto — o que se fará no momento oportuno. Todavia, já se avança alguma coisa. Devido mesmo à rapidês com que degeneram os solos tropicais, nosso rendimento econômico é muito oscilante e não oferece fixidês de proporção à densidade populacional. De 1934 a 1944, por exemplo, a população subiu de 100 a 140, e a produção de gêneros "per capita" de 100 a 125. No mesmo período, cresceram todos os índices característicos do pauperismo, ou da miséria, quanto à mortalidade infantil, à tuberculose, às doenças mentais, etc. Porém, isso é outra história. Refere-se aqui para endossar o temor resultante de defeituosa política populacional, e a ver se nos esquecemos do cálculo do conde, e do de Penk, e do de Freise, e do plano Neurath. Em vez de atentar para essas cousas, de pensar na limitada capacidade de azoto vegetal e outros fatores independentes da vontade do homem, queremos ser sociólogos naturalistas, mas de modo esturdiamente invertido: impressionamo-nos mais com a paisagem do que com o personagem — mais com a extensão das terras que com a dificuldade natural oposta ao homem, nem percebendo que o feitio da mortalha não altera a "causa mortis". O optimum demográfico é soma do fator terra, mais do fator capital, mais das condições ecológicas. Adotando isoladamente o primeiro, como temos feito, emprestamos ao problema feição angustiante, complexa, mas facilmente perceptível em algumas facetas: processando-se por ciclos nossa economia, teríamos de submeter a demografia a oscilações não comportáveis na matéria, e perpetuar essa coisa desagradável de constantes migrações internas; de ver a liderança econômica e política ora numa região, ora noutra, com infundados e prejudiciais ufanismos locais e regionais, à vez com graves riscos para a unidade nacional, como

em 1930, e antes em várias oportunidades. A região momentâneamente lider — e que são dois séculos na vida de um povo? — inça a política econômica de erros a ela benéficos, com o sacrifício de outras, que já praticaram a seu tempo os mesmos erros, e de outras sem eventual possibilidade de errar um dia. Basta analisar a formação étnica do país, a dissociação de interesses das diversas regiões, a menos esparecida mentalidade dos políticos, os excessos atingidos aqui pela demagogia vulgarmente dita democracia, e mui possíveis desígnios de governos estrangeiros, para deduzir-se como a unidade nacional ainda não é uma túnica inconsutil, nem patrimônio que se possa deixar à mercê de certos vícios de estrutura. Naquela referida fase de nossa história política, tivemos o desprazer de ouvir acalorado ruista suspirar que estava cansado de ser patricio de Lampeão. Ruista, mas do sul. Quem possui memória se lembrará de como o regionalismo sessecório dava tom e colorido à última campanha presidencial de então. Ocorreu acidente político, que atirou o país ao regime unitário, e, suprimindo a democracia, pôs trégua momentânea às apaixonantes lutas eleitorais. Porém, ficou assâsmente demonstrada a fraqueza da unidade nacional, em que precisamos pensar ao aventar o problema demográfico; e esta faceta é tanto mais penosa quanto mais se há de atender só em parte, pois “não é de esperar se possa restituir à vida, pelo menos antes que decorra muito tempo, os solos mortos das zonas onde impera o calor e a chuva”, como diz Gourou, sugnificando isso a dificuldade do equilíbrio político, pois o desequilíbrio populacional já se firmou.

Esse aspecto do problema ainda por outro motivo há de ser muito considerado pelos desejosos de dar ao país orientação imigracionista. Parece desnecessário, se não impertinente, em face aos princípios científicos

e à constante histórica que os endossa, repisar que se localizarão na região fisiográfica do sul os migrantes, que conseguirmos imantar. Precisamos, em consequência, ver até que proporção com o nacional haveremos de admitir condomínio estrangeiro. Somos povo de mentalidade fraca, altamente impressionavel e sujeito a certo complexo de inferioridade perante os de fóra. Despersonalizamo-nos com facilidade. Antes de 1930, um italiano de baixa extração dominava a política da Capital de São Paulo, mal se sabendo se apenas cumpria ordens dos marechais, ou estes eram por ele orientados e dirigidos. Depois daquela hegira, um uruguaio dominou a política em Porto Alegre e um magiar domina-a aqui na Paulicéia, invadindo o Legislativo, dando posse a presidente de câmara municipal em dualidade, pisoteando leis e regulamentos para fins mercantis, etc. . . . Respondam os conformados: seria concebível a liderança política de um brasileiro em Roma, em Montevidéu ou em Budapest? Embora a estatística oficial refira direitinho quantos os estrangeiros em Santa Catarina — pouco mais de vinte mil — de vez em quando botamos a boca no mundo, clamando contra o perigo que representam, e costumamos dizer que aquela unidade federativa não é mais brasileira. Nem algum estrangeiro vai ficar molestado por dizermos que ninguém sai da sua pátria para a nossa por amor a esta, por solicitude para conosco: todos vêm para melhorar-se, não para melhorar-nos; atuam isentos de certas peias, atadas pelo imperativo cívico, e não se comportam como quem edifica uma pátria, embora os que se fixam adotem e estremeçam a dos filhos. Se podem pular a cêrca no escuro, pulam; se precisam pagar a algum brasileiro borbabota para pular, pagam; se necessário corromper, corrompem, encontram agentes com facilidade tanto maior quanto mais intenso o pauperismo, quanto mais

apuradas ao som do dinheiro as ouças de gente pobre e desejosa de vida material melhor. Só os cegados por cataratas mentais, só os estupidamente ingênuos deixam de perceber o quanto em toda parte — nem só aqui — o cosmopolitismo é dissolvente da nacionalidade. E' voz geral que nenhum estrangeiro póde vir a ser tão nocivo e desprezível quanto o brasileiro a seu serviço, quando esse serviço é mais amplo do que a simples assistência profissional e a paga maior que os honorários. Então, densificar esse cosmopolitismo seria dissociar norte e sul, impregnar o sul de mentalidade que os valentes nacionais do norte não compreenderiam nunca nem nunca aceitariam, como não compreendem nem aceitam as pechas de inferioridade, que brasileiros de cá — meros beneficiários ou cúmplices do predador alienígena — soem atirar-lhes na face, na face dêles, que, desajudados de homens e capitais de fóra, sustentam sòsinhos, envoltos na aspereza do trópico, do equador e das consequências de erros históricos, a integridade nacional, na vasta região de sacrifício e de sofrimento permanentes.

Copo de leite desagradavel a todos os paladares, mas ofertado por quem sente a patriótica necessidade de ser útil, mesmo sob pena de "un ennemi de plus".

6. Adaptação

POVOAR NÃO É TÃO SIMPLES quanto importar gente. Cumpre agir de modo a crescer a capacidade produtora pelo menos na proporção do aumento demográfico. Não nos devendo interessar a densificação da demografia urbana, a qual se fará mais do que quereríamos, graças ao desbordamento do agro, às fugas, deserções e apostasias inevitáveis, quando falamos em importar gente precisamos estar aptos a receber essa gente lá onde ela nos interessa: na agricultura.

E aqui nos vêm cenas daquela infância referida no início do presente ensaio; não há mais Jovelinas, embora a própria Jovelina ainda não tenha morrido, graças a Deus. Hoje, as Idalinas não teem recurso, não teem apêlo. Se, antes, a fazendeira, não obstante ainda com certas caturrices vindas da escravagem recém-abolida, era uma espécie de mãe de todos, zelando e velando por todos, parentes, agregados e jornaleiros — e a própria vida da fazenda decorria mais ou menos como em família — hoje não há mais disso. O povinho do proprietário mora na avenida, na Capital; e só aparece na fazenda para atrapalhar, para tirar o sossêgo dos que aí habitam permanentemente. A família do administrador, e as a ela mais achegadas, não podem ir ao almôço pelo Natal, na casa dos maiores, porque “talvez” a do fazendeiro venha passar a festa na fazenda. Depois, não poderá no Ano Novo, porque, não tendo vindo pelo Natal, devido àquele *pif-paf* a que não poderia faltar, a família do fazendeiro é capaz de vir. Finalmente, sairá dia

de Réis, pois a família do fazendeiro anunciou vãmente a chegada pelo Natal e pelo Ano Novo, e não veio, não sendo provável que venha dia 6. Entretanto, dia 6, quando a família do administrador está tomando as charretes, chega a do fazendeiro; e subverte a propriedade rural. O cocheiro também recebe ordens de não sair do pôsto, pois os meninos e as moças vão querer animais; o almoxarife precisa estar atento, pois os diabinhos dos garotos precisarão de podões e outras cousas úteis, para jogarem nos patos, dentro da repêsa; o encarregado da horta há de estar lá, para ouvir a qualquer momento as recomendações cretinas da senhora do fazendeiro; o pessoal da cosinha terá redobrado o trabalho, ouvirá as impertinências das mocinhas e as exigências dos rapazelhos; o administrador terá os ouvidos cheios de crítica severas e recriminações injustas, porque não cumpriu ordens absurdas, porque está levando as cousas como devem ser levadas e não como pensa o bobo do patrão, que poderá entender de *pif-paf* e de *whisky*, mas não de fazenda e de agricultura. Alegando aperturas do patrão, esse mesmo administrador conseguiu, durante meses, tapear os colonos, que pleiteiam cousas justas e necessárias; mas, quando um grupo de colonos vem apenas trazer homenagem ao patrão, êste se dá ao luxo estúpido de embasbacá-los e conta grandezas, desaparecendo assim as razões do administrador. O administrador conta haver conseguido um financiamento, que permitirá agora a compra de um caminhão, pois a fazenda não tem veículo algum. Mas, no meio da conversa chegára o filho do patrão, o qual mete o pau no carro de classe ganho há seis meses apenas, e "exige" outro. Então, o filhinho do papai terá mais um carro, e a fazenda continuará a pé. Os colonos continuarão habitando taperas, sem mesmo se poder embuçar os telhados e tapar as gretas maiores; mas, na semana seguinte

recomeçarão a chegar volumes e volumes para a nova instalação elétrica, para trocar a cerâmica dos corredores, para um terceiro quarto de banho e, sobretudo, o balcão para novo bar — enfim, para transformar-se a casa-grande em hotel de luxo, cuja escadaria a população da fazenda não ousará subir, mesmo porque a fazendeira — tão diferente e tão abaixo da Jovelina — proibiu “essa gente” do portão do parque para dentro...

E vamos esperar a radicação de colonos na zona rural, onde decái de ano para ano o crescimento vegetativo das populações...

Necessário não perder de vista aquilo de Mills: a depressão da vitalidade é um dos meios de adaptação ao calor. Possível adaptar: mas, à custa de perda da eficiência e à custa de compensações em conforto — coisa inexistente, parte devido ao que acima se expôs. É irremediável, fóra do alcance do esforço humano, porquanto, segundo Wissler em *The Relation of Nature to Man in Aboriginal America*, é fundamental a relação entre o homem e a natureza, sendo-lhe impossível a ele romper o liame. O equipamento científico nada vale contra a influência edáfica, fótica e outras, inerentes ao trópico. Em 1905 Sevilha começou a mandar espanhóis à América; dos trinta mil existentes no Paraguai três décadas depois, só se encontraram seiscentos em condições de tomar armas. O mais curioso, decorre de *Principes de Géographie Humaine*, de Vidal de la Blache; a pigmentação da pele e a atividade das glândulas de secreação equivalem a outras tantas vantagens do negro na África; mas o aborígene americano equatorial não possui defesa do mesmo gênero. E parece não valerem aqui as referidas vantagens protetoras do africano em seu Continente. Tanto parece, que no trópico o negro e o mulato são as vítimas prediletas das endemias, sobretudo da tuberculose.

O homem de clima temperado degenera no trópico, onde não se dá bem. Em *Recherches philosophiques sur les Américains*, de Cornelius de Pouw, depois de vasta argumentação quanto à má influência do clima sobre o europeu, há trecho util de transcrever-se: “Comme c’est principalement au climat du Nouveau-Monde que nous avons attribué les causes qui y ont vicié les qualités essentielles de l’homme, et fait dégénérer la nature humaine, on est, sans doute, en droit de se demander si l’on a aperçu quelque dérangement dans les facultés des Créoles, c’est-à-dire des Européens nés en Amérique de parents originaires de notre continent. Cette question curieuse, et très importante par elle même, mérite bien qu’on s’y arrête un moment. Tous les animaux conduits de l’ancien monde dans le nouveau, ont essuyé, sans en excepter aucun, une altération sensible, soit dans leur forme, soit dans leur instinct; ce qui doit d’abord nous faire présumer que les hommes ont ressenti un effet quelconque par les influences de l’air, de la terre, de l’eau et des aliments; mais comme ils ont su beaucoup mieux que les animaux se garantir contre la puissance immédiate du climat, on n’a pas si tôt reconnu le changement de leur constitution et l’affaissement de leur âme; cependant, en les comparant ensuite aux Européens, nouvellement débarqués, on a cru entrevoir quelque différence entre les uns et les autres, et à force de réitérer les observations à ce sujet, on s’est convaincu que la dégénération, qu’on avait cru possible, était réelle. Enfin, on est venu au point d’affirmer hardiment que les Créoles de la quatrième et de la cinquième génération, ont moins de capacité pour les sciences que les vrais Européens”.

Deixaremos de lado, quase completamente, a parte intelectual e psicológica; mas, vamos dar depoimentos pessoais. Há pouco estivemos pesquisando no Interior, bem nosso familiar e onde sabíamos conduzir-nos com

segurança. Dessa vez, não houve penetração sertaneja, em que também somos veseiro: para base territorial do trabalho, preferimos o ângulo que tem o vértice em Campinas; como lados a linha da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e a da Mogiana; como bissetriz, a antiga Funilense. Base muito acima da média, quer no Brasil, quer no Estado de São Paulo — o que dá plena liberdade no uso das conclusões. Aí teve início a sistematização da imigração, pois está Ibicaba, a famosa propriedade do Senador Vergueiro; aí — ou seja de Jundiá à boca do sertão, que naquele tempo começava em Araras — as fazendas dos que passaram a servir-se da agência mantida pelo antigo Regente na Europa, a aliciar trabalhadores livres; aí, as grandes lavouras de Dona Veridiana, de onde Antônio Prado levava ao Congresso Nacional a prova de que o café não era o negro. Aí teve início a mecanização da lavoura, encontrando-se até hoje aí as principais fábricas de máquinas agrícolas. Aí principiou o regime de pequena propriedade, levado hoje quase à pulverização, aos dois alqueires. Quanto ao sistema viário, não sabemos se no Brasil inteiro haverá mais algum trecho tão bem servido: nenhum proprietário rural fica a mais de desesseis quilômetros da estação; boas rodovias-troncos atravessam rumo a Ribeirão Preto e a Minas Gerais; muito aceitáveis estradas de rodagem latitudinais estabelecem comunicação fácil e abundante. O grande pôrto de Santos é próximo; mais ainda o centro consumidor — havendo de permeio a estrada de ferro considerada a melhor do país e uma auto-estrada.

Vejamos, então, como se comportam aí as gerações atuais, provindas daqueles europeus começados a chegar no tempo de Vergueiro. E' questão diferente — de importância, interessante, à qual se dará apêço na hora oportuna — o fato de estarem na mão de descendentes

de imigrantes conduzidos pelo Senador as principais fazendas junto à Paulista: Ibicaba, São Francisco, Bombocado, Itapema, São João, etc. Fiquemos, todavia, no resultado da adaptação e da miscigenação. De modo geral, nada famosos. Diga-se mesmo que o caboclo de olhos ainda claros e cabelo ainda louro se ressentia mais que o autóctone dos castigos ecológicos, como era de esperar-se, porquanto não trabalhado profundamente pelo endemismo. Depois de duas ou três gerações de luta em situação igual, é igual ou inferior ao nosso. A mesma submissão à miséria como segunda natureza; a mesma apatia e economia no fazer esforço; o mesmo nirvanismo. Antes, na geração chegada ou na seguinte, é o que mais evade, abandonando o campo pela cidade. Ainda com uns anís nos olhos, ainda com uns oiros nos cabelos, ainda com dominância de sangue branco nas veias e mais brancura no colo, são as moças mais afóitas, porque mais facilmente encontram emprego urbano.

Quadros domésticos surpreendidos em lares desses brasileiros recentes não diferem dos que se podem observar no longínquo sertão. Em casa de velho campônio europeu, vimos loucos os dois filhos homens e a filha moça. Discuta-se o motivo da alienação mental, mas sem esquecimento do relevante papel que o pauperismo desempenha no setor das moléstias nervosas, principalmente em população degradada de meio ecológico e de condições econômicas. Diga-se que só em país mediocremente administrado se dá essa cousa triste de um lar depósito de enfermos, sobretudo mentais. Porém, é certo que o campônio europeu aceita isso tudo com o nirvanismo do grotreiro nacional. Em casa de brasileiros de primeira geração, vimos a criancinha sentada na lama do quarto, para a qual fornecêra ela mesma a parte líquida, entanguida de frio às cinco horas da

manhã, consumida pela carência alimentar — enquanto cuidava do primeiro cafèzinho para o marido a jovem mãe, também subnutrida, e em cuja boca todos os dentes restantes acusavam infecção. Em casa de brasileiros de segunda geração, o pai era retardado mental; o filho mais velho, cretino de todo — latagão de trinta anos, que só sabe consumir e dar trabalho; o outro, já de uns vinte anos, meio anão, mas um tanto ladino; a mãe, imbecilizada pela miséria. O rapazinho pediu chamássemos o doutor e, respondendo pergunta nossa, informou “parecer” que o pai estava doente. Disse por que parecia: de manhã, não quiz acordar; àquela hora — tardinha — a mãe o sacudira e ele de novo não quiz. O pai morrêra súbitamente durante a noite e ninguém na família sabia distinguir entre vivo e defunto, ou nem tivera a argúcia de admitir houvesse ocorrido a morte. Em casa de pais europeus e filhos brasileiros, estavam há dias enchendo de meisinha resolutiva, de garrafada estimulante, de diurético, a pobre rapariga, que dificuldade mecânica impedia de urinar. Terminemos os pequeninos casos, referindo sem número de lares de descendentes de imigrantes, onde a mulher é escravizada como nos sertões, as filhas permanecem na situação de bestas de carga, a saúde não cuidada, banidas as regras de higiene, a instrução esquecida.

Quando víamos a debandada de colonos recentes — por exemplo, de dōze famílias, em propriedade rural onde eram apenas quinze — quando víamos avolumar-se na mesma vertente ou na mesma grotta o número dos que partiam, era difícil medir a intensidade de nossa própria tristeza e de nossa própria alegria. Sem dúvida, afastava-se da agricultura o elemento de cuja falta mais se ressentia; a angústia de braços ia tornar-se mais acentuada; reduzir-se-ia ainda o número de produtores e iria crescer na cidade e de consumidores, agravando-se a

questão social. Mas, eram vidas que fugiam à morte; eram vivos que lutavam para não sucumbir. Neste ponto, sim, bem marcante a superioridade dos ádvenas: o sertanejo, o caboclo, está chumbado à terra pela hereditariedade; quando lhe falecem as crianças, “foi Deus que quiz”, como a Osler disse a antiga companheira de escola, ao referir a quantidade de filhinhos ceifados pela morte; e a terra pátria os acolhe. Porém, as mães estrangeiras, por que haveriam de aguardar passivamente a ceifadeira dos filhos, se vieram a extrair abundância de nossa terra, não alimentá-la com os corpos gerados em sua entranha?

Na região, desaparece inteiramente a mão de obra na agricultura, como viemos a notar ulteriormente na região que sóbe a Amparo e a Minas Gerais. De resto, em pouco não haverá mais gente para o plantio dessas culturas exigidoras de braço abundante, como o algodão: tudo acorre à indústria nos grandes centros. Nas terras roxas e mesmo sangue de tatú mais próximas à Paulista, é praticável e pratica-se agricultura latifundiária: grandes fazendas mecanizadas, dedicando-se sobretudo à lavoura canavieira e à cerealicultura. Da proximidade da bissetriz até ao outro lado do ângulo e, para além, na região da catanduva e dos campos, são as pequenas propriedades, lavouradas pelos membros da família, com grande sacrifício e minúsculo resultado. Quem não pode fazer-se pequeno proprietário, evadiu-se, pois não vale a pena ser operário rural alí nem no Brasil inteiro: ninguém ama trabalhar para o Fino. O pequeno agricultor é pobre e não é rendoso ser empregado de pobre. Evade-se; vem-se morrer de tuberculose no ambiente fechado das fábricas urbanas, do mesmo modo como o índio morria no socavão das minas — pois em ambos os casos falta a defesa orgânica aos nascidos e criados em outro ambiente, e entregues, depois de adultos, à vida

confinada. A evasão cresce com a melhoria do sistema viário; todo ano os jornais gritam ante a agravação do problema da subsistência, e os Poderes Públicos nomeiam novas comissões, que alugam e mobiliam mais andares de prédios caros, enchendo-os de marias candelárias, que se vestem como quem vai atacar o exército sexual também nomeado pelo govêrno para dirigi-las; elas e eles passam a viver do problema para cuja solução se criaram as comissões. Aumenta a produção de entrevistas e começam a viajar de lotação pessoas que mal pagavam o bonde; já cara pela agravação do problema, a vida encarece-se mais, porque é de custeio elevado o novo órgão inventado para ajudar. O que não se póde deixar de antever, é que, mesmo em regiões tradicionalmente agrícolas, mesmo nas famílias tradicionalmente agrícolas, só haverá mais uma ou duas gerações de agricultores; porquanto o pai entrega ao filho terra cada vez mais exausta, benfeitorias cada vez mais arruinadas, solo de rendimento cada vez menor, a tal ponto que em alguns anos não produzirão sequer o imposto. Conhecemos bem a quantidade de fazendas abandonadas aí pelo Interior, cujos proprietários se mudaram para a Capital, entregando-se a atividades industriais ou comerciais, ou entraram para a política, tão rendosa nesta república de mercados, largando os imóveis em mão de arrendatários, que os espoliam, que não os conservam; ou apenas em mão de algum administrador barato, incumbido apenas de ir tentando, a esperar valorização e oportunidade de vender bem. Vão desaparecendo as benfeitorias e acontece que algum argentário compra o imóvel; mas, em vez de refazer as colônias, afim de haver condições de vida à altura da existência humana para os trabalhadores, cuida apenas de transformar a casa-grande em hotel de luxo, deixando as outras habitações no mesmo estado de miserabilidade em que as encontrou, muito

embora se julgue no direito de invetivar a dificuldade no encontrar colonos ou a inconstância dos que se encontram.

Refiramos também os caboclos louros de Santo Amaro. Trazidos pelo governo da província, em novembro de 1827, aqui chegaram 926 bávaros, 336 dos quais trataram logo de ficar na Capital, indo os outros para diversos núcleos aí perto, até à distância de Itapecerica da Serra, hoje quase subúrbio da Capital, a que se liga por ônibus e lotações frequentes. Deu-se-lhes assistência, que o nacional nunca havia tido. Cada adulto recebia 160 réis por dia e cada menor 80 réis (o milréis valia a libra de ouro, podendo-se multiplicar aquelas importâncias por cem, afim de obter-se a equivalência). Em 1828, a cada família eram dadas 400 braças de terra lavoravel e a Província assegurava contratualmente ao colono: alimentação por ano e meio, à custa do governo; donativo em gado, "in natura" ou em espécie após quatro anos; médico e pároco, durante ano e meio. Embora Itapecerica fosse na época um dos mais importantes centros agrícolas da Província, os recenvindos se dispersaram e regrediram. Quem quizer verificar hoje se valem mais que o caboclo de qualquer sertão longínquo, faça uns passeios aí pelo Cipó, Parelheiros e Colônia; e observe bem os que atenderem pelos nomes — evidentemente não indígenas — de Junk, Rocomback, Reimberg, Strabourgen, Packer, Elfrustein, Glasser, Zilling, Carback, etc. Von Martius já havia anotado o fracasso do europeu em meios rurais, onde o brasileiro luta e vence ou pelo menos vegeta.

No trópico, adaptação é geralmente degradação, perda de vitalidade. O coelho europeu aumenta aqui o tamanho das orelhas, para ampliar a área de evaporação. O homem encolhe-se dentro de si mesmo, para reduzir o campo de luta com a vicissitude ambiente.

7. Deficiências

O por nós visto no Interior, é simples efeito de causas científicas historicamente observadas, sendo necessário removê-las, se queremos livrar-nos dêles. Aquilo só não é visto pelo Poder Público, amante de impressionar-se com os problemas do povo só quando já desembarcam nas ruas, quando ocupar-se dêles resulta em noticiário, em *clichés* e até mesmo em popularidade. Confirma-se a seguinte página de Euclides da Cunha: "A mistura de raças diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso. O indo-europeu, o negro e o brasílio-guaraní ou o tapúia, exprimem estádios evolutivos que se fronteiavam, e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades proeminentes do primeiro, é um estimulante à revivescência dos atributos primitivos do último. De sorte que o mestiço — traço de união entre raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares — é, quase sempre, um desequilibrado. Foville compara-o, de modo geral, aos históricos. Não se compreende que, após divergirem extremamente, através de largos períodos entre os quais a história é um momento, possam dois ou três povos convergir, de súbito, combinando constituições materiais diversas, anulando em pouco tempo distinções de um lento trabalho

de seleção. Como nas somas algébricas, as qualidades dos elementos que se juxtapõem não se acrescentam, subtraem-se ou destroem-se segundo os caracteres positivos e negativos em presença”.

Lastimamos haja Euclides, tão percuciente, se enganado sôbre o sertanejo. Também êste, jogado por aí, produto sabe-se lá de quanto cruzamento e, sobretudo, cruzando a condição humana com as inumanas condições de vida do trópico, também êste jàmais poderia ser um forte, nem o é. A natureza não dá saltos, não poderia enrigecer homens perdidos em regiões de clima estiolante — clima de rapina, diz Deffontaines — alimentando-se desordenadamente, de modo contrário ao preconício da ciência. A fortitude do autóctone é ufanismo, negado pela realidade e pela história, que nos mostra um espanhol ou um português recém-chegado liquidando seis ameríndios, ou realizando sòzinho a tarefa dêles. No Nordeste, durante a guerra, o local admirava o norte-americano, que em dois tempos fazia aeroporto ou construía a estrada que o ligaria à cidade. Sem pensar que o filho daquele estrangeiro — se aqui ficasse — seria menos potente; e o neto não mais forte que o atual admirador.

Nem só no terreno físico se dá a inferiorização. Nina Rodrigues registra circunstância não biológica, que, embora por ele referida só quanto à Bahia, nos dias de carnaval ou de peregrinação se tem desejo de aplicar ao país inteiro:

“Para nos servir da expressão de Tylor, ou melhor da expressão consagrada na Costa d’África — escreveu o mestre — pôde-se afirmar que na Bahia todas as classes, mesmo a dita superior, estão aptas a se *tornarem negras*. O número de brancos, mulatos e indivíduos de todas as côres e matizes que vão consultar os negros feiticeiros

nas suas aflições, nas suas desgraças, dos que crêem públicamente no poder sobrenatural dos talismãs e feitiços, dos que, em muito maior número, zombam dêles em público, mas ocultamente os ouvem, os consultam, esse número seria incalculavel se não fosse mais simples dizer de modo geral que é a população em massa, à exceção de pequena minoria de espíritos superiores e esclarecidos que tem a noção verdadeira do valor exato dessas manifestações psicológicas. E' que no Brasil o mestiçamento não é só físico e intelectual, é ainda afetivo ou dos sentimentos — religioso igualmente, portanto".

Não iríamos a dizer, com Gilberto Freyre, que o europeu sifilizou o brasileiro, em vez de civilizá-lo. Nem admitir "in totum" o conceito de von Martius, segundo o qual a civilização européia mata o homem do trópico. Porém, há muito de real em tudo isso. O que se vê pelo Interior, confere-se em páginas de observadores eruditos. A ponderação de Willems é mais profunda, mais explicativa, mais interpretativa, mas não diferente da de von Martius, quando se refere à derrota do europeu em meio rural, onde o brasileiro sobrevive. Põe a seguinte questão:

— O imigrante estrangeiro portador de equipamento técnico "superior" pôde realmente tornar-se fator de "progresso" no Brasil? Técnicas julgadas superiores podem ser transplantadas para o Brasil com a introdução dos homens que as incorporaram a seu patrimônio cultural?

Depois de restringir a matéria ao setor agrícola, escreve Willems, com muita sabedoria: "Áreas de colonização são geralmente zonas "pioneiras", em que o adventício é o único povoador. Na maioria dos casos, trata-se de zonas afastadas dos mercados e mal servidas por estradas. Espera-se que precisamente o elemento

estrangeiro desenvolva essas áreas, que as transforme em fontes de prosperidade econômica. Pelo menos tem sido assim no passado e a observação do que realmente ocorreu nos últimos cem anos forneceu-nos os dados para o presente estudo. Com essas restrições, a pergunta inicial se afigura precisa, permitindo talvez uma resposta satisfatória.

"Convém lembrar, em primeiro lugar, que o imigrante, com seu equipamento "superior", fazia parte, no país de origem, de uma determinada organização econômica. Esta representa, em qualquer hipótese, um "sistema", quer dizer, um conjunto de elementos entrelaçados e equiparados e mutuamente dependentes. Densidade demográfica, regime de trabalho, organização da família, costumes e tradições regionais, volumes de produção, proximidade e capacidade de centros consumidores, desenvolvimento das redes rodoviária e ferroviária, tipo e difusão da educação escolar, eis alguns desses elementos interdependentes que representam o sistema em virtude do qual o indivíduo pôde adquirir um grau de eficiência pessoal julgado "superior". Mas é preciso dizer que essa eficiência somente tem sua razão de ser dentro do sistema. Em sistemas diferentes, os mesmos indivíduos, por mais que queiram subordinar o seu comportamento aos hábitos anteriormente adquiridos, tem que proceder de maneira diferente. Nessas condições, duas possibilidades se apresentam geralmente ao imigrante novo: mudar certo número de seus hábitos fundamentais ou abandonar a zona de colonização".

Exatamente o que se passa aqui. O imigrante permanece trancado dentro do grupo nacional com que chegou, para não mudar hábitos fundamentais, e torna-se quisto incômodo, indesejável; ou é fagocitado pelo meio, adota os hábitos da terra, nivela-se ao autóctone, perdendo a superioridade. Ou escapa: se não volta à

pátria, ao menos deixa a roça pela avenida. Regride, como disse Euclides; ou regressa, como diz a estatística. A primeira defesa, a seu alcance, é a evasão do campo. E' a luta pelo conforto, a busca da higiene, a fuga ao depercimento — deixando nós para depois a causa econômica, resultante de política inadequada, mas podendo abordar, de passagem, uma sociológica. O Homem é animal social e sociável; demanda a grei, imanta-se pelos núcleos onde, além da higiene e do conforto, encontra sociabilidade. O Brasil vem sendo povoado desordenadamente, pelo sistema da dispersão: no campo, cada família em sua grotá; a solidão comprime-a para o lado de dentro da porteira, e ela fica ali sequiosa de convivência. Não é assim em todo o mundo: de modo geral, as populações agrícolas vivem grupadas em aldeias ou pequeninas cidades periféricas de mais importante centro urbano regional; pela manhã, todos quantos devem ir à lavoura a ela se dirigem — em ônibus, em caminhões, em charretas, em bicicletas; voltam para o almôço ou à noitinha. E novamente se integram à vida social, que dá recreiação, o meio de instruir-se, de medicar-se. Mais que isso: a convivência. As próprias idas e vindas são uma festa. Mas, no Brasil, não há disso e apresenta inconvenientes o sistema misto, que vamos ver. Não acreditamos que, dentro da atual orientação social de nossos legisladores, continúi por muito tempo existente a profissão dos turmeiros — dêsses, que aliciam caminhonadas de trabalhadores nas cidades rurais, para as fazendas circunstantes. Basta ver, por exemplo, o que se passa com as turmas cortadoras de cana, atividade em que se empregam moças e mulheres, de preferência. A cana começa a cortar-se nos meses frios e acaba nos chuvosos. Dói o coração da gente, ver as criancinhas de peito vergastadas pelo deslocamento de ar frígido, sôbre o caminhão aberto em que

as mães demandam as fazendas. Frio e pó. Nos canaviais, ficam elas, as criancinhas, entregues a irmãos ou irmãs, pequenos, bem pequenos, pois os mais crescidos vão também cortar. Sujas, cheias de poeira, ramelentas e catarrentas, passando fome, chupando cana como sapo — sem dentes — e importunadas pelos insetos. Se chove, dói o coração da gente ver aquelas criancinhas gritando sob as vergastadas da tempestade. E assim crescem, e assim varam anos.

Varavam, porque passam a não varar mais: as indústrias urbanas teem *crèches* para esses casos; há proteção legal para as gestantes e as recém-paridas. Então, por que continuar no rus?

No domingo, nos dias festivos, vai-se ao centro urbano regional, onde tudo aquilo se encontra em escala menor, em melhor qualidade. Os inaptos ou impropensos à lide do campo, encontram nesses pequenos núcleos locais — ou nos centros urbanos regionais, mais importantes — meio de ocupação e ganho de ordenado, em indústrias de transformação, em pequenas manufaturas, no modesto comércio, de modo a não ser obrigados a vegetar, nem, principalmente, a erradicar-se, a procurar emprêgo na metrópole, onde encontram a morte, pois a estatística sanitária mostra como as mais numerosas vítimas de certas moléstias citadinas, sobretudo a tuberculose, se constituem de egressos do campo, onde o organismo não se armára de defesa contra elas. Em algumas regiões — inclusive na base territorial, há pouco referida — pratica-se o sistema misto: parte da mão de obra habita o campo; outra é buscada todo dia na cidade próxima, e a ela reconduzida à noite. Hibridismo prejudicial, que também contribúi para a evasão, porquanto a mocidade campesina se deixa influenciar pela das cidades e acaba indo com ela para a rua, mas não voltando, por motivos de ordem moral.

Se não teóricos nem ufanistas, se razoáveis e humanos, consideremos a situação de velhos e anciãs, necessitados de um pouco mais de conforto do que o encontravel nas mansardas, que lhes destinamos ainda nas melhores fazendas, naquelas em que a castelã se mergulha em luxo e pretende bancar a grã-senhora; consideremos a situação de moças e moços, de pessoas providas de outros países, onde o povoamento se processou sem dispersividade; e imaginemos se podem aceitar facilmente a reclusão rural, a privança de todas as boas cousas da vida, que já conhecem e, por isso, desejam. Hoje, com a repercussão, no campo, de tudo quanto se passa nos grandes centros — o automóvel na estrada, o avião no ar, a juventude que vem ficar uns dias na fazenda, o noticiário trazido pelos jornaleiros da cidade, de cousas vistas no cinema — mesmo o autóctone vai se safando. Os censos demográficos mostram a queda percentual das populações rurais: 75%, depois 70%, agora uns 62%. Estaria bem num país industrial, mas não aqui, onde as injunções nos fazem nação agrícola, como se verá no momento oportuno. Nas grandes cidades, praticam-se o comércio e a indústria; comércio não cria riquezas, mas apenas joga com elas; indústrias sem base pesada e sem necessidade de progredir, é quase o mesmo que comércio — não cria riqueza, apenas modifica as já criadas e torna a lançá-las em circulação; não estando apta a competir no mercado internacional, sua produção há de ter consumo interno, há de ser paga com os bens produzidos aqui — bens do solo, da atividade agro-pecuária; portanto, reduzir a população do campo, é reduzir a clientela do comércio e da indústria.

A fixação do homem ao solo tem assim importância econômica e social. “Impõe-se reunir as populações em pequenos grupos, ensinar-lhes técnicas agrícolas que

ignoram, incutir-lhes princípios draconianos de higiene, proibir a queima dos matos, enfim ensinar princípios salutareos de exploração da floresta" — diz Pierre Gourou, de quem ousamos discordar em parte. Os princípios de higiene não se impõem draconianamente, mas inculcam-se persuasivamente. Voltaremos a isso. De resto, podemos também excluir momentaneamente a nucleação, pois vai dominar uma parte do presente ensaio. Agora, procuramos apenas demonstrar que as circunstâncias de meio rural são impróprias à fixação do homem, sobretudo do estrangeiro; para esta conclusão: tendo sido mostrado, com cifras, que as correntes migratórias, que nos procuram, só se orientam para o sul do trópico; provar que, mesmo aí, não se radicam nas regiões rurais, é deduzir que não devemos importar muita gente, pois todos os elementos alienígenas virão engrossar a população das grandes cidades, encompridar as filas, rifar automóveis, aumentar o número de consumidores, ficando inalterado o fator "produções básicas", a produção de subsistência. Esbarra-se no primeiro "check" de Malthus, agrava-se a questão social, faz-se o ambiente pátrio mais propício às agitações subversivas, aumenta-se a contradição entre nosso ufanismo e as crescentes dificuldades do meio. Assim foi na França imediatamente anterior à grande revolução. Assim no Portugal quinhentista, o qual não se salvou nem mesmo pelo descobrimento e posse de regiões mais amplas que a Europa inteira, nunca mais se incluindo no rol das grandes nações. Se oportuna e benéfica nova convulsão como a que subverteu a França, deixemos as cousas; mas, se imaginamos possível conseguir melhor resultado com menor sacrifício, com menos sangue e menos injustiças, então ajamos no sentido de sanar vícios constitutivos e adotar novos processos de estruturação de nosso país.

Esse povoamento dispersivo é o primeiro elo quebrado no "sistema" em que o íncola estrangeiro dava prova de eficiência no seu ambiente nacional, e que o desarticula completamente aqui. Poderá o chefe da grei apreender a falsidade do encanto urbano; mas, não conseguirá jàmais fechar ouvidos ao cântico da espôsa e dos elementos moços do lar, contra a solidão e a crueza da grotta; resistirá no máximo até à morte da primeira criancinha, vitimada por males diversos, o mais importante dos quais a falta de recursos científicos; naquele cercado, arremêdo de cemitério, não repousará nenhum outro membro da família.

III — A PAISAGEM E O HOMEM

1. E m é t i c o

A nação brasileira, através dos líderes intelectuais, inclusive Rui Barbosa, deixou-se influenciar muito por Bentham, o hedônico teórico, que, instalado em palácio cheio de confortos e de luxos, se permitia ditar códigos de vida para povos vestidos com a túnica de Nessus, entretecida de dificuldades ambientes. O próprio conde de Afonso Celso, nascido e criado no algodão, tendo encontrado tudo feito, inclusive o nome e o palacete, não passou de um Benthamzinho colonial. Daí, essa mentalidade com que impregnou as gerações, a ponto de parecermos insensato, pessimista, derrotista, impatriota, só porque preferimos a realidade escarnada. Imprudentes, ébrios de patriotada, viciados em ilusógenos, alérgicos à referida realidade, isso sim: os que imaginam possível ou mesmo preferível prosseguirmos no regime do ópio, entre sonhos que deprimem, com o hálito denunciando lá dentro ilusões mortas e indigeridas. Se o livro de Afonso Celso continú a reeditar-se e não nos expungimos da mentalidade por ele inoculada em momento de grande receptividade nacional, permaneceremos esperando a “ação de forças inflexíveis” e a coisa não irá; se, ao contrário, nos convencemos de que no trópico a luta é muito mais dura, e custa ingente esforço tudo quanto susceptível de conseguir-se, aí nos

arregaçaremos de verdade e modificaremos o modo de agir: votaremos diferentemente; reagiremos diferentemente contra nocivas atitudes de governos jungidos aos que se opulentam à custa da pobreza geral; adquiriremos e dinamizaremos espírito público.

Claro que não é agradável nem simpático ofertar copo de leite a ébrios de patriotada. Menos ainda, fazer certas comparações, estabelecer certos cotejos, a mostrar o que tem realizado na paisagem brasileira o homem brasileiro. Apresentamos, porém, esta escusa: em alguns casos, não há cura sem poderoso emético, bastante a expungir lá de dentro tudo que intoxica. Resta às naturezas melindrosas o recurso de ir à livraria e comprar sonetos, para entremeiar com o charivarí de cifras. Malvado não é o médico, propiciador do emético: a criatura leviana, que encheu de guloseima saborosa.

Vejamos, então, se a constante histórica endossa os princípios científicos, a mostrar-nos o que tem o homem conseguido na paisagem tropical, no "felicíssimo terreno, em cuja superfície tudo são frutas, em cujo centro tudo são tesouros, em cujas montanhas e costas tudo são aromas". Não faremos nem ligeiro retrospecto da história econômica do Brasil quanto à produção de subsistência, a relembrar como o problema foi sempre angustiante aqui. Mas, queremos fixar o aferidor — dado, aliás, pelo marquês de Mirabeau, e já algumas vezes referido nestas páginas: a medida da subsistência é a da população.

Começemos pelo panorama, que não póde deixar de envolver-se em roupagem política, mesmo quando mais adiante hajamos de ampliar aspectos agora exibidos como partes do conjunto. E' que não seria científico destacar totalmente e situar totalmente no terreno ecológico o problema brasileiro da subsistência, ao qual a feição política empresta características fundamentais.

Em agricultura — e é contingentemente agrícola o Brasil, sendo, aliás, a agricultura o fundamento das pátrias pacíficas — a política econômica vale tanto quanto os recursos naturais, sendo difícil a triagem dos efeitos pertencentes a ela ou a eles, de tal modo se interpenetram.

O que em 1930 a uma família de sete pessoas custava 1.676,20 cruzeiros, em 1945 passou a custar 4.489,13; no ano de 1949, já custava 6.483,00; e agora, 1953, não fica por menos de 8.292,00. Como vida barata é marca de civilização rudimentar, poder-se-ia negar valor a esses dados, porquanto exprimiriam elevação do "standard of living", tão preconizada à população brasileira, que na maioria tem a miséria como segunda natureza. O caso, porém, admite considerações de vária espécie:

Se, quando fóra da fazenda, queremos manter o hábito de ingerir toda manhã um abacate e, para adquirí-lo na Capital, temos de pagar três cruzeiros no primeiro dia, quatro no segundo, seis no terceiro — não está havendo acréscimo de requinte, pois apenas sustentamos o hábito de ressaltar os rins, sendo o mesmo o abacate, só diferindo o preço. Também a sociologia não aprova o fato de querer-se pular do teor de vida indiano para o americano, de um golpe, sem que se haja modificado essencialmente a possibilidade do meio; nem o outro, da maria candelária, modesta de hábitos até agora, quando era simples filha-família, mas que, tendo desbancado na obtenção do emprêgo público o infeliz pai de muitos filhos, passa a exhibir-se na repartição como se para uma festa, nem podendo mesmo trabalhar, pois atrapalharia toda a arriata. Mais: que se sentia muito feliz quando tinha um cruzeiro para o ônibus, e agora só pôde andar de lotação, quando não está com muita pressa — caso em que chama um taxi.

Diga-se, entretanto, que com os quatro mil cruzeiros de 1945, ou com os seis mil de 1949 ou com os oito mil de agora, não se comprava nem se compra mais conforto e bem-estar do que em 1930 com os mil seiscentos e tantos. Nem se trata, igualmente, de uma daquelas crises cíclicas referidas pelos economistas, atribuídas por Clement Juglar à "cessação brusca da alta de preços" e por Bertrand Nogaro definidas como "o momento crítico que separa uma alternância de alta e de baixa". Na realidade, não cessaram de subir os preços, nem se notou qualquer alternância de alta e de baixa. Trata-se de agravação de males econômicos, de empobrecimento gradual, tendo se escolhido o ano de 1945 exatamente para ele servir, mais adiante, de primeira balisa em outras comparações.

No rebuscar a causa, afim de escolher a terapêutica, nossos homens públicos não tem sido muito felizes. Emaranham-se em concausas secundárias, que chamaríamos epidérmicas, hoje erigidas realmente em causas, mas originariamente simples efeitos, e cuja erradicação não se pôde incluir no "sublata causa, tollitur effectus". Limitando-se a elas, quanto ao diagnóstico, limitam-se eles, na terapêutica, a paliativos agravadores. Mais ou menos como se quizessem curar apendicite aguda com aspirina. Ou, quase exatamente, como aquele industrial que, tendo vencimentos de dois ou três milhões para daí a uns trinta dias, em vez de adotar medidas efetivas e eficientes se limitou a suprimir a manicura, o charuto e o aperitivo, conforme se soube no dia do suicídio. Nossa convicção é que ou damos embasamento aos problemas fundamentais, ou nem vale a pena gastar tempo com os específicos, que não se resolverão mesmo.

Então, rebusquemos a causa primária dos males presentes. Poderemos sintetizá-la neste conceito: país intertropical e contingentemente agrícola, o Brasil até

hoje não se convenceu de que sua luta é mais dura, não se podendo maltratar a natureza como temos feito, nem batalhar sem organização rural, de modo que a toda a rudeza da vida do íncola se atribua alguma compensação, em vez de haver saídas falsas, que levem a outra destinação o que deveria voltar ao campo, não só como recompensa mas também como recurso à obtenção de armas para continuar-se a batalha. O caso, por exemplo, do sitiante alí dos Souzas, no vizinho município de Campinas, que antes de voltar para cá mandou colher e enterrar milhares de excelentes mangas, que lhe propunham comprar a dez cruzeiros a caixa e, aqui chegando, encontrou a filha adquirindo essa deliciosa fruta a quarenta e oito cruzeiros a dúzia. Ou aquele outro, do coronel matogrossense, dono de cinqüenta mil rêses gordas (começariam a emagrecer logo, com a sêca) e que, hospedando-se aqui na casa da comadre, esta não lhe pode oferecer um bife. Isso também é desorganização, e pesa muito na balança da subsistência.

Outra causa reside no fato de o rurícola enfrentar inerte a terrível luta, que é a agricultura tropical: dos imóveis rurais recenseados, 78% do valor correspondem às terras, 18,50% às benfeitorias e 3,50% aos instrumentos de trabalho. Como se um rapazinho, ao ficar órfão, herdasse imensos galpões vazios, sem um tear, sem um fuso; ou amplíssima loja no centro da cidade, de custeio caríssimo e vasia de estoque. A baixa percentagem do valor das benfeitorias mostra que, embora contingente agrícola, o brasileiro ainda vive abaracado, provisoriamente instalado, sem aquele mínimo de conforto exigido pelo corpo afim de produzir com eficiência; que a vida rural ainda é condenação, da qual se foge na primeira oportunidade; da qual só não evade quem perdeu mesmo a capacidade de reagir e o instinto de conservação. A miserável percentagem do valor dos

instrumentos de trabalho demonstra, confirma que o povo brasileiro é um desarmado, não dispõe de meios profissionais a produzir.

Todavia, produz. No volume de suas produções, nada que lisonjeie nosso ufanismo e cause arrepios de orgulho. Como não poderia deixar de ser, a produção brasileira é das mais ínfimas entre as de todos os povos agrícolas. Ainda assim, é mais reduzida por outro aspeto de desorganização rural. Sobre terra, que não pode preparar convenientemente, à falta de instrumento adequado, o íncola atira semente de má qualidade. Quem conhece a vida rural brasileira, conhece também isto: anualmente, de cada safra se aparta um bocadinho "para planta". Como nas espécies vegetais a tendência incoercível é para a degenerescência, facilmente se conclui como se reduzem e decaem de qualidade as safras de ano para ano, e o quanto se poderia conseguir a mais, com o mesmo trabalho, ou com trabalho menor. Esse pouco produzido (acentuí-se que a culpa não é do íncola, pois a seleção das variedades pertence ao governo, por sua própria natureza, fugindo à capacidade do agricultor) ainda vai sofrer grandes reduções antes de chegar ao consumo. Até hoje não se praticam generalizadamente processos de imunização e armazenamento, de modo tal que o caruncho e o rato destroem imensa percentagem, muito maior do que se imagina. Essa falta de imunização e armazenamento obriga o produtor a vender o excedente sem discutir preço — o que equivale à espoliação, esclarecendo o fato clamoroso de serem miseráveis todos os pequenos agricultores, e de pertencerem a acaparadores todas as melhores esquinas e os melhores sobrados das cidades rurais.

Já aqui podemos fazer soma: terra mal preparada, má semente, desbaste da safra pelos ratos e carunchos. O que sai das zonas agrícolas é pouco, e só gastamos

adjetivos com isso, por nos faltar o hábito de ver o que se passa nos outros países e, não ligando efeito a causa, teimarmos em atribuir a inópcia de subsistência a razões secundárias. Aqui, nem mais leite é o que vamos oferecer aos ébrios de patriotada, mas violento emético, a despejarem as falsas noções, que ingeriram, sôbre as facilidades brasileiras. Aquela cousa de Rocha Pita e do conde de Afonso Celso precisa destruída, pois não vale tanto como elogio à terra quanto como detração ao homem. Além do mais, forra-nos de mentalidade hedônica, de filhos de papai, de herdeiros venturosos, quando na realidade somos pobres e deserdados, precisando conquistar polegada a polegada o que quizermos vir a ser, dentro de nossas tropicais possibilidades. Necessário mostrar o quanto é dura a vida no trópico, a escusar o íncola, cuja produção é de fato muito reduzida. A patriotada diz que não, e arquiteta belos gráficos, em cuja legenda os meninos de escola e os rapazes de faculdades se convencem mesmo de habitarem a terra de Canaan. Vejamos que não; que grande aqui é só o esforço humano, mas reduzido o resultado. No Brasil, o arroz rende 14 quintais por hectares; na Espanha, 62,8; na Itália, 51,2; no Japão, 34,5; no Egito, 33,6; na Turquia, 27,3; na China, 26,5; nos Estados Unidos, 24,5. No Brasil, o milho rende 15,8 quintais por hectare; na Itália, 23,3; na Tchecoslováquia, 23,1; na Hungria, 22,9; no Egito, 21,2; na Iugoslávia, 19,8; nos Estados Unidos, 17,7. No Brasil, a batatinha rende 7 toneladas por hectare; na Irlanda, 20,8; na Bélgica, 19,6; na Alemanha, 19,2; na Holanda, 18,4; na Suíça, 18; na Inglaterra, 17,2; na Dinamarca, 16,4; na Tchecoslováquia, 16; na Nova Zelândia, 14,1. No Brasil, o café rende 4,5 quintais por hectare; na Colômbia, 6,1; nas Índias Holandesas, 5,8; em Kênia, 5,4; na Venezuela, 5,3; na Guatemala, 5,1; em Cuba, 5,1; no México,

5. Piedosamente, digamos: no Perú, 20,1. No Brasil, o tabaco rende 860,4 quintais por hectare; na Alemanha, 2.384,6; na Polônia, 1.974,7; na França, 1.957,5; no Japão, 1.718,3; na Tchecoslováquia, 1.454,1; na Rússia, 1.360,9; na Itália, 1.277,1; na China, 1.151,5. No Brasil, em 1938 o algodão rendia 177 quilos por hectare, acentuando a degradingolada do rendimento, que já atingira 269 quilos em 1920-21; no Egito, 595, sempre em ascensão de rendimento; no Perú, 541, em marcante ascensão; na Rússia, 392, também em ascensão; no Sudão, 331; nos Estados Unidos, 298; na Coréia 210.

Tudo isso é exposto sem intuito de deprimir a terra, mas com o de defender o homem, que, ao contrário do que diz o conde, precisa muito mais esforço que o de países concorrentes, para conseguir muito menos. Quanto ao subsolo, é prejudicial continuarmos acreditando que tudo são tesouros. Diz a estatística haveremos extraído em 1947 quase dois milhões de toneladas de carvão de pedra, embora saibamos que a produção aparente é muito maior que a real: havendo lei, que torna obrigatório o consumo de certa quota de carvão nacional, e estragando êste as instalações, além geralmente de apagar o fogo, o consumidor compulsório paga ao mineiro a sua quota obrigatória, com a condição de não a despachar, evitando assim a despesa com o transporte e o carreto da mercadoria para aterros. Porém, mesmo tomando como real a produção aparente, amesquinha-se a nossa ao lado da dos países verdadeiramente produtores — Rússia, Inglaterra, Estados Unidos. Alemanha, Canadá, Polônia, China, etc. A borracha, de que já fomos monopolizadores, desde antes do incremento da indústria automobilística e do surgimento de mil outras aplicações, produzimo-la em 1947 no volume de 33 mil toneladas. Zero à esquerda, pois em 1937 a Maláia produzia 509.373 toneladas, tendo começado com

sementes idas daqui; as Índias Holandesas, 458.259; Ceilão, 70.805; Indochina, 44.070; Sião, 36.000, etc. Em 1937, extraímos 4.216 toneladas de ouro; a África do Sul produziria 364.986 toneladas; a Rússia, 185.000; o Canadá 127.396; os Estados Unidos, 126.215; o Japão, 49.800; a Austrália, 45.200; o México, 26.326; etc., etc.

E basta bem a mostrar, desta vez, não sermos os nababos, que pensamos, para não continuarmos sendo os esbanjadores, que somos, nem os sonhadores que tudo esperam da “ação de forças inflexíveis”. Temos que trabalhar de verdade, mesmo quando um desonesto maria candelária, já algumas vezes referido neste ensaio, procura contestar-nos, alinhando cifras da produção brasileira, não em carater comparativo, como estamos fazendo, mas sem o paralelismo indispensavel ao leitor não habituado a seguir tais estudos, de modo a impressionar-se com os adjetivos do autor, e não ficar sabendo que, ao lado das cifras representativas da produção de outros países, as que representam a do nosso confirmam o ponto de vista aqui exposto: precisamos trabalhar muito mais, para conseguir muito menos.

Passemos perfunctóriamente pelo sistema distributivo, integrante da produção, do mesmo jeito como a política econômica se incorpora aos recursos naturais, pois consegue modificá-los de modo profundo. Como sai da zona agrícola o pequeno excedente de safras? Ai, outro grave aspecto de desorganização rural brasileira. Devido à falta de instrumentos de trabalho, fomos roendo centrifugamente o humus do solo, avançando mais a outro círculo externo, cada vez que, devastada a matéria orgânica, deveríamos praticar a doutrina da restituição e ficar no mesmo lugar. Com pouco, espraiamo-nos pelo sertão, por todos os sertões, produzindo a longa distância gêneros que, por se destinarem ao consumo generalizado da população — que é pobre — não com-

portam grandes onus de transporte. Feijão e arroz e milho, destinados a cidades litorâneas, são coletados no Interior distante, a carro de bois, a lombo de burro, até se colocarem ao alcance de caminhões. O carro de bois e o burro conduzem barato, pois caboclos os empresários. Mas, o caminhão é importado, importado o pneu, importada a gasolina, como o óleo e todas as peças. Assim, antes de alimentar-nos os gêneros teem de fornecer benefícios a todas as grandes emprêsas que praticam o comércio de importar e vender veículos e combustíveis; e o primeiro encarecimento, que aí padecem, pôde ser calculado pelos dividendos, que tais emprêsas distribuem. Chegam, enfim, à estrada de ferro, em cujos armazens costumam aguardar meses e meses, sofrendo depredações de ratos, carunchos e empregados. Para afinal emprender a longa viagem, em saco de aniagem, como se esse fosse sistema de transporte para gêneros, que devem ser baratos. Relembre-se o que se faz em todos os países produtores, e conclua-se que isso encarece muito a subsistência. Aliás, nossa rede ferroviária é insignificante: 35 mil quilômetros lineares, quando para um têrço da área territorial, a Argentina tem 40 mil; Estados Unidos, 690 mil. Não obstante, a bem dizer não nos utilizamos da navegação fluvial, a mais barata; e vamos deixando parecer a marítima de cabotagem, cujo declínio é anterior ao afundamento de navios durante a guerra, pois nossa frota mercante, que em 1929 era de 561.000 toneladas de registro, em 1938 se reduzia a 486.000. Segundo o *Anuário Estatístico do Brasil* para 1948, essa frota realizou 442.694 milhas de tráfego em 1946 e 323.905 em 1947. Em 1936 entraram 22.034 mil toneladas de registro e em 1945 apenas 8.715 mil. Em 1936 saíram 21.980 mil e em 1945 só 8.777 mil. Quanto ao transporte ferroviário, nos últimos anos houve acréscimo apenas de 8% quanto à quilometragem — infe-

rior, o acréscimo, à perda de eficiência consequente ao desgaste não compensado de material rodante e permanente. Aí, dificilmente progrediríamos: dada a rarefação demográfica da produção, espalhada pela amplidão nacional em consequência à agricultura extensiva e predatória, os capitais particulares não se interessam por novas estradas.

Também imenso e não compensado o desgaste do elemento humano. Não é frase feita e, ao contrário do que diz o hedônico Afrânio Peixoto, estereotipa a verdade, aquilo de Miguel Pereira: Brasil, vasto hospital. Nota-o, sente-o qualquer um que, bom observador, viaje pelo Interior, ou pelos arredores dos grandes centros demográficos. Não se pôde esperar grande eficiência de homens enfermos ou enfermos, enfraquecidos por moléstias crônicas, exaustoras de energias, desestimuladoras da vontade, e que, além do mais, reduzem muito o número de dias-trabalho.

A síntese é factível em poucas linhas. Em 1938 produzimos 23.402.390 sacas de café; em 1947, descesmos a 15.052.803. Em 1938, produzimos 463.628 toneladas de algodão em pluma e 1.008.798 em caroço; em 1947, respectivamente 345.643.812 e 686.812. Em 1938, produzimos 141.839 toneladas de cacau; em 1947, apenas 119.096. Pouco importa hajamos produzido mais abacaxi, mais abóbora, mais aveia, mais uva, etc. O que interessa, são os produtos que, no comércio internacional, fazem ouro e permitem a entrada de confôrto. Além disso, basta a quebra de um daqueles de grande valor específico, para anular aumentos no volume físico de outros de valia incomparavelmente menor.

Por sôbre tudo, a falta de crédito agrícola. Já não o tínhamos, servindo-nos do mercantil para atividades rurais — cousa só possível mesmo no Brasil, com a vocação irremediavelmente rural da grande massa. Depois,

a política da Superintendência da Moeda e do Crédito espoliou os Bancos particulares, reduzindo-os quase às reservas técnicas. Ficaram impossibilitados de financiar a produção, reforçando assim a causa da queda da subsistência. A falta de crédito e de assistência técnica soma-se às dificuldades ecológicas, fazendo com que dos 1.437 municípios, onde se pratica a agricultura, apenas em 49% haja resultados pouco mais ou menos apreciáveis. Em 776 desses municípios não há mesmo assistência de espécie alguma; em 708, as moléstias e pragas dizimam sistematicamente a lavoura; enquanto 259 são talados pelas enchentes arrasadoras, 623 o são pelas sêcas aniquilantes. Derruba-se, defloresta-se em 1.267, e só se refloresta em 115.

Então, há decadência na principal atividade econômica: atuando na paisagem tropical brasileira, o homem dá mostra de lassitude e vê em decréscimo o rendimento do trabalho. Muito mais patriótico apontar isso, salientar e provar, visando nova orientação, de modo a pelo menos melhorar-se a política econômica, já que pouco se conseguirá no terreno ecológico — do que atravessar a Europa, e a vida, e as gerações, com esta vanglória nos lábios: sou patricio do famoso diamante “Estrela do Sul”. Mesmo porque o estudioso consulta logo as cifras, e verifica que, enquanto a produção de diamante do Congo é de 54,5% sobre a mundial, 13% a da Costa do Ouro e 11,4% a da África do Sul, etc., a do Brasil é apenas de 1,1%. Isso não é de sômenos. Um dia estacionou a nossa porta presado amigo, titular de cargo importante. O “chauffeur” freiou o imenso carro; o ajudante saltou lépido, abriu a porta; e o titular desceu imponente, esperando abrir-se o portão, atendendo o apêlo da campainha, tangida pelo referido empregado. A intimidade permitiu a pergunta:

- Para que “chauffeur” e ajudante?
- Prestígio do cargo e do país — respondeu ele.

E explicou um rol de cousas, a que retrucamos:

— Na hora de julgar-nos, os “gros bonnet” estrangeiros, a que Você se refere, não vão contar o número de “chauffeurs”, que tenham nossas autoridades, mas simplesmente reler os balanços econômicos e financeiros, que exprimam a situação real do país; e, no meu entender, mesmo que Você duplique o número de funcionários de seu opulento automóvel, em nada subirá nosso prestígio, muito pelo contrário.

Há questões que a literatice não beneficia. Temos um motivo de ufanismo, que mesmo a pé se põe em funcionamento: precisamos dar à pátria mais sacrifícios do que em geral os cidadãos de outros países; o Brasil será o que determinarmos, pelo esforço esclarecido, pelo civismo bem orientado. Enquanto outros são filhos de nações bem dotadas ecológicamente, tradicionalmente bem organizadas, precisamos nós amar a nossa, “right or wrong”, como é ou como conseguirmos que seja.

E’ mais cívico, mais patriótico do que amores cerebrinos por um país feitoço, adornado de perendengues imaginativos. Patriotismo não se alimenta de guloseimas patrioteiras.

2. Dispersão

EM *Political Arithmetick*, de William Petty, há lição aplicável ao Brasil, embora ministrada a anos e anos quanto aos emigrantes para os Estados Unidos. Certos pontos de vista ali fixados são meramente ingleses; se não tinham muita valia para os americanos e no setor internacional, o possuíam bastante para a metrópole, e comportam aplicação à política econômica interna de hoje. Petty considerava desperdício de força, sem possibilidade de justificação, o irem atuar aqueles homens tão longe, exigindo do governo mais dinheiro e necessitando de mais proteção, quando na Irlanda poderiam trabalhar vantajosamente.

Póde-se evocar, ao considerar o modo dispersivo como se tem processado o povoamento do Brasil, tornando cada vez mais difícil o equilíbrio entre a demografia e a produção de subsistência; dando aspeto cada vez mais angustiante à atuação do homem na paisagem tropical. A causa da inicial dispersão demográfica origina-se paradoxalmente na falta de mão de obra. Convinha cultivar no Nordeste, bem mais próximo da Europa — centro consumidor — sobretudo naquela fase, quando a navegação marítima possuía capacidade de cubagem mais reduzida, enquanto os produtos desejados lá e conseguidos aqui eram de volume físico avantajado; acrescentando-se o fato de ser Cabo Frio a latitude sul do pau brasil, ter-se-á atingido a razão econômica do famoso bandeirismo: a preia era a principal atividade

lucrativa ao alcance do colono do sul, o qual se internava pelos sertões, à cata de brasileiros autóctones — eles raramente o eram de nascimento, muito menos de origem — para vender aos patrícios, que agricultavam da Bahia para cima. Com isso, espantavam as reservas demográficas, não valendo de compensação o aumento da área territorial. Primeiramente, porque, então e ainda hoje, nosso maior problema era e é a falta de homens, não de terras. Porque os bons efeitos de nossas más ações não as justificam. E porque tangiam milhares e milhares de brasileiros, que poderiam ser incorporados à civilização e à atividade econômica aqui mesmo. Relembre-se a retirada de Guairá, em que os jesuitas comandaram mais de dez mil aborígenes para além de nosso limite. Relembre-se ainda que, na segunda metade do século dezanove, o procedimento do bandeirante contra o autóctone serviu para lábaro de agitação aos paraguaios de encontro a nossos exércitos. Finalmente, bem sabemos que esse expansionismo escravagista não contribuiu a firmar o “*uti possidetis*”, tendo sido Rio Branco, não os preiadores, que deu contôrno definitivo ao território nacional, já no século vinte.

Agravou as condições da luta entre o homem e o meio a dispersão demográfica. Como dizia Petty, referindo-se aos ingleses atuantes nas extensões americanas, é verdadeiro desperdício de fôrça a luta isolada e desconexa travada em cada rincão brasileiro. Reconheça-se o sacrifício dos 175 patrícios, que lutam na amplidão de Altamira; mas, neguem-se objetivo e resultado a essa luta inglória, nem mesmo se podendo considerá-los pontoneiros, bastiões da nacionalidade, guardando para nós aquela terra. Perante o Direito, não e mais precisa a ação catalítica; dispensa-se a presença de indivíduos, onde aquele já se firmou. Assim no sertão brasileiro; assim na planície nevada do Canadá. Do ponto de vista mili-

tar, muito bem arranjada a soberania brasileira, se dependesse do escasso e inerte caboclo disperso na interlândia. Positivos, inegáveis, são os inconvenientes da dispersão. Extenso como um Continente e habitado por população apenas igual à de países menores que muitos de seus Estados, o Brasil não pôde levar assistência técnica, nem científica, nem obras públicas, nem civilização, nem cultura, nem saúde, nem segurança, a todas as populações, abandonadas na imensa maioria, a ponto de cerca de oitocentos municípios não conhecerem os recursos da medicina, mesmo ocasionalmente; de haver unidades federativas onde até hoje não chegou a estrada de ferro — Amazonas, Acre, Rio Branco, Amapá; em outras, haver apenas escassos quilômetros — Pará (411), Maranhão (450), Piauí (244), Alagoas (346), Sergipe (297), Goiás (409). As produções teem o valor reduzido à possibilidade do mercado local; se vêm para os grandes centros, que lhes aumenta o valor venal, ou para os portos de exportação, o custo é acrescido do frete, proporcionalmente à enorme distância, e os torna anti-econômicos.

Poderíamos deter-nos um pouco no setor das estradas de ferro, já que chegamos aí. Ligeira antecipação, apenas. Não só nos Estados Unidos, mas em todos os países, o ferroviarismo integrou o sistema e o processo de povoamento. A ferrovia conduzia o pioneiro e abria zonas econômicas, a que se julgava ligada e por cujo interesse cuidava, como dos próprios. Aqui, ao contrário, jâmais perdeu a negregada característica do nosso capitalismo sem capitais: o imediatismo. Aguardou sempre a hora de levar os sacos. Sempre foi onde já estava alguém, onde já havia riquezas a trafegar. Quando se passavam adiante os devoradores do capital nacional, os solapadores de matéria orgânica, também ela distendia mais alguns quilômetros de trilhos, improvisava novas

estações, estimulando o fazedor de deserto, em vez de contribuir para fixá-lo nas regiões já devassadas. Nunca se preocupou com cargas marginais: especialista nas terminais. Instrumentos de trabalho, produtos da química agrícola, tudo isso perante o guichê da estrada de ferro só teve um sentido: mercadoria a render frete; nunca viu naquilo meios de criar riquezas, mercedores de tarifas de favor, ou de isenção, como no Canadá. Até certo ponto, consigne-se tal procedimento à falta de visão dos administradores; mas, talvez seja mais sábio atribuí-lo a grande sagacidade: quando se torna deficitária de tanto espichar-se à cata de cargas dispersivas, de produtos que ela mesma encareceu cada vez mais, pelo frete a que estão sujeitas as exportações e as importações, o governo será obrigado a encampar o ferro velho, a preço elevado, e roer os ossos.

Outro aspecto do imediatismo capitalista nacional, caracterizador da estrada de ferro: a deficiência de aparelhamento inicial, evitando-se maior imobilização de dinheiro, mas onerando-se permanentemente a produção transportada. Apenas um exemplo, visto ser outro o lugar para o assunto: em todo o país, não existe uma só estação ferroviária aparelhada ao recebimento de cereais a granel, nem um só vagão para os transportar assim. Entretanto, o que resultaria em diminuição de gastos seria suficiente a reduzir o custo da subsistência. Por nossa conta na Europa e pela do Estado no Prata, estudamos detidamente o assunto, vimos o quanto os silos distribuidores contribuiriam ao mesmo tempo para baratear o custo, possibilitar a tipificação e a imunização, e regular a distribuição de entre-safra, de modo a acabar-se com esta cousa clamorosa de o produtor receber na colheita preço irrisório, descoroçador, e o consumidor pagá-lo sempre de escorcha. Ao mesmo tempo se evitaria a fantástica destruição pelos ratos e carunchos.

Projeto nosso, instituindo os silos cooperativos, foi transformado em lei no governo Armando de Sales Oliveira. Porém, engavetou-o, dando-o como inexequivel, o Secretário da Agricultura, o mesmo politiqueiro que na Assembléia liderára a discussão e votação do projeto, fazendo-o aprovar-se por unanimidade, inclusive, pois, com o seu próprio voto. Praticada a lei, as companhias ferroviárias seriam obrigadas a fazer o que não fizeram ao instalar-se: prover-se de meios para o transporte de cereais a granel — despesa, que realizariam uma só vez, desonerando de carga permanente a produção de subsistência.

Voltemos, porém, à dispersão demográfica, na correlação com a penúria de alimentos. Agora, a moda é o Brasil Central, onde o governo despande fortunas; onde se instaurou cooperativa “extrangeira” de agricultores; e onde ambicioso político semeou a rôdo os milhões do Banco do Brasil, todavia mui discreto em financiar o pequeno agricultor, que constitui a generalidade da classe e do qual depende essencialmente o setor alimentos. Deixando de lado a iniciativa oficial, por muito controvertida, refiramo-nos aos dois outros casos. Ouvimos em Goiás dirigentes da cooperativa. Compreende-se ignorem a legislação brasileira, que não permite questões nem distinções de nacionalidade em cooperativismo e obriga em todo núcleo estrangeiro determinada percentagem de nacionais. Mas nossas leis teem ou não exatores? Bem nos lembramos de haverem preferido o cerrado à floresta. Sem dúvida, o primeiro é susceptível de tratamento científico, mais facil do que o desbravamento; porém, o fator *distância* inflúi essencialmente na produção agrícola. Na vizinhança dos grandes centros consumidores, terra fraca ou ruim pôde ser tratada pela química: porque não há frete alto, dada a contiguidade do mercado; e porque os compen-

sadores preços de venda justificam custo maior, facilmente coberto. Mas, a centenas de quilômetros, até onde as importações chegam onerosíssimas pela despesa de transporte, não se pôde contar sobretudo com a química. Além disso, cumpre lembrar os limites, mais ou menos angustos, em que é eficiente no trópico a doutrina da restituição. Quanto a esse caso e ao do aventureiro, pergunta-se: a produção em grande escala destina-se a importantes centros de consumo — Paulicéia e Rio de Janeiro — e à exportação; assim, por que produzir tão longe, quando daqui lá se interpõem terras agricultáveis, já servidas de meios de transporte?

E' duvidoso mesmo o caso da fazenda-cooperativa dos holandeses. Sem repetir as increpações, acima feitas, quanto à legislação nacional sobre cooperativismo e sobre colonização, deve-se ponderar que a fazenda só se instalou onde está porque ali possuía o govêrno, para dar-lhe de graça ou um pouco mais caro, imensas terras, tomadas a súbditos do Eixo. No mais, solo fraquíssimo, que só a densidade dos próximos centros consumidores poderia valorizar. Notam-se grandes inversões, que elevam extraordinariamente o custo da produção: a água, toda a água, é extraída do subsolo, mediante o funcionamento de bombas, que trabalham com motores queimando combustível importado; a cada instante, passam tratores e tratores — importados eles e importado o combustível — que vão arar terras para pastagens; e passam a cada instante caminhões-tanques — também importados, também queimando combustíveis importados e transportando água que se extraiu mediante a queima de combustíveis importados — que vão irrigar as culturas de pastagens. Ao fim, produz-se manteiga. A que preço? Talvez na Europa se conseguisse para ela mercados de consumo; não, porém, no nosso país, cuja população tem reduzida capacidade aquisitiva. Se

se tratasse de exposição, os rebanhos poderiam ser ditos admiráveis; mas, tratando-se de exploração econômica, só causam entusiasmo a quem fôr jejuno em tais assuntos. Como o alto funcionário da Secretária da Agricultura, que nos acompanhava e que pensou esmagar-nos com a cifra da produção de batatinha, também conseguida ali. Porém, perguntamos qual a produção por hectare ali e na Holanda, bem como o custo, e a quantidade de adubo necessário; e viu-se logo que, acabado o capital fácil que estava conseguindo o "milagre", tudo se acabaria. Com a metade daqueles recursos, o caboclo brasileiro, que já tenha atingido a adaptação geográfica preconizada por Brunhes, conseguiria muito mais. Infelizmente, com a fazenda-cooperativa não acabará a desonestidade brasileira — essa desonestidade, que permite ao fiscal do governo receber presentes das entidades fiscalizadas, como vimos lá, onde o referido alto funcionário da Secretária da Agricultura possuía o seu reprodutor finíssimo.

O caso do aventureiro, aliás, era simples politicamente: assim como, em outra campanha eleitoral, no dia do pleito os postos distribuidores de macarrão foram transformados em distribuidores de cédulas, e fechados na manhã seguinte, também tencionava ele encher aviões com gêneros produzidos na fazenda distante e sobrevoar os grandes colégios eleitorais na campanha de então, fazendo chover arroz barato, até abaixo do custo; depois, pouco depois, era simples falir; o prejuízo não seria do aventureiro, mas do Banco do Brasil. Aliás, falhou a safra, o plano falhou e lá se foi o interesse do *homem da terra* pela agricultura.

Não sabemos compreender como se mecaniza, ou melhor, como se motoriza lavoura naquela distância, até onde se há de levar o combustível, lá chegando a preço antieconômico, para movimentar a maquinária e

transporte ao consumo. Nem é factível esperar por estradas de ferro, que tão cedo atingirão tal distância, e que, de resto, não podem interessar-se pela busca de cargas tão longínquas, quando à sua margem tanta se perde por falta de aparelhamento viário.

A localização de agricultura, florestamento e pecuária não poderá mais fazer-se de modo ideal, pois já inçamos o país de aleijões insanáveis. Todavia, precisamos pensar no caso. Produzir mais perto o que é possível produzir mais perto; reservar certas regiões distantes e desservidas de bons transportes ao produto que marcha para o mercado pelos próprios pés: a pecuária. Está errado, e aumenta a dificuldade do homem dentro do cenário, o que fazemos: produzir cereais a grande distância e entregar ao pastoreio regiões próximas perfeitamente agricultáveis, o qual, nas condições atuais, ajuda a criar e manter os vãos demográficos. O chamado Norte de São Paulo e o Estado do Rio de Janeiro por exemplo, não deveriam ser o vastíssimo pasto ordinário, que são: a proximidade dos grandes mercados consumidores e dos portos permite custo de produção mais ou menos elevado pela aplicação da ciência; a simbiose de agricultura e pastoreio permitiria aí a instauração da cama de matéria orgânica, sôbre a qual repousaria fecundamente a adubação química. Deverão as estradas de ferro contribuir para isso, pois culpadas na dispersão e interessadas em que haja carga a transportar. Não podem ficar de braços cruzados na estação, à espera: hão de influir diretamente na movimentação econômica das regiões tributárias. De outro modo, em vez de transportar produções, só transportarão produtores, na evasão à cidade. Cria-se situação desinteressante. Como se disse, tem a antiga Funilense como bissetriz a base territorial por nós escolhida para algumas observações recentes. Em 1948, a estação de Enge-

nheiro Coelho rendeu 21 mil cruzeiros de passagens e 22 mil de mercadorias; a de Conchal, 38 mil de passagens e 267 mil de mercadorias, porque ali existe cooperativa de agricultores, que valoriza a economia local; a de Pádua Sales, ponta de trilhos, rendeu ao todo, num ano, 15 mil cruzeiros, sendo parcelas dominantes a de passagens, com 5 mil, e a de mercadorias, com algo menos. Não adianta apenas distender trilhos e sobre eles fazer correrem alguns comboios. A região póde não progredir e a estrada ficar deficitária. Enquanto o número de toneladas-quilômetro por quilômetro linear é de 2.735.000 nos Estados Unidos, 1.223.000 no Canadá e 274.000 na Argentina, no Brasil é apenas de 145.000 — o que define ao mesmo tempo a precariedade do negócio ferroviário e a fraqueza de nossa produção.

3. Homens e bestas

PELA INFORMAÇÃO DO CONDE, aí nos campos verde-amarelos andam uns milhões de rêzes, à lei da natureza.

A pecuária brasileira ainda é realmente assim: ou ao deus-dará, pelo mato, acabritando-se; ou nas cocheiras e granjas visinhas à cidade, alimentando-se de cereais importados. Acontece também se verem rêzes puro-sangue atiradas nas capoeiras, em companhia do gado pé-duro, assemelhando-se a jaboticabeiras — apinhadas de carrapatões, quando o pé-duro está liso; porque os parasitas tropicais preferem o gado de raça pura, devido ao couro mais fino e ao sangue mais ao paladar. Ainda: vacas holandesas, trazidas de nível abaixo do mar, ruminando a mil e tantos metros de altitude, como se elas não possuíssem, como nós, organismo susceptível e essas mudanças bruscas.

O valor econômico de nossos plantéis não emerge sem explicação dos números absolutos; e seu sentido jámais quereríamos buscá-lo nas exposições, onde — ao lado do espécimes nédios, tratados a pente fino, bem alimentados a rações balanceadas e tonificados a óleo de fígado de bacalhau — o mísero peão mastiga pão com mortadela; e dorme no cimento frio e duro, enquanto os bois teem macios forros para isso. Como a praticamos, a pecuária não contribuí a resolver o problema da subsistência, dinamizar a paisagem; pôde mesmo colaborar na sua agravação. Se tivesse tido a gentileza de viver

até hoje, o conde se veria embaraçado ao explicar aos filhos de seus netos: por que a carne é racionada, cara e ordinária? Por que não mandam pegar os milhões largados por aí, à lei da natureza?

Começando pela quantidade e limitando-nos à pecuária vacum, a mais importante, veremos que nossos rebanhos ficam em tórno dos quarenta milhões de cabeças. Para alimentá-los mal e mal, ocupamos 88 milhões de hectares, em oposição aos 19 milhões dados às lavou-
ras — segundo o *Anuário Estatístico do Brasil* para o ano de 1948. Na região fisiográfica do Leste, a menos de 6 milhões de hectares tomados em culturas correspondem quase 24 milhões para pastagens; na do Sul, 7 milhões contra 9; e na Norte, 922 mil contra mais de 2 milhões. Entre parêntesis, pôde-se informar que no país existem 49 milhões de hectares em matas, 29 milhões em terras não aproveitadas e 12 milhões em terras improdutivas.

Imensas pastagens, comportadoras de rebanhos maiores; ou melhor: não precisaríamos entregar tamanha extensão à pecuária, roubando tanto à agricultura. Sempre pensamos assim. Criança, todo ano fomos do nosso arraial a outro mais para dentro, mais atrasado, onde havia propriedade rural da família. Dois dias de viagem a cavalo. Na metade do primeiro, a céu descoberto: capoeiras ralas e pastagens de meloso; culturas. Daí para diante, não mais céu, não mais pastos, e apenas ligeiros claros para minguardas plantações: tudo era mata, prenunciadora do Rio Doce. Não raro, cavalgava a gente no caminho sempre lamacento — pois o sol não penetrava a secar a lama, toda retalhada em “facões” pelas tropas de muares — e andavam bandos de macacos por cima, pelo tecto da floresta umentada e estralejante. Na mocidade, retornamos uma última vez áquelas bandas. Desconhecemos e extranhámos tudo: não mais

floresta, não mais "facções" de lama na estrada, não mais macacos. Tudo pastagem, mostrando como no trópico o deserto pôde ser o imediato sucessor da mata virgem. Não estudáramos Gourou, não nos sendo possível explicar a laterização, notável ali.

Como se pratica no país, a pecuária não auxilia, ao contrário, dificulta a solução do problema da subsistência. Desola a paisagem. Precisa de espaço e não de gente. A agricultura não é bem encarada por nosso pecuarista, devido aos fechos e bebedouros. Como a prepotência ainda campeia em toda a extensão territorial brasileira, o melhor modo de espantar o roceiro teimoso é soltar em cima o gado; depois de arrasada a lavoura e pastado o quintal, é mais fácil chegar-se a acôrdo quanto ao preço. Não se fala em indenização. Quando a pecuária chega, o agricultor vai devassar mais distante, aumentando a área do deserto, produzindo mais longe do centro de consumo, encarecendo o transporte e ficando à espera — espera, que não tem limite — de que o poder público chegue também.

Valerá a pena entregar aos rebanhos tão vastas regiões? Respondamos pela negativa. Grande êrro, imaginar apropriada ao trópico a pecuária praticada como aqui. Enquanto nos Estados Unidos e na Argentina a idade média da rez para o côrte é ano e meio, quando, também em média, atinge o pêso de mil libras, aqui e nos outros países tropicais da América só com cinco anos tal pêso é atingido. Mills, que afirma isso, diz por que: o calor reduz o metabolismo e precisa encontrar corretivo na alimentação, que deve ser rica em vitaminas do complexo B, asseguradoras do equilíbrio energético. E' daí que vem o retardamento evolutivo dos rebanhos tropicais. Bem fácil calcular o que representa isso, do ponto de vista econômico. Em vez de uma safra de dezoito em dezoito meses, uma

de cinco em cinco anos. Mais juros do capital empastado, mais área ocupada, camaradas vencendo mais ordenados.

Aliás, a verificação científica de Mills sôbre o valor específico da rez tropical em relação à de clima temperado, corresponde a observações feitas aqui. No Instituto de Economia Rural, o grande analista, que é José Bonifácio de Souza Amaral, fez considerações muito importantes a respeito. Mostrou como, embora ocupando o Brasil o quarto lugar quanto ao tamanho numérico dos rebanhos — depois da Índia (163.909.256), dos Estados Unidos (68.560.000) e Rússia (38.372.924) — o brasileiro é dos povos que menos carne consomem, não obstante careça de expressão econômica a contribuição, ao comércio internacional, de nossas exportações de produtos animais, que de 1910 a 1913 nunca passaram de 54.100 toneladas por ano, somando-se carnes bovinas, suínas, ovinas e caprinas, e tendo como contra-partida as importações de gado em pé e outros produtos pecuários. Aliás, segundo o *Anuário Estatístico do Brasil* para 1948, no presente a situação é pior, visto não chegarmos a exportar 40 mil toneladas e importarmos cêrca de 7 mil de animais vivos e 5 mil de produtos de origem animal.

Depois de minuciosa referência a nossas importações de gado em pé, José Bonifácio de Souza Amaral comenta: “Tudo isso é prova de que não somos ainda país criador habilitado à exportação de carne. não obstante nossa exportação de carnes congeladas e resfriadas haja subido de 8.514 toneladas, em 1915, para 118.748 em 1930, declinando posteriormente para a média anual de 56 mil, até 1934, para depois subir aos poucos a 140.639 toneladas em 1940, com média anual de 122.164 de 1940 a 1942. De aí em diante, crise de abastecimento interno de carne e proibição de exportação, ou melhor,

sua redução, que fez cair a média anual para 37.790 de 1943 a 1945". Até hoje é racionado o fornecimento de carne. Permanente a grita de pecuaristas, de marchantes e de açougueiros, como também a crise do bife.

Muito importante nas considerações do autor, que vimos citando, é a parte sobre o rendimento por cabeça: 261 quilos de carne por rez na Argentina, ou sejam 2.066.100 numa safra, com 72,3% para exportação e 23,7% para o consumo interno — em 1937. Naquele país, o consumo médio é de 115,4 quilos "per capita". Dividido pelos habitantes, o rebanho bovino argentino daria três rês para cada um. No Brasil, ele é de 34.392.419 animais e a população de 41.565.083 habitantes, tudo conforme o censo de 1940, ano em que se abateram 4.595.891 cabeças, dando o rendimento de 166 quilos de carne por rez. Sacrificaram-se 13,3% do rebanho recenseado e produziram-se 766.003 toneladas, de que se destinaram à exportação 18,3%, ficando 81,7% para o consumo interno, de 625.364 toneladas. Produção de carne bovina "per capita"; 18 quilos; carne destinada ao consumo interno: 14 quilos por habitante. "Ora, comenta José Bonifácio de Souza Amaral, 14 quilos por ano e por pessoa significam a imponderável ração diária de 38 gramas, menos da metade do consumo de carne dos lixeiros da Prefeitura de São Paulo, apurado no inquérito sobre padrão de vida realizado pelo professor norte-americano Samuel Lowrie".

Os habitantes das boas urbes têm maior facilidade de abastecer-se dos produtos agro-pecuários do que os do Interior, quer dos núcleos urbanos, quer da zona rural. E' cousa muito conhecida, sendo inutil argumentar a respeito, embora cabível o testemunho pessoal a propósito da imensa dificuldade no arranjar carne e leite numa região de pecuária, que frequentamos. Frango e ovos, só mediante proteção. Toucinho, com

muito empenho. Assim, não se imagine que, não obstante haver escassês na cidade, haja abundância nas regiões pastorís. Ao contrário: aí é que a carência chega a ser quase absoluta. Na emprêsa agrícola, que referimos, impressionou-nos a miséria do prato caboclo. Não daria resultado imediato a criação de aves mediante melhor processo, de modo a salvar de epizootias e de animais noturnos ponderavel quantidade. Para contemporizar, resolvemos importar xarque e fornecer pelo custo. Foi um dos erros, em que incidimos: a remessa perdeu-se quase toda, pois quasse toda a população da propriedade continuou alimentando-se de feijão com farinha, mais algum cereal. Os sociólogos elegantes e passageiros não descobririam a causa, nem a de haver laranjeiras carregadas de frutos e o caboclo não aproveitar para ingerir um pouco de vitamina. E' que, em vez de dentes, tem panelas doloridas, incapazes de mastigar um naco de xarque ou um gomo de qualquer citrus. ácido e frio. No Interior, 1% dos dentistas formados.

Voltemos, porém, a José Bonifácio, quando coteja o boi argentino com o brasileiro: "O boi brasileiro, como vimos acima, rende em média, ou por cabeça, apenas 166 quilos de carne, enquanto o argentino rende 271. Isso quer dizer que o boi nacional de córte, mesmo gordo, é 61,2% do argentino. Como um rebanho de gado de córte vale pela carne que produz, o rebanho argentino, embora ligeiramente menor que o nosso, nas estatísticas oficiais de ambos os países, corresponde, em número de cabeça, a 56.128.428 cabeças de gado bovino brasileiro. Mas, além da deficiência de carne de nosso rebanho bovino, mesmo quando considerado gordo, a sua capacidade de produção de rêzes para córte está abaixo do rendimento normal de outros países criadores, onde o número de gado abatido anualmente corresponde

de 20 a 25% do rebanho. Já vimos que a Argentina abate por ano 23,8% em média do seu rebanho, sem risco de desaparecimento dêste, cuja procriação compensa com vantagem aquela sangria. A matança anual brasileira de gado bovino, entretanto, é de apenas 13,3% do rebanho recenseado, o que faz presumir uma de duas conclusões: ou o recenseamento rural brasileiro foi deficiente, ou melhor, feito por presunções, conjecturas ou outros recursos da estatística "olhométrica", ou os criadores são simples povoadores de pastagens e não homens de negócio".

Conclusão deficiente — permita-nos o respeitável economista. Por motivo simples: como todo debatedor de nossos problemas econômicos, ele não põe na conta o fator, que influi sobre os outros — nossa contingência de país tropical em quatro quintos do território. Neste mesmo capítulo, damos o cálculo de Mills quanto ao "handicap" dos rebanhos de clima temperado sobre os tropicais. Além disso, consideremos ligeiramente mais uns fatores. Gado gordo aqui significa engordado, preparado para o frigorífico, como menino para exame; ou, se quisermos, como físico em regime alimentar de engorda, o qual desce à miséria orgânica desde quando abandonado o regime. Nossos rebanhos emagrecem todo ano, na seca, quando as pastagens morrem e eles próprios se reduzem pela inanição, quer transformando-se em ossos e couro — carne seca ambulante — quer perecendo até à percentagem de 20. Depois, procuremos lembrar-nos do processo de condução aos entrepostos, quer frigoríficos, quer abatedouros dos grandes centros. Para aqueles, viajam a pé, léguas e léguas, dias e dias, comendo e bebendo se porventura encontram o que beber e comer; de qualquer jeito, perdendo arrobas pelo caminho. Para os abatedouros, em trens de gado, que levam tempo a chegar; que estacionam horas e horas ao

sol, dando passagem a outros, quando se sabe que, em viagem ferroviária, a rez não come, nem bebe, nem pode deitar-se para repousar, e as que caem são pisoteiadas e mortas pelas visinhas. Enbarcam-se as rézes gordas, desembarcam-se ossadas, e isso contribúi fortemente para a inferioridade do rendimento da carne, em relação aos rebanhos platinos. Às vezes, a gente viaja ao Interior — viagemzinha de ir num dia e voltar no outro. Indo, vê-se trem de gado em desvio próximo a uma estação; voltando, vê-se o mesmo trem algumas estações adiante. Desumano e antieconômico, tanto mais antieconômico quanto mais certo praticarmos a pecuária daquele modo cruel, de que se ufana o conde — à lei da natureza, que no Brasil é tropical, resultando animais sem grande capacidade de resistência. Por tudo isso, imaginamos também má a restante conclusão de José Bonifácio: “Quem cria gado de córte é para vender e não perde ensejo de aproveitar ao máximo a procura, que tem sido progressiva nos últimos tempos — diz ele. Tanto é assim que, antes da restrição da exportação, e do racionamento de carne, o pêso médio do gado abatido veio caindo da média de 18 arrobas por cabeça para a média de 16 arrobas, de 14 e, em alguns casos, de 13 arrobas e menos. Já estavam matando bezerras. A velocidade da matança excedia a velocidade da reconstituição dos rebanhos. Logo, se o nosso rebanho não resiste a uma sangria de 13,3%, que está muito abaixo da resistência normal, é porque o Brasil, na verdade, não possui o número de bovinos apurado no recenseamento de 1940. Aplicado ao número exato da matança anual a proporção média universal de 23%, o rebanho bovino brasileiro fica reduzido ao efetivo de 19.982.100 cabeças, bastante modesto, em face de nossa extensão territorial”.

Aí, estamos ao lado do conde, em oposição a José Bonifácio de Souza Amaral. Primeiramente, porque a

base universal de cálculo para o desgaste dos rebanhos não pode aplicar-se indistintamente a países temperados e a tropicais, quando vimos em Mills a disparidade na evolução dos rebanhos de uns e de outros. E porque imaginamos de fato muitos os milhões de rézes por aí. Mas, como afirmou o economista, o que vale é o pêso-carne. Rebanhos à lei da natureza — da natureza tropical — teem de acabritar-se, como os nossos. Além do mais, não esqueçamos Mills: cinco anos para conseguir mil libras. Povo pobre e que, por cima, usa financiamentos agro-pecuários a prazo e juro de crédito mercantil, não pôde esperar um lustro: toca porteiras a fóra tudo quanto encontre comprador em véspera de um vencimento.

Reaproximemo-nos do objetivo do capítulo, que é mostrar como não temos conseguido alimento satisfatório no país legendário, onde tudo é fruta na superfície, tudo tesouro no centro, e tudo cheiro gostoso nas montanhas e costas. Termina José Bonifácio de Souza Amaral seus comentários: "O consumo de carne, mesmo nos centros brasileiros de mais alto poder aquisitivo, como São Paulo, é considerado pelos dietólogos como abaixo do conveniente para manutenção da saúde. No inquérito sôbre padrão de vida realizado pela Superintendência do Ensino Profissional, sob orientação do dr. Francisco Pompeu do Amaral, verificou que o consumo de proteínas animais, de que a carne bovina é uma das fontes mais baratas, não atingia 30 gramas diárias, quando as cifras convenientes eram de 43,8 gramas. Por esse mesmo inquérito, que abrangeu 793 famílias, com um total de 5.053 pessoas, o consumo diário médio por pessoa apurado foi de 1,30 gramas, correspondente a 29,8 quilos por ano. Comparando-se êste consumo anual com o de outros países, publicados pela Sociedade das Nações e referentes ao período denominado "entre-guerra",

ficamos em penúltimo lugar no consumo de carne bovina. Acima de nós estão 13 países, desde a França, com 39,9 quilos anuais por pessoa, até a Argentina, com 136,5 quilos”.

Necessário esclarecer que, ultimamente, o consumo “per capita” se reduziu muito, devido aos preços anti-econômicos da oferta. Alguns açougueiros se deram ao trabalho de concitar testemunhas, a verem retalhar uma vez e verificarem que não dá lucro. Mesmo quando honesta a demonstração — coisa em que não acreditamos — dever-se-ia ponderar: está excessivamente elevada a despesa com o retalho no comércio de carnes; há excesso de açougues e, portanto, o consumidor está custeando aluguéis, empregados, impostos e despesas gerais dispensáveis. Se é o mesmo o número de consumidores e se os comerciantes não podem aumentar esse número, o aumento do número de comerciantes é inutilmente oneroso: quando a população poderia ser atendida, digamos, por três mil açougues, o é por seis, ou oito ou dez mil, está sendo inutilmente onerada e o preço da mercadoria há de subir, obrigatoriamente. Vendo isso, o Poder Público vedou o aumento de açougues; mas, sendo pouca a seriedade de nossos administradores, começaram a surgir as “casas de carne”, que são os açougues dos apaniguados. Assim, é claro que o negócio deixa de ser rendoso. Sem falar nas outras causas, anteriores às expostas, e que só se referem ao varejo. Atualmente, uma delas é o próprio custo da intervenção oficial para baratear o produto. Existe uma comissão de preços que se dedicou especialmente ao setor da carne, parece que mais vultoso, dando maior margem de lucro. O presidente da comissão veio ao Estado de São Paulo e realizou enorme operação no Interior. Negociata, como se percebia a olho nú. O clamor foi imenso e na Câmara Federal um deputado documentou a patifaria, pedindo

inquérito a respeito. E' questão de pudor: se funcionário é acusado de peculato e a Câmara Federal institui uma comissão para investigar, deve ele afastar-se por si mesmo do cargo, até final da investigação; se não faz isso, a autoridade capaz de nomeá-lo — no caso, o Presidente da República — deve afastá-lo, por demissão ou até que tudo se apure. Entretanto, aquele funcionário, assim submetido a inquérito vexatório, não se afastou, não foi afastado e, exatamente quando as acusações mais se avolumavam e assumiam aspecto de verdade inconcussa, voou ao Uruguai, para nova operação — provavelmente nova negociata.

E' o que se póde dizer: falta de seriedade na exação da cousa pública. Se, por um lado, o Poder Público não tem muita culpa no encarecimento do custo de vida, por outro tem o povo o direito de contrariar-se e decepcionar-se, ante cousas como as acima expostas.

Não valerá muito a pena ofertar mais esse copo de leite, embora lidando com rebanho. No setor da produção animal, o brasileiro consegue ainda menos que no da vegetal. Em ambos, o crescimento da produção é inferior ao da população, e é duro de obter-se — o que deve ser bem meditado pelos sabedores de que povoar não é importar gente.

4. A medida

NÃO ESTAMOS EXIBINDO prova de materialismo, quando insistimos no problema da subsistência. Porque ele é o básico, o fundamental, tão certo quanto ser o pauperismo estádio intermédio entre homens e bestas, não adiantando promover instrução, nem sendo possível cuidar da saúde de populações taladas pela miséria orgânica. Há materialismo impositivo, decorrente da própria natureza humana, e que não é o dialético de Hegel, nem o histórico de Marx. Mesmo a religião — que cultua o espírito e adora a Deus incorpóreo — ergue templos e zela por sua conservação. Para guardar água, é necessário ter pote. O “*primum vivere, deinde philosophare*” exprime ortodoxamente esse materialismo impositivo, dentro do qual o homem assim se define: animal, que consome. O corpo exige um mínimo de conforto, sem o qual não deixa o espírito sossegado. Mesmo o seráfico São Francisco de Assis tratava do seu, embora chamando-o irmão burro. Barriga vasia é estrepitosa caixa de percussão, onde se ampliam as vozes dos maus conselhos, e o mau gênio se fermenta e azeda.

A primeira grandeza material de um país há de ser a decorrente da possibilidade de alimentar os filhos. De novo, o marquês de Mirabeau: a medida da subsistência é a da população. O brasileiro foi sempre mal servido à mesa. O Brasil arde em febre consuntiva de séculos. Não só a boa fé do íncola a permitidora da conquista do país por meia dúzia de alienígenas me-

drosos, embora crueis: também a debilidade do aborígene, cuja robustês é mais aparente do que real, e esváí-se tão logo abandona ele a vida em natureza, onde a "vis naturae medicatrix", embora longe de ser a fonte de milagres referida pelo conde, lhe dá compensações pela deficiência alimentar — deficiência de quantidade e qualidade, bem como de método. No ambiente confinado, quer das minas quer das fazendas, o índio morria. No contato com as novas moléstias conduzidas pelo aventureiro invasor, não podia resistir. E até hoje é um subalimentado, ele e os descendentes. Não estamos nos referindo a essa subalimentação que qualquer reporter observa nas bordas de grandes cidades; mas à testemunhavel pelos sertanistas, sabedores de que a maior parte do povo brasileiro come apenas para não morrer e, não obstante, às vezes morre de comer. São só duas as alternativas: come mal e come muito; come mal, mesmo quando entulha de bucha o bucho; e está mal alimentado ainda comendo em demasia. Póde o abdomen hipertrofiar-se que a ôlho inerte se nota que o dono possui organismo carente de alimentação.

Se bom regime alimentar é indispensavel mesmo aos que só teem preocupações espirituais, calcule-se o quanto é de predominante importância para os que só teem ocupações materiais, braçais, os que despendem permanentemente esforço físico. Não podem ser de muito rendimento; nem o são. Os primeiros cronistas já o notavam: um português ou um espanhol realizava sozinho a tarefa de muitos índios. Para o caboclo de hoje a cousa não é diferente, com licença do ufanismo. Se na própria faixa litorânea de clima salubre e ameno o Brasil continúa com aquele famoso aspeto de vasto hospital, é porque as endemias e as moléstias supervenientes encontram campo facil, organismos combalidos pela subalimentação. Os que, durante a guerra e a

censura, puderam ver o acerbo livro norte-americano *Good Neighbours*, zangaram-se por causa de o autor nos haver taxado de povo faminto e mal comido, e de haver descrito da capacidade de resistência de nosso soldado — caboclo vestido de farda — de tal modo o rancho do quartel não consegue apagar-lhe da fisionomia as pègadas dos anteriores anos de mesa pobre. Nada tinham de zangar-se, pois a verdade é essa mesma e mereceu aplauso quando lida na *Geografia da fome*, de Josué de Castro. Só se póde afirmar ser forte o brasileiro pelo fato de, tão mal nutrido, dar conta de tanta cousa, não muita relativamente à eficiência normal de um homem, mas excessiva para quem vive em quaresma permanente, lutando em natureza não maternal, como disse o conde, mas “marâtre”, madrasta, como escreveu Buffon e provam as cifras de rendimento da agricultura e da pecuária — tudo já visto.

Existe Serviço permanente para cuidar do problema da nutrição, do ponto de vista científico; e há pouco um deputado discursou com brilho, justificando a criação de Ministério, a zelar pelo assunto, como se a grave questão se resolvesse a golpes de decretos e regulamentos. Quanto às investigações julgadas precisas a esclarecer a matéria — e que seriam um dos objetivos do Ministério — não são necessárias, pois a causa do mal aí está à escâncara, para todo mundo ver e compreender. Aliás, um reporter resolveu pedir entrevista a importante dieteta, e começou com esta pergunta:

— Qual o motivo de ser o brasileiro mal nutrido?

O dieteta, homem de espírito e que também já curtiu sua fominha em outro tempo, respondeu:

— Acho que é a falta de comida.

Falta de comida, pois não. Pauperismo, resultante da orfandade em que vive o povo, de que não cuidam os políticos, mas sobretudo da vicissitude tropical, que

o envolve. E' quase com indignação que se lêem os conselhos das autoridades sôbre alimentação, de tal modo o povo não está em condições econômicas de segui-los. Há tempos, aos alunos das escolas públicas se distribuiu a seguinte norma:

1) Faça, todos os dias, cinco refeições, separadas por intervalos certos. Horário fixo permite ao aparelho digestivo um funcionamento perfeito e o repouso de que necessita.

2) Não coma demasiadamente nessas ocasiões. Preocupe-se em mastigar bem os alimentos e em ingerir bebidas em pequenos goles. Só assim o que você comer ou beber será convenientemente digerido.

3) Não coma fóra de horas. Evite principalmente as guloseimas vendidas no portão do seu grupo. Esses doces, sorvetes, etc., são quase sempre feitos com substâncias de qualidade inferior, estragadas ou falsificadas, e coloridas com tóxicos para seu organismo.

4) Não deixe de pedir a sua mãe, todos os dias, pelo menos um bife sempre mal passado — preferivelmente de fígado — dois copos de leite, um pouco de manteiga, um ovo, uma fatia de queijo e um prato de frutas ou verduras cruas. Sem isso, você não crescerá bem. Ficarà para toda a vida pequeno e feio, provocando o riso dos que, em criança, souberam comer melhor.

5) Os doces, o pão, a mandioca e o arroz podem ser úteis, sem dúvida. Mas não pense você que será forte, se se alimentar só dêles.

6) cuidado com alimentos preparados com excesso de gordura, que os torna indigestos.

7) Não salgue demasiadamente seus alimentos, nem use molhos e pimentas. Nenhum benefício terá disso. Ao contrário, poderão sobrevir-lhe perturbações da digestão.

8) Ao comer feijão, procure mastigá-lo muito bem, depois de tê-lo amassado cuidadosamente com o garfo. Diga à sua mamãe que deve pô-lo de molho de véspera.

9) Diga à mamãe que todos precisamos comer verduras e que verduras não se fervem, menos ainda com bicarbonato. Com tais procedimentos, apenas se consegue roubar-lhes os sais minerais e as vitaminas, que são os melhores princípios nutritivos que as verduras contem. Basta lavá-las cuidadosamente, em água limpa, para que, na generalidade dos casos, se afastem por completo todos os perigos que habitualmente se temem no uso delas.

10) As batatas, pelo mesmo motivo, devem ser postas para cosinhar na água fervendo, sem terem sido antes descascadas. Tornam-se, ainda, mais nutritivas.

E assim por diante, com especiais recomendações ao consumo de laranja, banana, limão, abacate, mamão e abacaxi — ótimo conselho em terra onde se expõe melancia a cento e vinte cruzeiros cada. Agora, pergunta-se: por que nos zangar com o autor do livro norte-americano, que nos achou pequeninos, mirrados, amarelos, etc., se está no preconício oficial que não cresceremos, que para toda a vida ficaremos meudos e feios, se, entre outras cousas, não obedecermos o ponto 4, agora mesmo reproduzido? Nem dez por cento da população brasileira estão em condições de praticar essas recomendações, ficando pelo menos 90% condenados à feiura vitalícia, que sem dúvida marca indelevelmente muitas das professoras obrigadas a passar adiante os tais

conselhos — elas, que se sentiriam muito felizes, se pudessem obedecer à metade. Imagine-se a mamãe que tem de mandar ao grupo quatro ou cinco filhos — e elas constituem milhões — devendo antes dar-lhes quebra-jejum daqueles, quando até a banana custa mais de tostão. Muita mãe perguntaria à vizinha o que é manteiga; todas perguntariam ao filhinho: será que Você consegue mastigar êsse repolho apenas lavado?

Aproveitemos a oportunidade para salientar um dos inconvenientes de se irem elevando cada vez mais os vencimentos dos funcionários. O Estado, de que eles fazem parte como executivo, não pôde ser mais rico do que o povo, que com impostos o sustenta. Quando se chega a isso, a que chegamos — povo miserável aguentando funcionalismo opulentamente pago, ao ponto de as marias candelárias parecem princesas ou aristocratas, comparecendo à repartição adornadas como para grandes recepções — os funcionários se distanciam do povo, cuja pobreza passam a ignorar, cujas condições de vida não mais conhecem e apresentam soluções quixotescas, como a contida nas recomendações há pouco transcritas.

Os conselhos, entretanto, estariam parcialmente certos, e isso vem corroborar conosco, ao afirmarmos a inconveniência de importar mais gente antes de promover mais alimento. Vimos, atrás, que não se pôde aumentar o rebanho antes de ampliar as pastagens. Seria grande êrro político-social. Em recentes eleições, estiveram, de um lado, aventureiros apresentando certos candidatos; de outro, quebrando lanças em sentido contrário, todas as chamadas fôrças conservadoras — o Arcê-bispo, a Liga Eleitoral Católica, os partidos de direita, os importantes da Associação Comercial e da Federação das Indústrias, mais a Sociedade Rural Brasileira. Todos os esclarecimentos foram subministrados, proclamadas todas as proibições, anunciadas todas as cominicações.

O povo agiu de olhos abertos. E ficou provado o desprestígio, perante ele, de todas aquelas forças conservadoras. Porque barriga vazia é a melhor caixa de percussão, dentro da qual reboam idéias que deixam a cabeça cheia. Nenhum povo tem vocação para viver na miséria. O brasileiro estava e está em condições de arriscar, porque tem pouco a perder. Entretanto, perdeu muito, pois os ganhadores não possuíam fórmulas mágicas, e a miséria cresceu, mesmo porque os excomulgadores da véspera se aliaram a eles em seguida à vitória, e passaram todos a viver da miséria e da ignorância populares.

Existe algo de preponderante a cuidar, antes de querer importar mais gente a humanizar a paisagem brasileira, que se torna um tanto desumana e vai de encontro ao primeiro "check" de Malthus.

Precisamos pôr a casa em ordem, no nosso próprio benefício e a poderemos trazer convidados. Os colonos agrícolas, que importarmos, estarão onde estiverem os fazendeiros: se éstos vivem aqui na Capital, aqueles também se transferirão para cá; ninguém fica em fazendas largadas, com as colônias em buracos, despedaçando-se de velhas, sem a solicitude da fazendeira, sem a proteção do fazendeiro, os quais — fazendeira e fazendeiro — só aparecem durante festas, a atrapalharem a população permanente, que também é humana, que também gosta de festas, que também possui a sua maneira de festejar; mas que, nas condições atuais, só tem uma cousa a fazer durante elas: aturar as caturrices dos patrões e suportar os filhos dêles, comumente grosseiros, hedônicos, exigentes e desrespeitosos.

IV — POR QUE ME UFANO

1. Política econômica

BRUNHES preconiza a adaptação geográfica, por nós jámais praticada. Mas, há outra adaptação, de que também nos esquecemos: haveremos de adaptar-nos igualmente à condição de povo cacógeno, vivendo fase primária de uma civilização tanto mais difícil quanto mais sugestivas as tentações para “brûler les étapes” e adotar brilhantes cacoetes estranhos. A recém-casada doidivanas, que percorre o centro comercial da Paulicéia ou do Rio de Janeiro, poderá arruinar o jovem espôso, visto raramente possuir o senso que lhe segrede isto: nesse comércio opulento, cheio de vitrinas irresistíveis, há para todas as categorias econômicas — para os que já se fizeram, para os argentários; e para os que estão começando, para os modestos; cumpre escolhamos de acôrdo com o estádio de nossa economia. Se, meros principiantes, queremos adquirir o que o comércio expõe para os ricos, estaremos liquidados. Com os povos não é diferente. Queremos adotar o teor de vida americano, e, mesmo aí, só no que êle tem de mais brilhante, sem as contra-partidas, sem as virtudes e restrições que, nos Estados Unidos, equilibram os vícios e excessos que nos obumbram. Mais: desejamos praticar o hedônico Bentham, em país cujos filhos hão de dar o máximo, sempre e sobretudo nesta fase. Em

digressão pela Europa, usávamos dizer aos amigos: Vocês necessitam de guerra para demonstrar patriotismo, porquanto filhos de países temperados, onde a luta é quase suave ou, pelo menos, permite ao lado a Vida; de nações, onde a tradição imemorial acumulou patrimônios espirituais e pôs ordem nos negócios econômicos; onde há o escalonamento social, exigindo-se do filho pouco mais que trilhar a senda paterna, bem marcada de rastros profissionais, indicadores do caminho. Diferente no Brasil: o país é como navio no estaleiro, podendo cada qual dar a sua martelada, pincelar um pouco; estamos edificando a nossa pátria, brunindo-a de característica própria; e isso custa muito esforço, muito sacrifício, pois o trópico multiplica as dificuldades da luta, que só há de sustentar-se por nós mesmos, visto o alienígena preferir, como é óbvio, lucrar nas transações com o material de construção. A nossa guerra é permanente, inexauríveis as oportunidades de mostrar ao Brasil quanto o queremos, quanto o desejamos grande. Temos o ufanismo de estar edificando uma pátria — prebenda assás incômoda.

Não foi com aplicação específica ao Brasil que se disse aquilo do frontespício: “As nações modernas não se formam espontâneamente: são obras d’arte políticas”. A nossa não se formou ainda: nós, os artistas, de cujo engenho depende o estilo e a grandiosidade. Não temos o direito de adotar atitudes egoísticas e egocêntricas, como vai acontecendo; nem de, empolgando as posições, nos tornarmos governos de comerciantes e negociastas, como também vai acontecendo.

Nas páginas anteriores, vimos o que é a paisagem brasileira; a tragédia, que é humanizá-la; e também o pouco obtido na refrega insana. Quase capítulo por capítulo, afirmamos e reafirmamos não ser negativista, nem derrotista, nem impatriota, mas apenas seguidor do

conselho de Brunhes: melhor contentar-nos com meia vitória sobre os agentes naturais do que expôr-nos a derrotas equivalentes a catástrofes. Agora, não se vai exhibir pretencioso plano de engrandecimento nacional; apenas, sugestões no sentido de ao mesmo tempo se conseguirem resultados melhores que os medíocres até hoje obtidos, e mitigar as condições de luta, para esta ser menos atra, quer quanto ao povo, quer quanto ao poder público.

Além de motivos que se exporão em capítulo à parte — naquele, em que se falará sobre as associações de classe — temos nos entibiado nos trabalhos de plenário de entidades econômicas e até das louváveis “mesas redondas” disso e daquilo; por esta convicção: sem prévio embasamento dos problemas fundamentais, inutilmente nos dedicaremos ao debate dos específicos: sem alicerçar boa política econômica, subordinada a nossa vicissitude de país tropical em quatro quintos do território, deixa de haver o problema do café, o do algodão, o da indústria, o da conservação do solo, o da fixação do homem no campo, o da imigração, visto flutuarem todos em caudal insegura; sem base sólida. O construtor busca no sub-solo a garantia da fachada e só depois de conseguida vai dando feição aos pavimentos.

Assentar boa política econômica — aí o ponto de partida. Haveremos de convir em que o Brasil é e será sempre país agrícola, apesar de todas as deficiências e dificuldades vistas. Não será nunca país contingentemente industrial, por motivo bem simples: não tem combustível — como já vimos — não podendo instaurar em vulto ponderavel a indústria pesada, sobre que se baseiam os parques industriais. Onde o carvão brasileiro, onde *our king coal*? Em outro capítulo, mostramos como nossa produção é insignificante, ao lado da dos países veramente produtores dessa riqueza. Não

há impatriotismo no afirmar desagradavel realidade, como esta: não temos carvão. Os industriais obrigados a queimar nas fornalhas o desentranhado de nossas minas, pagam as quotas aos mineiros, com a condição de escriturarem mas não enviarem, porque se onerariam de frete da mina até à fábrica e, a seguir, haveriam de ser levadas a algum atêrro, pois não servem para alimentar caldeiras. Em *Realidades Económicas do Brasil*, Pires do Rio, talvez a maior autoridade no assunto, afirma isto: "Em que pese à opinião dos poetas, firmada pelo poder criador de sua imaginação, a Natureza foi madrasta ao distribuir na América do Sul a fortuna carbonífera, tão prodigalizada ao constituir-se a geologia da América do Norte". São de origem vegetal 84% do combustível usado em nossa indústria. Basta para transformar o país em deserto. Nos Estados Unidos, 1,8%. No resto do mundo, 12%, no máximo.

Não podendo instaurar as indústrias de base, todo o nosso parque industrial ficaria sempre na dependência de outros países, que, evidentemente, só o atenderiam até ao ponto em que não se tornasse concorrente incômodo, pois não forneceriam o mólho em que teriam de ser comidos. A constante histórica endossa o princípio. Nossa industria vem recebendo solicitude oficial há mais de sessenta anos; está atrasada mais de trinta quer em maquinário quer em técnica; e quase não auxilia a agricultura no comércio exterior. No ano de 1947, tôda a exportação de manufaturas montou a 1.630.262 mil cruzeiros. Só de matérias-primas, resultado da agricultura, mandamos para fóra 8.259.003 mil cruzeiros; só de gêneros alimentícios, 11.287.146 mil. A indústria textil, a mais antiga e quase única fornecedora de produtos ao comércio internacional, exporta apenas um pouco mais que o arroz, ou que o cacau, ou que o tucum. Isso, quanto à exportação; quanto a produção, tem havido mágicas

no sentido de provar ser ponderável a industrial. Analizando essas mágicas, o professor Hélio Schlittler Silva, quando secretário-técnico do Instituto de Economia Rural, produziu trabalho de valia, a que recorreremos aqui, após admoestar não pretendermos, de modo algum, subestimar as indústrias, mas apenas deixar bem claro que o Brasil tem nas atividades agro-pecuárias a força de sua economia. Isso é preciso, para nos convenceremos de que deve ser ruralista a essência de nossa política econômica. Depois de reproduzir os quadros, em que industriais estatísticos pretendem mostrar a supremacia da produção industrial, aquele economista analisa os elementos, de que se compõe o valor dela:

A) — 1.º: a produção de carne (gado abatido nos matadouros e estabelecimentos fiscalizados pelo governo federal); 2.º: a produção de banha, toucinho, leite, manteiga, queijo, sebo, extrato de carne, couro verde, etc.; 3.º: a torrefação e a moagem de café; 4.º: a moagem de trigo, para produção de farinha e farelo; a produção de farinha de mandioca; etc.; 5.º: o engarrafamento de águas minerais. Faltou-lhe acrescentar o açúcar, produzido pelos agricultores, no meio dos canaviais.

B) — 1.º: o valor das matérias-primas, dos combustíveis e outros produtos intermediários: a) o valor dos produtos nacionais já computados na produção primária (agrícola, pecuária e extrativa); b) o valor de produtos estrangeiros como o ferro, o aço, o trigo, os óleos lubrificantes e combustíveis, a gasolina etc.; 2.º: duas, três ou mais vezes o valor da mesma matéria-prima ou artigo já anteriormente manufaturado e que entra iterativamente no processo produtivo.

Póde-se acrescentar: os pitorescos estatísticos englobam as construções civis, inclusive os elevadores e manu-

faturas importadas para o acabamento. Inexplicavelmente dentro do seu critério, excluem o fabrico de refeições nas cozinhas dos hotéis, restaurantes, residências e similares. E' com a soma total que argumentam no sentido da proteção a alguns grupos industriais apenas.

Expõe o professor Schlittler a doutrina certa: "E' preciso fazer distinção entre o valor bruto e o líquido da produção industrial, ou mais exatamente, entre o valor dos produtos fabricados e o acrescentado aos produtos em cada operação industrial. O valor líquido é obtido deduzindo-se do total da produção o de todas as matérias-primas e produtos auxiliares empregados. E' somente esse valor líquido que exprime o real da produção industrial, isto é, os acréscimos de valor decorrente dos vários processos de industrialização".

Poder-se-ia apontar mais um elemento a tomar-se em conta: a estatística apreende a totalidade da produção industrial, computada na fonte, para pagamento "in situ" do imposto de consumo; ao passo que da produção agrícola só se recenseia a que entra no giro comercial, ficando por fóra o imenso volume deixado para as necessidades dos produtores: a não negociada.

Aplicado o princípio acima, que é o seguido nos países industriais, o professor Schlittler apresenta as percentagens de nossas produções. De 1935 a 1939, a produção extrativa contribuiu com 3,5% da total; a agro-pecuária com 66,6%; a industrial com 29,9%. De 1940 a 1944, a primeira com 3,6%, a segunda com 58,9% e a última com 37,5. Em números absolutos, e só quanto a 1944: a produção total brasileira valeu 35.790 milhões de cruzeiros, cabendo 1.190 milhões à extrativa, 22.900 milhões à agro-pecuária e 11.700 milhões à industrial. Brasil, país agrícola.

Além do mais, presiamos dar atenção ao exposto por John Cockburn à American Academy of Political

and Social Science, sôbre o que se passava na Austrália: "Foi sobretudo no interesse da agricultura que se desenvolveu a esfera de atividade do Estado. O progresso do Estado e a prosperidade nacional dependem da prosperidade do lavrador; por isso, organizamos as instituições de modo a tornar-lhes a profissão o mais proveitosa possível. Se o fazendeiro prospera, prospera também toda a população: o médico recebe os pagamentos, o pastor o salário elevado, e todo mundo compartilha da prosperidade geral. A lavoura é, assim, a parte da população por cujo bem-estar velamos com maior interesse".

A agricultura é a base de tudo. A política agrícola beneficia todas as classes, sobretudo a industrial, tão necessitada de consumidores quanto de máquinas, de combustíveis e de matéria-prima. O grosso da clientela da indústria vive na zona rural. A prosperidade desta é o aferidor da daquela.

Mas, nossa política não tem sido ruralista, muito pelo contrário. Iniciando pelo fim, poderemos percutir o grito dos lavradores do norte do Paraná, os quais agora mesmo publicam manifesto cheio de cousas justas. "No panorama do comércio internacional, a lavoura entra com quase 80% das exportações nacionais, proporcionando a obtenção das divisas indispensáveis à compra de produtos estrangeiros de que o Brasil tem necessidade — dizem eles. Entretanto, contrastando com essa situação — que deveria assegurar à lavoura as regalias a que ela indiscutivelmente tem direito — os lavradores, que necessitam imperiosamente de tratores, máquinas agrícolas, ferramentas, insecticidas, adubos, etc., tem de mendigar custosa e problemática licença para efetuar as compras respectivas, enquanto vêem, desiludidos e amargurados, correr fácil e contínua a torrente cada vez mais volumosa das importações de auto-

móveis de luxo, bebidas e muitas outras bugigangas e quinquilharias, que nenhum proveito trazem ao bem geral do povo. De nada teem valido as desesperadas solicitações das entidades da classe rural junto aos poderes públicos no sentido de serem facilitadas as medidas de amparo à lavoura e aos produtos agrícolas. Até parece que o mais modesto sindicato das capitais tem mais fôrça que todas as entidades agrícolas reunidas. As justíssimas reivindicações da lavoura raramente são atendidas pelos poderes constituídos, e, quando estes resolvem tomar qualquer medida em prol da classe, o fazem com a parcimônia própria de quem presta um favor e não de quem cumpre um indefectível dever. Os produtos agrícolas são sujeitos a tabelas rigorosamente aplicadas, enquanto as máquinas e ferramentas do campo são vendidas a preços extorsivos, livres de quaisquer tabelamentos”.

Síntese, envolvente de imensidade de casos específicos, desnecessitados, ante ela, de expôr-se, porquanto exprime uma situação. O tópicó seguinte galvaniza outra situação clamorosa: “O que o lavrador produz, sem crédito e sujeito às sêcas prolongadas, às pragas e a um sem-número de outros fatores diversos, não encontra preço compensador, enquanto está em suas mãos, como recentemente aconteceu com o feijão e os suínos. E’ sobejamente sabido que o feijão foi comprado aos lavradores — na sua maioria colonos, meeiros e pequenos sitiantes — ao preço vil de 40 e 50 cruzeiros a saca. Mas logo que esse produto passou às mãos de terceiros, o plano de emergência, que foi votado há mais de quatro anos, começou a funcionar regularmente, facultando aos intermediários financiamento superior ao preço pelo qual obtiveram o feijão, com margem de mais de vinte cruzeiros por saca”.

A política econômica nacional deixou-se dominar pelo industrialismo, sem se considerar que “nenhum país pôde alcançar verdadeiro estágio industrial sem sólido apóio na produção agrícola” e que “nenhum país alcançará sólida produção agrícola sem que naturalmente surjam suas possibilidades industriais”.

Do manifesto dos lavradores paranaenses ressuma a grande injustiça: a agricultura tem de vender a qualquer preço, sempre de bacia das almas; e de comprar sempre a preços de escorcha os produtos industriais, de que necessite. O manifesto refere-se diretamente aos medicamentos; poderia tê-lo feito quanto aos demais. Política insensata, que não considera que “não há nenhuma indústria boa para um país quando tem as suas razões no prejuízo, no encarecimento de mercadorias, na obrigação injusta de o mercado doméstico consumir produtos de qualidade inferior, porque são nacionais”. Desde quando se coloca a nação em função do seu parque industrial, êste precisa ser guerreado, até as cousas entram no eixo: até o parque industrial se repôr em função. Desde Alves Branco é má a política brasileira no que tange à interdependência de agricultura e indústria, sendo relativamente poucos os líderes esclarecidos a respeito. Um dêles foi o ministro Joaquim Murinho, que não temeu incluir no relatório de 1897, a Prudente de Moraes, as seguintes considerações:

“A nossa organização industrial tem seguido nestes últimos tempos uma marcha anômala, irregular e profundamente viciosa. Duas grandes causas teem contribuído para êste resultado: “uma compreensão falsa do patriotismo e uma pletora, não menos falsa, de capitais”. A idéia errônea e anti-social de que a grandeza industrial de nossa pátria depende sobretudo da nossa libertação, cada vez mais completa, dos produtos da indústria estrangeira, foi provocando a aspiração de estabelecer

empresas industriais de todos os gêneros, para se conseguir realizar aquele “desideratum” pseudo-patriótico. De outro lado, a grande ilusão financeira, de que mal acabamos de sair, fez-nos acreditar na existência de capitais enormes, de riquezas inestimáveis e mais que suficientes para realizar aquela aspiração”.

O substrato de tão acertado conceito expendido em 1897, é o mesmo que forra est’outro, emitido quando já avançado o século presente: “Si la abundancia de materias primas es necesaria para la industria, tambien lo son indispensables los “capitales”, acumulación de mercancías, o dinero superabundante para las necesidades diarias y del que se puede disponer para producir otras riquezas”. Ao que se acrescenta: “Una densidad suficiente de población local ciudadana y campesina es necesaria para proporcionar una clientela y materia prima local a las fabricas”. De resto, Murinho participava da opinião daqueles, segundo os quais a indústria interessa mais ao empresário; porém, a agricultura muito mais à nação. E daqueles, segundo os quais as nações são industriais porque ricas, e não ricas porque industriais — pois só nações ricas podem ser industriais.

Depois de mostrar como se dissipou rapidamente a ilusão da riqueza industrial improvisada, escreveu Murinho: “Verificou-se — e já tarde — que tinha havido dispersão excessiva de capital e começou-se então o trabalho de sua concentração. Uma grande soma, porém, do capital circulante havia sido transformada em capital fixo, immobilizando-se em máquinas e edifícios, ficando assim improdutivo durante muito tempo ou inutilizando-se para sempre. Essa imobilização definitiva de capitais acarretou, como consequência, o empobrecimento do país e perturbações graves nas nossas condições financeiras. Ainda mais, o trabalho reparador se faz não em favor de indústrias naturais, que teem condições

de vida própria, mas em favor das que por causas variadas teem merecido a proteção dos poderes públicos. Essa proteção consiste na elevação de tarifas das alfândegas, tarifas que, em muitos casos, se tornam proibitivas. Por esta fôrma tornou-se o Estado o agente principal da seleção das indústrias que procuram desenvolver-se no país. Julgando tudo "a priori", procurou-se organizar ao mesmo tempo um sem número de indústrias, dispersando-se de modo exagerado o capital social, diluindo por essa fôrma o seu poder fecundante. Sem a sensibilidade bastante delicada para perceber quais as indústrias mais naturais, agindo sob a pressão de interesses políticos variados, o Estado desvia o elemento de vida de indústrias naturais e já existentes para outras que são puramente parasitárias. Daí resulta que deixamos de importar produtos que só podemos fabricar com grande esforço e por alto preço, para importamos produtos que poderíamos fabricar com pequeno esforço, por preço baixo e com lucros reais para os capitais nela empregados".

Ao comemorar-se o centenário de Joaquim Murinho, o Brasil terminava a montagem de fábrica de motores delicadíssimos; e firmava com o Portugal um convênio, mediante o qual poderíamos continuar importando palito e palha de milho. Aliás, o próprio ministro de Prudente de Moraes já se referia a essa esdrúxula política econômica:

"Aumentamos o preço dos objetos de consumo, tornando a vida cara sem vantagem para industriais que poderiam tirar os mesmos lucros em indústrias naturais, sem pesar sôbre o consumidor, sem exercer uma função antipática para aqueles que são vítimas da carestia da vida. Importamos cereais para não importarmos fósforos; importamos gado para não importarmos seda. O nosso patriotismo exulta com esta política industrial

curiosa. “Importamos caro aquilo que poderíamos produzir barato e produzimos caro aquilo que poderíamos importar barato”, fórmula que representa degradação econômica, pois que ela se traduz no emprêgo de nossos capitais e do nosso esforço, para elevar o preço dos objetos de consumo, tornando a vida cada vez mais dura e mais difícil. Ora, a indústria não constitui um fim a que se deve procurar atingir à custa de todos os sacrifícios, mas simplesmente um meio de tornar mais fácil, mais confortavel e mais feliz a vida humana. E como a amplitude e a intensidade da vida se traduzem pelo consumo, o fim da indústria é tornar possível o máximo de consumo, o que se consegue aumentando o poder aquisitivo do homem e diminuindo o preço dos produtos. Para obter-se êsse resultado, é necessário procurar-se o trabalho que dê o máximo de produto com o mínimo de esforço, o que se traduz por grandes lucros para o produtor, coincidindo com preços baixos para o consumidor. E’ nesta harmonia entre os dois elementos que parecem irreconciliáveis que está a solução do problema industrial econômico. Para atingir-se esse “desideratum”, duas são as condições necessárias: A primeira é não perder-se de vista que, sendo ainda muito limitados o nosso capital social e o nosso crédito, somos forçados a limitar também a esfera de nossa vida industrial, para evitarmos a dispersão e a consequente esterilização dos nossos recursos. A segunda é ter sempre em mente que o capital não precisa de guia nem de mentor governamental para chegar ao ponto em que ele encontra maior renda, determinando assim a indústria que convém fundar”.

Não estamos encabulado pelo tamanho da citação, pois o que realmente fazemos é transmitir magnífica lição de economia política, ministrada por notavel mestre, que diz ainda, belamente: “Subordinemos paciente

e corajosamente a nossa expansão industrial à pequenez dos nossos recursos econômicos, e limitemos a ação governamental ao que ela póde oferecer de mais util e de mais salutar ao desenvolvimento de nossa Pátria: A Ordem por meio da Liberdade, mantendo a paz a todo tranze e fazendo desaparecer todas as peias regulamentares que entorpecem os movimentos de atividade individual. Depois, devemos refletir que o proteccionismo contribuiria, talvez, para o desenvolvimento exagerado de grandes fortunas, que, entre nós, poderiam criar uma espécie de aristocracia do dinheiro”.

Joaquim Murтинho não foi ouvido. Ao contrário, o industrialismo açulou contra o govêrno, de que fazia parte, ponderavel fração da imprensa e, terminado o quadriênio, o Presidente saiu sob váias e ovos podres. De então até hoje, só tem sabido tornar-se mais audaciosa essa caricata aristocracia industrial, corruptora do Poder Público e da imprensa.

Todavia, já aqui podemos firmar uma primeira conclusão, um primeiro ponto básico:

— O Brasil é país agrícola, não podendo ser industrialista sua política econômica.

2. Recuperação do homem

PARECERIA HAVER CLAMOR GERAL, desejo de cuidar-se um tantinho da consciência, e não apenas da ciência. Impressão de uma ânsia de recuperação do Homem.

Aí o ponto de partida. O próprio solo do Brasil não estaria tão erodido, se antes avalanches destruidoras não houvessem escalavrado o carater nacional. A gente se vê na obrigação de reconhecer e proclamar: o brasileiro não é povo sério. E o Brasil não será grande nação enquanto dominar tal circunstância; enquanto um celerado souber que poderá vir a ser rei disso ou daquilo, desde quando, ao mesmo tempo que lapide o solo brasileiro, vá dando umas beiradas aos que o possam cantar ou difamar; enquanto cheguem a provocar admiração os réus de lesa-pátria, que, em vez de integrar aqui a campanha de recuperação do solo, preferem comprar grandes virgíneas extensões em país visinho e aí organizar a concorrência ao Brasil, naquilo que possuímos de mais nosso — na caféicultura; enquanto continuemos permitindo ao homem-indivíduo a precedência ao homem-espécie; enquanto, finalmente, não nos convenceremos de que, no nosso país, nesta fase, é preciso saber sacrificar a popularidade à posteridade.

Reconhecemos antipática a argumentação *ad hominem*; porém, reincidimos nela, por ser mais convincente. Aqui, na hora de mostrar falta de seriedade por parte do brasileiro, haveremos de aboiar fatos do nosso próprio conhecimento, ou mesmo algum de que fomos parte.

Entre a primeira edição e esta, criou-se no país nova autarquia, a maior do mundo, para promover e defender os interesses do café, ou seja da economia nacional. O primeiro presidente — jovem de valor, a cujo respeito andam enganadinhos os que, não o conhecendo bem, imaginam obter negociatas na entidade que preside — levou-nos para o Rio de Janeiro, como chefe de seu Gabinete. O pôsto deu-nos ensejo para conhecer podridões maiores ainda do que as suspeitadas pelo grande público; e ensinou-nos a trabalhar com a mão ao nariz. Surgiu a autarquia em sucessão a outra, extinta por lei anterior, deixando acervo de cêrca de novecentos milhões (novecentos mil contos) em dinheiro e dois bilhões em bens. Toda essa riqueza se acumulára à custa da cafèicultura, da lavoura; e era a ceva de muita gente. Logo no dia da posse, ocorreu fato vergonhoso, registado por alguns jornais: à cerimônia comparecem poucos jornalistas; mas não faltou um só *picareta* da praça. Não chegou a interessar-lhes o grande acontecimento, cheio de alcance: a organização da defesa do principal esteio da economia nacional, com um departamento agrônômico para melhorar qualidades e sanear custos, bem como um comercial, para ordenar o comércio do café, que continua a ser apenas comprado, não vendido; só lhes interessou a publicação dos discursos, como matéria paga. No dia seguinte, compreendemos por que: documentos, que tinham de vir a nossas mãos, e vieram, mostravam como aquela gente estava habituada a mamar; a entidade anterior chegou a gastar a média de setecentos e cinquenta mil cruzeiros por mês com a imprensa, na publicação de cousas sem o menor interesse para ninguém, muita vez em órgãos de publicidade especialmente inventados para isso, sem circulação nem influência. Mediante boa verba, pôde-se obter na imprensa brasileira a consagração de qualquer quadrúpede,

do mesmo jeito como, sem isso, o melhor administrador estará condenado ao silêncio de morte, ou, pelo menos, ao ataque soés. Diríamos que tudo de bom, de que temos precisão no Brasil, há de fazer-se sem a poderosa força, que é a imprensa. Diríamos, mas não dizemos: porquanto é facilmente demonstrável como tudo de bom, aqui realizado, se vem conseguindo apesar dela e tendo-se ela pela frente. Nem sabemos mesmo como certos jornais ousam elogiar agora a obra de um Oswaldo Cruz, de um Pereira Passos, de um Campos Sales, de um Joaquim Murтинho, quando na época foram os instrumentos utilizados por aqueles cujos espúrios interesses eram prejudicados por esses grandes brasileiros.

Na autarquia, haviam-se passado cousas inacreditáveis, que as funções do cargo nos obrigavam a ressuscitar para inumar, uma vez que permaneciam insepultas. Exemplo:

Em 1939 apareceu no Brasil certo estrangeiro, propondo-se vender uma invenção para produzir matéria plástica com o café, bem como patentes internacionais referentes a seu processo. Mediante boa gratificação, o D. N. C. incumbiu um químico brasileiro de informar-se bem sobre a invenção e emitir parecer. Este se nos afigura excessivo, menos científico, tal o entusiasmo envolvente; desborda da matéria submetida a consulta; e afirma terem sido as experiências realizadas exclusivamente nos laboratórios do interessado vendedor. Baseado nele, o D. N. C. assinou com o inventor contrato quase leonino; montou fábrica para exploração do invento, a qual custou mais de seis milhões. Pelo contrato, o inventor-vendedor teria assegurados excessivos direitos e ficaria isento de qualquer dever. Verificando isso na fase de estudos, a Presidência da República fizera ponderação ao Ministério da Fazenda, que transmitiu ao D. N. C., cujo presidente a acolheu e comunicou ao

Ministro a introdução, na minuta, de mais uma cláusula, contendor de direitos do cessionário, ou seja, de deveres do cedente. Porém, essa cláusula, que consta *in extenso* do ofício ao Ministro, não figura no contrato. Embora seja de praxe cobra-se o *royalty* sobre o produto fabricado, no contrato em aprêço cobra-se sobre a matéria-prima, isto é, sobre a saca de café a ser transformada, fixando-se um mínimo crescente, sem referência à falta de produção por ineficiência da invenção adquirida. O inventor vendeu a invenção e várias patentes internacionais a ela referentes; recebeu à vista, e em troca deixou só a promessa de entregar tudo no futuro. Não entregou nunca, até hoje, pois não tinha nem invenção nem patentes de comércio, uma vez que as próprias autoridades declararam não ser patenteável o que o indivíduo apresentou, e embora o D. N. C. lhe haja pago também as despesas de viagem feita ao Brasil por sua própria iniciativa e para passar um conto do vigário, bem como as havidas com a invenção comprada. Montada aqui na Paulicéia, a fábrica jámais produziu uma grama de cafêlite; mas o sucessor do D. N. C. continúa obrigado a um mínimo anual de vinte e cinco mil dólares (quinhentos e vinte e cinco mil cruzeiros, pois o documento fixa o valor do dolar em vinte e um cruzeiros) de *royalty*, embora não chegasse a setenta e três mil cruzeiros anuais a participação do cedente, caso a fábrica funcionasse com o máximo potencial. Essa fábrica se montou sob a visão do inventor, que foi também o superintendente da produção. Inutilmente se concitou o famoso químico nacional a justificar seus entusiasmos pela pinóia e a repetir o que ele próprio afirmára ter conseguido antes.

Aí está apenas a essência de um caso probante de como se utiliza ou se inutiliza o dinheiro do povo em nosso país, nesse país tropical, necessitado de muita

discreção nos gastos. Em geral, todo novo-rico que surge corresponde a um *bom negócio* assim. E isso nos mostra a necessidade de poderosa obra de recuperação moral; pois o Homem é a medida de todas as cousas e a nação mui pouco há de conseguir enquanto o quadro de seus administradores exhibir indivíduos dêsse estalão.

Também aqui temos de repetir melancòlicamente: a obra de recuperação há de se fazer sem a prestigiosa cooperação da imprensa. No pouco tempo em que estivemos no cargo, bem vimos como há jornalistas e jornais sequiosos da fonte oficial de dinheiros; como se quer beber; como se oferecem opiniões e láudes em troca de cobre. A cousa explica-se pela base industrialista dada a nossa imprensa, que aspira ser opulenta e numerosa em meio colonial e pobre como o nosso; e pelo hedonismo de proprietários de jornais, desejosos apenas de gozar as rendas da empresa, cujos órgãos publicitários ficam por conta dos *rapazes*, facilmente atraídos por aquelles a que interessa o relaxamento do meio; ou, premidos pela exigência de vivacidade e vendagem, tudo transformam em sensacionalismo e forçam todas as portas.

Afinal, certo *trustman* da publicidade imaginou mais cômodo expungir-nos dali, pensando que não haveria outras rôlhas na garrafa, outros gatos na casa. Despido de escrúpulo, articulou contra nós assacadilhas gratuitas, do tempo em que sua paralisia geral ainda não se haveria declarado; e ameaçou o jovem presidente de barrar-lhe o caminho, se nos tolerasse ali. Isso consta mesmo de editorial. Enganou-se: entregamos imediatamente os pontos ao extorcionista, porquanto não desejávamos que por nossa causa houvesse obstáculos no caminho de moço cheio de merecimento e tão futuroso, como o presidente da autarquia; do mesmo jeito como, vinte e tantos anos antes, por lealdade a um amigo adquiríramos a ini-

mizade do plumitivo, assim também por lealdade a outro amigo abandonamos o pôsto, sem pestanejar. Praticamos apenas mais uma boa ação. E que lhe interessa que em sua vidinha ocorra uma indignidade a mais? *Tollitur quaestio*. Não o levamos à parede, como anos antes. Se polemicássemos, ele atacaria o presidente da autarquia, assestaria sôbre êle e sôbre ela, nascente, as baterias, como chegou a ameaçar. Se aceitássemos o oferecimento de jornais cariocas e paulistas, que nos franquearam suas páginas para escorcharmos, viria a dizer que o estávamos combatendo com dinheiro da autarquia, com o dinheiro que pretende tomar todo para sí mesmo; pois, embora trabalhador, modesto e sem vícios, somos reconhecidamente pobre, ao passo que, cheio de mazelas e vagabundo, êle é reconhecidamente multimilionário, não obstante próximo ainda o dia em que, num raro momento de lucidês, alguém o mandou com a trouxa para o Sul, a fazer a vida. Aliás, ocorreu coincidência engraçada: simultâneamente, publicava-se o relatório da devassa no Banco do Brasil, no qual o referido *brasseur d'affaires* figura mamando em têtas diferentes. Mas, não obstante seja do consenso que, quando êsse honradíssimo senhor briga com alguém, é com o alguém que está a razão, cumpre lembrar-nos disto: vivemos em sociedade onde há os que gostam dos seus elogios e outros que temem os seus ataques; como é ele dono do maior fole de assoprar vaidades e do mais pesado tacape de esmagar resistências — tudo desservido de carater — vai sendo tolerado e até mesmo festejado, havendo ilustres chefes de familia, tidos como honrados e cumpridores dos deveres morais, que temem gôsto em ver as espôsas e as filhas beijadas pelo tal. Sim: sairá na revista, com o nome. . . E para que discutir honestidade com tão proba e honrada criatura, ante sociedade em cujo seio é decente o sujeito que em benemerência gaste uns dez

por cento de suas roubalheiras? Merecerá satisfações uma sociedade que aprecia a inteligência mesmo quando orientada para o mal, como se inteligência não fosse coisa comum, e até inexorável em todo indivíduo afetado de paralisia geral?

Aqui, a conclusão há de ser: recuperação moral do Homem brasileiro, empreendida pelos que tenham autoridade — não a farça já anunciada exatamente pelo honradíssimo sujeito acima referido, o qual preconiza campanha de saneamento nas mesmas páginas em que aparecem mulheres nuas e outras bonitezas.

3. Política financeira

EM ABRIL DE 1952 o senhor dom João VII pronunciou discurso, de que consta trecho assim: "O ano que findou foi de restrições financeiras e de equilíbrio orçamentário. Valorizou-se a nossa moeda e consolidou-se o crédito do Brasil no exterior. Este novo ano será de realizações e de empreendimentos úteis. O aumento da nossa produção não tem acompanhado o crescimento da população brasileira; e a população está crescendo mais depressa do que a produção alimentar. A média anual de crescimento da população brasileira é de cêrca de três por cento. A nossa produção, entre os anos de 1945 e 1950, cresceu na média anual de 4,9%".

Melhor ir de vagar, embora com risco de parecer fugirmos ao assunto — o que não faremos. Uma só cousa é verdadeira af: o ano de 1951 foi de restrições financeiras; mas para o povo sòmente, porquanto a máquina administrativa funcionou esbanjando combustível. Não se valorizou o cruzeiro, que todo mundo sabe e sente nada valer; nem poderia haver-se consolidado no exterior o nosso crédito, quando pagamos cada vez menos e quando enviamos em missão econômica indivíduo *sub judice*, acusado de grossas patifarias aqui dentro; quando, outrossim, remetemos a representar-nos em conferência absolutamente séria outro indivíduo afastado pelo próprio govêrno de alto cargo administrativo, acusado de pecados contra a honestidade. Cumpre ainda acrescentar que tem diminuído o crescimento vegetativo da popu-

lação brasileira, em virtude aos dois "checks" de Malthus. Leiamos salteado o discurso, pois o objetivo não é comentá-lo. Consignemos isto: "O programa de ação que o govêrno se impõe tem que ser duplo: de um lado, incrementar a produção, sob todas as suas fórmãs; de outro lado, estimular, de todas as maneiras, o emprêgo de capitais na produção". Assim falou Sua Excelência. Vejamos como agiu:

Apesar de todos os clamores, fixou baixíssimo o preço de compra do algodão, e de tal maneira que o interêsse do produtor ficou sotoposto ao do intermediário. Plantadores de algodão são milhares de pequenos agricultores, lavourando terra própria ou, mais comumente, trabalhando à meia. A média da área cultivada não passa de dois alqueires paulistas para cada pessoa — decorrendo daí que são milhares e milhares os que dependem do preço. Na base fixada pelo autor das palavras bonitas, haverá prejuiso para todos eles. Verdade que Sua Excelência manda anunciar melhoria. Mas, todos sabem que isso ocorrerá apenas depois que o produto houver saído para o intermediário. Nenhum produtor estoca algodão na tulha: pelo risco de incêndio e porque o vencimento das duplicatas correspondentes ao adubo e ao insecticida é para durante a safra. Assim, o govêrno desmente com os fatos as palavras emocionantes; ou pior, fala bonito quando já está agindo feio. De resto, houve outro discurso no mesmo mês. Destacamos dêle, para juntar aos destaques anteriores, êste pedacinho: "Uma nova fase revolucionária se impõe a nós, uma revolução pacífica, mas de transcendente importância, no sentido de uma refôrma agrária, a que venha enfim libertar os trabalhadores dos campos, transformar o proletário rural em proprietário rural, pela repartição das terras públicas e pela eliminação gradativa

de uma fôrma retrógrada e nociva de feudalismo latifundiário”.

A acreditar-mos, portanto, na palavra do senhor dom João VII, aí vem bobagem. Sua Excelência impressiona-se com a situação de miserabilidade do rurícola e aponta o meio de liquidá-la. Primeiramente: a miserabilidade do rurícola só se apresenta mais impressionante porque, no trópico, apenas os grandes centros podem dispôr de condições de vida mais ou menos aceitáveis. A seguir: com a medida anunciada, a cousa ficará no mesmo pé. Miserável não é só o rurícola: é todo o povo brasileiro. A causa não está sobretudo no sistema de exploração do campo pelo proprietário: localiza-se na política financeira e econômica dos governos, a qual espolia a maioria no benefício de alguns; e, em parte, devido à falta de seriedade, ao conúbio da administração pública com os ganhadores de fortunas, como se vê todo ano, como ainda agora se está vendo: o produto só vale depois de saído da mão do produtor. Realizem-se quantas reformas agrárias se quizerem; distribua-se a terra a quem a aceitar — cousa menos facil, porquanto já houve emprêsas que compraram latifúndios, lotearam e buzinaram pela imprensa a sua venda a preços baixos e prazos longos; e das cidades não acorreu ninguém a comprar, sendo que mesmo do campo, só um ou outro velho rendeiro ou colono se arriscou, para arrepende-se logo depois. Como não haveria de ser ou de estar miserável o povo brasileiro e, portanto, o rurícola, se o Poder Publico vive a espoliá-lo? Como haveria de fugir à miséria o trabalho rural, se, como várias vezes afirmamos, é ele a maior vítima das aberrações econômicas e financeiras? Demonstramos como esse miserável rurícola é espoliado pela política industrialista, que domina o cenário nacional. Alias, também o senhor dom João VII já pensou assim; e, ante cem mil pessoas,

na Esplanada do Castelo, ao ler a plataforma da Aliança Nacional Libertadora, prometeu combater o proteccionismo alfandegário, embora só venha sabendo agravá-lo. Vejamos, porém, que não tem autoridade o Poder Público brasileiro para saquear a classe dos proprietários rurais no benefício dos trabalhadores rurais (de resto, o senhor dom João VII não diz quando pretende transformar em donos da Volta Redonda e das grandes indústrias urbanas os proletários fabrís); nem de extranhar esteja na miséria o rurícola, pois é ele mesmo quem o espolia. Não é por culpa dos empregadores rurais que o povo brasileiro figura no quadragésimo sétimo lugar entre cinquenta e dois povos, quanto à renda "per capita". Culpa dos governos, como nos teem mostrado vários amigos, em seguida à primeira edição dêste ensáio. Vivemos a perder substância, não devido aos proprietários do campo, mas à inépcia do Poder Público e à voracidade de seus satélites urbanos:

Quando quer falar bonito, o Poder Público diz que podemos produzir trigo para o gasto e para exportação; mas, de 1911 a 1950, despendemos com a importação dêsse gênero vinte bilhões de cruzeiros.

A Índia nada nos compra; mas, há cinquenta anos fazemos vir de lá a fibra para nossa famosa indústria produzir sacaria; e só nos últimos trinta anos despendemos nisso vinte bilhões de cruzeiros.

Temos perdido substância com o pagamento de juros de empréstimos absolutamente dispensáveis e cujas somas jámais tiveram aplicação produtiva. Despendemos nisso, aproximadamente, vinte e cinco bilhões de cruzeiros, isto é: "os juros pagos — é literatura oficial — representam quase o dôbro das quantias recebidas por empréstimo; e o total pago, três vezes o capital, sem levar em conta o tipo em que foram realizados os empréstimos

e as despesas de emissão, superiores, seguramente, a 10% — tipo e emissão — ao total dos empréstimos contraídos.

Transformados em colônia devido ao desprestígio de governos sem autoridade, fomos obrigados a aceitar câmbio fixo e preço-teto para os produtos exportáveis, sendo modéstia da nossa parte calcular em um bilhão de cruzeiros os prejuízos decorrentes.

Disse o senhor dom João VII, em discurso de fim de ano, que os lucros do capital estrangeiro parasitário variam de 50 a 100% ao ano sobre os montantes aqui investidos. E' uma pilhagem digna da ação policial dêsse mesmo govêrno, cujo chefe promete liquidar o pauperismo mediante uma refôrma agrária.

Além de haver queimado oitenta e dois milhões de sacas de café, durante vinte anos o vendemos a preços reduzidos, embora já estabelecido o equilíbrio estatístico. Vendemos a baixo custo pelo menos duzentos e oitenta e cinco milhões de sacas, donde resultou o abandono da lavoura e adveio o prejuízo de alguns bilhões de cruzeiros.

Exportando cada vez mais barato e importando cada vez mais caro, em consequência àquilo que o senhor dom João VII chama valorização da moeda, mas que todo mundo sabe ser desvalorização, temos perdido substância a mais não poder. No comêço do século a circulação monetária era de 300 milhões de cruzeiros, subindo a 3 bilhões em 1930, e a 35 bilhões em 1952. Quando se proclamou a república, adquiria-se uma libra-ouro por dez mil réis; hoje, ela custa-nos quatrocentos cruzeiros. Valorização, que nos dessangra... A ver o quanto marcamos passo, basta uma síntese:

Em 1931, exportamos 2.236.062 toneladas de mercadorias, com a libra a 40\$000, recolhendo 80 milhões de libras; em 1951, exportamos 4.756.984 toneladas, com a libra a Cr\$ 400,00, recolhendo os mesmos 80 milhões

de libras, vinte anos depois... Em 1937 importamos 5.099.880 toneladas, com a libra a 75\$000, despendendo 70 milhões de libras ou seja Cr\$ 5.314.551.000,00; em 1950, importamos 8.967.894 toneladas, despendendo Cr\$ 20.313.429.000,00. Em 1901, exportamos 885.600 toneladas de café, embolsando 41.800.000 libras; em 1949, exportamos 1.162.140 toneladas, embolsando 29 milhões de libras.

Toda a cifralhada, acima exposta, representa perda da substância, por culpa do Poder Público. Mas podem-se enumerar muitíssimas outras, para mostrar que o miserável povo brasileiro não haveria de estar menos esfrangalhado, não se compreendendo a linguagem do senhor dom João VII, nem sendo provável que alguém lhe apresente uma terceira teta para chupar, a título de ficar mais possante a favor das populações. Também o famigerado Plano Salte foi instituído para liquidar a miserabilidade do povo brasileiro. Enquanto o Poder Público bimbilhava suas virtudes e anunciava que, uma vez transformado em Lei, tudo ficaria róseo no Brasil, os dotados de patriotismo e capacidade de independência afirmavam o contrário; apontavam o êrro gravíssimo, que ele representaria; e chegaram a arrancar do senhor Joaquim de Barros Alcântara, num salão cheio de ouvintes — em Mesa Redonda da Sociedade Rural Brasileira — a afirmação de que o plano apresentado à opinião pública como de autoria dos técnicos reunidos para elaborá-lo (ele fôra um), nada tinha a ver com o trabalho dêsses técnicos, não passando de obra de ficção do DASP, que criminosamente se servira da autoridade dêles. O que representa o Plano Salte de inútil, não é preciso explicar: transformado em Lei, montou-se o maquinário administrativo para sua execução; mas as cousas não ficaram róseas, ninguém percebe qualquer vantagem, a não ser o pessoal burocrático pôsto às

ordens das verbas astronômicas que o esteiam. O que representa como sangria, é facil demonstrar.

Nenhum plano econômico pôde ser unilateral. De um lado, situa-se o govêrno; de outro, os agentes das atividades econômicas. A não ser nas ditaduras, o liberalismo respeita a livre iniciativa, a liberdade de empresa, a franquia do comércio, etc., etc. Portanto, planos que tais — mesmo se bem elaborados — teem de falir, se as forças vivas, as classes produtoras se negam a entrosar-se neles; e o govêrno só pôde coibí-las dentro das ditaduras totalitárias. “Todo plano há de ser total, ou estará condenado a falir” — sustentou o Instituto de Investigações Económicas, contra o Plano Peron, pai do Salte. Vejamos um pouco, indo às cifras:

A pretexto de haverem as nações presentes à Conferência de Montreux exigido o aumento de nossas tarifas — o que absolutamente não é exato, pois nós é que pleiteamos, em assembléia onde, ao contrário, predominou a sadia mentalidade livre-cambista — da escorcha alfandegária espera o govêrno três bilhões de cruzeiros. Todo mundo sabe ser o consumidor quem paga a taxaço sôbre os produtos do comércio. Portanto, o Plano Salte, anunciado para baratear a vida dos brasileiros, onera-a com mais três bilhões de impostos. Segundo a palavra oficial, a população brasileira é rural em mais de 75%; não vamos nisso, mas admitimos para argumentar: decorre que só no primeiro assalto, ao íncola se arrebatam 2 bilhões e 200 milhões de cruzeiros. E o senhor dom João VII a pronunciar palavras bonitas com referência ao íncola...

Vem depois um empréstimo na base de 5% sôbre o valor das exportações, num total de 4 bilhões e 800 milhões. Antes de tudo, procuremos medir o retrocesso de mentalidades, dos que taxam exportações, como na Idade Média. Em seguida, lembremo-nos de que,

segundo estatísticas oficiais, as manufaturas concorrem apenas com 1% no volume de nossas exportações. E temos, no segundo assalto, os rurícolas perdendo 4 bilhões e 120 milhões de cruzeiros. Com os do primeiro assalto, são 6 bilhões e 320 milhões.

Vem a seguir o empréstimo sôbre o produto da liquidação do estoque do café do D. N. C., calculado em 1 bilhão e 500 milhões. Neguemos se trate de empréstimo. Empréstimo é ato bilateral, em cuja negociação empréstador e tomador discutem o "quantum", o prazo e a garantia. O ato de um depositário simplesmente se apropriar de valores confiados a sua guarda, não se chama empréstimo, nem encontra designação no Código Comercial; capitula-se no Código Penal. O produto da liquidação do estoque do café do D. N. C. é da Lavoura cafeeira, legítima e indiscutível propriedade sua — coisa admitida mesmo por Lei mais ou menos contemporânea à discussão do Plano Salte. Se o perde no terceiro assalto, a soma da "operação" com o resultado dos dois primeiros dá 7 bilhões e 820 milhões, arrebatados à agricultura.

Aí estão mais perdas de substância, mais sangrias ao pobre e depauperado povo rural, que o senhor dom João VII ameaça com outros planos de combater a miséria, como se já não suficientemente sangrado. Aliás, há sangrias permanentes, sôbre as populações interiores e sôbre as do país inteiro, de modo geral. Perfunctôriamente:

Os Institutos de Aposentadorias e Pensões. Talam as zonas rurais. Arrecadam na cidade e no campo. De acôrdo com a Lei instituidora, dividem-se em três partes as somas que formam seus recursos: uma, paga pelo Estado; e é baseado nisso que o senhor dom João VII proclama numa das orações a pouco referidas: "As refôrmas sociais, neste País, não foram conquistadas à

custa de imposições diretas ou apelos da desordem, não foram arrancadas à relutância dos governantes pela pressão das massas trabalhadoras: elas surgiram espontaneamente de um nobre e generoso impulso, partiram de uma nítida e sincera compreensão das necessidades dos trabalhadores” — como veremos em breve; outra, paga pelos empregadores; e uma terceira, paga pelos beneficiários.

Tudo quanto o governo paga, é o povo que paga, pois sai de mais impostos, de novas contribuições; e tudo quanto pagam comércio e indústria, é pago também pelo povo, porquanto se lança na formação dos preços de custo para se determinarem os de venda, ao povo; nunca sairia dos lucros. Assim é que o povo mesmo é quem paga o custeio dos Institutos e, de modo geral, a legislação social que o onera, encarecendo extraordinariamente a vida através de múltipla taxação. Porém, há agravante: esse governo generoso e sincero nos anseios a prol do povo, como refere o senhor dom João VII, esse governo jámais pagou sua parte, muito embora onere ela o contribuinte; e jámais obedeceu ao critério da competência e da seriedade na escolha de diretores e delegados dos Institutos. Por um lado, não podem estes propiciar os benefícios referidos em Lei, porque desfalcados de um terço de seus recursos; por outro, diretores e delegados, escolhidos mediante o critério do pistolão, fazem negócio nos cargos que empolgam, certos de que, se porventura surgirem e forem adiante acusações, serão garantidos pelos próprios fornecedores dos pistolões iniciais. É por isso que do Interior só se lembram para arrecadar e só realizam um pouquinho nas Capitais, onde financiam obras suntuárias para negociastas que lhes assegurem boas comissões; e adquirem terrenos, que lhes rendam corretagens. O pouquíssimo, que fazem, corresponde ao para-raios que o construtor instala na

torre do templo: só para proteger; só para ser alegado nos momentos oportunos. Os bilhões, que custam esses Institutos, dessangram o povo, aumentam o pauperismo, encarecem a vida; e não desaparecem com uma refôrma agrária.

Outros institutos. Temos aí um SESI e um SESC — serviço social da indústria e serviço social do comércio. Dizem os seus líderes que representam atos de generosidade das duas classes para com seus servidores, porquanto lhes propiciam assistência social à custa de contribuições dos empregadores. Contestamos veementemente; também aqui apontamos isso como outro meio de encarecer a vida do povo e aumentar a miséria. A Lei obriga industriais e comerciantes a entrarem com aquelas contribuições para o SESI e o SESC; mas, essas contribuições não saem dos lucros dos empregadores — oneram a formação dos preços de custo, elevando os de venda, ao povo, ao consumidor, que, assim, compra mais caro, tem majorado o custo da vida. Nem são consideravelmente beneficiadas as classes previstas em Lei. E' excessivamente pesada a administração dos dois órgãos, cujos diretores, sem deveres de prestar contas e sem qualquer fiscalização, gastam indevidamente os fundos. A começar pelas instalações e pelo funcionalismo: sédes de magnatas, não de assistentes sociais de povo miseravel; diretores e assessores sem conta, vencendo ordenados régios, que lhes permitem um teor de vida completamente em desacôrdo com o do povo miseravel, que deveriam assistir. Depois, a política. Esses órgãos enfeitam candidatos; tentam elevar à categoria de líderes prestigiosos e de personalidades indivíduos sem valor, sem tradição e sem raça. Nas campanhas eleitorais, começam a anunciar novos serviços, a reinaugurar outros, apenas para meterem à frente dos repórteres e dos fotógrafos os seus candidatos, que assim ganham cartaz

à custa das contribuições que deveriam transformar-se em assistência social. E outras cousas. Relembramos apenas que, há pouco tempo, houve em Chicago uma conferência interamericana de comércio, tendo sido organizada pelo SESC nossa representação, que, sòsinha, foi mais numerosa do que a de todos os demais países latino-americanos reunidos. O SESC ofereceu e custeou um passeio aos Estados Unidos a imensa quantidade de amigos dos diretores — quarenta delegados. Mais despesas pagas pelo povo, cujo custo de vida há de elevar-se, forçosamente.

Se quer silêncio respeitoso quando fala em solicitude para com o povo; se quer de fato combater o alto custo de vida da massa popular — o govêrno deve ir às causas, deve suprimí-las; deve eliminar os bilhões e bilhões agora mesmo apontados, como oneradores do custo de vida; deve escolher melhor os gestores da coisa pública, a ver se acaba com as concussões, os peculatos e os desfalques, que são de todo dia e que, também, saem da miseravel bolsa do povo miseravel. Nada de mais refórmias; sobretudo, nada de novos órgãos, que, como os já existentes, só virão agravar a vida popular, onerando, com o custo de sua existência cheia de princípios e de ladrões, a já onerada vida do brasileiro. O Poder Público não tem o direito de impressionar-se com a zabumba publicitária, que esses órgãos fazem em tórno à pouquíssima assistência que prestam, e às “novas iniciativas” que apregoam: tal assistência e tais iniciativas correspondem apenas ao preço do para-raios; não há proporção entre elas e as importâncias arrecadadas ou o custo da administração. Quanto à zabumba, é paga ou vai por conta de publicidade prometida, contribuindo igualmente para tornar mais cara a vida do povo, que a paga também, pois sáí das contribuições que lhe elevam o preço de compra da subsistência.

Nem nos refiramos aos impostos, que constituem outro fator de elevação do custo de vida, e que o senhor dom João VII não tem na conta, quando chora lágrimas de jacaré sôbre a miserabilidade nacional. Não discutamos se o povo brasileiro paga muito ou pouco imposto, embora ao versar o assunto sejamos atirados ao pensamento do que ocorre com certos tributos e taxas, que sobem, sobem de ano para ano, enquanto os serviços a que se referem pioram, sempre. Aí estão os Correios e Telégrafos, cobrando taxas cada vez mais elevadas, anunciando sempre refórmias e melhoramentos, exibindo carros de coleta e distribuição, mas gastando mais tempo para conduzir uma correspondência à casa do particular do que levou essa correspondência para viajar da Europa ou dos Estados Unidos até aqui, até à mão de nossos funcionários postais. Acentuemos apenas isto:

De vez em quando, com muita frequência, há festivais beneficentes ou correm listas de subscrição para esta ou aquela obra social; de vez em quando, com muita frequência, os interessados nesta ou naquela cousa se reúnem em mutirão e a empreendem. Por que, se dos orçamentos já constam os tributos destinados a tal fim, e se o custo de nossa vida já é elevado pelos impostos consignados pelo govêrno para tal obra, para tal realização? O brasileiro paga em dôbro: paga ao govêrno, que não faz; e custeia depois a confeção. E vai se elevando o custo de sua vida, vai se cavando mais fundamentalmente sua miserabilidade, incompatível com as *vana verba* do Poder Público, que, ao referir medidas contra a calamidade, anuncia novos órgãos, em vez de dizer, simplesmente, que atacará o mal pela raiz.

Aqui, a conclusão será: precisamos de seriedade na administração pública.

4. Resumindo e insistindo ⁽¹⁾

JÁ FOI DITO não estarmos fazendo obra literária — pretensão, que jámais teríamos. Podemos, pois, repetir e insistir. Essa questão do industrialismo brasileiro necessita bons esclarecimentos, a evitar os sofismas dos interessados. Vamos, neste parágrafo, aproximar cousas articuladas nos anteriores, de modo a ele valer por si; conter todos os elementos necessários a uma conclusão clara, a matar dúvidas oriundas da preguiça de ler, de catar premissas para tirar ilações.

Começemos dizendo que nem só quanto ao princípio se erra: erra-se também quanto à oportunidade, podendo-se estar certo em princípio e errado quanto à oportunidade. A instrução é louvável; porém, seria condenável que se matriculasse a criança em curso universitário, antes de alfabetizá-la.

Aqui, "nous brulons les étapes", como dizem os franceses. Barra-se a mentalidade do meio com a ortodoxia dos princípios e se impingem erros grosseiros, prejudiciais ao país. O caso, por exemplo, do fomento das indústrias, antes de calcificar-se convenientemente o

(1) Suscitou algumas críticas este capítulo: articulou-se conter ele idéias boas para o século passado. Isso, não. No século XIX dominava o ufanismo do tal Caninha e de Rocha Pita. No século presente, é que se estuda ecologia e se tem na conta a questão do pH. No século XIX escritor algum confessaria ignorância a respeito de valores intellectuais com Gina Lombroso, nem faria festa a uma fátua Génévieve Qualquer Cossa.

organismo nacional. A consequência é orgulhar-nos de um parquesinho industrial, mas não podermos tomar banho, nem mudar roupa branca, porque a corrente elétrica é absorvida pelas fábricas, não sobrando ou sobrando muito pouca para as casas de residência. Pequena meia duzia se enrica à custa do industrialismo, e a coletividade toda se arrisca, em virtude da agitação popular, que pôde resultar da dispensa de operários em massa ou do encarecimento exagerado da produção, por não haver energia elétrica para as usinas operarem, obrigando-as a dispensar proletários, que ficam sem ganho e sem meios de sustentar família; ou a pagar proletariado sem produção, agravando-se extraordinariamente o custo dos artigos produzidos.

Industrializar é louvavel, em princípio. Mas, pôde vir a ser um crime contra o meio social, se se faz sem o senso da oportunidade. Do mesmo jeito, o senso da oportunidade há de reger até a obra de engrandecimento do país e de promoção da felicidade do povo. Admita-se haja patriotismo e boa fé da parte dos ruralistas e dos industrialistas. Mas, é de suma importância considerar isto: os últimos, os industrialistas, se batem pelo engrandecimento do país, enquanto os ruralistas buscam, antes, a felicidade na Nação, sem a qual fica inatingível o primeiro objetivo. Temos de hierarquizar.

Cheguemos af à sacada e admiremos a farra de cimento armado circundante do quarteirão. E' assim na cidade toda, assim no Rio de Janeiro, assim em Belo Horizonte, assim em Porto Alegre, assim em Curitiba: arranha-céu por toda parte. E' grandesa, provinda da especulação ou das fábricas, cujas chaminés soltam baforadas nos bairros fabrís. Muito grandioso, "muy hombre de ver", como diria o seiscentista Diego de Landa.

Saiámos da sacada. Chegemos até ao quarto de banho e abramos alguma torneira. Sêca como o Ceará

ou o Rio Grande do Norte. Não há água, nem para remédio. O nome feio, que íamos pronunciar, é interceptado pelo toque da campainha, denunciando gente à porta. Aí está a lavadeira, expondo que, se não aparece há quinze dias, é por não haver água no bairro a preparar a roupa.

Por que não há água neste prédio, nem nos prédios todos que em tórno ao quarteirão arranham o céu, nem nos bairros onde moram as lavadeiras? Porque não há corrente elétrica, para mover as bombas que a elevam. E por que não há corrente elétrica para usos domésticos, para fim principal como êsse de bombar água ao tanque da lavadeira, à torneira da cosinha, à banheira do banheiro? Porque temos imaginado mais importante promover a grandesa do país do que a felicidade da Nação; promover a industrialização, sem considerar a modéstia ecológica do meio. De fato, há demonstrações de grandesa; há capitães de indústria riquíssimos; há aí dúzias de filhos-de-papai queimando gasolina caríssima, paga a pêso de ouro, rodando com os automóveis até horas matinais, conquistando nossas empregadas e desviando as parentas do próximo. Porém, lembremo-nos de que o povo já não é a paciente azêmola de outros tempos; de que há muito levêdo na massa popular; de que ninguem mais deixa cair os queixos ante a prosperidade dos outros, quando o prêço dessa prosperidade é a miséria popular. Esses belíssimos prédios, que marcam a nossa grandesa, e em cuja incorporação se ganham fortunas, podem ser transformados em empolgantes fogueiras de São João, pelo povo de cuja felicidade pouco se cuida, ou que se onera para que haja grandesa, para que haja magnatas em país modesto.

Além disso, outro fator importante está induzindo a erros de oportunidade; está influindo no crescente desequilíbrio entre grandesa e felicidade, quando sabemos

que se nem todos os países podem vir a ser grandes, todo povo tem direito a aspirar a felicidade: a luta entre o homem-indivíduo e o homem-espécie. Este não ratifica sempre as razões integrais daquele — pois um é imortal, perecível o outro. Poderá o homem-indivíduo acomodar-se, aquietar-se, mentir-se, tranzigir, adotar o *enriqueceiros* de Guizot, para resolver o problema do momento, se êste o impressiona mais que o panorama histórico; mas, o homem-espécie não aceita isso e domina-se pelo instinto de conservação da coletividade, não da pessoa. Perene, vem ele testemunhando a História, vem aprendendo como ao fim dos embates sociais nunca se proclama de todo vitoriosa uma das partes, cuja ideologia se instaure plenamente, embora alguns líderes se elevem ao plinto do triunfo e aí permaneçam certo tempo, até morrerem ou até serem mortos; vem aprendendo que, em seguida a tais embates, o sistema prevalente equivale à média dos que se embateram, havendo cada qual atirado cargas ao mar, crestado arestas e mitigado excessos. De tanto saber isso, o Homem acabou compreendendo que a melhor maneira de manter a dinâmica da evolução, mesmo quando a sociedade padece crise de trombose, é o parcial sacrifício do indivíduo à perenidade da espécie, mediante eliminação de diferenciações.

Entretanto, aqui nada mais se faz além de reforçar diferenciações: ricos cada vez mais opulentos; pobres cada vez mais miseráveis — podendo, quanto à última parte, haver contestação pelos que pensam no Brasil em termos de Paulicéia e Distrito Federal, ao contrário dos que conhecem realmente o país. Mas, além das escusas rapidamente esboçadas — falta de senso de oportunidade, confusão entre grandeza do país e felicidade da Nação, vantagem do homem-indivíduo sôbre o homem-espécie — não sabemos encontrar atenuantes para os que defendem o industrialismo em oposição ao ruralismo, como

ainda recentemente se fez, quando se discutiam fórmulas cambiais para o Brasil. No ensejo, preferimos o terreno econômico, por sabermos que os problemas financeiros são decorrência dos econômicos, não se solucionando aqueles antes de solucionados estes. Ora, dentro da atual política industrialista, não teremos jamais o que exportar; nem teremos as cambiais indispensáveis à compra de instrumentos de trabalho, meios de cultura e de bem-estar. Só possuímos, na prática, um artigo fornecedor de cambiais — o café, produto da agricultura; e não imaginamos factível que um só produto aguente escorar todas as generosidades, temeridades e erros de nossa política econômico-financeira, sobretudo em se tratando de produto sujeito aos acidentes e oscilações de cá e de lá, ocorridos no país mesmo e naqueles principais compradores; produto, já de si oscilante. Quando pronunciamos com orgulho o bonito latinório *Coffea, Brasiliae Fulcrum*, nem percebemos ser temerário possuir um só fulcro, um só esteio para nossa estrutura econômica, por isso mesmo cambaleante, cheia de altos e baixos. Num só decênio a exportação do café regista a cifra de doze milhões e de cinco milhões anuais de sacas. Num mês, fornece-nos dois bilhões de cruzeiros; noutra, cinquenta e nove milhões...

Entremos mais a fundo na questão e vejamos, servindo-nos de material espalhado nos parágrafos anteriores e interpretando-o, como andamos necessitados não de uma reforma agrária, mas de uma reforma na política econômica:

No trópico, é elevado o custo da produção, porque baixo o rendimento. Da área territorial brasileira, 6.808.951 quilômetros quadrados situam-se entre os trópicos do Cancer e do Capricórnio, ficando fóra, ou seja, abaixo, ao sul, apenas 1.702.238 quilômetros quadrados.

Assinalemos apenas duas consequências dessa ubicação ecológica:

Cresce mui lentamente a demografia; só de vagar aumentam os agentes de produção, porque o crescimento vegetativo é prejudicado pela multiplicidade dos germes patógenos e seus vetores, enquanto a densificação proveniente de correntes externas não se faz, preferindo os desbordamentos demográficos dos países temperados procurar regiões também temperadas, que ainda correspondem a vez e meia a Europa, só quanto a países subpovoados. Em 1800, a população dos Estados Unidos era de 5,7 milhões; a do Brasil, 4 milhões. Em 1900, era de 81 milhões a daquele país e a do nosso chegava a 18 milhões. Em 1940, os Estados Unidos tinham 132 milhões de habitantes e o Brasil 41 milhões. Segundo Saunders (*População Mundial*), de 1846 a 1932 emigraram da Europa continental 51.696.000 pessoas, das quais apenas 4.413.000 procuraram o Brasil, indo 34.244.000 para os Estados Unidos, 6.405.000 para a Argentina, 5.206.000 para o Canadá, etc. De acôrdo com as publicações oficiais do censo de 1940, só 1.283.833 se fixaram aqui.

Além de escasso o principal agente da produção, o Homem, sua produtividade é fraca, pois luta em meio hostil, onde atuam contra ele as relações entre o corpo humano e a temperatura, fixada pela ciência — além de não ser grande cousa um dos outros agentes, a terra sofredora das radiações solares no Trópico, fraca, tendente a rápida degeneração. E' comumente aceito Pierre Gourou, quando diz que "está hoje bem assente que os velhos sonhos de riqueza e exuberância inspirados por noções lendárias não teem relação alguma com a realidade tropical". Em publicação do Ministério das Relações Exteriores, se vê como, enquanto no Brasil se conseguem 14 quintais de arrós por hectare, na Espanha são

conseguidos 62,8; na Itália, 52,2; no Japão, 34,5; no Egito, 33,6; na Turquia, 27,3; na China, 26,5; nos Estados Unidos, 24,5. Enquanto aqui colhemos 15,8 quintais de milho por hectare, na Itália se colhem 23,3; na Tchecoslováquia, 23,1; na Hungria, 22,9; no Egito, 21,2; na Iugoslávia, 19,8; nos Estados Unidos, 17,7. Enquanto um hectare cultivado com batatinhas nos dá 7 toneladas, na Irlanda produz 20,8; na Bélgica, 19,6; na Alemanha, 19,2; na Holanda, 18,4; na Suíça, 18; na Inglaterra, 17,2; na Dinamarca, 16,4; na Tchecoslováquia, 16; na Nova Zelândia, 14,1. O tabaco rende aqui 860,4 quintais por hectare; na Alemanha, 2.384,6; na Polônia, 1.974,7; na França, 1.957; no Japão, 1.718,3; na Tchecoslováquia, 1.454,1; na Rússia, 1.360,0; na Itália, 1.277,1; na China, 1.151,5. E assim por diante, demonstrando o quociente de produtividade que o brasileiro precisa lutar muito mais para conseguir muito menos; e que, sendo de baixo rendimento o solo, é naturalmente caro o custo unitário da produção, cumprindo-nos evitar todos os motivos de mais encarecimento, afim de não reduzirmos à miséria as populações interiores e não sermos afastados de qualquer possibilidade de concorrência externa (1).

Todavia, a produção nacional tem encontrado outros motivos de encarecimento, de tal modo que só o café ainda pôde acorrer às bolsas internacionais e ganhar colocação em mercados de consumo estrangeiros. Entre esses motivos, apontam-se o exagerado custo da administração pública e a política econômica aqui adotada.

(1) Neste ponto, a crítica disse isto: se aqui a agricultura é atividade econômica penosa e não se deve fomentar a industrialização, que fazer? Responda-se: ser agricultor é para o brasileiro uma contingência; mas, nem por isso haveremos de viver na miséria. Haveremos, entretanto, de viver modestamente, como todos os povos tropicais, nem existindo motivos para sermos exceção.

A nababia dos Poderes Públicos não respeita proporcionalidade com o estado econômico do contribuinte. Em 1950, a União custou-nos Cr.\$ 23.669.954,000,00, cabendo mais de 8 bilhões ao pessoal, mais de 3 ao material, mais de 7 a serviços e encargos e mais de 3 a obras e desapropriações. Os Estados custaram-nos mais de 18 bilhões de cruzeiros e os Municípios mais de 4 bilhões. Póde não ser muito, póde até ser pouco, de modo absoluto; mas, cumpre reparar na péssima distribuição e comparar à modéstia do povo contribuinte. Então, acharemos que é muito, que é excessivo. Os membros do govêrno federal ostentam representação desconhecida em países muito mais organizados e em condições econômicas incomparavelmente superiores às nossas. Ver a saída de alguns chefes de nossos Executivos estaduais, é mais deslumbrante do que presenciar a de rês ou de chefes de países a que devemos bilhões. Por outro lado, as Fôrças Armadas absorvem mais de 50% do orçamento da receita. Enquanto os Estados Unidos gastam com vencimentos 28% do orçamento, a Inglaterra 22%, o Canadá 19%, nosso país despênde 40%. Há Estados em que êsse *percentum* é assombroso: 72,59 no Piauí; mais de 70 no Rio Grande do Norte; mais de 60 em São Paulo, Pará, Ceará, Paraíba, Sergipe, Maranhão e Mato Grosso; Distrito Federal, Espírito Santo e Alagoas, entre 55 e 60. Rio de Janeiro, Santa Catarina e Amazonas, mais de 50. Bahia, 47,53; Rio Grande do Sul, 46,30; Goiás, 45,45; Pernambuco, 45,05; Minas Gerais, 40,66. Sem falar nos abonos e outras achegas e sem menção aos vencimentos do funcionalismo militar. Enquanto se eleva a tributação para pagar funcionismo ineficiente, constituído de empregados que não precisam esforçar-se, porque garantidos por bons padri-nhos, ou dos que não se esforçam, porque descoroçoados pelas iterativas injustiças de que são vítimas em benefí-

cio dos primeiros, acentua-se a falta de assistência e as obras públicas se desmantelam se já existentes, ou ficam paralizadas, se apenas em projeto: nosso parque ferroviário, por exemplo, é sempre monòtonamente o mesmo, com apenas uns quilômetros a mais de anos a anos.

Para agravar a culpa do Poder Público no encarecimento da produção, fornecedora dos tributos, acrescenta-se a contribuição compulsória aos Institutos assistenciais e a obras para-estatais, que por Lei podem assiscadar e por Sentença não precisam prestar contas — produzindo inegáveis serviços, mas que se poderiam obter muito mais barato, sendo lícito afirmar que o povo contribuinte paga cem e recebe dez, indo o restante para o gôzo dos administradores ou para inculcação de mentalidade nociva ao meio, através publicidade cujo custo calculamos; ou, ainda, os desfalques, hoje consuetudinários, porquanto o Poder Público, ao mesmo tempo que dá maus exemplos, escolhe mandatários pelo critério do favoritismo, sem entrar no valor moral dos candidatos.



Outra consequência da ubicação ecológica do Brasil é sua condenação a país definitivamente agrícola, embora a Agricultura seja aí penosa atividade econômica. Todos sabem que, sobretudo no trópico, a Indústria interessa mais aos empresários, mas a Agricultura à Nação; que aquela exige, entre outros, êstes fatores essenciais: capital, mercados de consumo e combustível. Ao contrário do que em geral se diz, e como prova muito

bem Gina Lombroso em *A Tragédia do Progresso*, as nações são industriais porque ricas, e não ricas porque industriais (1). Devendo 45.771.095 de libras, 140.704.355 de dólares, 115.390.803 de francos-papel, 25.284.500 de francos-ouro e 6.075.00 florins; obrigado a pagar, em um ano, mais de 5 milhões de dólares e milhão e meio de libras só de juros, 7 milhões de dólares e 4 de libras de amortizações, 90 mil dólares e 87 mil libras só de comissões; e, por outro lado, havendo aqui cêrca de 29 bilhões de cruzeiros em capitais e lucros não transferidos de origem estrangeira, o Brasil não é bem país capitalista, pois depende essencialmente de recursos externos para as necessidades, faltando-lhe o primeiro elemento para ser industrial. O dinheiro aqui é muito caro (2). Enquanto na Argentina e na Bélgica a taxa de descontos é de 3,5%, de 6% na Bolívia, de 4,5% no Chile, de 4% na Espanha e na Rússia, de 1,5% nos Estados Unidos, no Canadá e na Suíça; de 2,5% na França, na Holanda e na Suécia; de 3% na

(1) Contestando a assertiva, com certa desconfiância quanto ao fundamento da refutação, afirmou-se que os velhos princípios não são mais aplicáveis. Há aí alguma desfaçatês. Já se provou que os industrialistas falseiam as estatísticas e, por meio de publicidade fácil, buscam falsear a mentalidade do meio. Porém, deixem socegadas as doutrinas, que não poderão adaptar a seus momentâneos interesses. Os princípios são eternos; a ciência não se adapta ao imediatismo. Compare-se à dos agricultores brasileiros a situação dos industriais, do ponto de vista econômico e do de nacionalismo. Mais objetivamente: veja-se de quando datam a fortuna de Bento de Abreu Sampaio Vidal e a de Roberto Simonsen; a quanto montavam as duas, quando ambos morreram — mesma época; quanto pagaram ao Estado os herdeiros do primeiro e os do último. A indústria permite ao mascate passar a arquimillonário na mesma geração. A agricultura, engrandecendo sempre a Pátria, não deixa o indivíduo mudar súbitamente de condição individual.

(2) Foi contestado este ponto. Os Estados Unidos, alegou-se, deviam mais que o Brasil, no início da industrialização; mas industrializaram-se. Ora, entre outros, mencionamos três elementos favoráveis ou indispensáveis à industrialização. Admita-se que, em dado momento, haja faltado um deles aos Estados Unidos. Mas, restavam os outros. Uma coisa é faltar um pé à tripeça; outra, faltarem os três. Não possuir um de três elementos, não é o mesmo que não possuir nenhum.

Índia; de 2% na Inglaterra, de 5,5% na Itália e 5% no Perú, no Brasil é de 12%, ainda quando aparentemente menor, pois o próprio Banco oficial faz contas de chegar.

Quanto a mercados de consumo, o interno é bem precário, pois constituído de 52 milhões de habitantes de reduzida capacidade aquisitiva e talados de impostos e taxas anti-científicos. Basta dizer que o Estado de São Paulo se blasona de haver arrecadado nos oito primeiros meses do ano passado 4 bilhões e 91 milhões de cruzeiros, só em imposto sobre vendas e consignações, incontestavelmente anti-econômico e do qual só se deve servir com discreção. Acontece ainda que, devido ao desamparo das classes rurais e ao protecionismo industrial, a Agricultura não pôde concorrer vantajosamente com a Indústria no escasso mercado interno de braços, ocorrendo a evasão dos campos às cidades, isto é, decresce o número de produtores primários na proporção em que aumenta o de consumidores, em que se transformam os que vêm ser produtores industriais, agravando-se a questão social. Se tomarmos o *mappa mundi* e procurarmos entre os dois trópicos, em ambos os hemisférios, não encontraremos um só país onde o aumento das populações urbanas equivalha ao nosso — o que, longe de ser motivo de orgulho, deve constituir causa de pavor, pois sabemos que as populações das cidades não são as mais prolíficas e, conhecendo as cifras das migrações, podemos deduzir que os centros urbanos crescem em detrimento dos campos, devido à errada política econômica por nós adotada.

A respeito de combustível, não precisamos falar, pois os fatos estão falando por nós; e sua linguagem é infismavel: as indústrias estão sendo fortemente prejudicadas pela escassês de energia elétrica. O Brasil não

tem combustível para ser país industrial (1). Como se sabe, o vegetal não é o indicado ao sustento de parques fabrís ponderáveis, sobretudo no trópico, onde, na expressão de Deffontaines, “todo ataque à sombra é ferimento grave para a floresta — grande reserva de sombra, que se adensou no decurso de séculos de esforço vegetal”; e onde a floresta não se sucede à floresta, que deixa lugar ao deserto. Entretanto, são de origem vegetal 84% do combustível empregado por nossas indústrias, quando o máximo conhecido fóra daqui são 12%, descedo-se nos Estados Unidos a 1,6%. Aqui, fomentar as indústrias é aumentar o deserto, nem se podendo contar com a energia elétrica, porquanto é questão de lapis calcular, de um lado, nossas possibilidades em captação e adução e, de outro, nosso deficit já existente. O atual parque industrial já está sendo fortemente prejudicado pela falta de energia elétrica, já se vê na contingência de despachar operariado ou onerar mais ainda o custo da produção com o salário de pessoal inativo; e bem

(1) Aqui, um crítico se referiu ao nosso potencial hidroelétrico, como dos mais formidáveis do mundo. Contestamos, simplesmente: não é; somos fracos na matéria. Não exibimos mais cifras, porque *quod gratis affirmatur, gratis negatur*. A distribuição de nosso potencial hidroelétrico pelas diversas bacias hidrográficas reduzem muito o seu valor industrial. Em conferência pública, illustre engenheiro vem de afirmar que o deficit paulista já é de milhão de HP, e só se conseguirá reforço de quatrocentos mil, mesmo assim após anos de trabalho. Qualquer estatística mostra como, nos países verdadeiramente industriais, a energia provém sobretudo de usinas termoeletricas, alimentadas a carvão de pedra. Aqui, apelar para a energia termoeletrica será apressar a transformação do país em deserto; ou fazer a indústria mais dependente ainda do exterior, porquanto haveremos de importar a hulha. Isso prejudica um pouco a argumentação dos industrialistas, de que devemos estar industrialmente preparados para os casos de guerra, para os casos em que não nos seja possível abastecer-nos fóra...

Em breve, os industriais apelarão para o Poder Público, no sentido de sustar a expansão das indústrias, porquanto a electricidade existente já não basta às atuais fábricas. Em breve, o país inteiro compreenderá por que o P. C. B. dá força à Federação das Indústrias: dispensando operariado em massa ou encarecendo extraordinariamente as produções, pelo fato de pagar operariado impossibilitado de trabalhar por falta de energia elétrica, o industrialismo aumentará a desordem social, a intranquillidade popular — exatamente o que déle espera o comunismo.

sabemos que o atual racionamento será permanente, pois não há recursos contra ele.

É, pois, errada e contrária aos interesses econômicos do país a política industrial, que adotássemos ou seguissemos. Porém, estamos fazendo isso, pairando acima de minha capacidade de compreensão as afirmações dos que desejam classificar entre as mais baixas do mundo as despesas de importação. Ao contrário, são as mais elevadas, e isso influi enormemente na questão cambial, porquanto encarece muito o custo de nossas produções, poucas das quais podem arrostar as bolsas internacionais e concorrer aos mercados externos. Expusemos, em outro parágrafo, algumas notas de importação de instrumentos de trabalho. A de número 7.197, de 30 de abril de 1948, refere-se a mercadoria no valor CIF Santos de Cr\$ 2.440,20 e que pagou Cr\$ 5.884,20 de direitos. A de 12 do mesmo mês refere-se a uma debulhadeira de milho, no valor CIF Santos de Cr\$ 7.880,00, tendo pago de direitos Cr\$ 10.539,70. A de número 887, de 15 de março, valor CIF Santos de Cr\$ 11.300,00, tendo pago de direitos Cr\$ 14.089,00; a de número 1338, de 22 de abril, no valor CIF Santos de Cr\$ 3.680,00, com direitos no montante de Cr\$ 5.162,00. Esses direitos não representam apenas impostos aduaneiros. São a soma de diferenças de quotas, armazenagens, capatazias, docas, adicionais e taxas suplementares, adicionais da Companhia Docas de Santos, concertos, estampilhas, petições, abertura e conferência, impressos e selos, parecer do engenheiro e conferentes, vagão de estrada de ferro, frete ferroviário, selos e despesas. O incontestável é que toda mercadoria a entrar está sujeita a esses pagamentos, que encarecem o produto — único ponto aqui visado. A doutrina do protecionismo alfandegário é defensável e inclui-se nas regras de solidariedade social. Cumpre, entretanto, saber entendê-la e aplicá-la com

inteligência e honestidade, em vez de transformá-la em instrumento de preguiça no fomentar novas fontes de receita. Não somos totalmente livre-cambista, admitindo proteção razoável, desde quando haja a contra-partida, representada pela determinação do prazo de duração, de hierarquização das indústrias a proteger, da exigência de preços descendentes e qualidades ascendentes. Aqui, entretanto, o protecionismo alfandegário se defende com argumentações feitas para as indústrias da Europa, onde os países se conglomeram uns ao lado dos outros; onde das fábricas de uns se veem os penachos das chaminés dos outros. E queremos aplicá-las neste país, circundado de outros países agrícolas, imensamente afastados de nossos centros industriais, assim defendidos pelas distâncias. Para chegarem aqui, as mercadorias que adquirimos no exterior no ano de 1950 pagaram de frete e demais despesas de transporte Cr\$ 2.171.414.000,00. Em outra palavra: custaram-nos, FOB no pôrto de procedência, Cr\$ 18.142.015.000,00 e chegaram-nos aqui, CIF, por Cr\$ 20.313.429.000,00. A nosso ver, isso já vale poderosa proteção à indústria nacional. Todavia, é nosso hábito exaurir o organismo em benefício de um órgão: sacrificar toda a economia nacional no benefício da Indústria, que, num total exportado de Cr\$ 24.913.487.000,00 em 1950, contribuiu apenas com Cr\$ 294.370.000,00, isto é, incomparavelmente menos do que as matérias-primas que necessitou importar, e que custaram cambiais no valor de Cr\$ 5.832.374.000,00; muitíssimo menos do que os produtos industriais de que precisaram os mercados do Brasil por fóra das possibilidades de abastecimento interno, e cuja importação exigiu cambiais no montante de Cr\$ 10.836.768.000,00. Sem falar nos combustíveis líquidos, também importados para fins industriais.



Tudo isso encarece extraordinariamente o custo da vida e a produção de artigos exportáveis. Até agora, temos aguentado, ou melhor, a Agricultura tem suportado, porque tem sido possível praticá-la pelo sistema predatório, extraindo do solo, com as safras, os elementos ali depositados e acumulados pela Natureza. Mas, falando sempre, através dos anos, dos decênios e dos séculos, que o Brasil é país do futuro, esquecemo-nos de que êsse futuro seria alguma vez presente. Já o é. Já é hora de cobrir todos os saques feitos sôbre o futuro e esbanjados no passado. A terra já está agindo como os Bancos, que um dia devolvem o cheque de quem saca, saca sempre, sem cuidar de renovar o depósito: já é imprecindível adubar, mecanizar, irrigar, reconstruir; bilhões e bilhões de cruzeiros se exigem para recuperar o solo que malbaratamos. Adubar, mecanizar, irrigar, reconstruir, recuperar e proteger custam dinheiro, ou seja, tornam mais cara a produção, que passa a ser de custo muito mais elevado do que até hoje.

Ora, já é insignificante nossa pauta de artigos exportáveis, porque muito poucos suportam os efeitos da política econômica por nós adotada. Praticamente, só o café aguenta, só ele póde comparecer aos mercados externos de consumo e produzir cambiais. Ainda recentemente ouvimos o govêrno falar em Cr\$75,00 como base do preço mínimo do algodão na safra de 1953; e uma corrente exigir ao menos Cr\$ 85,00. A verdade é que mesmo Cr\$ 85,00 só serão compensadores para quem produzir mais de cem arrobas por alqueire, não interessando a plantador algum Cr\$ 75,00; mas, se cobrarmos mais, estaremos excluidos dos mercados consumidores, que poderão abastecer-se a tal preço. Isso mostra que já estamos produzindo antieconômicamente, como já ocorria com vários produtos da agricultura,

inclusive com os cereais, que não interessam a quase ninguém, que só se plantam para o gasto das fazendas, ou em regiões distantes, ou não se plantam mesmo. Em breve isso ocorrerá também ao café, perdendo o Brasil seu grande fornecedor de cambiais, que lá fora compram a cultura e o conforto.

Devemos adotar política econômica condicente com nossa situação de país irremediavelmente agrícola, de modo a diversificar a pauta de artigos exportáveis. Antes, não temos problemas específicos, mas apenas maláguas incuráveis.

Sabemos que não é literário repetir. Todavia, estamos repetindo. Porque não fazemos literatura. Porque escrevemos para país dominado pela preguiça mental; onde não se lê; onde poucos dos que leem se dariam ao trabalho de juntar premissas para chegar a ilações; onde não se tem o hábito de interpretar estatísticas. Nosso único intuito é induzir a uma convicção, pois andamos atrás de todos os meios que nos permitissem fugir à necessidade da adaptação geográfica preconizada por Brunhes. Infelizmente, a conclusão é esta: ou a praticamos, ou assolaremos o país, patrioteiramente.

5. Agricultura e Indústria

NÃO SERÁ rigorosamente protecionista a política alfandegária brasileira. Ela o foi em várias fases, quando industrialistas ocupavam impudentemente os corredores do Congresso Nacional e, à custa de lubrificante, faziam passar caudas orçamentárias inenarráveis. Ela o foi em várias fases, quando líderes políticos — sem prestígio eleitoral, sem formação moral nem cívica, e sem escrúpulo — sentiam necessidade do conúbio com industrialistas e, em troca de auxílio em votos e propaganda, lhes davam tudo, pois havia na Câmara e no Senado testas-de-ferro, meros cumpridores de ordens de capitães de indústria. Ninguém se terá esquecido de quando, antes da revolução, os caminhões da Companhia Antártica Paulista e de outras indústrias derramavam *claque* ao longo dos percursos que, dentro da Capital, seriam feitos pelos procônsules de então, nos regressos vitoriosos; nem dos movimentos organizados ou ordenados pelo antigo Centro das Indústrias, na época dominado pelo conde Matarazzo.

Depois, entretanto — sem que houvesse desaparecido o conúbio — essa política passou a exprimir a preguiça e a incapacidade dos governantes, que adotaram e agravaram o regime alfandegário das tarifas de renda, propiciadoras das receitas que, preguiçosos e incapazes, não queriam nem sabiam procurar no fomento das riquezas naturais. O certo, porém, é que, de proteção ou de renda, o efeito não muda, manifesta-se igual nas deploráveis consequências.

Precisamos modificar; e em capítulo anterior se toma isso como base fundamental de nossa política econômica. Na crítica já referida, o professor Alfredo Ellis Júnior discorda. Tendo sintetizado em três pontos a matéria do livro, assim condensou a terceira: "O repúdio completo pela industrialização do país com a entronização do lema de que o Brasil é um país agrícola, devendo permanecer agrícola". Vem daí o erro essencial do ilustre crítico. Não repudiamos a industrialização, muito menos de modo completo. Apenas, imaginamos que a cousa deve processar-se evolutivamente e que é mister selecionar, só praticando as indústrias que encontram aqui os elementos naturais de vida, sendo inútil o artificialismo industrial. Diz o benevolente crítico:

— "Não posso repetir os mesmos conceitos, em relação à última tese enunciada, de regiões as mais heterogêneas e em várias fases de evolução social, econômica, etc. (os conceitos são os elogios ao livro, quanto aos outros pontos). Algumas dessas regiões ainda estão no primitivismo da coleta. Outras já afloram à agricultura da enxada ou do carro de boi, ou ao pastoreio primitivo. Outras já estão na fase adiantada da agricultura, outras ainda iniciam a sua industrialização que me parece ser a etapa final da evolução humana". "Assim, não posso concordar com Luis Amaral, quando êle diz que para o Brasil a indústria não é conveniente e deve o país continuar a ser "eminentemente agrícola". Isso corresponde à verdade, apenas em relação a partes do Brasil. Outras, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, etc., já estão na fase da industrialização e não seria justo querer paralisar-lhes a evolução só porque as demais partes estão mais atrasadas. Isso seria um nivelamento por baixo!"

Ora, vamos. Não é histórica, nem científica, a divisão da evolução dos povos nas três fases assim postas,

em ordem cronológica: pastoreio, agricultura e indústria. Há regiões que só podem ser pastoris; outras, só agrícolas; outras, agrícolas e industriais. Não é o estágio de civilização que o determina: é a condição ambiente. A Inglaterra pôde ser mais industrial que agrícola, ou tem podido ser até agora; porque boa parte do globo agricultava para ela e recebia obrigatoriamente sua produção industrial. Isso vem de longe: não foi tanto por maluquice própria quanto por determinação da Inglaterra que dona Maria I tentou liquidar a indústria da fição e tecelagem no Brasil, mandando queimar todos os teares. O Portugal devia consumir cinquenta mil libras semanais de tecidos de algodão, o que só era possível se nós ajudássemos. Já em 1787 a Inglaterra condenava à miséria a população da Índia, impondo aos seus tecidos a taxa de importação de 75% *ad valorem*. As populações brasileiras e indianas que agricultassem e arranjassem na agricultura a matéria-prima de que a Inglaterra necessitava; e lhe comprassem as manufaturas. Os Estados Unidos são essencialmente agrícolas até hoje, predominando lá as atividades rurais, criadoras de potentíssimo mercado interno, que torna possível um parque industrial, pois à indústria o consumo é tão importante quanto a matéria prima e o combustível. Nos países industriais da Europa, as atividades rurais começam a sombra das usinas, das fábricas. De resto, se houvesse no Brasil regiões possíveis de tornar-se industriais, não seriam as citadas pelo egrégio professor Ellis Júnior; porquanto o motivo principal invocado é a falta de combustível. Então, façamos indústrias na Amazônia que, pelo menos, possui abundância de combustível vegetal, muito embora para a industrialização seja próprio o mineral. Aliás, não afirmamos bem que o Brasil deve continuar a ser eminentemente agrícola: afirmamos que ele é; e assim será por via das injunções.

Ser agrícola ou industrial, não é estádio de civilização: é estado econômico. Repetimos ser feita a classificação evolutiva da sociedade em três estádios cronológicos — pastoreio, agricultura e indústria. A história não prova isso.

Embora não pretendamos esmiuçar muito a questão das tarifas alfandegárias, sobre a qual já escrevemos todo um livro (*A Cruz de Ouro*), abeberando-nos diretamente no arquivo da Primeira Conferência Internacional de Livre-Cambismo, realizada em Antuérpia, vale a pena inscrever os principais motivos por que não pôde continuar o atual regime aduaneiro. Logo a primeira subdivisão mostra como não repudiamos completamente a industrialização:

A) PORQUE PRECISAMOS INDUSTRIALIZAR

Incompreensível o governo brasileiro consagre, em recentes acordos comerciais, a importação de manufaturas provindas de indústrias rudimentares, que podemos e devemos ter. Igualmente incompreensível não tenhamos ainda certos ramos industriais, que no país encontram condições de êxito e seriam úteis do ponto de vista econômico e do social. Por outro lado, indesculpável a precariedade de indústrias instauradas há dezenas de anos, choronas ainda hoje, clamando sempre contra dificuldades crônicas e correndo o risco de morrer de maládas infantís, de que já deveriam estar a seguro.

A verdade é não podermos contar até hoje com o fulcro industrial a firmar as condições materiais do país. Importamos produtos lácticos, palha de cigarro, palito, e outras manufaturas primárias. As velhas indústrias não tomam pé, visto seus líderes viverem clamando por mais proteção, sob pena de falência. Em

Joaquim Murtinho encontramos explicação à primeira parte: a proteção oficial desloca automaticamente para o governo a escolha das indústrias a praticar-se. Em Charles Gide (*L'Homme Stupide*) à outra: indústrias protegidas não precisam progredir, livres, que se acham, da concorrência e mesmo do esforço na conquista de mercado interno, consumidor compulsório. Nossas indústrias produzem mal e antieconômicamente, pois não renovam maquinárias, nem aperfeiçoam técnicas. Ao instalar-se, deixam por conta do trabalho parte do que competiria ao capital: a diminuir capitalização, reservam para a mão de obra funções de máquinas complementares. Os empresários economizam assim alguns milhões, que desembolsariam uma só vez, mas oneram permanentemente a produção com operariado mais numeroso. Aqui se despendem oito e dez horas-homem na realização de operações industriais, que em toda parte só requerem uma. Nosso produto há de ser, portanto, mais caro. Não vamos argumentar provando que os artigos manufaturados aqui se compram a preço mais antieconômico do que os vindos de fóra. Todavia, vejamos o que se passa com a casemira. As nossas custam apenas um pouquinho menos que as inglesas do mesmo padrão de qualidade. Mas, enquanto estas morrem belas, depois de haver servido alguns anos, aquelas não duram um. Assim, ao preço de um terno de casemira nacional é convinável somar o de dois feitos, pois são quantos gastamos — pelo menos — enquanto usamos um de casemira inglesa. Nossos capitães de indústria não são clientes de suas fábricas.

Deixam de interessar as indústrias mais modestas instauráveis ao lado da cultura produtora de matéria-prima. Por mais paradoxal, que pareça, o parque industrial brasileiro não progredirá ponderavelmente enquanto à sombra de barreiras protetoras. Erram muito os que

nas tarifas vêem proteção à indústria: só protegem os industriais. Porque precisamos de vigoroso parque fabril, embora estrito à possibilidade tropical, de país sem carvão e necessitado de poupar a cobertura florística, cumpre-nos instaurar política econômica propícia ao advento de indústrias até hoje faltantes ou em eterna agonia. O país não pôde continuar vivendo em função de suas fábricas. Estas é que hão de passar a viver em função dêle; ou desaparecer. O que importa ao Brasil não é ser industrial: é ter economia opulenta, propiciadora de bem estar às populações.

B) POR MOTIVOS SOCIAIS

Foi dito que o atual regime aduaneiro — protecionista ou de renda — não beneficia à indústria, mas aos industriais. Antigamente, todo mundo que visittasse o Brasil e, retornando à pátria, precisasse dizer alguma cousa, elogiava a natureza. Hoje, pelo menos os observadores e estudiosos empregam outra chapa: dizem inconcebível a profunda diferença de condições materiais entre as classes; de um lado, a opulência como raramente se vê alhures — de outro a miséria como dificilmente em alguma parte se encontra. Os exploradores das barreiras, que envolvem o país, trancam o povo consumidor como em vasto chiqueirão, para absorver obrigatoriamente os artigos essenciais fornecidos pelas indústrias protegidas, qualquer que seja a qualidade, quaisquer que sejam os preços, com a função de dar fortuna aos industriais. Presentes para os filhos dêstes, são mais automóveis, se meninos; mais aviões, se rapazes; mais palacetes, mais cavalos de corrida, se homens. Muitos ganham excessivo dinheiro antes de adquirir capacidade de ser ricos, tornando-se verdadeiro tormento social, pelos abusos que praticam, pela impu-

nidade com que molestam a vizinhança no bairro ou os frequentadores dos mesmo lugares. Seu dinheiro facil corrompe agentes da autoridade e desprestigia as leis. Devido à continuidade e durabilidade da política, que torna isso possível, os ricos vão se tornando cada vez mais opulentos e os pobres cada vez mais miseráveis. Vai-se aproximando o dia do encontro e fechamento de contas, o *dies irae*, explicando-se dêste modo o fato de os líderes comunistas propugnarem pela manutenção de tal estado de cousas.

Superprotegida, a indústria pôde fornecer salários impossíveis de esperar-se da agricultura, resultando furtar aquela a esta a escassa mão de obra existente, com mais agravação do problema social, porquanto cada rurícola acorrido ao parque fabril — onde morrerá cedo — é um consumidor a mais e um produtor a menos. Quando se nega seja protegida a indústria e se fazem cotejos com a situação em alguns países, só se põem na nossa conta as tarifas de tabela, com exclusão de tudo quanto, na alfândega, se cobra a mais e que fica sendo superior às próprias tarifas. Nem se considera já estarem as indústrias locais bem defendidas pelos fretes e seguros cobrados às estrangeiras para darem com seus produtos aqui. No ano de 1947, só de imposto de entrada estas últimas pagaram um bilhão e novecentos milhões de cruzeiros; só de frete, seguro e outras despesas de transporte, três bilhões e oitocentos milhões, ou sejam 16.66% *ad valorem*. Tudo isso, apenas quanto ao govêrno e às emprêsas transportadoras, sem falar nas taxas variadas pagas às docas, que com elas se enriquecem. Não é possível conseguir barateamento da vida sem reduzir êsse pesado onus, que, por outro lado, torna impossível a produção a preço econômico. Reagimos, por exemplo, contra o litro de leite a três cruzeiros, sem nos lembrarmos de que tudo quanto o pecuarista consome é one-

rado logo na entrada por todas aquelas taxas; e de que o leite é conduzido em veículo que se importou, quemando combustível que também se importou, os quais — veículo e combustível — deixam na alfândega um mundo de dinheiro, a título de imposto. De resto, é notável que choremos os três cruzeiros pagos pelo litro do produto agrícola que se chama leite e se destina ao filhinho, e não nos magoemos ao pagar o mesmo tanto por um quartilho do produto industrial chamado guaraná, ou pela mesma medida de água mineral, que o industrial teve o trabalho apenas de engarrafar e... falsificar.

C) POR MOTIVOS ECONÓMICO-FINANCEIROS

Assim como à agricultura a indústria lhe arrebatava a escassa mão de obra existente — graças à superioridade de condições, com que entra no mercado — também lhe desvia capitais, pelo mesmo motivo. Agricultura fica sendo negócio de otário ao lado das vantagens propiciadas pela indústria. Quando adquiria ao agricultor a arroba de algodão a 85 cruzeiros, o industrial a vendia depois de transformada pelos seguintes preços: brim, de 522,60 a 709,80 cruzeiros; riscado, de 701,10 a 741 cruzeiros; zefir, de 1.100 a 1.154,40 cruzeiros; algodãozinho, de 579,15 a 608,85 cruzeiros. Assim se explica como pôde o imigrante dedicado à indústria passar de mascate a arquimilionário na mesma geração, e o descendente da velha nobreza rural decair à condição de amanuense em repartição pública. Explicado também como, vindo embora com intenções rurais, o imigrante — que vem sobretudo para enriquecer ou, pelo menos, melhorar — troque o campo pela cidade, a gleba pela fábrica; e por que se dirigem à indústria todos os capitais disponíveis. Se não se sabe quanto ganha o pequeno agricultor — que constitui a imensa maioria da classe

— pois não usa contabilidade, póde-se, todavia, afirmar ser cousa alguma, porquanto vive em situação de perieco: trabalha de graça, com prejuizo, não apurando sequer o necessário a medicar e alfabetizar os filhos, ou a livrá-los da morte, quando a vida dependa de consulta médica ou do aviamento de receita mais pesada. As emprêsas agrícolas lucram a média de 11%. Já os lucros dos industriais são estes: lanifícios, 78,6%; artigos e aparelhos elétricos, 70,%; fiação e tecelagem de algodão, 61,3%; produtos farmacêuticos, 68,4%; tecidos de seda, 52,8%; metalurgia, 50,2%.

Em tais condições, todo mundo que apure uns capitais na agricultura cogita logo de transferir-se para o setor industrial, aumentando o desequilíbrio entre a produção primária e a transformada. Atrair capital estrangeiro, é quase suicídio social, conquanto dêe necessitemos impescindivelmente, sendo esta a opinião de todos os não jacobinos. Mas, antes de discutir minuciosamente a planta de belo edifício, analizemos a peculiaridade do terreno, sôbre o qual haveremos de assentá-lo. Antes de adotar solução ortodoxa de problema específico, procuremos prever como reagirá o meio econômico, em consequência à política vigente. E temos visto, mais que de nosso agrado, como a falta de concordância dessa política com as peculiaridades nacionais acarreta efeitos indesejáveis mesmo de soluções exatas de problemas parciais, porquanto a base falsa, sôbre que se esteia essa política, subverte a própria ortodoxia, aniquilando as qualidades do Homem, anulando as vantagens da Técnica e invertendo a Evolução.

O capital estrangeiro não é apenas necessário: impescindível, a país onde tudo está por fazer; em tempos, quando o mundo precisa do mundo; quando, como os indivíduos, os povos perderão o direito de possuir o que não queiram ou não consigam explorar

no benefício de todos, sobretudo daqueles angustiados pela falta de espaço, ou de áreas de produção. Porém, consideremos:

O capital estrangeiro não virá para a agricultura, nada significando em contrário uma ou outra exceção ainda não confirmada. Já vimos, neste mesmo capítulo, por que assim acontece: nossa política econômica torna desinteressante a exploração agrícola, e muitíssimo interessante a industrial. O capital estrangeiro só vem para efeito de renda, dentro do critério mercantilista: a aplicar-se naquilo que render mais e mais imediatamente. Será invertido em indústrias e no comércio. Não há capitais estrangeiros aplicados no agro; mas nas indústrias há cêrca de três bilhões de cruzeiros e cêrca de dois bilhões no comércio, no meio dos quais se diluem cêrca de quatro e meio e três bilhões de cruzeiros de capital nacionais, muita vez constituindo minoria, sem direito a opinião. Enquanto perdurar a situação atual, atrair capitais de fóra é apenas assentar aqui bombas de sucção, que puxam os reduzidos recursos nacionais, sem vantagem para a estrutura de nossa economia. E' acentuar mais ainda o desequilíbrio entre a cidade e o campo, arrastando para aquela toda a população a que, no Interior, a agricultura não oferece as vantagens possíveis de receber-se de uma indústria acobertada pela sombra das tarifas de renda. Então, pergunta-se: esvasiado o campo, reduzidas as populações rurais, clientes da indústria urbana, a quem se venderão os produtos industriais? Aniquilada a capacidade aquisitiva do mercado interno, para que fabricar? A exportar? Mas, se dispensadas de progredir, se atrofiadas pela desnecessidade de aperfeiçoamento, porquanto livres da competição nossa indústria vive nesse regime de estufa há sessenta anos (e ninguém poderá afirmar esteja acompanhando a estrangeira no aprimoramento da qualidade

e no saneamento do preço), poderão nossas empresas industriais competir nos mercados ao ar livre, onde, se existe alguma proteção, é exatamente contra elas, a favor das locais?

A grande margem permitida pela indústria super-protegida subverte o mercado de capitais, como da mão de obra; e perturba o ambiente financeiro, pela tolerância de juros elevadíssimos. Na Argentina e na Bélgica, a taxa de descontos é de 3,5%; na Bolívia, 6,0%; no Chile, 4,5; na Espanha e na URSS, 4,0%; nos Estados Unidos, no Canadá e na Suíça, 1,5%; na França; na Holanda e na Suécia, 2,5%; na Índia, 3,0%; na Inglaterra, 2,0%; na Itália 5,5%; no Perú, 5,0%. No Brasil, 12,0%, ainda quando aparentemente menor, pois o próprio Banco oficial faz contas de chegar. Não havendo crédito agrícola, a essa taxa se submetem as atividades agro-pastoris. E na pecuária uma safra leva cinco anos. É anual principal lavoura; a de mandioca é de dezoito meses. Aliás, mesmo esse crédito oneroso só discretamente se concede à atividade agro-pecuária, e generosamente à indústria: no ano de 1947, o Banco do Brasil forneceu às primeiras 3.729.558.000,00 cruzeiros de créditos; e às últimas 2.868.220.000,00. Como já vimos que as primeiras entraram com 58,9% de nossa produção e as últimas com 37,5%, decorre limpidamente a desigualdade a favor da indústria.

Um acréscimo apenas, embora estejamos longe de esgotar o assunto: encarecendo essencialmente o preço das importações, esse regime alfandegário torna muito elevado o custo de nossa produção, impossível de exportar-se. E cria no comércio exterior, em nosso detrimento, reciprocidade à incrível taxa, a que submetemos aqui os déles.

Indispensável, aliás, deblaterar um pouco sobre o custo dos serviços portuários, visto nem sempre se usar

boa fé no cálculo de onus às importações, ao passo que, para o nosso ponto de vista, todos contam, pois todos constituem barreira de entrada e protegem a indústria nacional. Nossos serviços portuários são os mais caros do mundo. O professor Clodomiro Pereira da Silva, da Escola Politécnica, escreveu uma vez: "Não se pôde conceber que as taxas portuárias representem onus maiores do que as despesas de transportes. Entretanto, nos nossos portos isso acontece, ao menos em relação ao grosso das mercadorias. Temos, por exemplo, no pôrto de Santos, que é a grande válvula de passagem dos produtos de importação e exportação do Estado de São Paulo, e de parte de Minas, Goiás, Mato Grosso e Paraná, as taxas pesadíssimas, que representam pelo menos o triplo do que se paga em outros estrangeiros, mesmo os da nossa vizinha República Argentina. As mercadorias pagam duas e três vezes o mesmo serviço, com grave onus para a produção das regiões tributárias". Em 1914 o presidente de São Paulo declarava, ante o Congresso, que "subsiste no Estado a impressão de que todas as suas fôrças produtoras estão ao serviço da renda da poderosa emprêsa", isto é, das Docas, cujos beneficiários podem gastar dezenas de milhares de cruzeiros no "casamento" de uma cadela do seu canil, ou propiciar a seus cavalos habitação, alimentação e assistência científica que a maioria dos brasileiros sequer ousa desejar.

Aqui, referiremos casos específicos, que deixam claro êsse aspecto importante da questão. Temos papeis referentes a máquinas agrícolas importadas. Note-se: instrumentos de trabalho, máquinas agrícolas, trazidas justo quando se fala em mecanização e se esboçam planos em tal sentido; justo quando se reconhece de produção a crise assoladora do país e se estadeia intenção de conjurá-la pelo fomento das atividades econômicas,

notadamente das rurais. Aqui está a nota de importação número 7.197, de 30 de abril de 1948: valor da mercadoria, CIF Santos, Cr\$ 2.440,20; direitos, Cr\$ 5.884,20. A nota de importação de 12 do mesmo mês refere-se a debulhadores de milho, no valor CIF Santos de Cr\$ 7.800,00; direitos, Cr\$ 10.539,70. A de número 887, de 15 de março; valor CIF Santos, Cr\$ 11.300,00; direitos, Cr\$ 14.089,00. A de número, 1338, de 22 de abril, no valor CIF Santos de Cr\$ 3.680,000; direitos, Cr\$ 5.162,00. Esses direitos não representam apenas impostos aduaneiros. São a soma de diferenças de quotas, armazenagens, capatazias, docas, adicionais e taxas suplementares, adicionais da Cia. Docas de Santos, concertos, estampilhas, petições, abertura e conferência, impressos e selos, parecer do engenheiro, tradução da fatura consular, automovel para engenheiro e conferentes (Esta despesa repete-se tantas vezes quantos os objetos importados, como se o pessoal acoresse à Alfândega especialmente para cada um; e como se não pudessem ir de ônibus, ou de bonde, ou de qualquer jeito à própria custa, como todo funcionário), vagão de estrada de ferro, frete ferroviário, selos e despesas. O incontestável é que toda mercadoria a entrar está sujeita a esses pagamentos. Nem se diga serem por culpa do importador alguns dos onus, como, por exemplo, multas e armazenagens. A burocracia alfandegária é tal e tanta, que os próprios funcionários aduaneiros não conseguem despachar qualquer importação antes de incorrer esta em armazenagem perante as Docas e em multas perante a própria Alfândega, responsável pela demora. Armazenagens e multas incluem-se em caráter sistemático na despesa de entrada.

São tais os onus que vedam aqui a concorrência da produção industrial, para efeito de saneamento de preço e aprimoramento da qualidade, que o brasileiro

vai se habituando a ir comprar na Argentina. Setenta mil brasileiros estão diariamente em Buenos Aires, onde gastam a média de mil cruzeiros por dia e por pessoa, ou sejam setenta milhões de cruzeiros. As compras, que trazem na bagagem, dão para compensar as passagens de avião e as despesas de estadia. Note-se bem isto: compram lá artigos fabricados aqui. Por que a manufatura brasileira é mais barata na Argentina do que no Brasil, se para chegar lá pagou carretos, transportes, fretes e seguros? Porque na Argentina há a concorrência das diferentes indústrias, dos diferentes países; ao passo que, no Brasil, a muralha aduaneira é tão alta e espessa que o povo brasileiro se vê obrigado a enriquecer compulsoriamente os donos de fábricas, não tendo escolha entre o que eles e outros produzem. Isso é desonesto e desumano, da parte dos industriais e dos governos que tal permitem, sendo rizíveis as palavras bonitas pronunciadas pelo senhor dom João VII contra o alto custo de vida, pois nas providências que preconiza não se incluí a derruição do sistema alfandegário.

Sem teoria, nem academicismo, nem discussões sobre o nome ou a classificação da cousa, a realidade é esta: para retirar da Alfândega qualquer mercadoria, paga-se muito mais do que se pagou ao fabricante no estrangeiro e à companhia que transportou, de lá ao nosso país. Posta de graça no cáis do pôrto, a mercadoria importada ainda assim chegará ao consumidor brasileiro a preço anti-econômico, pois o que determina o de venda não é o custo no exterior, mas os gravames sofridos na alfândega. Aos que se permitem afirmar ser o Brasil o país de mais baixas tarifas, retrucaremos com as cifras acima, explicando, sem risco de contestação séria: não há país algum, onde artigos essenciais estejam sujeitos a tantos onus de entrada, os quais encarecem a produção, agravam o pauperismo, lesam

o consumidor e comprometem a questão social, além de inutilizar todo e qualquer plano de melhoria de nossas condições de vida.

Mais uma conclusão, portanto: precisamos modificar o regime alfandegário. Neste sentido: hierarquizar as indústrias a instaurar e a proteger, de acôrdo com o interêsse do país, não com o dos empresários — e quem escreve isso não repudia completamente a indústria; apenas é mais patriota do que industrialista; estabelecer prazo de vigência para a proteção concedida; exigir das indústrias protegidas compensações em preço e qualidade, transferindo ao regime comum de livre-cambismo as que sob as graças protetoras se estabilizem no aprimoramento da produção e não sanearem preço; suspender as tarifas de renda, facilitando a entrada de tudo quanto possa contribuir para a civilização, a cultura, o progresso e o bem-estar do povo.

6. Produção e consumo

SE SE PRODUZ PARA CONSUMIR, a produção é função do consumo; e os produtos destinados à subsistência são utilidades, não mercadorias. Porém, aqui são mercadorias, enquadradas no mais desumano mercantilismo, que delas se serve como objeto de lucro, negando-lhes qualquer função social. O mercantilismo, exercitado por estrangeiros em enorme percentagem, desconhece a lei da oferta e da procura quando a ele incômoda; e trata de sofismá-la — quer pela retenção, quer pela inutilização dos produtos, e ainda por outros meios; mas, quando no seu benefício, invoca-a ardorosamente e aplica-a até em detrimento do produtor e do consumidor, a ponto de o primeiro sentir a inutilidade de produzir e o último não dar conta de resolver o problema da alimentação, que devêra ser simples e fácil.

Em outro capítulo, fizemos ligeiro confronto entre o lucro auferido pelas empresas agrícolas e o das indústrias, que transformam ou beneficiam a produção primária. Façamos o mesmo, embora também perfunctôriamente, quanto ao comércio de subsistência. Lucros, que deixam em mão do comerciante daqui alguns produtos: açúcar, 43% — nos Estados Unidos, 10%; outros gêneros, 33% — nos Estados Unidos, 11%; artigos de algodão, 61% — nos Estados Unidos, 7%; outros têxteis, 47% — nos Estados Unidos, 9%; artigos elétricos, 71% — nos Estados Unidos, 13%. Veja-se como no Brasil,

ao contrário do que ocorria no império incásico, em fase precolombiana — não há produto: tudo, mercadoria; tudo, objeto de enriquecimento imediato. Assim, vão se improvisando grandes fortunas e deprimindo-se cada vez mais o nível da imensa maioria, cada vez mais pobre. Esses lucros são tanto mais exorbitantes quanto mais curto o giro do dinheiro empregado na operação, e quanto mais incontestável que a fôrça de tal comércio não se situa no capital do negociante, mas no próprio consumo, ou seja na clientela.

Não estamos acusando, mas, expondo. Póde ser que não haja só ganância da parte do comércio, sendo ele próprio vítima, em parte, da desorganização econômica do país e dos excessos fiscais. Há desequilíbrio entre os meios de produção e o aparelhamento de vendas; entre êste e a possibilidade do consumo. Grande parte do comércio constituiu-se de estrangeiros, vindos inicialmente para a agricultura, ou, na pior das hipóteses, para o exercício de atividades mercantis nas urbes rurais. Não encontrando condições razoáveis de vida no Interior, acorreram depois às Capitais e cidades importantes, onde, sem recurso para se atirarem de pronto à indústria, se entregaram ao comércio. Não há dúvida que a concorrência saneia preço e qualidade. Em princípio, tanto mais se beneficiará a procura quanto mais abundante a oferta. No nosso caso, porém, a oferta não cresce, tem diminuído: o que aumenta, é o número de ofertantes. Se a produção, se a cousa a ofertar-se é sempre a mesma, mantida sempre no mesmo volume, a ampliação ilimitada do aparelhamento da oferta não saneará preços; ao contrário, os encarecerá. Se só existem dez mil gravatas a vender e só dez mil possíveis compradores, o aumento do número de vendedores de dez para vinte encarecerá o artigo, pois o esforço dos agentes comerciais não amplia o mercado de compra nem o de venda,

ao passo que, em vez de dez, haverá vinte comerciantes a viverem daquele restrito negócio, a sustentarem família, a embolsarem lucros. Não dependendo dêles a melhoria da qualidade — ditada pelo arcaico parque industrial — e não lhes interessando, nem lhes sendo possível, vender sem margem para despesa e benefício, cuidam de passar a perna uns nos outros, lançando mão da omnímota publicidade e mais recursos de venda, indo estes à desonestidade franca, ao embuste deslavado; e atuando aquela não no sentido de informar, mas no de criar necessidade, transformar em primárias as secundárias, ao ponto de advir o descontentamento e o azedume sociais, se não atendidas. Anúncios caríssimos, nos diários, nas rádios, nos muros, nas estradas, cada qual dizendo que o seu produto é o melhor. Esses recursos publicitários encarecem a mercadoria. Todo esse papelório de jornal — milhares de toneladas por ano — os rios de tinta, as toneladas de zinco para clichés, tudo importado a pêso de ouro, onera o preço dos artigos que os consumidores compram obrigatoriamente. Pagamos a pêso de ouro os milhares de sambas inconfessáveis e de rumbas perniciosos, que infestam a atmosfera, pagando às dezenas de estações de rádio os anúncios que custeiam tanta babozeira e cujo preço sai de nosso bolso, pois contribuem a formar os de venda dos artigos anunciados. Sendo os mesmos os discos, os mesmos os esgueladores, os mesmos os palhaços, uma só estação chegaria muito bem para azucrinar-nos suficientemente. Por outro lado, quem vê o fáusto com que se instala o comércio — e isso faz parte da demagogia publicitária — percebe logo que esse fáusto é pago pelos consumidores, pois suas despesas vão cargo do custo dos artigos; e que está em desacôrdo com a miserabilidade da clientela, que não pôde ser mais rica do que o meio, onde se agita. Todavia,

o comércio é ainda encarecido por outros motivos, embora sempre pelo mesmo imperativo de, hipertrofiado, viver da reduzida capacidade de consumo da clientela, que é pobre: tem de inventar infinita variedade de artigos, todos iguais uns aos outros, diferenciando-se apenas no estilo e maior ou menor veemência posta no anúncio, que os preconiza. Uma das razões, por que são caros os remédios: porque homens necessitados de viver — mas não podendo submeter-se às inaceitáveis condições da agricultura nacional, nem lhes sendo possível distribuir-se pelas diversas cidades do Interior, cuja população é mais pobre ainda — se arriscam a montar laboratórios destinados ao fabrico de drogas rigorosamente equivalentes a outras, que já estão aí. Como vendê-las, se as outras, que já estão aí, se tornaram conhecidas e afreguezadas? Pagando algumas dezenas ou centenas de milhares de cruzeiros à litografia, para imprimir bonitos cartazes, à vez mais mentirosos que bonitos; algumas dezenas de milhares de cruzeiros à empresa afixadora desses cartazes; milhões aos jornais, para anúncios incisivos, e também nem sempre verdadeiros. Todo esse dinheiro onera o preço de custo, e sai integralmente do bolso do consumidor. A variedade excessiva de artigos, imposta pelo artifício a que é obrigado um aparelhamento comercial em desproporção com a capacidade aquisitiva do meio, encarece extraordinariamente a subsistência. Inutilmente, pois 90% dos negócios se fazem com 10% das variedades. Póde ser que isso não cause desequilíbrio a povos com base econômica. Aqui, entretanto, a consequência é sentida fortemente, sobretudo se, não confiando apenas no excesso publicitário, os comerciantes instituem os crediários, que vendem com sobretaxa e aguçam a vontade de comprar deste povo que dificilmente compraria de mais em relação à sua necessidade, pois quase nada tem; mas que difi-

cilmente não se serviria dessa “facilidade” até um limite além de sua competência econômica, tão restrita.

Quanto aos produtos da terra, o mal entendido liberalismo econômico e a falta de seriedade do Poder Público estão arrazando a agricultura de subsistência. A falta de seriedade manifesta-se por omissão e por ação. Primeiramente, o Poder Público não exerce o poder de polícia, não constringe a se aparelharem os que se imisquem na indústria e no comércio das subsistências; e, tratando-se de governos de comerciantes e negociantes, como os nossos, os produtos, invariavelmente, só adquirem valor depois de saídos da mão dos agricultores para a dos intermediários; aí, o governo arranja preço e financiamentos.

E’ grave a influência do mal entendido liberalismo econômico. No ano de 1950, o senhor Tristão da Cunha orou a respeito na Câmara. Os apartes do deputado Daniel Faraco são a síntese do mal entendimento que envolve êsse liberalismo. Numa das respostas, o orador foi muito claro e deixou bem iluminada a matéria. Se a função do Estado — diz o atual Secretário da Agricultura de Minas Gerais — é manter a liberdade econômica, não pôde ele cruzar os braços diante de grupos sociais que procuram perturbar esta mesma liberdade econômica. Se um grupo de salteadores se põe no meio da estrada para impedir o trânsito das mercadorias, o Estado deve intervir, justamente para manter a liberdade comercial”.

Nunca no Brasil o liberalismo econômico esbravejou contra a intervenção do Estado a favor do industrialismo, barrando a entrada de mercadorias para o mercado ficar livre aos empresários da indústria. Talvez porque, como diz o deputado Tristão da Cunha no mesmo discurso, “toda intervenção do Estado acaba sendo sempre em favor dos ricos contra os pobres, porque já se

inventou meio de fazer com que uma minoria viva à custa da maioria. É o sistema de Esparta; é o sistema da Rússia; e é o sistema que vigorou com Ptolomeu, no Egito. Uma oligarquia vivendo à custa da maioria”.

O mal entendido liberalismo econômico vai matando a economia rural, e não valem em oposição os ditirambos dos responsáveis: a estatística prova o descenso das produções, quanto à área cultivada, e quanto ao rendimento por hectare, como também quanto à relação “per capita”. Afirmar o contrário, seria, além de opôr verbalismo à realidade, desacreditar a estatística oficial. Está se processando a transformação da atividade rural de maneira a mais nociva. A policultura não interessa. Não interessa a pequena propriedade. Só valem, só interessam a grande produção, as culturas perenes, sem excessivo trabalho e de preço mais ou menos garantido, formado em bolsas internacionais ou imposto pelas vicissitudes; ou a canaveira, cujo produto tem garantia de preço, dando excelente margem para usineiros e plantadores, com relações econômicas reguladas por lei e bem fiscalizadas. Café e eucalipto, as que vão aos poucos ditando a feição de nossa vida rural. Nada do que seja perecível, nada que deixe o produtor desarmado perante o intermediário. Quem, espontaneamente ou sugestionado pelos ótimos conselhos do Serviço Nacional de Educação Sanitária, pretender introduzir frutas no regime alimentar e fôr às mercearias, notará o quanto isso é impossível. Abacate a cinco cruzeiros cada um; citros, a quinze a dúzia; caixeta de figos, a dezenove; manga, a cinco a unidade. Há de imaginar-se isso: falta de produção ou ganância dos produtores. Percorramos então uns sítios na base territorial onde andamos pesquisando recentemente. Debaixo das fruteiras, lama fedorenta de frutas. Frutas não colhidas. Por que? Porque o intermediário oferece oito a dez cruzeiros pela

caixa contendora de setenta a oitenta abacates, cinco pela de citros, dôze pela de três caixetas de figos, cinco pela de manga. Melhor dizer-lhes nome bem feio, e deixar se perderem as frutas. Não cuidar mais delas, não gastar com elas produtos químicos, nem adubos, nem mão de obra. Arrancar e plantar eucaliptus.

Mais ou menos a mesma cousa quanto aos cereais. Antes, a cercalicultura constituia atividade ancilar do café. Café, pai dos mantimentos, embora os sociólogos de gabinete fiquem meio vermelhos quando se referem à monocultura cafèeira. A rubiácea, porém, foi se retraindo e os cereais foram escasseando. Hoje, constituem atividade de pequeno produtor, que só vive disso e não tem defesa ante a visita do intermediário com algumas patacas tinindo no bolso, desafiando sua miséria. Por isso, feijão no centro produtor a trinta e cinco cruzeiros, feijão no centro consumidor a cento e oitenta cruzeiros. Então, não vale a pena produzir. Produzir é suicídio econômico. E o rurícola evade, vem para as Capitais onde zabumba oficial refere inaugurações de casas de saúde, disso e daquilo. Para as Capitais, onde uma indústria garantida pelas barreiras alfandegárias pôde vender a preço excessivo e pagar salário alto. Negue-se quanto se quiser êste fato; mas, de que vale negar o que a nação toda reconhece e sofre? Enquanto se firma e acentua o desequilíbrio entre o crescimento da população e o da área cultivada (índice 100 para as duas em 1938; índice 120,3 para a primeira e 110,5 para a outra, em 1947) crescem as dificuldades, que o mercantilismo explora no seu benefício, aliás muito ortodoxamente, pois sua essência é o lucro, tanto maior e mais imediato quanto possível.

O referido desequilíbrio entre produção e comércio ficaria satisfatoriamente demonstrado pelo confronto de preços das terras para lavoura e dos terrenos para edifi-

cações comerciais urbanas. Na base territorial, já tanta vez mencionada, o latifúndio canavieiro vale até vinte mil cruzeiros o alqueire paulista; mas a pequena propriedade cerealicultora não atinge preço superior a mil e setecentos. Já na Capital os terrenos chegam a ser comprados a milhão de cruzeiros o metro de frente, estando aí a esquina mais cara do mundo, adquirida a preço que escandalizou os corretores de imóveis de Chicago. Motivo de ufanismo? Não: ante confrontos e contrastes, que tais, tremamos de medo, em vez de arrepia-nos de orgulho. E' algo amedrontador saber que se desvalorizam gradativamente as terras de produção e, ao mesmo tempo, se compram terrenos a preços como aquele, se derrubam prédios perfeitamente servíveis, erguidos já na fase da modernização da cidade, para no lugar se edificarem arranha-céus opulentos, em cujas lojas se instalarão comerciantes de bicho e de mata-bicho. Subversão; o comércio mais importante que a produção.

Aqui, não adianta insistir muito no estado de cousas. Melhor passarmos logo às conclusões. Concluamos: nada esperar ou não esperar muito do poder público, neste ponto. Em éra precolombiana, ele muito conseguiu em tal setor, numa região talada pela vicissitude tropical: no império incásico. Isso, porém, antes do liberalismo econômico; quando, antecipando-se a Bastiat, os impedidores consideravam tudo do ponto de vista do consumidor. Hoje, preconizar as medidas então usadas com êxito seria incorrer em pecado de fascismo, de que nos acusariam os só conhecedores da história recente e os que, esquecidos do quanto as circunstâncias de meio alteram as questões, exigem a prática do liberalismo com dosagens iguais em meios diferentes, ao ponto de acreditarem seja idêntica a de países policiados, bem administrados e nacionalizados a ética comercial posta

em ação aqui, onde os administradores são burocratas, onde os exatores padecem os males do pauperismo e suas consequências morais, e onde o comércio é exercido por forte maioria de alienígenas, ou seja por pessoas vindas para ganhar dinheiro, sem deveres para com a sociedade local, sem obrigação de edificar uma pátria; com possíveis intenções de faruestismo.

Aqui, tudo há de partir do povo. Entretanto, não esplanaremos o assunto, preferindo a imodéstia de referir dois trabalhos recentes, onde apresentamos a teoria e a técnica da solução: a sociedade econômica dos produtores e dos consumidores; cooperativas de produção e de consumo, constituídas pelos diretamente interessados, e por eles dirigidas em igualdade de condições, mediante o voto singular. E' em *Questões Agrárias* e em *Curso Intensivo de Cooperativismo* que se expõe o plano completo e se mostra como realizá-lo. Não podemos continuar prescindindo de facilitações que amenizam a luta pela subsistência em países mais folgados e mais bem dotados do que o nosso. Nos Estados Unidos, em dez agricultores seis pertencem a alguma cooperativa de produção agrícola, enquanto permanecemos no falso conceito de ser a agricultura atividade exercitável isoladamente. Há países europeus, em que o cooperativismo de consumo envolve a totalidade da população, aliás sem suprimir o comércio mercantil, visto o sistema dos Probos Pioneiros influir também por meio indireto: pela ação catalítica, por exemplo, dando o aferidor do "justo preço". Além de não pretender imiscuir-se em todos os setores, por toda parte há sempre os que não se incomodam de gastar mais quando poderiam gastar menos. Aqui, o povo tem se mostrado favorável à organização cooperativa. Não inferior ao japonês, por exemplo, ele compreende as vantagens do assosiaçãoismo. Nossos governos é que se provam inferiores a outros,

querendo matar a galinha dos ovos de ouro. O atual, por exemplo, imagina que a administração do Estado é um balcão; e deixa-se dominar pelo aspecto fiscal, pela arrecação. As sociedades cooperativas vivem na eminência de cerrar as portas, ante as exigências do fisco, que lança, cobra e ameaça executar. Entretanto, as devidamente legalizadas nem devem nem podem pagar, pois não são devedoras, sendo írrito, por inconstitucional, o ato da autoridade que fez os lançamentos. Diz o Art. 16, número 190, da Constituição Federal:

"Compete privativamente à União o poder de legislar sobre
"as seguintes matérias:
"XIX — as cooperativas e instituições destinadas a recolher
"e empregar a economia popular".

E a União legislou a respeito, revigorando, depois da promulgação da Constituição (decreto-lei número 8.401, de 19 de dezembro de 1945) o Estatuto do Cooperativismo, que é a Lei número 22,239, de 19 de dezembro de 1932. Diz o Art. 38 da referida Lei:

"São sociedades civis, e como tais não sujeitas à falência,
"nem à incidência de impostos que recaíam sobre atividades
"mercantis, as cooperativas:
"e) de crédito agrícola, quando não distribuam dividendos
"proporcionalmente ao capital;
"f) de consumo, quando não tenham estabelecimento aberto
"ao público, e vendam exclusivamente aos associados, não
"distribuindo dividendos proporcionalmente ao capital;
Etc., Etc..

O único poder que tem atribuições para legislar sobre sociedades cooperativas isenta-as dos impostos que os exatores estaduais cobrem. Esses impostos não devem ser pagos, pois a ninguém é lícito pactuar com alguém no desrespeito à Constituição. Quem exige o pagamento se torna criminoso, por atentar contra a Magna Carta;

mas, quem paga também se torna, por cumplicidade e conivência. Houve discrepância de opiniões sobre se o direito privativo da União quanto à legislação fiscal favorável às sociedades cooperativas não feria a autonomia do Estado e do Município. Porém, a questão já foi dirimida e não se fala mais nisso. No *Diário da Justiça* de 16 de janeiro de 1950 (páginas 239-40), se lê a última palavra, constante do Acórdão ao Recurso Extraordinário do Supremo Tribunal Federal número 12.423. Quer do relatório, lavrado pelo brilhante Ministro Orozimbo Nonato, quer dos votos dos Ministros, decorre que a União póde determinar as não-incidências fiscais a favor das sociedades cooperativas, quer se trate de impostos federais, quer estaduais, quer municipais. Não se trata de isenções mas de *não-incidências*. O Estado e o Município estão proibidos de lançar sobre as cooperativas impostos que recaiam sobre atividades mercantis.

O próprio fato de os exatores estaduais viverem a forçar as portas das cooperativas, mostra como seria inútil a solicitude dos Poderes federais para com o Cooperativismo — “suprema esperança dos que sabem haver uma questão social a resolver e uma revolução a evitar” — se ele ficasse à mercê da voracidade de certos exatores estaduais e municipais. De resto, expõe-se e pergunta-se:

A legislação cooperativista é restritiva: coibe às sociedades cooperativas certas práticas de que se socorrem as sociedades mercantis; dá ao Estado o direito de viver dentro daquelas sociedades, que não podem ter escaninhos sem luz, hão de ser casas de cristal. Assim agindo, faz muito bem a referida legislação; porquanto, sem rigorosa fiscalização, o Cooperativismo seria campo de aventureiros. Mesmo quando não devesse — mas deve — ter outra sorte de considerações, só por esta

haveria o Estado de respeitar os favores às cooperativas: para poder fiscalizá-las e, portanto, cominar-lhes sanções em caso de desobediência. Se lhes nega tais favores, se as equipara a qualquer venda de esquina, como há de obrigá-las a certos deveres, que, repita-se, não oneram as vendas de esquina? Ameaçando-as de cassar-lhes os favores, como figura na legislação supletiva? Mas, se elas já não gozam aqueles favores... Então, atrofia-se o órgão fiscalizador, matam-se as sociedades cooperativas, mata-se o Cooperativismo e adeus "suprema esperança".

De resto, o Estado tem outra espécie de considerações sôbre o Cooperativismo; tanto assim que mantém um Departamento para propagá-lo, para fomentá-lo — o que prova seu interêsse. Os impugnadores de concessões fiscais às sociedades cooperativas dizem que seria induzir à organização de entidades visando apenas o gozo dos favores. Não vemos lógica aí. Muitas emprêsas, muitas organizações se beneficiam de isenções e não-incidências e, mais ainda, até de subvenções, de garantia de juros, etc.; e ninguém nunca se lembrou de aplicar-lhes a mesma ordem de argumentos.

Dizem ainda os impugnadores que um tratamento fiscal protetor permite a concorrência desleal das cooperativas aos estabelecimentos comerciais. Não afirmaria tal cousa quem houvesse noções de Cooperativismo. Uma casa comercial pôde fazer concorrência a outra; já uma cooperativa não faz concorrência nem à casa comercial nem a outra cooperativa. Porque, não visando lucro, não tendo um dono, recaindo sôbre ela onus de ordem social, tudo quanto possa ganhar está justificado pela própria destinação. Além disso, a legislação cooperativa, como se expôs, é restritiva, de ordem a tornar impossível a concorrência entre Cooperativismo e mercantilismo; em igualdade de condições, o primeiro seria fragorosa-

mente derrotado. Fundam-se diàriamente duzias de sociedades mercantis; cooperativas — uma de raro em raro.

O fisco póde poupar inteiramente atividades exercidas no sentido do interêsse coletivo e que, sem adjutórios iniciais, não se exerceriam eficientemente. Póde agir da mesma fórma em carater transitório, protegendo determinadas atividades, dando-lhes situação privilegiada, para, por meio delas, conseguir o Estado a eliminação de certos aleijões, de certas irregularidades e de certos abusos, impossíveis de coibir-se por meio de sanções legais. Porque julga necessário possuir um parque industrial, o govêrno protege as indústrias — levando às ráias do crime essa proteção — embora se exercitem no benefício dos industriais.

O país necessita de boa organização econômica do consumo e da produção; e assiste ao fracasso dos governos com as comissões disso e daquilo, criadas para baratearem a vida. Quando se fala em organização, entenda-se: é necessário implantar o Cooperativismo. Como, porém, organizar, se é pobre, se está depauperado o elemento humano, com o qual se vai agir? E' inviável apresentar grandes exigências de contribuições a homens que, por sôbre o cepticismo, com que o meio recebe toda iniciativa nova, apresenta sua própria inópia, mal e mal podendo fornecer o capital indispensavel à instalação e ao primeiro estoque.

Dizem também os impugnadores que as medidas antipáticas, como os impostos, só se tornam suportáveis quando de aplicação generalizada, quando aplicados com equidade. Sem dúvida. Mas, não nos induza isso à prática de injustiça, no outro extremo da questão. Não coloquemos no mesmo nível casas comerciais e entidades cooperativas, com onus de outra natureza — funções sociais e morais — e cuja importância para o meio

decorre do próprio fato de haver para elas uma legislação protetora.

Provavelmente, o linguajar dos exatores do fisco é mais ou menos este: os favores fiscais às sociedades cooperativas desfalcam o Tesouro dos recursos indispensáveis a seus compromissos. Todavia, já tivemos ensejo de provar (*Tratado Brasileiro de Cooperativismo*) o que é o Tesouro público em país agrícola e pobre antes de organizar-se a produção e o consumo; e o que passa a ser esse Tesouro em seguida à organização. Nem póde o Estado deixar-se dominar pelo desejo de arrecadar, arrecadar de todo mundo, porquanto ele mesmo precisa ter considerações e preocupações de ordem social e moral — como as próprias cooperativas.

O brasileiro deve emancipar-se, largar de ser objeto de ação social e transformar-se em sujeito de ação social. Tudo esperar do poder público, é esperar desesperadamente. Ninguém mais do que nós conhece nossos problemas; ninguém deseja tanto quanto nós vê-los resolvidos. Pela ação solidária, poderemos nós mesmos resolvê-los. Os referidos livrinhos são sôbre isso, pelo menos o último, enquanto o primeiro cuida igualmente de outros assuntos rurais.

7. Agricultura e pecuária

PRECISAMOS NUCLEAR a atividade agro-pecuária, em vez de produzir longe o que, destinando-se ao consumo popular, não comporta grande onus de transporte dos recursos de produção para lá e dos artigos produzidos para cá. Nem devemos permanecer no sistema involutivo de até agora: primeiro, agricultura; a seguir, pastoreio. Inutilizar terras mediante processos predatórios de exploração agrícola, e retornar à criação, abrindo imenso vazio demográfico em torno aos centros consumidores. Além disso, governos, cuja receita provém de escassa população, dotada de restrita capacidade tributária, não podem zelar pela totalidade dos habitantes espalhados sobre área grande como um Continente. Em todos os Estados, sejam subtropicais, sejam equatoriais, há manchas ubertosas e pouco mais ou menos salubres em consequência a circunstâncias tóxicas. Polarizar aí o omnímodo patrocínio oficial. No império incásico, havia os deslocamentos demográficos impositivos por lei, compensando-se os erradicados com vantagem em adjuvatórios técnicos e isenções fiscais. Hoje, o liberalismo sem fronteira não admitiria mais isso, embora não saiba ensinar como suprimir a causa da fuga populacional por exigência econômica. Bastaria o já exposto: assistência sistemática e eficiente nas regiões escolhidas como centros polarizadores. Fique na sua grota quem assim o preferir. Haverá os sentimentais inveterados, que considerem indispensável e altamente expressivo mirar toda tardinha a mesma palmeira, que os avós miraram. Um

dia, a palmeira cairá e até eles optarão por vida mais eficiente em meio mais assistido; ou os atrairão para aí os filhos e netos, menos contemplativos e mais desejosos de vida humanizada. Nas regiões já servidas de meio viário, instaurar núcleos agro-pastoris, onde os novos habitantes poderão comprar um tracto, com o dinheiro recebido a título de indenização pela propriedade — muito maior, sem dúvida — abandonada nas regiões onde a distância apaga o valor econômico do trabalho.

Promover a simbiose, quase à hipóstase, de agricultura e pecuária, de modo a fornecer esta boa parte da alimentação e, sobretudo, a matéria orgânica indispensável à cama sobre a qual se depositará a adubação química. Porque também não podemos insistir nessa pecuária à Afonso Celso — milhões de rézes à lei da natureza, acabritando-se pelo sertão, morrendo à intempérie. Precisamos adotar a intensiva, e eleger os animais a criar e explorar, tendo sempre em vista a vicissitude tropical. Há por aí planteis finos de gado europeu, alimentados a cereais vindos do estrangeiro. Não é a pecuária que nos interessa, do mesmo modo como não nos interessa continuar comprando leites a preço de todo incompatível com o destino de alimento popular, tão indispensável no palácio do milionário quanto no chalé do pobre. Esses planteis podem ser motivo de orgulho, mas cumpre calcular o preço de tal orgulho e a miserabilidade do fato de não bebermos leite; por não podermos. Raças finas européias, nos Estados extratropicais; no trópico, raças do trópico, biologicamente aparelhadas a viver aí.

De modo geral, o gado brasileiro tem de ser zebuzado, não obstante as objurgatórias de quando os zebús se importaram primeira vez e as críticas feitas agora aos financiamentos excessivos — financiamentos, que deporiam contra os homens, mas nunca contra aqueles ani-

mais. A epopéia do zebú é das maiores já havidas no Brasil, não tendo se incorporado até hoje a nossos fastos econômicos. Valeria a pena tentá-lo, visto o boi corcunda ter influido extraordinariamente em nossa economia, influir muito ainda e continuar influenciando tanto mais quanto mais racionalizarmos essa economia, subordinada às injunções latitudinais. Existe razão geoeconômica para se haver feito no Brasil Central a valorização do *Bos Indicus*.

Quando, transposto o debrum verde-amarelo dos canaviais, com que a Usina Junqueira embelece o cadilho extremo do Estado de São Paulo, se passa o Rio Grande e se atinge o território de Minas Gerais, começa-se a subir o sertão da Farinha Podre. Borda da região das Napéias, de terreno mezozóico, há aí muita coisa que relembra o deserto de Sin, sem o maná nem a mosaica vara mágica. Não existe quase vegetação arbustiva nem lenhosa: campinas, campos erbáceos; solos arenosos, argilosos, argilo-silicosos. recobertos de capim redondo, flecha, lanceta, branco, cabeludo. Submata nas depressões axilares, a qual a Mogiana em dias próximos acabará de queimar como lenha ruim, esse combustível que arrasta os comboios à média impacientadora de vinte e cinco quilômetros horários.

Nada havia a fazer aí. A distância posta entre o Triângulo mineiro e os grandes centros de consumo torna inútil o labor agrícola. Quando por aí andou, há mais de cem anos, Saint-Hilaire já anotava que apenas o algodão comportaria o onus da viagem para o Rio de Janeiro, indo em carro de boi até Barbacena (oitenta arrobas o carro, pagando de frete quatorze oitavas) e em lombo de burro de Barbacena à côrte, onde era vendido a seiscentos réis, ainda com a semente. A pecuária constituia a única exploração possível. Pouco importava que a mandioca encontrasse aí o clima

e o solo de sua predileção; que o milho desse de 130 a 200 por 1; que o arroz carregasse bem nos côncavos. A distância inutilizava tudo.

Sempre assim. O triangulino teve de repetir o hebreu, porque também habitava o deserto e seus governantes repetiam Moisés: se êste não havia jeito de descer do Sinai, aqueles não baixavam mais da altura do poder, até onde se guindavam; ou só desciam com tábuas de lei, jãmais com providências valorizadoras, com meios de comunicações. Como o hebreu, também o triangulino forjou o seu bezerro de ouro.

Nada valia a pecuária do Triângulo, originada dos animais de côrte, conduzidos pelos paulistas, nas incursões a Mato Grosso e Goiás, no período da bandeira de preia, ou pelos baianos da fase da mineração, os quais tocavam boiadas do vale do Urucúia, de onde, segundo dizem, é originário o cavalo pampa. Gados plebeus, largados à natureza rude, só recebendo sal ao beberem a água salobra dos barreiros da região, em dias determinados pelo juiz. Os marchantes de São João d'El Rei apareciam raramente e ofertavam preço baixíssimo. Se se reclamava, justificavam: gado fraco, que ia morrendo pelo caminho, ou chegava estropiado e ossudo.

O mineiro, porém, já havia provado forte capacidade de adaptação na luta contra a vicissitude ambiente. Quando terminou o curto ciclo do ouro, quando o Estado do Rio e o de São Paulo produziam quase à boca dos portos os artigos que Minas poderia produzir nas alterosas regiões e deveria transportar penosamente em lombo de burro, através sendas montanhosas, pagando imposto nos *registros*, o mineiro criou a indústria de tecidos. Ou melhor, reinstaurou-a, pois já fôra próspera, antes das leis proibitivas, emanadas da côrte portuguesa. Se era difícil exportar algodão, carga volu-

mosa e susceptível de desvalorizar-se à intempérie, inutilizar-se à passagem dos vaus — exportar-se-iam os tecidos. Nas zonas rurais, montou-se um tear em cada casa, e Minas prosperou, sustentou-se, até que o progresso viário tornou possível o transporte, em grande escala, do café, do mesmo modo como, não podendo exportar o milho, nem a mandioca, a província mediterrânea exportava antes o capado, que era a transformação daqueles produtos agrícolas, cujo preço não comportaria comércio extra-provincial.

Impossível exportar cereais do Triângulo mineiro, e não dava resultado a pecuária com os gatinhos crioulos, tão dóceis à tendência para degenerar. Quanto às finas raças européias, seria impossível aclimá-las no sertão da Farinha Podre, dentro da região tropical. Mas, também, não era razoável esperar o maná do céu.

Já havia notícia e amostras do zebú, o boi-deus do Indostão. E o mineiro tímido, que mal arriscava vindas a São Paulo, mal e mal chegando ao Rio e daí a Cantagalo, onde havia umas rêzes corcundas — o triangulino tímido empreendeu ir à Índia buscar deuses, domesticá-los e explorá-los comercialmente.

Timoratos triangulinos, jãmais egressos de sua pequena cidade sertaneja, atravessando mares e oceanos, em demanda do antípoda; aprendendo línguas a bordo, gaguejando dialetos nas mais distantes províncias indianas; comprando deuses a sacerdotes, engazopando marajás potentados.

Nunca, antes, brasileiro algum, nenhum sul-americano entrara a fundo no Indostão. O tímido triangulino foi às mais remotas cidades, comprar zebús. Antes d'êle, ninguém daqui vira, em plena Grand Rood Street, de Bombaim, uma vaca sagrada sôbre o andor, em procissão súplici. Foi o primeiro a rodar dez horas de trem de ferro à Capital do Guzerat, para tentar aquisição de

reprodutores. A Navalí, a Kathiawar. Um mineiro chegar a Peschawar, penetrar no palácio, onde quinze criados e três mulheres servem a proprietária; descalçar-se, ingressar no tabernáculo, onde a proprietária recebe culto; cultuá-la e desejar comprá-la. . . Porque era deusa, era esplêndida vaca, que o zebueiro uberabense adorou com mais devoção que os indús, embora estes lhe beijassem os chifres, ou puzessem nas próprias chagas a sua cauda, ou fizessem do seu mijo o uso que nas Minas Gerais se faz da água-benta.

Ao embarcar, certa vez, precioso lote de reprodutores, um triangulino teve o desgosto de ver a alfândega embargar-lhe a partida, porquanto era sagrado o touro adquirido (como se vê, há judas em toda religião). Foi, então, a Myssoire, catequizar o rajá. Depois de seis dias, conseguiu licença para embarcar a Bombaim não o touro, mas uma vaca, após assinada declaração, segundo a qual a rez se destinava a fins religiosos, à raspagem do pêlo, a fazer tabaco para o nosso deus cheirar.

Não é verdade que mineiro compre bonde. Quem comprou vaca sagrada a rajá indiano, é formidável. Aliás, aquele mesmo vendeu a divina reprodutora, não por trinta dinheiros, mas por trinta contos, no Uberaba Parece que, vender uma vaca por trinta contos a mineiro, naquele tempo, é façanha ainda maior do que comprá-la ao potentado de Myssoire.

Quando, anunciado o armistício de 1918, começou a ser possível viajar, foram ainda triangulinos os primeiros a varejar daqui à Índia, tomando na Europa transporte de tropas coloniais, afim de refazer o estoque de reprodutores zebús.

Conta o *Exodo* que o bezerro de ouro feito pelo Aarão foi pèssimamente recebido. A um gesto irado de Moisés, os levitas desenvolveram contra os idólatras terrível campanha, matando uns três mil.

Também o deus índico não foi acolhido aqui entre flores. O mineiro sabia por que o fôra buscar. Naqueles campos adustos do Triângulo; naquelas distâncias enormes dos frigoríficos, eram necessários animais resistentes e bons fornecedores de pêso. Como já se disse, o gadinho crioulo não valia a pena: degenerava, morria pelo caminho. Depois de insano trabalho no conduzir enormes varas de gado, a balança acusava diminuto número de arrobas, e o marchante ofertava preço vfl, pois na engorda daquilo ia gastar tanto quanto já gastará o criador.

Era preciso dar pêso a nosso boi e torná-lo mais resistente. Povoar a pradaria triangulina com animais do trópico, preparados para viverem no trópico. Em vez das raças européias vindas com os primeiros exploradores, e degeneradas, através dos séculos, em clima a que não eram aptas, criar-se-iam zebús, rústicos e bem apetrechados: com o grande "cupim", destinado à auto-consumação nos meses de pasto mau; com vastas orelhas e largas barbelas — áreas de vaporização para o tempo calmoso; caixa ampla, denunciadora de bons pulmões — tudo isso, elementos de resistência à agrura inter-tropical.

Sem o zebú, seriam inúteis todas aquelas extensões do Triângulo, onde há terras que só servem para encompridar distância; inúteis como o deserto de Sin. Se neste as colunas de fogo indicavam milagres, incendiados sarsais, onde Moisés discutia leis com Jeová, naquelas ubicavam apenas algum remoinho de terra vermelha pulverulenta, ou o tropel de grupo mais numeroso de avestruzes, não pontas de gado para o frigorífico. Mas, quem conhecia o Triângulo, além do triangulino e Saint-Hilaire?

Insurgiram-se os levitas contra o deus índico. Nosso Moisés foi Luis Pereira Barreto, uma das maio-

res personalidades, das mais robustas mentalidades da época. Segundo dizia o triangulino, o zebú viria valorizar milhares de quilômetros quadrados dêste país, de que só uma quinta parte não é intertropical, com infinitas pastagens inutilizadas pelas condições agrostológicas e pela distância, que, desvalorizando os produtos da agricultura, não permitiam o revigoramento do solo pela ciência química. Os opositores afirmavam: ao contrário, o zebú, pesadão e estabanado, destruiria nossos pastos. Relembrem-se os dois principais vultos da campanha contra o Zebú: Pereira Barreto, cientista, inigualável na polêmica, o "magister" doador da última palavra; e Vieira de Carvalho, o grande cirurgião, que no *Estado de São Paulo* assinava com seu nome nimbado de prestígio artigos de imensa suavidade e simpatia. No Brasil, raras campanhas apaixonaram tanto. Enquanto, lá de Minas distante e de pequena imprensa, Álvaro da Silveira escarnava os erros palmares, a que a paixão exacerbada induzia Pereira Barreto no seu agnosticismo zebuístico, e que a mesma paixão exacerbada, da parte dos leitores, deixava passar aqui em São Paulo — dois valores paulistas resolveram afrontar a idiossincrasia levítica e defender "o monstro do Ganges": Antônio Prado, no feitio de homem prático, realizador — o mesmo Antônio Prado que, notando a ineficácia do verbo incendiado dos Ruis e dos Nabucos num parlamento de terratenentes escravocratas, cuidou de convencer a nação pela eloquência dos fatos, e pôs-se a praticar o trabalho livre, para demonstrá-lo muito mais eficiente que o escravo; e Alfredo Ellis Junior, o mais árdego parlamentar paulista de então. Em página virgem de um *Diário Oficial*, compondo parecer sôbre estações de monta, encontramos estudo de Antônio Gontijo de Carvalho, do qual consta rápida passagem sôbre a luta contra o "bicho

repelente" em São Paulo. Assim se refere a Pereira Barreto e a sua aturada batalha:

— "Apaixonado nas discussões, como evidenciou a sua polémica com o espírito luminoso de Eduardo Prado, sustentava, na magia de um estilo encantador, que formava prosélitos, as maiores herezias.

"Movido por um ódio inexplicavel em homem de ciência, despido, portanto, da serenidade exigível em obra de carater educacional, proclamava, em seus escritos, para impedir a introdução do boi indiano no Estado de São Paulo, que as nossas pastagens eram superiores às da Argentina e vaticinava a degenerescência do zebú, que se transformaria em cabrito, com a alegação errônea de que "bos indicus" e "bos taurus" são gêneros diferentes".

Só mesmo a paixão poderia induzir Pereira Barreto, espíto lúcido, a dizer aquilo. A cabrito se reduziria o zebú na Argentina, nos pampas, porquanto a sua configuração é de animal do trópico e não de clima temperado. Sem função, se atrofiariam o "cupim", e a orelha, e a barbela. A caixa torácica se reduziria e se confrangeriam as fossas nasais. Hoje, o mais modesto discípulo do grande mestre não ousaria conclamar a superioridade de nossos pastos em referência aos de regiões temperadas da Argentina, pois comumente se sabe que, sendo pobres, nossas terras não podem emprestar grande suculência ao alimento que produz — quer para os homens, quer para os animais.

Acompanhemos, porém, um pouco ainda, a prosa boa de Gontijo de Carvalho, referente a Pereira Barreto:

"Confundia, no ardor da luta, o significado das expressões gênero e espécie; e cometia erros em geologia sôbre a formação das nossas terras, esquecido de que a planície platina, não atingida pela erosão, é o paraíso

das espécies bovinas" (aqui é o próprio Gontijo de Carvalho a dar a sua cincadinha...).

O certo é que, conforme ainda nos conta o mesmo orador, "arrastou Pereira Barreto a quase unanimidade dos nossos escritores e jornalistas, acarretando — convicto afirmou na tribuna da Câmara o deputado Sampaio Vidal — para o Estado de São Paulo, um prejuízo superior a um milhão de contos de réis".

Ainda não quizemos compreender que o mundo intertropical é mui diferente do das regiões temperadas. Evidentemente, havia imenso exagêro nas polêmicas dos séculos XV e XVI, sôbre a habitabilidade do trópico. Sacrobosco, o maior propugnador da idéia oponente, era senhor de certos conhecimentos até hoje vigorantes, e utilizou razões que o próprio Alberto Magno jãmais conseguiu vencer. Quando nos lembramos só da Europa como manancial de cousas a adotar aqui, incidimos em êrro, pois quatro quintos do Brasil estão acima do Capricórnio, abaixo do Cancer, sendo muito mais razoavel e econômico buscar fontes de riqueza em latitudes iguais, ou formá-las endêmicamente. Erravam Vieira de Carvalho e Pereira Barreto, ao propugnarem para o Brasil inteiro raças européias, ou seja de regiões temperadas, de onde já tinham vindo as rêses de raça portuguesa, italiana e flamenga no século XVI, e que — elas, sim — viraram cabrito naimensidão de nossas pastagens pobres, onde, à vez, nem se contam ao se entregar a propriedade a quem comprou a terra.

Para calcular a oposição, havida contra o zebú, relembre-se que ele foi causador de uma das críticas feitas ao grande João Pinheiro: o presidente de Minas Gerais forçou a resistência e mandou que se admitisse o "Bos Indicus" no recinto das exposições. Escândalo.

Aqui em São Paulo, um figurára em barraca externa, como curiosidade. Ou como fera, que assim o classificára Pereira Barreto.

Deblaterou-se muito contra o gênio do zebú, selvagem, indomável. Explorou-se um "estouro" ocorrido no Havre durante o transbordo. Desvairados pelas ruas, quebrando vitrinas e catando transeuntes com os pontações, os zebús eram caçados a carabina pelo gendarmes. E os zebuzeiros imploravam:

— Não destruam nossa fortuna. Deixem, que nós mesmos recolheremos os animais.

Samede, o indú de Navalí, que acompanhava o lote para exercer sôbre as rézes mais bravias poder hipnótico, ajoelhava-se e conclamava as autoridades francesas:

— Deuses! São deuses! Não atirem!

Se, vindo ao Brasil, o rajá de Myssores visse o que fez o triangulino com suas rézes — compradas para rapé — prosternar-se-ia ante elas, e se admiraria do grau de perfectibilidade atingida. Se, décadas atrás, o mineiro mediterrâneo se tornou argonauta, varejou mares e oceanos, e foi ser bandeirante na Índia, preando zebú no Guzerat, no Gyr, e em Nellore, transformou-se depois em escultor. O zebú não é mais o deus pesadão e tosco trazido da Índia. E' mortal aperfeiçoado. Algumas fazendas dos municípios de Uberaba, Uberlândia, Araxá, Varginha, Passos, Franca, Araguari, Veríssimo, Prata e Pitangueiras, são verdadeiros laboratórios. A supressão de defeitos, a acentuação de caracteres, o refôrço de qualidades vieram se operando gradativamente, com preciência. O zebuzeiro esculptou o zebú, avantajou-lhe o porte, embelezou-lhe as linhas. Ao chegar do Indostão, o zebú era voluntarioso e prepotente, como todos os deuses; hoje, manso como qualquer xerimbabo. Imane, montanhoso como o Jaraguá; docil, submisso

como um "thornycroft"; e estandardizado como uma partida de fordes. Chega-se a uma fazenda: ver uma rez, é ver tôdas, de tal modo se conseguiu uniformização. E fixidês. O triangulino não voltou à Índia, porque os plantéis não degeneram, não decaem.

Três, as principais raças importadas, designadas pelos nomes das regiões de origem: Guzerat, Gyr e Nellore. Ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos, aqui se preferiram as duas primeiras. Erro nosso? Erro dêles?

Erro algum. O nelore é o menos zebú dos zebús. Indiano do norte, da zona temperada, não trás muchila de matalotagem, nem exhibe grandes áreas de vaporização. Encontra nos Estados Unidos ambiente pouco mais ou menos igual ao de origem; enquanto os outros dois só o encontram aqui, ou seja do Estado de São Paulo para cima (para baixo, é região de gado europeu). Hoje, porém, praticamente não existem guzerá nem gir, a não ser em fazendas-laboratórios, dedicadas à formação de reprodutores puros, pais dos tourinhos que se mascateiam em todo o território nacional.

O triangulino depurou as qualidades do guzerá — boi de grande arcabouço, côncavo; e as do gir — menos ossudo, mais cheio, convexo. E fez a média — o indubrasil, diferente, com todas as características de raça nova, inclusive a fixidês e a transmissibilidade. E' o nosso boi, o "Bos Brasiliensis". Mais precoce. Mais resistente às epizootias. Mais pesado. Na opinião do Sindicato de Invernistas e Criadores de Gado, de Barretos, "pelo menos no Brasil Central, é o indubrasil o nosso melhor gado para córté". Para todo o Brasil intertropical, pois não se trata de condições topográficas, mas ecológicas e agrostológicas. Aos três anos está bom para o talho, enquanto o crioulo espera cinco e seis. Enquanto o último pesa, em média, 380 quilos, com

rendimento de 50%, a média do primeiro é de 450 quilos, com 60% de aproveitamento. Vale a pena reler o escrito, capítulo atrás, sobre o peão líquido da rez argentina e o da rez brasileira.

Facil compreender a importância da regeneração de nossos rebanhos, pela zebuização. O pecuarista compreendeu. Houve época em que palmilhava as zonas das boas fazendas, formadoras de reprodutores, tentando adquirir os melhores. Nas exposições, aconteciam cousas incríveis, quanto a preço. Reprodutores famosos chegaram a valer mais que um metro de frente de terreno aqui na Paulicéia. Compravam-se barrigadas até por mil contos e ofertavam-se cinquenta contos por uma cobertura.

Foi essa fase dourada que suscitou a nova ira dos Moisés de agora, que nunca nos chegam com seus deuses salvadores. Outra campanha contra o zebú, que deveu compartilhar a idiosincrasia ao regime discricionário, apenas porque seus melhores dias coincidiam com os melhores dias do ditador — mera coincidência, sem culpa alguma do regenerador de nossos rebanhos. Críticas incendidas, como ao tempo de Pereira Barreto. E sem mais sólidos fundamentos do que então. Calculva-se, por exemplo, o preço do bife, extraído de boi comprado por milhão de cruzeiros. Entretanto, a preço assim elevado se adquiriam reprodutores, apenas, não animais para córte. Ainda no século passado um uberabense déra quatro contos de réis pelo famoso "Lontra", com o qual se enriqueceu. Tal importância, naquela época, era um escândalo de dinheiro. Os preços tidos como exorbitantes eram raros — tão raros que constituíam acontecimento e corriam mundo, dando o que falar. Note-se, aliás, que os espécimes, assim negociados, não eram vendidos, mas comprados; o dono não saía ofertando; o comprador é que forçava a porteira e a intimi-

dade da fazenda, e exercia pressão. De um dos casos mais comentados fomos nós mesmo testemunha, em Uberaba. Por sinal que ao candidato comprador propuzemos nos comprasse a nós, pela metade da oferta feita para o zebú. E ele não aceitou. Não tínhamos orelhas suficientemente boas.

A crítica amadorista parecia ignorar que, nas espécies animais, como nas vegetais, importa muito selecionar os exemplares destinados à reprodução. Também quando se deu aspecto mais científico à cultura da batatinha em São Paulo, foi criticada a importação de sementes caras da Holanda e da Alemanha. Graças a elas, entretanto, a solanácea, que um Secretário da Agricultura proclamava exótica e inviável aqui, é hoje fonte de riqueza para agricultores e para o Estado. Quem conhece mesmo o Brasil, há de ter visto mais de uma vez a mascateação de marroás zebús ou zebuzados pelo sertão. Quem frequenta o Interior há muitos anos, virá notando a regeneração dos rebanhos. Quem passa os olhos pela estatística, já notou como tem subido consideravelmente a carcaça de nossos planteis do Brasil Central — com exclusão da dos sulistas e marajoaras, até aos quais não chegou ainda o boi indiano: aos do sul, porque não deve mesmo chegar, sendo alí ambiente para raças européias; aos de Marajó, por idiossincrasia.

Temos três problemas ligados à pecuária:

— Em país, onde as atividades agro-pecuárias são as principais fornecedoras de elementos ao intercâmbio comercial, nossos rebanhos, numéricamente consideráveis, colaboram escassamente e cada vez menos no movimento de exportação, cumprindo explorar melhor tal recurso.

— Em país, onde são fracos os recursos de proteínas na alimentação humana, é miseranda sua principal

fonte — a carne, escassa em quantidade e cara em preço, sendo necessário torná-la abundante e econômica.

— Em país, onde as distâncias são imensas, ficando longe dos centros de consumo e dos portos a pradaria, não se dão bem as raças européias, que aí já viraram cabrito, sendo importante regenerá-las, inoculando-lhes sangue de raças intertropicais, afeitas ao clima rude das quatro quintas partes de nosso território, e hábeis em extrair de pastagens pobres o alimento necessário.

A única solução para os três: o zebú; a bezuzação de nossos rebanhos. No assunto, a mais alta autoridade é o pecuarista, que se fez genetista quando Pereira Barreto, dito sábio, confundia gênero e espécie. E' o pecuarista, que se fez escultor e, tomando um espécime ossudo e grande, e outro carnudo e menor, fez raça nova, apresentando-nos tipo intermédio, em que um entrou com a carcaça e outro com o enchimento. E' o pecuarista, que com o tempo se convenceu de que, para regiões intertropicais, só bois de regiões intertropicais. Por isso, até lá no Mato Grosso distante se foram abandonando os lotes de Polled Angus e Hereford, que ali viviam como planta de estufa, e se introduziu o zebú, não em manadas de rês plebéias, mas por intermédio de nobres reprodutores, que foram zebuzar o gado crioulo, elevando-lhe o tipo, erguendo-lhe o pêso, emprestando-lhe precocidade e tornando-o mais resistente às epizootias.

Dando-lhe pernas mais aptas às longas viagens neste país sem estradas de ferro.

Essa pobreza ferroviária liga-se intimamente ao problema pecuário. Gontijo de Carvalho refere isto: "Ao citar esses exemplos da Argentina, lembro-me do episódio narrado por insigne parlamentar, que define a mentalidade dos seus homens públicos. Um brasileiro, percorrendo o interior da grande república, notou que

o trem expresso em que viajava parou em determinada estação. Minutos após, um trem que transportava gado passou, tomando a dianteira do seu. Extranhando o fato, um argentino solicitou explicou-lhe:

— Es la producción”.

Os conhecedores da Europa lembrar-se-ão que, lá, os trens de gado têm precedência mesmo quanto aos presidenciais. Muito explicável isso da Europa, e aquilo da Argentina. Quanto ao Brasil, por sentimentalismo não evoquemos tristezas presenciadas por quantos viajam por aí: trens de gado, formados a centenas de quilômetros, parados em desvios, com o sol queimando por ‘óra, a fome e a sede devorando por dentro, o cansaço derrubando no estrado escorregadio e as outras rézes pisoteando.

Além de falta de espírito de organização, isso representa carência de transportes; mostra a nossa inaptidão à atividade econômica que, por força das circunstâncias, deve ser exercida longe dos centros de consumo; e aponta a conveniência de dedicar-nos a produzir a mercadoria que marcha pelos próprios pés sobre longas quilômetros, além de possuidora da resistência necessária à cruciante viagem dentro de comboios que não chegam nunca.

Quanto à densidade superficial, nosso país é o 12.º da América, e o 13.º em densidade relativa à população, quanto à rede ferroviária. Fazendo cotêjo apenas com países sul-americanos, veremos que, enquanto o Brasil dispõe de um quilômetro de ferrovia para 1.209,1 habitantes, o Paraguai dispõe de um para 907,1 habitantes; o Uruguai, um para 727,3; o Chile, um para 534,4; a Argentina, um para 318,4; o Equador, um para 310,3. Enquanto o Brasil dispõe de um quilômetro de estrada de ferro para 294,4 quilômetros qua-

drados de superfície, o Chile dispõe de um para 78,3 quilômetros quadrados; a Argentina, um para 63,9; o Uruguai, um para 62,2. O progresso, em tal terreno, é praticamente nulo. O rodoviarismo, em que também somos fracos, não resolve o problema do transporte de gado em pé.

Aliás, a pecuária bovina ajuda a resolver, diretamente, o problema do transporte no Brasil. O número de carros de bois, ainda usados no país, inclusive dentro das ruas do Rio de Janeiro e de São Paulo, é apenas um tantinho menor que o de automóveis: 143.241 daqueles, contra 149.847 destes — embora pareça incrível. Podemos pormenorizar e ver Estados onde há mais carros de bois do que automóveis: Minas Gerais, Bahia, Santa Catarina, Goiás, Sergipe, Maranhão, Mato Grosso e Piauí.

Por cousa assim é que julgamos melhor ir resolvendo logo nossos problemas, prosaicamente, sem esperar muito da era atômica, pois só com muito vagar adotamos os novos recursos do progresso.

O que, todavia, importa, é dizer que além de fornecer carne para nosso consumo e para exportar, a pecuária fornece energia animal para os transportes. Se adotarmos como média apenas quatro juntas para cada carro — e já vimos até dez — ainda assim precisaremos apartar dos nosos rebanhos 1.145.928 rézes para tração.

O zebú entra como a melhor solução.

Para dar precocidade aos rebanhos, que, em vez de ficar estragando durante cinco anos as pastagens, já de si fracas como as do Brasil, as estragarão apenas durante três.

Para formar planteis mais conformes à rudeza das regiões intertropicais, menos expostos ou mais resistentes às epizootias.

Para acabar com essa história triste, de um boi argentino valer 1,66 do boi brasileiro — para dar mais pêso à nossa rez.

Para fornecer rêzes vigorosas, de grande energia muscular, destinadas ao transporte.

Outro grave problema econômico depende da pecuária constituída de rêzes fortes, e conjugada com a agricultura: o da mecanização rural. Devemos mecanizar, sem dúvida; mas, não podemos confundir mecanização e motorização. Motorizar, só discretamente, pois a grande maioria dos agricultores é modesta; jâmais conseguiria adquirir aparelhamento e custear-lhe a conservação. Além disso, sendo importados a máquina, o combustível e o lubrificante, motorizar seria subordinar ao estrangeiro a principal atividade econômica e expor-nos à paralização total em caso de guerra, como na última se paralizaram nossos veículos. Além do mais, êsse govêrno, cujo chefe tem palavras tão bonitas para com o rurícola, empece a vida rural ainda neste setor. No ano que Sua Excelência o senhor dom João VII chama de restrições financeiras, foi incomparavel ao de tratores o número de automóveis entrados: proporção de 8 para 30 mil. Muito mais facil conseguir-se um *Cadillac* do que um *Allis Chalmers*, até que porque não dá jeito de incluir nas bagagens um trator. Quando as entidades rurais se apresentam para importar diretamente e ceder pelo custo aos agricultores associados, o Poder Público intervém e impede, alegando ser lesivo ao comércio organizado, que paga impostos para isso — ao comércio organizado para enriquecer-se à custa da agricultura; ao comércio que importa por x e vende por $300 x$.

A pecuária intensiva, praticada conjuntamente com a agricultura, fornece os animais de tiro à movimentação de aparelhagem mecânica, realizando por 50 o que a motorização realiza por 350. E dá ao agricant-

dores aspectos, que contribuem para prender o homem e estancar a fuga à cidade. Conjugada à agricultura, ambas intensivas, a pecuária é carne e leite; é adubo orgânico, o mais necessário e sem o qual o químico não nos valerá; é transporte; é tração. No trópico, não se compreende agricultura sem pecuária; o agricultor que não tem ao lado seu plantelzinho, não é caprichoso nem econômico, pois prescinde do mais importante e barato fornecedor de adubo e de alimento; o pecuarista que não agriculta, é um desperdiçado, que não dá aplicação ao fertilizante fabricado gratuitamente na fazenda.

8. Transportes e eletrificação

TIVEMOS PRECISÃO de abordar, anteriormente, aspectos de nosso aparelhamento ferroviário; inclusive no último capítulo, onde figuram alguns cotejos com países sulamericanos. Deviam estar ali, pois cumpria salientar a influência da pecuária no setor do transporte. Neste, ligamos dois assuntos, inseparáveis em país intertropical e sem carvão, onde a cobertura florística é de relevante importância, tornando-se premente evitar que, em vez de rasgar horizontes, a estrada de ferro abra desertos, queimando lenha: transporte e eletrificação.

Duas cousas em vista. A primeira: estrada de ferro não são os estafermos que vemos correndo por aí, pessimamente administradas, escolhidos os diretores pelo critério da política ou do nepotismo; dirigidas por homens sem noção de responsabilidade para com o futuro, os quais engolem no presente as receitas e os empréstimos, deixando que se apodreça a via permanente, que se liquide o material rodante, até poder um dêles proclamar, após grave desastre ferroviário: viajar nesta estrada é um perigo. A outra: quem referir riqueza de energia elétrica em nosso país, reveja a última conta que pagou, e conclua se aquilo é preço de abundância ou de carência; lembre-se de que vivemos sob racionamento de eletricidade, nos meses chuvosos como nos secos; que, nas melhores cidades — são as únicas com

abastecimento mais ou menos apreciável — fica-se prêso no elevador ou sobem-se vários andares a pé, porque faltou energia elétrica. Frequentemente.

Jâmais a estrada de ferro perderá no Brasil a liderança dos transportes. Pelo menos, não deve perder. A relevância do problema define-se pela afirmativa seguinte: se, como vimos, é reduzida nossa capacidade produtora, menor ainda a transportadora, dando-se iterativamente o caso de haver carência de gêneros na cidade e apodrecer ou brotar em medas no campo, ou em sacos na estação, boa parte das safras. Do ponto de vista político, bastaria lembrar como foi nos Estados Unidos, onde, segundo Garrison Morton, falando na XXI Convenção Anual das Câmaras de Comércio, “o transporte e as comunicações nos deram unidade no meio de nossa diversidade” — ao contrário do consuetudinário aqui, onde a falta dêle e delas nos torna mais difusos e obriga as populações regionais a se polarizarem em tórno de si mesmas, desistindo de contar com as outras. Dir-se-à que, hoje, falar sobretudo em ferrovia quando se trata de transporte, é ser retrógrado, pois mesmo para o terrestre se usa de preferência a estrada de rodagem. Mas, não: no país, sistema dominante precisa ser o ferroviário, porquanto aquela depende de veículos, peças, combustíveis e lubrificantes importados, sendo cara e deixando-nos a pé em caso de guerra, como recentemente. Não devemos subordinar-nos a elementos externos em questões essenciais, qual seja a circulação da riqueza criada e da subsistência produzida na zona rural para os centros urbanos. Valeria, aliás, a pena abordar logo esse problema colateral, resultante da concorrência entre estrada de ferro e de rodagem, para uma conclusão: imprescindíveis modificações e implementos no Direito consuetudinário, no sentido de garantir a existência

econômica da ferrovia, ameaçada pelo transporte rodoviário.

Em outros países, isso já foi enfrentado e resolvido há mais de vinte anos. Oscar R. Hobson conta-nos, em trabalho para o número 91 de *Economia*, como foi na Inglaterra, onde a estrada de ferro lutava impotentemente para enfrentar a competição da rodovia: a legislação específica fizera-se no pressuposto do monopólio de zona para os transportes; impuzera obrigações pesadas, como a construção e conservação da via permanente, restrições quanto à liberdade de escolher cargas — é forçada a receber a despacho qualquer espécie de carga — e à alteração de tarifas; enquanto as empresas rodoviárias recebem pronta a via — construída e mantida pelo govêrno, à custa de impostos e taxas; podem selecionar as cargas interessantes e deixar as outras para o trem de ferro; tem a faculdade de alterar as tarifas ou mesmo trabalhar sem elas. “Antes da guerra — escreve Hobson — as empresas ferroviárias tentaram, a princípio, fazer com que o Parlamento elevasse os cargos pagos pelos ferroviários e, depois, quando essa tentativa falhou, assegurar a liberdade no que diz respeito à fixação de tarifas, etc., de maneira que pudessem concorrer mais eficientemente com as empresas de transporte rodoviário. Essa campanha contou com certo apóio do govêrno conservador de então, e durante a guerra levou a conversações entre os proprietários das quatro principais estradas de ferro e a Associação de Transportes Rodoviários, destinadas a descobrir um “modus vivendi” entre as duas fórmulas de transporte”.

No Brasil, o caso é mais grave ainda, pois aqui dependemos totalmente do estrangeiro para a movimentação sobre as rodovias, não devendo submeter a fatores externos a circulação das utilidades, nem onerar-

lhes o custo com preço de transportes, ditado lá de onde recebemos o veículo e o combustível. Todavia, qualquer franco atirador pôde comprar um caminhão ou um ônibus e competir com a ferrovia, desobrigado até de acumular reservas para garantir aos clientes a continuidade do transporte, mudando de profissão quando se houver desgastado o veículo. Se continuarmos a intensificar o rodoviarismo sem pensar na estrada de ferro, acontecerá isto: faz-se deficitária, não aguenta a situação resultante e o poder público deverá encampá-la e arrotar os prejuízos, à custa de mais onus para o contribuinte, porquanto não se pôde suprimir-lhe o funcionamento como o franco atirador faz com seu carro inservível; ou quando, por motivo de guerra ou qualquer outro, nos faltarem os elementos indispensáveis ao rodoviarismo — como recentemente — as estradas de ferro não estarão em condições de acolher-nos, na volta obrigatória a elas.

Na Inglaterra, a questão deslindou-se mediante a coordenação dos quatro sistemas de transporte de superfície — o ferroviário, o rodoviário, o de cabotagem e o de canais — organizando-se tarifas apropriadas e distribuindo-se os setores, na conformidade do critério mais racional. Mesmas obrigações para empresas rodoviárias e ferroviárias quanto à aceitação de cargas; tabelas tarifárias em bases semelhantes; fundações judiciais e fiscais para o novo Tribunal Rodoviário, criado à maneira do Tribunal de Tarifas Ferroviárias. Todavia, em 1945, Morrison — lord Presidente do Conselho — anunciou primeira vez a intenção governamental de nacionalizar os transportes, no que foi confirmado posteriormente pelo chefe do gabinete trabalhista.

No Brasil, teremos de chegar também aí, nacionalização. Afinal, é o destino de todas as empresas concessio-

nárias de serviços públicos, que entre nós se estabelecem: depois de comido o filé, largam o osso ao governo, que não pôde recusá-lo, pela natureza do serviço. Melhor aproveitar ainda alguma carniinha, que existir. Cousa relativamente simples, pois não temos navegação de canais e a fluvial é quase imponderável, nem será nunca brilhante, porquanto os rios tropicais, com ótimas exceções, não animam a grandes investimentos que dêles dependam. Uma cousa é indiscutível: se permanecer a situação atual, em pouco tempo as emprêsas ferroviárias estarão falidas; se estas continuarem a queimar lenha na proporção de hoje — vimos isso, em outro capítulo — elas e as indústrias completarão rapidamente a obra de transformar em deserto a parte econômica do Brasil.

Precisamos volver-nos para a energia elétrica, num caso e noutro. Aliás, quanto às indústrias o plano é quase oposto ao esboçado para a agricultura e a pecuária: estas precisam nuclear-se; aquelas, descentralizar-se — o que depende precipuamente da política de energia elétrica. Não de descentralizar-se as indústrias, para o duplo efeito de evitar megalópolis e Interior em vasante. Onde os transportes devem ser dirigidos com usura, devido à mingua de combustível, não haveremos de continuar transportando para os centros de consumo matérias brutas, que poderiam ser desbastadas nos de produção pelas indústrias rurais, deixando lá o resíduo útil ao revigoreamento das terras e dando trabalho aos que, inaptos ou impropensos à dura fâina do campo, todavia encontrariam ocupação, sem necessidade de procurar os grandes centros.

Atualmente, porém, é impossível industrializar o agro ou substituir nas ferrovias o combustível vegetal pela tração elétrica. Também aqui, talvez nada se consiga sem a nacionalização.

Muito grande o êrro dos que acreditam no gigantismo de nosso potencial hidroelétrico. Dos 51.500 mil HP que constituem os recursos de energia hidráulica em estado potencial na América do Sul — cálculo de Carlos A. Volpi, só quanto aos rios internacionais — no Brasil estão 19.519.100. Mas a sua distribuição por bacias hidrográficas e pelas regiões geoeconômicas mitigalhes extremamente a utilidade. Essa distribuição, aliás, indica-nos como, em vez das centrais elétricas, nos interessa possivelmente melhor o grande número de pequenas usinas. Para o Estado de São Paulo, poder-se-ia afirmar de modo absoluto, pois temos ao todo 2.607 quedas d'água em rios, ribeirões e córregos, das quais 484 com mais de 25 metros de altura, 726 com a de 10 a 25 e 1.397 com a de 5 a 10. Vá o proprietário do imóvel, onde se encontra a cachoeira, pedir licença para aproveitá-la: as interferências impedirão — coisa possível de provar-se concretamente. A melhor parte do potencial hidráulico do país está em mão de concessionários monopolizadores, que a exploram a belprazer, sem autoridades que lhes tomem contas, que exijam cumprimento de obrigações, que defendam o público. Dos bons negócios nas cidades do Interior é o de artigos elétricos, de tal modo se queimam resistências, e fusíveis, e tudo. Durante alguns meses, praticamente não há luz nem força, porque falta água — dizem os concessionários; durante outros, também não há, porque a água carregou ou invadiu a usina — e isso mostra a improvisação dos beneficiários, que só cuidam de enriquecer-se. Às quatorze ou quinze horas, ou antes, da usina telefonam à indústria local, avisando que se vai cortar a energia até ao dia seguinte. Como, então, montar fábricas no Interior, e como industrializar o agro? Como eletrificar estradas de ferro?

Ainda quando se pudesse contar com a regularidade no fornecimento, de modo a não ficarem as fábricas pagando operários sem trabalhar e, assim, encarecendo a produção, bastaria para este último efeito o preço da energia elétrica. Ele já onera os produtos e reduz o consumo. Entre quinze países — Estados Unidos, Canadá, Suécia, Nova Zelândia, Inglaterra e Colônias, Argentina, Rússia, Finlândia, Bélgica e Colônias, Itália, União Sul Africana. Índia, China e Brasil — o nosso é o penúltimo quanto ao consumo de energia elétrica, só deixando na frente a China. Temos Capital que consome apenas 21 mil kwh por mês; quatro consumindo menos de 300 mil; e só uma com mais de 100.000 mil. Não obstante, no atual ano de 1950 houve início novo racionamento de luz e energia, exatamente durante as águas — prenunciando o que ocorrerá na seca; afinal, o racionamento de 1952 em diante passou a ser permanente e já se anunciou que durará alguns anos. Na Paulicéia, eram raríssimos os hiatos na iluminação pública, ao passo que, agora, há quarteirões onde eles se repetem várias vezes nas vinte e quatro horas. O racionamento golpeou fundo a indústria dos fogões elétricos, forçando maior consumo de lenha e carvão, ou seja, acelerando o deserto e empobrecendo os mananciais, já dessangrados. Quanto à proporção entre energia vegetal e outras, na indústria, isso já vimos: só o Brasil faz indústrias com aquela.

No Interior, nem estudar nem ler se pôde, de tal modo mantem nas trevas a população as empresas concessionárias do serviço de luz.

Conclusão meio complexa, aqui: precisamos levar ao Interior as fábricas, entre outros motivos a economizar

transportes de matérias-primas e artigos primários, que podem deixar lá os resíduos, utilizáveis na agricultura e na pecuária, bem como para elemento de fixação demográfica; precisamos fortalecer a economia ferroviária e, ao mesmo tempo, reduzir imensamente o consumo de combustível vegetal nas locomotivas; então, precisamos eletrificar o agro e as ferrovias — o que só é factível se arrebatarmos as fontes potenciais aos monopolizadores de hoje e restituirmos o Brasil ao povo brasileiro, também neste setor.

9. Povoamento

EM OUTRO CAPÍTULO, afirmamos imprescindível o fomento demográfico, não obstante nos manifestássemos incrédulo quanto a ponderável contingente externo e até nos opuzéssemos a isso na vigência das atuais circunstâncias. Quando restringimos à imantação de correntes migratórias a solução do problema demográfico, não atuamos com visão panorâmica, brasileira, mas apenas regional; pois elas só podem orientar-se para baixo do trópico, possivelmente resolvendo aí dificuldades de momento, mas, na certa, criando graves questões porvindouras, em vista de se acumularem na zona fisiográfica do sul. Se queremos solução nacional, não pensemos sobretudo em buscar lá fóra o de que necessitamos aqui dentro. Os nefelibaticamente otimistas admitem e esperam que a energia nuclear tudo modificará — a crosta da terra e o velho atmosférico, revolucionando a química, a ecologia, a biogeografia, a geomorfologia, etc., de modo a termos ar condicionado sob a abóbada celeste, nevasca no equador e diábase no Sahara. Mesmo quando pudéssemos participar de tanto entusiasmo, ainda aí nos lembraríamos de que, como a Áustria dos tempos napoleônicos, o Brasil anda atrasado de um século e várias idéias, cumprindo haver indivíduos pro-saicos e retrógrados, que se debrucem sôbre problemas instantes, enquanto os atômicos aguardem os bisnetos chegarem ao céu com o noticiário do que porventura se realizar aqui por efeito da energia nuclear — aqui,

onde ainda vivemos a fase da muscular, onde a 140 e tantos mil veículos motorizados correspondem 140 e tantos mil carros de boi — estando a diferença apenas nos quebrados... e onde a agricultura ainda se exercita em práticas encerradas, para o resto do mundo, no ano 4.000 antes de Cristo.

Nenhuma dúvida quanto a êste ponto: o princípio populacional é básico na vida brasileira. Mas, por motivos de vária natureza — uns permanentes e inerentes ao meio físico, outros de carater transitório e atribuíveis ao poder público — não nos podemos fiar nas correntes migratórias para resolver o grave problema. Precisamos de estrangeiros; mas, repita-se, eles não virão. Atrai-los agora, é incrementar as populações citadinas, é aumentar o número de consumidores de produções essenciais, agravando-se a situação, que já nos preme; é tornar dissolvente da nacionalidade o cosmopolitismo urbano, com carater tanto mais grave quanto mais certo que o ponto terminus de toda corrente migrante serão as principais cidades — duas, ou três, ou quatro.

Para o momento, enquanto o nosso agro fôr lugar de purgação de penas, como ainda é; enquanto os homens do poder continuarem considerando a classe rural simples mula de almocreve, à custa de cujo sacrifício procuram neutralizar erros e desacertos, o melhor a fazer é valorizar a prata de casa, é o endemismo: transformar o índio e o caboclo em verdadeiros agricultores, incorporando-os à economia nacional, eles, que — embora ao ouvir isso se arrepie a patriotada — ainda teem valor quase imponderavel. Mais importante do que mecanizar, eletrificar, industrializar, etc., é humanizar.

O caboclo brasileiro não é um forte, não poderia ser um forte, sendo extranhavel que o autor excelso de *Os Sertões* se tenha permitido tal expansão no mesmo

volume em que alinha argumentação contrária. Não poderia ser, pois é de origem cacógena, procede daquela mestiçagem extremada, que o próprio Euclides subestima; porque vive desassistido, desconhecedor do recurso da ciência para a saúde e para a técnica, e corroído pela verminose em 70% de seu total. Perde anualmente algumas dezenas de dias por moléstia; e trabalha sem entusiasmo ativo, porque em estado de carência orgânica, mesmo quando pançudo, mesmo sobrecarregado de buchas estomacais.

O modo como vive o caboclo não é o de nenhum hérules. Mora mal: os proprietários rurais, em via de regra porque espoliados e empobrecidos pela política econômica-financeira dos governos, mas também à vez porque de mentalidade escravocrata, não se lembram de reformar de quando em quando as colônias. Estas são esburacadas, enfumaçadas, cheias de goteiras, mesmo quando a casa grande se transformou em hotel de luxo para a grã-senhora passar uns poucos dias no ano. Se se entope o poço, onde a colônia inteira se abastece de água, levam meses e podem levar anos para o administrador conseguir autorização de gastar uns cobres na limpeza. Dentro dessas mansardas, o asseio depende dos habitantes, sendo o único luxo, o só conforto ali, pois não há móveis nem utensílios. O orgulho besta pode coabitar com essa miséria. Recebemos certa vez grande família de colonos, provinda de Minas Gerais, e demos-lhe casa geminada, vasta, reformada, na qual se aquietaram todos, embora houvesse outra ao lado, vaga, à disposição do chefe. Preferiram assim. Pouco depois, grassou na região uma epidemia estúrdia, de gripe a acabar sempre em pneumonia. Na fazenda, o único a morrer foi o chefe daquela família. Quando estava mal, estivemos lá e perguntamos se precisavam de alguma cousa. Responderam veementemente que

não; mas não se esforçaram por que entrássemos. Morto o velho, comparecemos, levando vela, pinga, pão, e outros materiais apropriados ao velório. Claro que entramos; e vimos o corpo magricela, ossudo, estendido sobre a folha de uma porta inteira, para isso derrubada. Fomos nos insinuando pela casa toda e só encontramos miséria, até que perguntamos pela cama, onde o ancião morrerá. E foi-nos mostrado um saco de palha, ao canto de um quarto: ele sofrêra e morrerá como cão, sem leito, enrodilhado em arremêdo de colchão. Não perguntáramos, antes, se precisava de alguma coisa? Mas, não precisava: o caboclo já tem a miséria como segunda natureza e imagina aquilo perfeitamente normal. A mesma epidemia deu-nos ensejos de ver muitos interiores de casas de colonos: tudo mais ou menos igual. Assim, a própria cadeia passa a ser cobiçável.

Dessas casas, onde à vez chove como na rua, saem eles cada manhã, levando no bucho um cafésinho aguado. A mulher levantou-se muito antes, a fazer êsse café e o almoço, que o trabalhador já leva consigo, se o serviço é longe; em caso contrário, alguém da família levará mais tarde. Agora, com o preço do pó, qualquer beberagem substitui o café. O almoço é sempre o mesmo: feijão e arrô. Mui raramente, pedaço de sardinha ou alguma mistura — tudo em via de regra feito de madrugada, para ser comido às nove ou dez horas.

O govêrno fez tremendo descobrimento: se reformar a obra de Deus, e decretar que, no verão, a meia noite ocorre às onze horas, haverá no Distrito Federal e na Paulicéia enorme economia de electricidade, redundando em boa poupança às respectivas municipalidades. E todo mês se publicam os resultados conseguidos: uns setecentos mil cruzeiros, se não nos enganamos. Governos com mentalidade municipal, sem visão de conjunto.

Em milhões de casas de caboclos, para confeccionar o cafésinho matutino e o almoço, que os trabalhadores já levam para o serviço, o mulhierio tem de levantar-se com o escuro, pois cinco horas são quatro e quatro três; a poderem trabalhar na cosinha, hão de acender a lamparina, gastando muito mais querozene, que é artigo importado, que custa ouro no intercâmbio. Muito mais do que se economiza em luz nos dois grandes centros, se gasta em iluminação doméstica nas grotas.

Quando, às nove ou dez horas, o caboclo pára de trabalhar e vai comer, sua comida é pasta fria, que ele mastiga com maus dentes, sabendo de cór o que o espera dentro daquela capanga encardida. Quando o pobre podia beber café, sôbre aquilo se atiravam uns goles, bebidos diretamente na garrafinha, frio como a própria vida do caboclo. E trabalhar, trabalhar mais, para depois voltar à casa esburacada e, no meio de crianças enfermas ou enfermças, servido por mulher cansada, irritada de tanto ver os filhos sofrerem, e ranzinza, engulir pedaços de polenta, ou, se quizerem, de angú, a título de janta.

Uma só escapada: a pinga, por meio da qual o caboclo foge de si mesmo; foge à vida miseravel, que atura. Porém, à vez foge de mais, embriaga-se e surra o pessoal, ou falta ao trabalho no dia seguinte. Como os habitantes da Bicuiba, escorna-se pelo caminho, retornando ao lar, sôbre algum pangaré degenerado quanto ao sangue, mas habil no transportar um bêbado.

O caboclo não conhece recurso de espécie alguma. Vive na miséria e é hoje um insubordinado, inimigo nato da classe dos empregadores, porque tem vagas notícias da legislação social, que não passa daquilo mencionado pelo senhor dom João VII, no discurso de 17 de abril: extemporânea, não reclamada pela realidade ambiente, em desacôrdo com ela. E' o que exprime

êste pedaço: "A legislação brasileira do trabalho e da previdência social é das mais avançadas do mundo, e se reveste de particular significação, se considerarmos que foi obtida sem entretuchos das classes, sem lutas e sem violências". No princípio do século também a Austrália se deu ao luxo de possuir a mais avançada legislação social, mais do que a da Inglaterra, conseguindo exatamente o que estamos obtendo aqui: o ulterior choque de classes; a conciliação das classes substituída pela hostilidade. Aqui, o bancário serve mal ao público, para lesar o banqueiro; o operário fabril produz molemente, pouco, para prejudicar o industrial; até o operário rural faz cêra, afim de se opôr ao interêsse do fazendeiro — resultando de tudo que a produção rende pouco e o produto sái custando muito mais caro, prejudicando-se todas as classes, elevando-se o custo da vida. Assim ocorre, sempre que as conquistas não resultam de justas e ativas reivindicações, feitas por homens já esclarecidos pela educação social. Atender as justas reivindicações das classes é fazer sociologia; deixar as massas no obscurantismo e, não obstante, espicaçar-lhes o desejo de reivindicar, ou dar-lhes aquilo com que elas mesmas não sonhavam, isso é anarquizar.

Temos aí uma população rural miseravel e irosa; com mentalidade anterior a 1888, mas com o coração em brasa, aquecido no ódio de classe e temperado ou destemperado na miséria.

Envolver-lhe a vida em condições humanas, é valorizá-la, dar-lhe capacidade produtora, atribuir-lhe eficiência, acrescentar ao potencial econômico alguns milhões de dias-trabalho por ano. Se confrontarmos a produção brasileira com a de quase todos os países, veremos o quanto é insignificante. Sentir-nos-famos humilhados, se justapuzéssemos a cifra da de nossos cinquenta milhões de habitantes à da dos quatorze milhões de canadenses.

A chocante diferença não póde decorrer apenas da superioridade ecológica do Canadá quanto ao Brasil, mesmo porque, em opposição a nossos desertos tropicais, aquele país tem as planuras gélidas da zona frígida; há de ser levada, em grande parte, à conta da reduzida eficiência do nosso "homo oeconomicus". Infelizmente, não é possível discordar de Gourou quando prova o clima tropical, o quente e úmido, nocivo ao homem e ao solo — o que obriga o homem, mais fraco, a despender maiores esforços, para conseguir menores resultados (e já vimos bem isso). Pior ainda: certos avanços do progresso acarretam no trópico desastrosas consequências, quando dêles nos armamos. Gourou mostra os prejuízos causados pelo arado na Rodésia e condena o trator no trópico, onde o homem enfraquecido teria de permanecer rudimentar. Não só o homem como as técnicas terão de adaptar-se progressivamente — o que é levar o endemismo para além do limite antropológico.

O incontestável é precisar-se fortalecer o habitante do trópico, velar bastante por sua saúde, de modo a resistir as inclemências do meio, onde já esteja, e a tornar-se apto a ir ampliando o círculo de atividades úteis — o modo, o único modo de conquistar-se o Brasil por dentro, o que se conseguirá com brasileiros hígidos, bem cuidados, cientificamente assistidos. "O produtor rural no mundo todo merece cuidados especiais do poder público, por envolver atividades de base para a existência da nação e por pertencer a um grupo que está sempre em inferioridade de condições no trato com outros grupos sociais e econômicos — disse Américo L. Barbosa de Oliveira, em *Estudos Brasileiros de Economia*. No Brasil, procede-se de forma oposta. Ao péso de todas as vantagens naturais, soma-se o onus da atitude da sociedade. Não admira, pois, que a cole-

tividade rural brasileira — o nosso mercado interno — seja aquela “congregação de pobres” anotada por Vilhena há dois séculos. Admirável, assim, é a tranqüila inconsciência com que as classes dirigentes sugam os restos de energia produtora do país, agravando o pauperismo, alimentando a fogueira do humus, alastrando a tapera, comprometendo o futuro do país”.

Sejamos objetivo: cuidemos, neste passo, de fortalecer a demografia brasileira pela diminuição da letalidade e pelo aumento da eficiência do homem, o que tudo se consegue pela aplicação da medicina preventiva e curativa. Em outra palavra, humanizar, ou ao menos assim o entendemos. Mas, é impossível de conseguir-se, por isto: no Brasil, a medicina não anda ao alcance do cidadão plebeu, muito menos do rurícola; não sobretudo por ficarem no Rio de Janeiro e em São Paulo 40% dos médicos, nem por haver mais de 700 municípios sem assistência médica mesmo ocasional. Ainda admitindo-se a possibilidade, para todos, de obter gratis o receituário, não obstante continuaria inacessível a assistência científica; porque no Brasil tudo é mercadoria, nada se considera utilidade; tudo objeto de enriquecimento rápido, nada se tem como meio de erguimento social. Em precioso livro de 1942, o ilustre médico dr. José Palmério ilumina escandalosamente tão feio escaninho. Em *O Custo dos Remédios*, conta-nos cousas desanimadoras. Receitas médicas, cujo aviamento nos Estados Unidos equivalem a meio salário baixo, no nosso país correspondem a um salário elevado; outras, lá equivalem a um têrço do salário baixo e aqui a salário e meio elevado; a um têrço lá, a dois inteiros aqui. Numa Caixa Beneficente, em São Paulo, os sócios gastam com farmácia o dôbro do que pagam ao médico, quando na Inglaterra a despesa se

distribui de modo diverso: 50% com médico, 11% com alimentação e 36% para remédio e roupa. Em outra associação paulista, a 1.684:228\$200 com remédio corresponderam 1.212:545\$200 com médico e dentista, e... 503:374\$000 com internações, análises, etc. Remédios simples, que ficam aos hospitais por 7 centavos, nas farmácias compram-se por 1 cruzeiro; de 4 centavos por 60; e assim por diante. Isso torna possível a distribuição de dividendos até de 80%, como o dr. José Palmério demonstra à página 106-b do livro citado.

Neste problema, o solucionador há de ser o próprio povo, que só tem um recurso contra indústria assim desumana: organizar-se em sociedades cooperativas sanitárias, para obtenção de assistência médica preventiva e curativa, e fabricação de seus remédios. Ao poder público fica o dever de auxiliar por todos os meios essas cooperativas — subvencionando-as proporcionalmente ao capital realizado pelos associados, isentando-as de impostos, inclusive para laboratórios de produtos farmacêuticos, para fábricas de aparelhos sanitários e de sapatos populares, visando-se instaurar o binômio “botina e latrina”, sobre o qual os Estados Unidos baseiam a decênios a campanha sanitária rural. Não faremos exposição da vantagem e necessidade do processo, voltando à imodéstia de referir aqueles mencionados trabalhinhos, onde o assunto figura mais desenvolvido: *Questões Agrárias e Curso Intensivo de Cooperatismo*.

Outra maneira de atender-se a necessidade do povoamento com os próprios recursos: assistência à maternidade e à infância, de modo a mitigar-se a permanente matança de inocentes, a reduzir-se a mortalidade infantil. Problema velho aqui, velhamente impressionante. Na *Fala do Trono* de 1823, Pedro I disse isto: “A primeira vez, que fui à roda dos expostos, achei (parece impossível) sete crianças com duas amas; nem berços, nem

vestiários. Pedi o mapa e vi que em 18 anos tinham entrado perto de 12.000 e apenas tinham vingado 1.000”.

Aqui, será prudente não aceitar de todo o princípio científico, segundo o qual “les conditions générales de géographie humaine, permanentes, ou passagères, en étant favorables au développement des hôtes seconds, sont la cause indirecte mais souveraine et réelle de la plupart des endémies et épidémies”. Preferível irmos à culpa, à causa da situação precária do permanente estado sanitário nacional e reconhecer que “les conditions assez primitives de la vie, ou les nécessités inhérentes à telles ou telles cultures, n’ont pas permis ou ne permettent que difficilement d’améliorer d’une manière générale les conditions de l’existence et d’amener ces humanités à l’observation des lois rigoureuses de l’hygiène” — como afirma Brunhes, no livro tanta vez citado. Ainda hoje poderíamos ter como atual para nós o relatório de Roubaud à Academia de Ciências Coloniais, quanto à insuficiência alimentar do indígena das possessões francesas. Porém, em vez de encaminhar-nos ao caso geral das condições sanitárias, retenhamo-nos no da mortalidade infantil, podendo, todavia, pedir um pouquinho de atenção para cousa já exposta: o lento evoluir da produção de subsistências e o fato de serem elas consideradas só mercadorias, não utilidades revestidas de função social, deixando imenso lucro ao comerciante, faz com que no Brasil alimentar-se bem seja privilégio de ricos; além disso, a exploração, agora mesmo vista, com os produtos farmacêuticos, leva a igual resultado quanto ao tratamento de saúde, também ao alcance apenas dos abonados. A consequência é a devastação da demografia, a percentagem elevadíssima de certas “causae mortis”. De acôrdo com o relatório da delegação norte-americana à

Conferência Internacional de 1938, em dezoito países a percentagem média de mortes resultantes de moléstias do aparelho digestivo é de 12,1 sendo de 16,1 a máxima e de 9,8 a mínima. Na França, em cem mil habitantes, por "causa mortis" igual perecem anualmente setenta e seis pessoas. Procuremos ver como é no Brasil. Segundo o *Anuário Estatístico* para 1948, a percentagem máxima sobe aqui a 34,97 e a mínima não desce de 16,45. Impossível registrar isso sem evocar os lucros obtidos no comércio de subsistência, pois em grande parte decorrem estes do envenenamento consequente à fraude. Como as crianças teem menor resistência, são as maiores vítimas. Então, nos grandes centros a mortalidade infantil é enorme, porque aí muito se frauda: em nenhuma importante urbe européia ou norteamericana passa ela de 80 em mil; e desce a 32. Aqui, entretanto, não há uma só Capital, onde seja inferior a 124. Superior a 300 em três; a 200 em onze; a 124 em sete, inclusive no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Nos centros rurais, é grande porque a medicina não entra, não se pratica, e o pauperismo ajeita a situação; no campo morrem 800 em mil. Em toda casa sertaneja, onde entramos, é hábito indagar quantos filhos. Responde-se que, vivos, são dois ou três. Pergunta-se pelos mortos: cinco, ou seis, ou mais. Sobreviveram apenas 36 dos 64 filhos de esforçado lavrador do município de Petrópolis. As últimas pesquisas, realizadas em 340 municípios representativos de zonas rurais, dão o número de 5,1 para os componentes da família. Praticamente: o casal e três filhos, ou seja a mesma coisa que se verificava na França da decadência. Essa matança dos inocentes é, sobretudo, o que mais espanta para a cidade o imigrante, o colono e mesmo o caboclo, que, infelizmente, não livra da morte os membros da família, pois na rua são as principais vítimas das moléstias

urbanas, contra as quais seus organismos não prepararam defesa. Em Nova York, por 100 mil habitantes morrem 14 de tuberculose; em Hamburgo, 75; em Londres, 79. No Brasil, os dados fornecidos pelo *Anuário Estatístico* permitem estas cifras: Rio de Janeiro, 324; São Paulo, 133; Recife, 421; Salvador, 496; Pôrto Alegre, 379; Belo Horizonte, 267; Belém, 388; Fortaleza, 285; Niteroi, 287; Curitiba, 96; Manaus, 248. A estatística sanitária conta algo mais do que as cifras: o maior número das vítimas da tuberculose nas Capitais não são pessoas aí nascidas, mas precedentes das zonas rurais. Calcula-se que, entre nati-mortos, abortados e mortos no primeiro ano de vida, o Brasil póde economizar anualmente 736.090 pessoas. No ano em que chegou maior número de imigrantes, no de 1913, entraram 110.570, dos quais saíram 41.834, restando 69.418 — menos da décima parte daquela cifra macabra — o que nos confirma no conceito, segundo o qual a assistência à maternidade e à infância propiciaria contingente demográfico incomparavelmente superior ao possível de provir do excedente populacional de todos os quadrantes da terra. Por outro lado, considerando-se que é dada como média da capacidade efetiva do produtor brasileiro a importância anual de seis mil cruzeiros, poderão os cabanistas, insensíveis a argumento de ordem humanitária, deduzir que os aqui ceifados sem ter tido oportunidade de viver, de ser úteis, de contribuir para a grandeza da pátria, viriam a render anualmente mais de quatro bilhões.

Aqui, dois aspectos a considerar. O ilimitado liberalismo econômico influi duplamente na letalidade e, portanto, no enfraquecimento demográfico — aumentando a subalimentação pelo encarecer da subsistência, e ceifando vidas pela fraude nos alimentos, sobretudo

nos destinados especialmente a crianças, velhos e enfermos; o mesmo ilimitado liberalismo econômico produz efeitos iguais pelo consentimento, que dá, à indústria dos remédios, de tornar impossível o uso dos produtos medicinais e inútil a assistência médica, de nenhuma utilidade se não completada pela farmacêutica.

Escrevendo sobre os problemas dos países tropicais, Pierre Gourou tem considerações, algumas das quais nos permitimos transladar, mesmo se se alonga a transcrição, visto considerarmos indispensável o estudo de todas as hipóteses aventadas para a solução daqueles problemas:

— “A direção, simultânea, bem se vê, das empresas de saneamento e de aproveitamento econômico — escreveu aquele mestre de questões tropicais, no número V de *Les Cahiers d'Outre-mer* — exige férrea disciplina. As fantasias individuais não podem ser toleradas, no plano da higiene como no da agricultura, pois comprometem o êxito do conjunto. Um desbravador amigo da solidão não poderá realizar seu sonho: destruiria mais riquezas do que as produziria; as doenças, que o acometeriam, seriam ameaça para a população restante. Disciplina, portanto; mas, quem a imporá? No momento quando declina a autoridade das potências colonizadoras, quem forçará aborígine e colono europeu ao necessário reagrupamento e à absoluta obediência, indispensáveis à boa mobilização da economia tropical? Por outro lado, os métodos democráticos terminam geralmente em compromissos incompatíveis com as exigências do conhecimento científico. Importa lembrar, a respeito, a experiência, da comissão sul-africana de investigação sobre a seca (1923); chegou à conclusão de que os irracionais processos de agricultura e criação eram particularmente responsáveis pelos mais daninhos efeitos da seca e acarretavam perigosa erosão do solo; e acrescentava: “Infeliz-

mente, em país democrático não é possível ao governo tomar providências que se adiantam demasiado aos desejos do eleitor médio". Deve-se, pois, imaginar que a valorização do mundo tropical só será factível no quadro de economia autoritária, submetida à vontade exclusiva de técnicos competentes? Sem dúvida, em parte alguma se manifesta tanto como no âmbito tropical a necessidade de direção da economia. A liberdade sem freio não cabe no caso. Muito longe de levar à prosperidade pelo equilíbrio de forças em competição, conduz à irremediável destruição da riqueza potencial".

As considerações do ilustre professor do Colégio de França atiram-nos ao passado remoto, à era precolumbiana, quando, em luta permanente contra a vicissitude do trópico, o império incásico executava providências hoje acoimadas de facismo pelos só conhecedores da história recente, aliás sem aquele trecho expressivo, onde os homens aprenderam à custa de sangue que que liberdade sem disciplina e sem proteção ao fraco é anarquia e prepotência. E' plutocracia, é cousa execranda, a que chegamos no Brasil, a que se chegou no mundo capitalista, tanto mais calamitosa e inaceitável quanto mais pobre o país atingido; a tal ponto que, mesmo os *quakers*, mesmo os caturras, mesmo os da junta do côice, prefeririam o comunismo reivindicador a esse capitalismo sem entranhas, se as alternativas fossem só as duas, se não houvesse outra saída para o caso.

Ninguém mais admitiria a fiscalização do regime alimentar da criança, a garantir-se pureza e evitar-se a matança dos inocentes, porquanto nas plutocracias só se admite a intervenção do Estado a favor do forte contra o fraco: a barragem alfandegária, para que o forte possa impôr ao fraco os preços que quizer; a liberdade de comércio, para que o forte possa fraudar à

vontade e ganhar logo, na intensidade, o que seriam necessários anos para ganhar na quantidade; embora todo mundo entenda razoavel que alguns milhares de comerciantes possam matar anualmente alguns milhões de meninos, pela fraude dos artigos de subsistência, e mesmo o poder público se permita aconselhar os escolares a não comprarem as guloseimas vendidas à porta do grupo, porque feitas de matéria tóxica, mas de comércio permitido, como vimos em outro capítulo. Nós, que consentimos à autoridade coarctar-nos a liberdade ao ponto de não ser lícito edificar sobre terreno de nossa absoluta propriedade o prédio que quizermos, nas dimensões que desejarmos, no estilo que preferirmos, nós não compreenderíamos nem aceitaríamos os tribunais dos mercados, para julgamento e sanção imediatos de crimes contra o consumidor, quanto a peso, medida e qualidade. Se houvesse precisão de provar como é livre a liberdade de envenenar a população, bastaria evocar os recentes comandos sanitários: agentes do poder público invadiam restaurantes, bares e mercearias, e punham para fóra toneladas de gêneros fraudados ou deteriorados, e de imundície, que eles próprios declaravam ser a soma de anos e anos de atentados contra a saúde do consumidor — mostrando que dormiram anos e anos, como recommearam a dormir novamente, passada a fase publicitária de seu zelo, pois a matéria não é para campanha bombástica, mas para silenciosa e desperta ação permanente. Quanto à imundície dos preços, já houvera patacoada igual, ao tempo do famoso Tribunal de Segurança Nacional, um de cujos procuradores vivia em São Paulo, prendendo modestos caixeiros, mas deixando à solta os responsáveis pelo negócio, afim de ter com quem discutir o preço da maroteira e de quem receber o da concussão.

No Brasil liberalesco de hoje, o meio de atender-se à saúde da população, quer pela medicina preventiva, quer pela curativa, quer ainda pela eliminação da fraude que envenena e mata, há de ser o mesmo preconizado quanto à luta pela melhoria da alimentação: a atuação solidária do povo, transformada cada pessoa em sujeito de ação social — de mero objeto, que tem sido. Nos dois livrinhos já imodestamente citados, e no *Tratado Brasileiro de Cooperativismo*, damos o plano e a técnica das cooperativas sanitárias, sem as quais inutilmente se tentará qualquer cousa.

A prática do cooperativismo sanitário é a conclusão do capítulo.

10. Política agrária

A política ruralista, preconizada em outro capítulo, não exclui a escolha de uma política agrária, consentânea com a nossa vicissitude tropical. Não é a mesma cousa. Dentro da primeira se podem adotar várias outras, pois aquela é genérica, e específicas estas.

Não há grande esperança a respeito. O discurso do senhor dom João VII, algumas vezes referido páginas atrás, foi pronunciado ao inaugurar-se a V Conferência do Trabalho; e dá a concluir que basta uma refórma agrária para se operar o milagre, que, todavia, já vimos dependendo de cousas muito mais profundas. Na mesma conferência, foi eleita presidente da Comissão de Trabalho Rural uma senhora festeira, saçaricante, que de ruralismo nada entende; e não teve pêjo de dizer isto: precisamos transformar cada operário rural em proprietário rural — fórmula diferente da mesma xaropada contida no discurso. Chega a ser burrice. Vejamos: se no campo só há proprietários; se no campo se abole completamente a classe dos assalariados, cada agricultor só pôde contar consigo mesmo e só pôde lavourar o tracto ao alcance do esforço individual. Suprimir-se-iam tôdas as operações a dois, as exigidoras de trabalho de equipe; o mesmo indivíduo teria de ser tratorista, carreiro, cocheiro, etc.; ficariam inaproveitadas as terras que uma só pessoa não pudesse cultivar. Que lucraria com isso a coletividade? Haveria com isso aumento de produção? Neguemos, terminantemente. Burrice inqualificavel.

Quer os administradores, quer os políticos, ou os que se permitem amadorismo sociológico, soem atribuir aos proprietários rurais os males da economia agropastoril, sem considerar serem eles vítimas da política econômica geral, e da situação latitudinal do país — nunca tida em conta, porquanto não se páutam pela carta geográfica brasileira os breviários cívicos, até hoje guias espirituais de nosso patriotismo.

A mania atual são as refórmias — simples atitudes de autoridades improvisadas, de expoentes tornados possíveis nesta hora de depressão nacional, quando o lixo subiu e domina. Hoje, sem as refórmias rurais não se lobra salvação. Reclama-se o andamento de dois projetos existentes no Congresso Nacional: um de trêfego deputado criptocomunista, que usou jôgo de cena para apresentá-lo; outro, procedente do gabinete do Ministro da Agricultura, e cujo autor declarou em página introdutória haver tido apenas um mês para lucubrar. Nos dois, o mesmo confusionismo, os mesmos ideais destrutivos, a mesma falta de conhecimento da matéria e até de leitura sôbre as mais recentes ocorrências em outros países. Agora, o senhor dom João VII anuncia um, do bestunto de seus satélites, e cujo valor se imagina, ante o que já proclamou a tal presidente, que é princesa real.

O govêrno ditatorial ocupára-se ativamente de reformas sociais. Mas, à maneira dos reformadores russos, dos últimos tempos do czarismo: dando toda solitudine ao proletariado urbano, com o mais total negligenciamento do rural — donde resultou agravação dos males, porquanto surgiu ou se acentuou o desequilíbrio entre as condições do citadino e do rurícola, ao mesmo tempo em que se densificou o ambiente para os agitadores e demagogos, que, jogando com uns três milhões de ope-

rários fabrís, passaram a falar no nome de toda a nação trabalhista, embora em oposição ao interesse e à conveniência da maioria dela, situada no agro, amorfa e afônica, tão alheia ao que em seu nome se falava em Petrogrado quanto à batuta manejada pelo maestro nas noites líricas o surdo-mudo internado em algum asilo. A causa imediata ou, ao menos, a viabilidade da revolução de 1917, naquele momento e com aquela virulência, foi êsse efeito da legislação unilateral dos estadistas russos.

Reinstaurado aqui o regime democrático, surgiram os Stolypin nacionais, todo preocupados com a refôrma agrária, mas tão infelizes quanto o ministro de Nicolau II, visto como, vingando suas idéias, o problema rural brasileiro estaria tão agravado quanto na Rússia em seguida ao desastroso ensáio daquele estadista reacionário. São muitas e mui facilmente perceptíveis as analogias entre a evolução social russa e a brasileira. Nenhuma, porém, tão berrante quanto a caracterizadora desse estádio, isso é, de quando, despertando-se de anosa letargia, os dois países deliberaram tirar em poucos anos o atrazo de muitos séculos no tocante à organização social. Se, antes, houve aqui os Trepov, para os quais os desajustados de sociedade mal ajambrada eram apenas desordeiros, proliferam agora os Stolypin, desejosos de equilibrar à expensa do campo a série de erros governamentais perpetrados contra a economia nacional. Mais numerosos ainda os que julgam necessárias profundas reformas sociais para correção de deformações econômicas, resultantes de política em nada consentânea à nossa realidade; e que, reformando, burocratizam, alentam mais ainda a ditadura burocrática, que nos infelicita e é poderosa concáusa de nossos males. E há os sensatos e bem inspirados, que leem com olhos brasileiros esta advertência escrita para o império de Nicolau II:

— “Apoiada por milhões de mujiques satisfeitos e independentes, a monarquia resistiria vitoriosamente, durante séculos ainda, a todas as borrascas revolucionárias”.

Porque também aqui a Ordem só escapará aos vendavais, que ululam, se forem salvaguardados os supremos interesses do homem do campo, que constitui a imensa maioria numérica do país e ainda é sua mais profunda reserva de brasilidade e de sentimento cristão, seu mais inexaurível manancial de sacrifícios salvadores.

Vislumbraram-se tendência ortodoxa e boa orientação, quanto à mentalidade agrária, na mensagem dirigida pelo senhor Presidente da República ao Congresso Nacional, pela abertura da sessão legislativa de 1947. As seguintes palavras, dali constantes, não se aceitam integralmente, mas valem como ponto firme no ondear de idéias heterodoxas, então e mais ainda agora em voga:

— “Já temos acentuado, em outras oportunidades, que é preciso sejam os benefícios da tutela do Estado estendidos a toda a coletividade, inclusive ao homem do campo, até aqui tão esquecido nas suas privações e nos seus desejos de participar das vantagens do progresso. O Estado tem deveres para com todos.

“Verificando o Governo a conveniência de conter o êxodo para as cidades e de atrair para os campos parte da população marginal existente nos centros urbanos — objetivo que só poderá ser atingido mediante uma substancial elevação do padrão de vida das populações do interior — resolveu tomar a iniciativa de legislação que facilite o acesso à terra a quantos brasileiros queiram fecundá-la com o seu trabalho. — “

“Não se trata de socializar o solo, nem de destruir a propriedade privada, mas de cumprir preceito constitucional por uma larga política de aproveitamento de terras públicas com a fundação de colônias agrícolas e núcleos agro-industriais em terrenos irrigáveis ou saneáveis e nas zonas em que o Poder Público tenha executado ou venha

a executar grandes obras de recuperação e valorização do solo.

"As linhas fundamentais dessa intentada reforma agrária serão prudentemente inspiradas na realidade, e encontram seu marco inicial nos Arts. 147 e 156 da Constituição. Prevê este último o estabelecimento de planos de colonização e de aproveitamento das terras públicas para a fixação do homem no campo, tudo beneficiando preferentemente os nacionais e, entre estes, os desempregados e habitantes de zonas empobrecidas".

O que daí consta, não se aceita integralmente, está bem visto. O acesso à terra poderá vir a ser pequena concáusa da contenção do êxodo rural; mas, não o dique; nem, muito menos, o íman provocador de refluxo centrípeto. Cumpre modificar a mentalidade de nossos homens públicos no tocante ao problema rural; explicar-lhes que, no Brasil e no momento, a questão dominical não é a dominante, sendo mesmo carecedora de importância — tão carecedora que, se lotearmos o país e convidarmos ao retôrno à gleba todos os egressos e mais os que sempre curtiram miséria na cidade, ninguém atenderá, ninguém voltará, ninguém irá, inclusive porque são proprietários rurais milhares e milhares dos que se alugam na urbe — e já vimos isso noutra capítulo. Haverá êxodo enquanto vigorar a atual política econômica industrialista, acentuando cada vez mais o desequilíbrio entre as possibilidades da Agricultura e da Indústria, criando culposo antagonismo entre atividades irmãs e interdependentes. Enquanto a agricultura fôr abandonada e superprotegida a indústria, esta disputará àquela, vantajosamente, a escassa densidade demográfica brasileira.

Devem anotar-se as palavras presidenciais, no ponto em que afirmam não se tratar de socializar o solo, nem destruir a propriedade privada; e naquele, onde se fala em aproveitamento das terras públicas, para a fixação

do homem no campo. Inexequível, pois essas terras são em via de regra mal colocadas para a lavoura de subsistência — que é a visada; mas demonstra intuito de não tirar do proprietário rural a diferença faltante ao ajustamento do íncola salariado.

Tais palavras, infelizmente, iriam ser desmentidas a seguir, pelos dois projetos levados ao Congresso Nacional.

Logo em abril de 1947 surgiu na Câmara o primeiro. Importa muito salientar que houve ambiente para ele. Ao justificá-lo, o autor recebeu manifestações de apláuso. Certo, houve também apartes desconcertantes, que, a pretexto de estar lendo, deixava para responder depois — o que não fez. Inteiramente contrariadas as palavras presidenciais, quer quanto à socialização do solo, quer quanto à destruição da propriedade privada, sem qualquer referência ao aproveitamento das terras públicas. O espírito do autor ressuma da “Justificação”, de onde constam trechos assim:

— “Uma refôrma das atuais condições da economia agrícola do Brasil terá que visar dois fins: aumentar a produção nacional de alimentos para um povo, que todos os nutrologistas afirmam não ter o que comer nem saber como deve comer, e — assegurar terras, dentro de novos termos da divisão do solo e de estabilidade econômica, para uma sempre maior população campesina até agora sem tecto, sem terra e sem instrumento de trabalho próprios, apesar de constituir uma classe de milhões de indivíduos e de grupos humanos na mais injusta e na mais remediável das desigualdades — a desigualdade econômica”.

“Esse projeto de lei, sem abuso do nome nem frustração dos objetivos de uma refôrma agrária, pretende incrementar o aumento imediato da produção alimentar do país, pelo estabelecimento decisivo da lavoura de subsistência em certa porção de terras, que lhe forem próprias, das propriedades agrícolas da Nação, e abre o caminho para início de execução do plano de divisão e ocupação, pelo maior número de agricultores, das terras cultiváveis”.

"Latifúndio é monocultura e monocultura é latifúndio".
"A policultura implica a divisão do solo, gera a pequena propriedade por via de consequência do regime de trabalho agrícola e diversidade de culturas".

"Toda lavoura de subsistência é policultura". "Com a policultura pôde-se modificar a forma de ocupação do solo, alterar a extensão da propriedade territorial e criar novas relações entre o homem e a terra".

"A redistribuição (da terra) há de ser o objetivo de toda reforma agrária".

A essência do projeto é esta:

— Subordina o direito de propriedade à produtividade da terra.

— Reserva à lavoura de subsistência a quarta parte de toda propriedade de monocultura, indústria agrícola, inclusive, de exploração florestal e de pecuária — nos extremos da propriedade, preferentemente.

— Obriga o proprietário agrícola a fornecer ao rendeiro, parceiro ou meieiro, terra cercada, casa de telha e chaminé, água potável protegida contra a poluição, etc.

— Reserva as melhores terras circunvisinhas das cidades à pecuária leiteira e à lavoura suficiente ao sustento urbano.

— Obriga os municípios a obterem, dentro de um ano da data da lei, uma área de terras férteis, para o "campo de povoação", produtor de alimento para o mercado e afim de servir a demonstração agrícola.

— Obriga ainda os municípios a possuírem extintores de formiga em quantidade suficiente à necessidade de todos os municípes, num só momento; bem como a manterem em depósito produtos de defesa sanitária animal e vegetal, para fornecimento pelo custo.

— Submete a regulamentação os cursos d'água nas regiões de clima continental.

— Manda abrir ao governo federal um crédito especial de 20 milhões de cruzeiros para realizar com ele a reforma agrária.

A seguir, o Ministério da Agricultura enviou à mesma casa do Congresso outro projeto, preparado em trinta dias. A questão agrária, entretanto, é cousa importante e mais respeitável. Não haveria excesso algum se a grupo de especialistas se fixasse o prazo de um ano para o mesmo efeito. A nós ficou a impressão de que o afobado prolator nem sequer pôde ler na mensagem presidencial a diretriz já fixada, pois parece haver se inspirado menos nela do que no outro projeto, sobretudo quanto ao regime dominical. Com poderosa agravante: foi minucioso, absolutista, embora elaborando estatuto destinado a todo o país, cujo território se espalha por várias latitudes, visto o Brasil ser grande no sentido longitudinal, incidindo em diversas faixas de clima, abrangendo condições ecológicas as mais díspares, e variando demograficamente de 0,02 a 1.511 habitantes por quilômetro quadrado. Como o outro projeto, este se caracteriza pela socialização do solo; pela tomada do fator terra como eixo do problema agrário; e, sobretudo, pela intenção de melhorar uma classe à expensa de outra, o que, na atual emergência, é mais ou menos tentar pôr em pé dois sacos vazios; ou, rigorosamente, criando o antagonismo de classes interdependentes; arruinando uma, sem com isso melhorar a outra.

A síntese do projeto:

— Define como imóvel rural o situado fóra do limite traçado em lei às cidades e vilas, e destinado ao cultivo de terras, etc.

— Determina que o imóvel rural tenha área contínua susceptível de exploração econômica.

— Fixa no mínimo de dois hectares a área do imóvel rural susceptível de exploração econômica.

— Ordena que todo imóvel rural deve ser explorado de modo a dar produção correspondente à sua possibilidade, sendo ela apreciada quer quanto à espécie, quer quanto à qualidade e à quantidade.

— Determinam-se normas de exploração do solo e fixam-se pormenores de vária espécie, inclusive quanto à rotação das culturas, lotação das pastagens, etc.; e instituí-se o Ministério da Agricultura órgão exator das disposições regulamentares.

— Atribui-se ao Ministério da Agricultura autoridade para intervir na propriedade rural, quando julgar deficiente seu rendimento ou menos regulamentares os processos ali adotados; autoriza-se o mesmo Ministério até a desapropriar as terras, se não fôr inteiramente adotado seu ponto de vista quanto à maneira de explorá-las.

— Prevê a progressiva distribuição da propriedade rural, com igual oportunidade para todos, bem como a desapropriação e o loteamento, em razão do bem estar social.

— Dá preferência, na venda do imóvel rural, aos que a qualquer título nele trabalhem, cabendo a notificação ao vendedor.

— Estabelece a cláusula de retro-venda ou dação em pagamento do imóvel rural.

— Estabelece, outrossim, a adjudicação de imóvel ao condômino que, tendo nele morada habitual, a requerer.

— Determina que, em se tratando de transmissão "causa mortis", a adjudicação do imóvel se fará ao herdeiro que o habite e requeira.

— Determina, outrossim, que a inscrição do plano de loteamento dependerá de aprovação do Ministério da Agricultura, até existir a secção de cadastro.

— Prevê outros casos, além da promoção da justa distribuição de terras, para a desapropriação por parte do Estado.

— Autoriza-se a desapropriação por utilidade pública nas faixas em tôrno das cidades, para promover a exploração econômica do imóvel inculto ou regularizar a daquele que, sem o ser, não dê produção correspondente à sua possibilidade ou não se atenha às práticas de conservação do solo.

— Fixa condições em que o poder público oferecerá o imóvel ao ex-proprietário.

— Estabelece bases para fixação do preço de arrendamento.

— Obriga o locador de imóvel rural a entregá-lo ao arrendatário com uma casa de morada higiênica, servida de água e de esgôto ou fossa-sética, e construída de acôrdo com a planta fornecida pela prefeitura ou por ela aprovada.

— Autoriza o locatário a construir a casa, sem consentimento do locador nem suprimento do juiz, caso receba sem ela o imóvel.

— Fixa no máximo de $1/5$ a participação do proprietário nos produtos, quando não houver fornecido casa de morada ao parceiro, ou de $1/3$ se lh'a houver fornecido, ou em $1/2$, se forneceu também os elementos de trabalho.

— Preceitua que pelo menos a décima parte da área constitutiva do objeto da parceria será utilizada em cultura de subsistência.

— Proíbe qualquer ação sôbre o imóvel ou direito a ele relativo, sem que se instrua a petição inicial com a prova de estar o mesmo imóvel inscrito com a respectiva planta para inscrição posterior, feita por agrimensor habilitado e subscrita por ele e pelas partes.

Parece bem claro que os dois projetos se chocam violentamente contra as palavras da mensagem presidencial. Todos quantos tem noção exata das condições envolventes da vida rural brasileira, e, de modo especial os que acompanham as experiências tentadas ou levadas a efeito em outros países, todos se alarmaram, tanto com eles quanto com a tendência por eles denunciada, quer na ordem econômica, quer na social e na jurídica. Sabe-se que a precariedade da condição do rurícola não lhe é peculiar, pois atinge todo o povo brasileiro, como atingiria qualquer outro de país mal administrado como o nosso, já que tal precariedade é decorrência de má política econômica e do inadimplemento, pelo poder público, da parte, que lhe incumbe, na orientação, assistência e amparo aos que mourejam na gleba, não sendo admissível nem viável recáia a consequência sôbre os proprietários, que, em número de milhares, são também miseráveis, em virtude ainda das mesmas deficiências do poder público e da má política econômica aqui adotada. Tão miseráveis, que emigram, abandonam a terra própria e cuidam de, amanhando a alheia como salarizados, organizar melhor a vida.

Analizando no Instituto de Economia Rural esses projetos, do ponto de vista político, o senhor Luís Vicente Figueira de Melo viu aí um ataque direto aos direitos dos agricultores, parte considerável da coletividade brasileira, não passando de enganadora roupagem o alegado anelo de incentivar-se uma melhor utilização da terra e sua maior produção. Afirmou textualmente que os agricultores são "possuidores em legítima propriedade, garantida por nossa Carta Magna, das terras que cultivam, sustentando com seu esforço indômito a economia brasileira, sujeitos sempre às mil e uma dificuldades impostas a sua patriótica atividade por uma série de inconveniências e deficiências que entorpecem o labor

rural, cuja responsabilidade pertence exclusivamente aos Poderes Públicos, quase sempre descuidosos das obrigações, que lhes incumbe naturalmente, de promover o processo e defender a economia da atividade que principalmente sustenta a vida da Nação". Seriam a subversão da lide do campo, com graves consequências econômicas e sociais — disse ainda; instrumentos de infiltração bolshevista, pois se toma como modelo "a organização agrária da Rússia, onde impera atualmente uma escravidão absoluta com a supressão dos direitos humanos de um laborioso povo dominado por alguns milhares de funcionários administrativos e pelos chefes do exército vermelho, os quais não cedem nenhuma precedência, no que toca aos processos sanguinários usados, à famigerada organização nazista de Hitler, felizmente varrida do cenário mundial pelo esforço conjugado das Nações líderes da chamada civilização ocidental, entre as quais com orgulho se enfileira o Brasil". Mostrou como, em vez de cingir-se a condicionar o uso da propriedade particular às razoáveis limitações condicentes ao bem-comum, os projetos contestam o direito pleno de propriedade ao agricultor, pois o sujeitam a restrições que praticamente o anulam. Cita palavras textuais da justificação do primeiro, denunciando aquele desejo:

— "Este é o objetivo principal do meu projeto (a redistribuição das terras agrícolas) e sob este ângulo é que deve ser entendido, interpretado e regulamentado. Toda reforma agrária há de expropriar ou restringir a propriedade agrícola existente, se não pretender objetivo mais radical, que é a sua socialização completa. Não se faz reforma agrária dentro das atuais condições da propriedade da terra senão contra essa propriedade para abolí-la ou restringí-la".

A essas palavras, pronunciadas na Câmara Federal, o senhor Figueira de Melo aproximou estas, legíveis no Código Agrário Russo ainda em vigor:

— “A base do regime agrário da URSS é a nacionalização da terra, isto é, a abolição definitiva da propriedade privada da terra”.

A elas, e a todos os incisos dos dois projetos referentes ao regime dominical, vale aproximar estas, da mensagem presidencial, embora já repetidas:

— “Não se trata de socializar o solo, nem de destruir a propriedade privada, mas de cumprir preceito constitucional por uma larga política de aproveitamento de terras públicas”.

Ambos cuidam daquilo; nenhum se refere a isso. Ambos visam mais do que socializar o solo — anarquizar o direito de propriedade, tirando ao proprietário todas as prerrogativas, inclusive a constante do Art. 141, Parágrafo 16 da Constituição, segundo o qual “é garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social mediante prévia e justa indenização em dinheiro” — o que, evidentemente, não ocorre na espécie, visto como não se vai considerar “necessidade ou utilidade pública” ou “interesse social” a conveniência de ser cada rurícola o proprietário de um tracto de terra, pois o princípio haveria de imperar igualmente quanto à propriedade imobiliária urbana, sendo, como é, muito agradável e socialmente falando muito conveniente que o cidadão more em casa própria. Ter-se-ia, pois, de desapropriar, para repartir, os latifúndios verticais, que são os arranha-céus.

Se ambos cuidam da socialização do solo e da anarquização do direito de propriedade, nenhum se refere ao aproveitamento das terras devolutas, das terras do governo, das propriedades do Estado, que, se houvesse de dar exaço às leis em que se convertessem tais projetos, estaria simplesmente exigindo do particular aquilo

que ele mesmo não faz: tirando na propriedade alheia a diferença social que deveria sair da dêle, como maior e menos operante proprietário. Pense-se que até na América do Sul isso corresponde a retrocesso de séculos. No império incásico, em fase precolombiana, as atividades rurais eram obrigatórias; a essa obrigação, porém, correspondia a mais solícita assistência do Estado; e, note-se, à medida em que a população crescia, e se iam tornando precisos novos tractos para novos proprietários, o Imperador — ou seja o Estado, pois a organização político-social tornava possível a identificação — ia abrindo mão de suas próprias terras, depois de tê-las feito mensurar, sanear e corrigir. Aqui, ao contrário, se legisla em tom impositivo apenas, querendo-se que uma só classe, a mais largada, a mais espoliada, a mais desassistida, forneça à sua custa aquilo que poetas asfálticos, sociólogos livrescos, economistas de tradução imaginam indispensável à outra classe, estabelecendo-se processo de interdependência inteiramente iníquo e anarquizante. Para nossa lástima, essa mentalidade vai-se generalizando nos meios oficiais, pois vemos, no setor estadual paulista, surgir, mais ou menos ao mesmo tempo, burocratizante plano de mecanização da lavoura, que, como o segundo projeto ao Ministério, agrilhoa o agricultor à Secretaria da Agricultura, cerceando-lhe o direito de propriedade ao ponto de ficar ditatorialmente na dependência do agrônomo — ou até do egresso da escola prática de agricultura — a determinação das únicas lavouras permissíveis. Isso, em troca de tratores que virão ou não, e que, se vierem, chegarão sempre tarde; e de financiamentos temíveis, porquanto o mesmo plano refere experiências nas fazendas do Estado, havidas por meio de execuções de contratos creditórios anteriores.

Tem razão o senhor Figueira de Melo, e merece meditado, quando salienta que os autores se inspiram

em *A Questão Agrária* de Lenine, em *A política agrária do Partido Socialista* de Kaustski e no *ABC do Comunismo* de Bukarine. Indiscutível e desnecessitado de interpretação, é isto, do senhor Figueira de Melo: a adoção dos projetos alteraria nosso modo de organização política, rasgando deliberadamente importante e fundamental preceito contido na Carta Magna e que interessa à parte maior da população brasileira — a rural. “Porque, diz, nossa organização política, longe de repousar sobre a socialização do trabalho, sob qualquer de suas formas, socialização esta sob a égide de um Estado autócrata e dominador, dono de tudo, se baseia principalmente sobre o direito de propriedade e sobre a liberdade de trabalho e de iniciativa. Socializada a agricultura brasileira e abolida a propriedade privada da terra segundo o sistema do primeiro projeto, aliás incongruente quando quer unir a essas premissas a organização de uma futura população de agricultores estáveis aos quais se reservarão solo e teto, instalada em seguida a desordem em nossos meios rurais, facil seria com o confusionismo, que daí resultará, conseguir o restante da tarefa bolchevista, ou seja a desorganização dos nossos meios urbanos, a abolição também da propriedade citadina, a entrega ao poder público das atividades comerciais e industriais, enfim a instalação completa da organização comunista no Brasil. O confusionismo é, aliás, um dos característicos do projeto da pseudo refórma agrária do deputado, o qual, provavelmente, na sua tática de ação, se proporia a agir como se faz na Rússia. Ele próprio o diz, “desdobrando-se e desviando objetivos”. E, tal como na Rússia, deseja ele a expropriação das terras dos agricultores, sem indenização, sob o falso pretexto da necessidade de sua redistribuição, para em seguida, num golpe final, considerá-las como propriedades do Estado onipotente”.

Isso, no momento quando a nação deliberou enfrentar ritenuadamente o avanço comunista.

Sob o aspeto social, o professor Benevides de Rezende esquematizou a matéria, ordenando-a em premissas e ilações, para mostrar, a seguir, a falta de relação de causalidade entre umas e outras, indo mesmo a admitir que se quiz uma cousa e se propôs outra. Seriam estas as premissas: necessidade de uma refórma agrária; nessa refórma, um plano gradativo; radical transformação social, jurídica e econômica. A ilação: aumentar a produção agrícola e assegurar terra a uma crescente população campesina.

O professor Benevides de Rezende admitiu as premissas, mas impugnou o raciocínio. Aceita como indiscutível a necessidade de uma refórma agrária, baseada em plano bem urdido e gradativo, trazendo profundas alterações nas estruturas econômica e jurídica da sociedade. Mas, julga inaceitável a solução simplista apresentada, pois ninguém pode admitir que, "posta em prática a refórma nos termos do projeto, e obedecidas as suas prescrições rígidas, teremos, desde logo: a) aumento da produção agrícola; b) assegurado terra para uma crescente população campesina. O plano sugerido traria como consequência o contrário do desejado, ou sejam o agravamento das condições já precárias do nosso trabalhador rural, e a diminuição da produção agrícola". Assim nos conduziu à sua convicção, quanto à primeira parte:

"Efetivado que seja o projeto nas suas linhas mestras, terão agravadas as suas condições de vida as populações rurais: a) porque o projeto, referindo-se a todo o território do Brasil, com área superior a 8 e meio milhões de quilômetros quadrados, na realidade visa apenas São Paulo, ou algum outro Estado de relativa densidade demográfica. Nessas condições, transformado

em lei o projeto, da aplicação da lei resultará, por força das imposições dela decorrentes, um abandono justificado e quase automático da atividade agrícola em quase todos os Estados da Federação, inteiramente alheios e divorciados da suposta realidade vislumbrada pelo projeto, e, conseqüentemente, um êxodo das populações rurais para São Paulo, no momento preciso em que o nosso Estado se encontra a braços com a mais tremenda das suas crises. Será aumentar, assim, a aflição do aflito... b) porque toda densidade demográfica só pode e deve ser aumentada gradativamente, como, aliás, tudo que se passa na natureza e na sociedade, que, normalmente, evoluem fóra do alcance do homem. Nesse caso, promovido como irá se promover, o deslocamento "ex abrupto" de grande parte da massa trabalhadora rural para São Paulo, Estado que todos reconhecem como o mais rico e mais resistente da Federação, com tão estulta política, teremos estabelecido a anarquia no Brasil e determinado o seu progressivo e rápido empobrecimento, pois a entrada, sem previsão e sem método, de trabalhadores numa determinada área de atividade econômica, e uma vez ultrapassado o limite da sua saturação, de tal situação anormal sempre adveio, como advém, penúria geral, principalmente para as classes rurais, que são as menos resistentes econômica e financeiramente. Dessa fórmula, não mais estaremos aumentando a aflição do aflito, e, sim, acelerando a morte dêsse aflito permanente, que é o trabalhador rural".

Tanto maior a procedência do argumento utilizado pelo professor Benevides de Rezende, quanto mais em dia estivermos com a evolução do conceito sociológico da demografia. Aí estão alguns séculos de vida histórica, continuando séculos de vida precabralina, mostrando a constante evasão do elemento autóctone para o sul do Capricórnio. A projetada refórma agrária, como acen-

tua aquele professor, viria precipitar e intensificar esta anomalia do endemismo nacional, provocando desequilíbrio de grave consequência política e possivelmente atentatório da segurança nacional, visto como, mais do que nunca, as populações setentrionais acorreriam à região fisiográfica do sul, deixando despovoada grande zona, onde se torna cada vez mais indispensável a mais patriótica vigilância.

Voltemos, entretanto, ao final das ponderações do professor Benevides de Rezende. Entende que a projetada refórma agrária viria perturbar o mercado de trabalho, pois só um inocente ou mal intencionado julgará possível obter imediato aumento da produção agrícola mediante as medidas preconizadas. “Qualquer novato em economia política sabe que o trabalho é o fulcro da produção, como único fator ativo, que é, e que dêle dependem a natureza e o capital — afirma aquele professor. Nestas condições, perturbado o trabalho no seu desenvolvimento normal, o que irá fazer o projeto, transformado em lei, será: a) promover uma desordem irremediável no mercado (sentido amplo, abrangendo produtores, consumidores e intermediários); b) tornar mais angustiosa a situação atual dos trabalhadores; c) promover a diminuição fatal e progressiva das produções agrícolas”.

Ao terminar, repete a crença na necessidade de uma refórma; mas confirma que ela não póde sair do trabalho de gabinete, fruto de sentimento, de coração, devendo, antes fundar-se na realidade brasileira, que é “vasta na sua heterogeneidade, afastados quaisquer preconceitos, bairrismos, ou soluções simplistas e unilaterais. Só uma equipe de técnicos, com grande dedicação, algum tempo e muita observação direta do meio ambiente e das condições locais, é que estará apta para efetivá-la,

mesmo assim gradativamente, e ao sabor de natural empirismo”.

Muito importante encarar sob o aspecto jurídico essa espécie de ruralismo às avessas, hoje em moda nas altas esferas. Como acentuou o senhor Vergílio dos Santos Magano, perante o mesmo Instituto, ele rompe com o conceito jurídico tradicional da propriedade e dá-lhe sentido contrário aos princípios constitucionais e às leis civis. Fundamenta sua oposição à projetada reforma agrária em ligeiro escorço histórico sôbre a propriedade, nascida com o homem, “como elemento imprescindível de sua subsistência e como fator necessário de sua cultura e do desenvolvimento de suas faculdades mentais”, disciplinada hoje à moda do tipo romano, que por sua vez se estribou na tradição imemorial referida por Tito Lívio e Tácito, na lei das XII táboas. Aceita o direito absoluto de propriedade, condensado na definição romana: “*Dominium est jus utendi, fruendi et abutendi re sua, quatenus jus ratio patitur*”. Mostra como no princípio romano se inspiram os códigos dos povos civilizados, que o adotam, com ligeiras restrições quanto à subordinação à necessidade social. Expõe o conceito cristão, contido na *De Rerum Novarum*, que arrebatada à lei humana a origem do direito de propriedade, para fazê-la promanar da própria natureza. Sendo os bens materiais conseguidos pela ação do homem sôbre a natureza, a propriedade deles é o resultado de uma causa eficiente — o trabalho. Então, “como o efeito segue a causa, é justo que o fruto do trabalho pertença ao trabalhador”. A autoridade pública não pode abolir esse direito; ao contrário, ao Estado cumpre assegurar o seu livre exercício por meio de leis sábias. Tendo, porém, a propriedade função social, o domínio deve ser pessoal, e social o uso, donde decorre que “o Estado nele só deve tocar

para regular-lhe o uso, e conciliá-lo com as necessidades do bem comum”.

História o senhor Vergílio dos Santos Magano a propriedade territorial no Brasil, cujo solo já pertencia a Portugal desde o descobrimento, em virtude do tratado de Tordesilhas, aliás impugnado imediatamente por um rei católico, o de França, que alegou desconhecer o dispositivo testamentário, em virtude do qual, com exclusão dos demais soberanos, Adão legára esta parte do mundo ao de Portugal e ao de Espanha. Descoberto o Brasil, as terras começaram a passar para o domínio particular, por doação graciosa e por ocupação primária, até que a chamada Lei de Terras, de 1850, criou o registro paroquial, visando regularizar o assunto. Organizou-se a estatística das terras apossadas e vedou-se, de então por diante, a ocupação das que não estivessem na posse de ninguém — as terras devolutas, ou do domínio da nação. Todavia, o usucapião continuou a converter em situação de direito uma situação de fato, representando, aliás, o mais simpático e aceitável processo de constituição de propriedade particular, visto como, na palavra do senhor Vergílio dos Santos Magano, tal propriedade era o “fruto da fixação do homem à terra que ele lavrou e fez produzir, transmitindo-se depois de pai a filho, de filho a neto. O *uti possidetis*, a prescrição, na função de suprir a falta de transferência preexistente, foi, em geral, o elemento inicial para a aquisição da propriedade, no sertão indefinido da *res nullius* a ser desbravada”. O que fez o Código Civil, ao estabelecer o Registro Imobiliário, foi dar caráter jurídico e certeza à propriedade, confirmando os direitos iniciais, legitimados por sucessão imemorial. Mas o direito de propriedade sempre fôra reconhecido pela legislação pátria: já antes da referida Lei de Terras, o decreto de 21 de maio de 1821 afirmava ser “uma

das bases do pacto social entre os homens e a segurança dos seus bens"; e o Art. 179, Parágrafo 22, da Constituição de 1824, declarava garantida a propriedade, em toda sua plenitude, como fazem, em geral, todas as Constituições; como a nossa de 1891, como a refôrma Bernardes, como a de 1937, e como a de 1946, em cujo refôrço o Código Civil preceitua, no Art. 524, que "A lei assegura ao proprietário o direito de usar, gosar e dispôr de seus bens, e de reavê-los do poder de quem quer que injustamente os possua".

Concludente a prova a que o senhor Vergílio dos Santos Magano submete a projetada refôrma agrária, juxtapondo-a ao verdadeiro conceito de propriedade, na formação, na função social e como direito garantido pela Constituição e pelas leis civís. O direito de propriedade ficaria subordinado a novos requisitos imprescindíveis, como sejam: remuneração do valor da terra; remuneração do capital de exploração; renda aos que nela trabalham; renda aos que nela residam por qualquer título; correspondência entre extensão e qualidade do seu solo cultivavel. Ao poder político local, ao prefeito, caberia a verificação da existência dêses novos requisitos e o Art. 15 do primeiro projeto atira ao arbítrio de tal autoridade o proprietário agrícola. Em vão se procurará arrimo para isso no Art. 147 da Constituição, pois tal inciso, diz o senhor Vergílio dos Santos Magano, "não autoriza o confisco, a perda ou subdivisão da propriedade, pela fôrma violenta de feição marxista preconizada pelo projeto. Ao contrário, estatúi textualmente, que seja observado o Art. 141, Parágrafo 16, portanto, subordina tudo o que nele prescreve ao que está escrito naquele dispositivo. E, pelo Art 141, Parágrafo 16, o direito de propriedade é garantido, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade

pública, ou por interesse social, porém, sempre mediante prévia e justa indenização em dinheiro”.

O ilustre jurista não quiz, aliás, sair do terreno estritamente jurídico, para, com o seu conhecimento da realidade brasileira, desta terra de caciques, propiciarnos a antevisão do que seriam, por exemplo, as campanhas eleitorais, quando os prefeitos fossem os árbitros do direito de propriedade e pudessem avançar no alheio, a pretexto de ressaltar conveniências sociais e o bem-estar comum. Ao contrário, reconhece e proclama a necessidade de concepção nova sobre o direito dominical, atribuindo ao Estado o de impôr aos titulares condições e restrições, que lhes moderem e orientem o poder e o arbítrio. Isso, porém, sem irmos ao excesso de suprimir os adjetivos possessivos. Daí a reconhecer ao Estado o direito ao confisco, à violência, ao despojamento da propriedade, vai grande distância. De acôrdo com a projetada refôrma agrária, diz o senhor Vergílio dos Santos Magano, “o agricultor que adquiriu a sua fazenda e a vem lavrando por anos a fio, na fé das leis que lhe garantiam a propriedade, poderá ser sumariamente despojado dela se o prefeito entender, no seu arbítrio, que a sua produtividade não corresponde ao seu destino econômico, ou então não assegura renda aos que nela trabalham, correspondente à capacidade da extensão e qualidade do solo cultivado. E o agricultor será despojado sem nem ao menos ser indenizado pela perda de terra que adquiriu, eis que o projeto não prevê a indenização prévia e justa, exigida pelo preceito constitucional a que acima nos referimos”.

Embora focalizando mais o projeto do Ministério da Agricultura, e apresentando dêle uma crítica panorâmica, o então presidente do Instituto, senhor Malta Cardoso, alinhou argumentação que envolve ao mesmo tempo o outro; e propendeu mais para o aspeto jurí-

dico. Filia o atual andaço de refórma agrária no Brasil à mesma origem comunizante das que se fizeram ou se tentaram nos últimos tempos em vários países, onde, como aqui, o pretexto, mero pretexto, é o regime da propriedade privada, embora para isso seja mister baralhar expressões, episódios históricos ou observações técnicas; sobretudo, estabelecer a confusão entre a técnica, particular — e a economia, geral. Conforme a técnica, tanto pôde ser ineficiente a exploração do minimifúndio, como eficiente a do latifúndio, sendo clamoroso que se atribuam ao direito de propriedade as vicissitudes da Nação e de suas classes menos protegidas. Leiamos candente tópico do senhor Malta Cardoso:

“Visando, expressa e enfaticamente, a refórma da disciplina das relações jurídicas em tórno da terra, para com ela “corrigir” a crise alimentar (!) reinante no país, o Ministério da Agricultura parece ignorar as causas econômicas e políticas, o desastre administrativo que há tantos anos vem infelicitando a Nação e empobrecendo a agricultura. O que falta ao país, são capitais, braços, maquinárias, adubos, transportes, organização bancária, de armazenamento e de preços, assistência pública, instrução, mercados internacionais, imigração, prestígio, enfim, confiança pública — premissas indispensáveis para o aumento da produção, a elevação do nível de vida dos campos, a desproletarização e ingresso à propriedade, dos trabalhadores rurais. Terras, porém, boas e más, altas e baixas, planas e montanhosas, para a lavoura, a pecuária ou as indústrias rurais, principalmente extrativas, certamente não faltam nos 8.511.189 kms² escassamente habitados por 41.236.315 brasileiros, dos quais 20.960.865 maiores de 18 anos, apenas, destes, 7.398.445 agricultores em geral, segundo os dados estatísticos oficiais, do ano de 1940.

“Fogem os trabalhadores para as cidades e decaem as atividades da lavoura e da pecuária, diante da evidência dêsse quadro, por falta de terras, ou porque as fazendas e estâncias empobrecidas não podem pagar salários melhores e oferecer mais conforto a seus empregados? Uma arroba de algodão vale na porta das fazendas cerca de 40 cruzeiros, enquanto uma miserável camisa da mesma fibra, pesando 20 gramas, talvez, custa os mesmíssimos 40 cruzeiros, no mínimo. Significa isso que a transação, em seu conjunto, não paga o custo de produção ao lavrador, enquanto enriquece espantosamente o industrial e os intermediários interessados. Abandonada a cultura, porque insustentável economicamente, falta o precioso óleo de caroço de algodão, nas cidades, cujas populações reclamam gorduras para suas cosinhas. Acena o govêrno e prometem as fábricas preço de 100 cruzeiros pelo sacco de amendoim, para prover à falta dos óleos e compostos de algodão; colhida a safra, govêrno e fábricas discutem sobreceiramente o preço de 50 e não mais 100 cruzeiros, para o amendoim pôsto nas cidades, o que tudo resulta no preço real de cerca de 35 cruzeiros, na roça, insuficiente para cobrir, ao menos, os custos da produção. São exemplos apenas, que repetem hoje o drama de ontem, na produção da menta, da mandioca, da seda natural, das frutas nacionais, dos cereais e assim por diante.

“Enquanto isso acontece, não há praticamente limites para os produtos impostos pelo comércio e pela indústria para as mercadorias transformadas ou semi-manufaturadas no país, para as importadas e para as utilidades e serviços públicos. Uma enxada nacional custa mais de 20 cruzeiros e não atura uma semana de serviço. Machados e foices, não resistem ao vento, quanto mais ao córte da cana ou das madeiras de nossas florestas. Em compensação, uma clássica enxada inglesa, cuja

têmpera já é conhecida de nossos caboclos, não se encontra por menos de 70 cruzeiros, e se quizer, descontados os desaforos, em qualquer pedido de abatimento no preço”.

Tabelados todos os produtos da agricultura, tornando-se desinteressante a produção; preços “ad libitum” para todos os produtos industriais necessários aos agricultores, encarecendo-se o custo de produção. Culpa do latifundiário...

O tom da projetada reforma agrária, afere-o o senhor Malta Cardoso nos nove primeiros artigos, dos quais decorre que o Ministério da Agricultura se propõe assumir a curatela do agricultor e a intervir em sua vida privada — o Ministério da Agricultura, 75% de cujos funcionários atuam ou não atuam ou ficam à toa no Distrito Federal — atribuindo-se poderes de administração das fazendas, controle da iniciativa privada no terreno da economia rural. Uma das consequências seria a impossibilidade para qualquer operação de crédito com agricultor. “Quem, banco oficial ou particular, simples capitalista ou comerciante — pergunta o senhor Malta Cardoso — ousará transacionar com proprietários ameaçados dos riscos e perigos de multas privilegiadíssimas pelo crime de transgressão das ordens, avisos, instruções e teorias em moda no Ministério da Agricultura, e conseqüente processo sumário de desapropriação? E, sem financiamento, sem crédito, como viverão os agricultores, durante o tempo todo que durarem as discussões em torno da estabilidade de seus direitos dominicais, apesar de garantidos solenemente pela Constituição Federal?”

A resposta ficaria mais difícil ainda para os que conhecessem e tomassem a sério o plano de mecanização da lavoura paulista, segundo o qual todas as operações, do preparo da terra à colheita, tudo é realizado

por funcionários públicos, que igualmente possuem o direito com exclusividade de determinar os gêneros de cultura em cada propriedade.

Como subverte o direito dominical, o projeto vái à questão fiscal, evidentemente necessitada de adaptação, e determina que a União, ao legislar sôbre as normas gerais do direito financeiro, estabelecerá as que forem cabíveis para conformar o imposto territorial ao mesmo objetivo. "Esquece-se, diz o senhor Malta Cardoso, de que o imposto territorial pertence à alçada dos Estados, mas, e acima de tudo, ingressa na ordem georgista, do famoso sonhador e panfletário comunista americano Henry George, que, no depoimento de Seligman, em seu *Traité sur l'Impôt*, como de todos os comendadores da matéria, pretendeu um dia embair a ingenuidade de seus leitores para lhes impingir a receita da rendição incondicional pelo lançamento do imposto socializador". Aliás, o senhor Malta Cardoso assinala no projeto vários pormenores de sabor nitidamente totalitário, catados ora na legislação soviética, ora na mussolinica. Depois de criticar as "colônias escolas" do tipo constante do projeto, refere-se à subversão da ordem sucessória, promovida pelos Arts. 15 e 16, que instituem o morgadio; e às calamitosas consequências do Art. 12, que estabelece a preferência, para aquisição da propriedade, aos que a qualquer título trabalham no imóvel. "Calcule-se — pondera — o que seria do sistema, na imensidade territorial e política, com p pequeno, dêste nosso querido Brasil. Nenhum adversário político poderia mais vender a sua fazenda, enquanto houvesse a facilima oposição de algum subordinado ou agregado — e quando o caso fosse de loteamento, sem discutir a competência das autoridades estaduais, imagine-se o tempo necessário para a decantada aprovação pelos órgãos competentes do Ministério da Agricultura, de

uma plantinha, do Acre, de Mato Grosso, ou, quem sabe, do próprio "sertão" do Distrito Federal".

Invade-se também o direito processual, como se poderá ver no conteúdo dos Arts. 26, 27 e 28, sintetizados páginas atrás. Ai, o senhor Malta Cardoso vislumbra má fé, pois "ao Ministério da Agricultura é reservado o mais absoluto arbítrio para decidir sobre a desapropriação e, como não bastasse para a proteção do interesse ou da cobiça de terceiros, possivelmente funcionários ou amigos políticos que viessem a conhecer de perto as conveniências de determinadas fazendas ou estâncias, dos possuidores de mais de uma — estabeleceu-se que a estes ficava vedado o direito de re-aquisição, enquanto a terceiros ficariam asseguradas as vantagens dos "preços a serem fixados!" O descumprimento de ordens emanadas do Ministério — conforme consta do Parágrafo único do Art. 26 — e resultante desapropriação, fazem com que o agricultor seja e não seja proprietário: proprietário, quanto aos onus; não proprietário quanto aos munus, pois ninguém quererá transacionar com ele, inteiramente sem haveres nem garantias, mero depositário, uma vez que a reforma estabelece nas relações entre proprietários rurais e Ministério da Agricultura, em favor deste, o argumento do *quia nominor leo*.

Mesma idiosincrasia contra o proprietário nos incisos referentes ao arrendamento e à parceria, nos quais, ainda, o Ministério se mostra desconhecedor da especialização de cultura, às vezes incompatível com a policultura. Ignorância total da realidade brasileira, quando exige tipos de construção como nem na Dinamarca ou na Suíça se fazem para proletários rurais e impossíveis de erguer-se nas zonas novas, preferidas pelos agricultores. Além do mais seria muito interessante praticar isto, do Art. 127: para se propôr ação sobre

imovel situado em muitas das zonas novas, que se abrião, ou nesses imensos municípios de mais de cem mil quilômetros quadrados, com densidade demográfica de 0,02, instruir-se o feito com planta autenticada e provar-se estarem ela e o imovel inscritos, “para inscrição posterior, feita por agrimensor habilitado e subscrita por ele e pelas partes”.

O senhor Malta Cardoso conclúi com advertência merecedora da atenção dos responsáveis pelas práticas do Direito, pelo culto à Justiça:

“Submetendo o exercício do domínio rural à fiscalização e alvedrio dos “senhores”, ministros, diretores, chefes de secção, agrônomos, auxiliares, secretários, fiscais, veterinários, inspetores e, quem sabe, dactilógrafos, amanuenses, monitores, encarregados de serviços e porteiros do Ministério da Agricultura, tirados da política ou do quilómetro 47 — o que se pretende é transferir, paulatinamente, e despòticamente, para essa nova grei e seus amigos, essa mesma propriedade rural, que ela não comprou, não herdou e muito menos formou, com o amor de seu trabalho e o compromisso de seus haveres, coletivizando-se à maneira kautskiana, revolucionária e marxista o sistema da economia rural brasileira. Não subsistiria o ensáio, um dia sequer, sem que fosse imitado pelos Ministérios da Fazenda, da Viação e do Trabalho, Indústria e Comércio. Seriam dest’arte socializadas também as emprêsas de transportes marítimos, ferroviários, aéreos e rodoviários — e quarenta e cinco milhões de brasileiros estariam trilhando o caminho da servidão para o ingresso na “democracia” comunista, reservada aos “non possidentes”, como privilégio de classe e exercida pelo partido”.

O senhor Malta Cardoso talvez tenha razão. Mas, póde ser que não tenha. Algum outro Ministério per-

seguirá tanto as demais classes quanto o da Agricultura implica com a dos lavradores?

Do ponto de vista comercial, o senhor José Bonifácio de Souza Amaral, serenamente como do seu feitio, destruiu qualquer possibilidade da projetada refórma agrária; e ao mesmo tempo deixou ver quão numerosos e profundos os meandros da questão rural no Brasil — tão numerosos e profundos que tentar aí improvisações ou lucubrações de gabinete é expôr-se ao rídículo e o país a graves danos. Analizou, por exemplo, o problema da fome no Brasil, em face da intenção dos atuais reformadores, que visam o aumento da produção de gêneros; mostrou como a infra-alimentação do brasileiro não decorre, de modo algum, do regime dominical; e fez alusão ao equívoco dos nutrólogos, que dosam nosso regime dietético baseados sôbre tabelas estrangeiras, quando, pobre em sáis minerais, nossa terra não pode fornecer aos elementos nutritivos, dela extraídos, a quantidade de valores conseguidos em outras, donas de recursos naturais diferentes. “Para o deputado e os nutrólogistas em que se apóia — escreve José Bonifácio de Souza Amaral — a deficiente alimentação brasileira é um efeito da falta de produção de gêneros alimentícios, e a falta de produção de gêneros alimentícios é um efeito da escassês de terras disponíveis em condições de serem trabalhadas pelos agricultores. Ora, essa conclusão é absolutamente contrária à realidade. Não há no Brasil nenhum movimento social de procura de terra. Ao contrário, parece que ninguém a quer senão para revender. Apenas 23% do território nacional constituem a área de propriedades rurais e, dessa área, os habitantes que a povoam, quer proprietários, quer assalariados, quer arrendatários, tratam de escapulir sempre que podem”. Mostrando com isso a insubsistência do principal efeito visado pela refórma agrária, o senhor

José Bonifácio de Souza Amaral inutiliza logicamente a causa ou seja a própria reforma, sobretudo quando ajunta que, de acordo com o censo de 1940, a área cultivada nacional representa apenas 1,5% da superfície total do Brasil, havendo Estados que cultivam apenas 0,1% de seu território; e o próprio Estado do Rio, com as terras valorizadas pela proximidade do maior centro consumidor do país, não aproveita mais de 15%. Se é tão vantajosa a atual condição do proprietário rural — tão vantajosa que contra ela se arremetem os reformadores com ímpeto e rancor iguais aos de quem exige restituição por parte de espoliadores, como explicar a ridicularidade daquelas percentagens, e a tendência, cada vez mais acentuada, para o despovoamento rural? Porventura não será o proprietário o maior interessado na densidade demográfica da sua terra, na melhoria de condições de seus auxiliares e no aumento de sua produção, desde quando haja para ela mercado e preço remunerado? Ele interroga e a seguir responde, após acentuar, mais uma vez, a complexidade dos fatores da produção agrícola, que não se consegue nem se intensifica pelo simples fato de possuir-se um bom tracto de terra fértil:

“Ainda que se não possa negar a existência de especulação comercial na propriedade agrária — explica — o que deve ser corrigido por lei exequível, um dos maiores erros é a pretensão de fomentar a agricultura de pequenas propriedades em zonas afastadas dos centros de consumo, supondo, por meio dela, fixar uma população cuja tendência é a procura de conforto urbano, frequentemente ilusório mas sempre sedutor. As pequenas propriedades só podem subsistir com mercados próximos e variadas culturas. Os comerciantes vir-lhes-ão à porta abastecer-se, poupando-lhes o transporte e estabelecendo concorrência de compradores intermediários,

favorável ao lucro do produtor. Nas regiões afastadas dos grandes centros urbanos, fomentar a pequena propriedade é criar uma classe escravizada aos detentores dos meios de transporte, como acontecia, no período da guerra, no Norte do Paraná, onde os agricultores vendiam gêneros alimentícios aos negociantes até 6 cruzeiros o saco de feijão e menos de vinte o arroz, para que esses compradores, suportando despesas de transporte próprias do período de escassês de gasolina, viessem vender em São Paulo aquelas mercadorias por preços superiores a 80 e 150 cruzeiros, respectivamente. Ao mesmo tempo em que seus produtos ficam praticamente sem preços, devido ainda à concorrência entre produtores, a renda auferida com quitandas agrícolas sujeitas a elevado custo de transporte não habilitaria os pequenos agricultores a adquirir em boas condições os produtos de cidade, de que necessitassem”.

O meio de corrigir-se isso — o refluxo da população para o interior e a organização rural — a reforma agrária não o refere, nem está no seu alcance propiciá-lo.

O senhor José Bonifácio de Souza Amaral não conseguiu descobrir, como os projetistas da reforma, a íntima relação entre riqueza nacional e fraccionamento do solo, sendo em contrário a regra normalmente conhecida: as pequenas propriedades não ligadas pela organização não são as propiciadoras de gêneros alimentícios a custo mais econômico. “Um país — diz ele — pôde ser latifundiário e produzir grandes riquezas, e ter seu povo bem alimentado, bem vestido e feliz. Na República Argentina, cujo povo é dos mais bem alimentados do mundo, considerado em conjunto, e cujo poder aquisitivo sobre o mercado exterior só encontra exemplo no povo dos Estados Unidos, os proprietários com mais de mil hectares (413 alqueires) representam 68% na província de Buenos Aires, 67% na de Santa Fé e

52% na de Córdoba. A despeito disso, a Argentina exporta tanta riqueza como a exportada pelo Brasil, Bolívia, Chile, Equador, Paraguai, Perú e Venezuela somados, tendo uma população bastante menor. Sua importação é também maior que a de todos os países citados e mais a do Uruguai. Tem a Argentina 26% da Marinha mercante e 53% dos automóveis de toda a América do Sul. Seu rebanho bovino é de 33 milhões de cabeças e corresponde a três cabeças por habitante, devendo-se ainda considerar que o boi argentino corresponde em rendimento de carne a 1,66% do boi brasileiro”.

Completando a argumentação do senhor José Bonifácio de Souza Amaral, diga-se que só na província de Buenos Aires se agricultura quase tanto quanto em todo o território brasileiro; sendo latifundiário o regime dominical naquela província, como se viu, é lícito afirmar ser latifundiária a própria agricultura argentina. Todavia, os resultados são aqueles. E mais estes, que ele mesmo expõe: o salário médio do povo argentino é dos mais elevados; o brasileiro compra, em média, um par de sapatos cada três anos, enquanto o argentino compra quatro anualmente. Falar, aqui, em fragmentação das propriedades rurais para beneficiar a grande massa, é simples tema demagógico de partidos políticos, não necessidade social.

Neste ponto, o senhor Álvaro de Oliveira Machado apresentou trabalho que corrobora utilmente as conclusões do senhor José Bonifácio de Souza Amaral. A grande concentração demográfica na cidade, explica êle, decorre do industrialismo, não do regime dominical, cumprindo ao Estado promover a reconstituição da família cristã-patriarcal, reconduzindo-a ao agro, radicando-a ao solo, tornando-a proprietária de um pedaço de terra para ela ficar a coberto das vicissitudes do sala-

riado. Mas, acrescenta, "a propriedade da terra efetua-se pela aquisição, a qual, na atualidade, está sujeita apenas a certas formalidades, como a da inscrição em registro especial". Embora nenhum povo possa ter grande estabilidade e bastante força na competição mundial se aumentar sua população urbana em detrimento da rural, "o despovoamento dos nossos campos é fato de observação cotidiana. O desenvolvimento das indústrias e a absorvente atração das cidades em contraste com o amesquinamento das nossas explorações agrícolas e com o desconforto dos campos, vão despovoando as nossas zonas rurais. Por outro lado, a economia monetária vem agravando constantemente a crise de crédito para a agricultura, por êste carecer de instituições e de formas adequadas à facil obtenção dos capitais necessários a respectiva distribuição".

Aí se toca em ponto primordial. Além da pobreza ecológica da agricultura brasileira, o que mais falta ao agricultor são providências que, por sua natureza, incumbem ao governo. O crédito agrícola, por exemplo. Mais crédito; não mais leis. Recursos; não reformas. Há gêneros de cultura que se compatibilizam mais com a grande propriedade; outros, mais apropriados à pequena. Desconhecê-lo, e as circunstâncias que o determinam, é afirmar incapacidade para tratar das questões agrárias. O primeiro projeto, por exemplo, preocupa-se com a improdutividade de terras lindeiras dos grandes centros consumidores e para que se tornem fornecedoras do pábulo indispensável à população urbana, vem brandindo os incisos de reforma agrária anarquizante e contra-producente nos efeitos. O senhor Álvaro de Oliveira Machado ocupa-se do mesmo problema de maneira diversa: propicie o governo assistência educacional e creditória às populações, arranje-lhes máquinas e meios de praticar a doutrina da restituição, e elas mesmas resolverão o caso

— como vem sendo resolvido nos centros rurais economicamente organizados. É tal o desconhecimento, por parte dos reformadores, da realidade, que, embora visando especial ou exclusivamente a região fisiográfica do sul, não sabem que aqui já se faz desde o século passado muito mais do que preconizam, na única parte exequível de sua refôrma. Como observa o senhor Álvaro de Oliveira Machado, o fazendeiro de café dá um alqueire de terra lavrada por 10 mil cafêeiros — o que representa 20% da área ocupada com o café — para cultivo de produtos de subsistência (milho e feijão), além de pequena área em comum para chiqueirão e outra para pastagem dos animais dos colonos; casa de moradia e mata para tiragem de lenha. Se os cafêicultores dão, assim, cêrca de 25% da área total cultivada à policultura exercida pelos colonos — sem para isso haver influido qualquer lei, nem ter sido precisa nenhuma refôrma agrária — já o pecuarista nunca poderá fazer o mesmo quanto às áreas de terras más destinadas à criação ou às boas destinadas à engorda, visto como utilizará apenas umas poucas famílias e grandes extensões.

Afim de ser sintético na apreciação do aspecto econômico, procuraremos definir bem os dois projetos. Do primeiro, joeiramos as seguintes aspas:

“Latifúndio e monocultura e monocultura é latifúndio”. A policultura implica a divisão do solo, gera a pequena propriedade por via de consequência do regime de trabalho agrícola e diversidade de culturas”.

— “Tôda lavoura de subsistência é policultura”. “Com a policultura pôde-se modificar a fôrma de ocupação do solo, alterar a extensão da propriedade territorial e criar novas relações entre o homem e a terra”.

— “A redistribuição (da terra) há de ser o objetivo de tôda refôrma agrária”.

Negamos a necessidade de uma reforma agrária para atingir os objetivos visados, pois o de mister é organizar a produção, aparelhar o transporte, cuja capacidade atual é ainda inferior à que temos, de produzir, adotar política econômica apropriada; e, antes de tudo, valorizar a medida de todas as cousas — o Homem. Tudo isso é obtível por meios clássicos, construtivos, prósicos, sem necessidade de subversão do direito dominical, dos princípios regedores da Economia e do bom-senso.

Não pudemos encontrar sinceridade no primeiro projeto, quando afirma ser injusta e remediável a desigualdade econômica, pois ainda não chegou ao sul a notícia de haver o autor — Secretário da Agricultura na Bahia — equiparado aos seus os vencimentos dos serventes de sua Secretaria, nem começado a só receber no fim do mês o que os serventes recebem. Romântico ou soviético o igualitarismo de sua "Justificação", tanto mais injustificável quanto só requerido para os meios rurais, quando, em virtude de fatores incoercíveis, a desigualdade econômica marca todas as classes.

As definições joeiradas na doutrinação do projetista da reforma resultam de angústia de visão, falta de ponto de vista panorâmico, alguma reclusão mental. Por exemplo, considera a policultura em relação ao produtor individual, quando há de ser encarada no conjunto nacional ou regional, pois existem culturas especializadas, com aspeto monocultural, e outras subsidiárias ou ancilares. Além do mais, em via de regra o agricultor tem de dedicar-se à atividade compatível com o meio ecológico envolvente de sua propriedade, e não a outra qualquer. Se o íncola só póde explorar a terra que possui, e se essa terra só póde produzir aquilo a que é apta, impôr gêneros de cultura é forçar a prática de atividades antieconômicas.

Nem mesmo é exato implicar a policultura na divisão do solo, pois esta obedece ao fenomenismo eco-

nômico-social e só se processa evolutivamente. Se há proprietário capaz de ser individualmente policultor, será sem dúvida o dono de latifúndio, em condições de na sua vasta propriedade escolher vários tractos apropriados a várias culturas. A não ser se planeje transportar para a agricultura o ideal filosófico de Platão — fazer cada rurícola bastar-se a si mesmo, com o aniquilamento da economia agrícola, pois a agricultura deixou de ser meio de vida para ser negócio, para ser exploração, e ao sistema econômico nacional só interessa quando, além do abastecimento do produtor do campo e do consumidor da cidade, fornece matéria de intercâmbio.

O êrro básico, entretanto, está aqui, está no que constitua o objetivo de uma refôrma agrária. Segundo o projetista, “a redistribuição da terra há de ser o objetivo de tôda refôrma agrária”. De acôrdo com a boa doutrina, é “o aumento da produção, seu aperfeiçoamento, sua organização em proporcionar lucros, e no encaminhar êsses lucros”.

Esse êrro básico tem causa no fato de não estar o projetista em dia com o conceito de latifúndio e mínimifúndio; e no de se haver alheiado um pouco da realidade palpitante dos últimos tempos. Hoje, a medida utilizada para classificar-se uma propriedade sob aquêle ponto de vista, não é o hectare nem o alqueire, nem o quilômetro quadrado: é o homem, é a eficiência do proprietário, sua capacidade em explorá-la no seu benefício e no da coletividade. Os elementos predominantes na agricultura já não são apenas o Homem e a Terra, pois se evoluiu para o trinômio, entrando também a Máquina. Esta última deu tal aspeto de atividade industrial à agricultura, que em vão o rurícola desarmado tentará competir com ela. Há de se ter em conta, igualmente, a ecologia e pensar-se no Brasil sem qualquer resquício daquêle ufanismo que envenenou tantas gerações. Em meio rural pobre como

o nosso; em meio desarmado como o nosso, onde ao valor total da propriedade agrícola apenas 3,5% correspondem ao da maquinária e onde a maior parte da população não conhece ainda uma máquina de lavourar o solo, o regime dominical é o que menos influi na produtividade; e a posse da terra não vale nem como fixador demográfico. Tivemos a oportunidade, em capítulo anterior, de mostrar como, dos 177.551 baianos descidos para o sul do Capricórnio de 1934 a 1940 — chegando a sair de alguns municípios intertropicais acima de 70% da população, até 79% — grande quantidade, 69% eram proprietários e milhares traziam no bolso apreciável quantia em dinheiro, resultado da venda de suas terras. Dirigindo empresa agro-pecuária, recebíamos das cinquenta léguas circunstantes grandes e pequenos proprietários, vindos a trabalhar como empregados, porque à posse jejuadora de sua terra preferiam o salariado assistido. Não podendo competir com a máquina nem adotá-la, não encontraram outra solução. Aconteceu coisa igual no México, na Tchecoslováquia e na Hungria, depois de recentes reformas mal orientadas, objetivando a subdivisão da propriedade rural e sua distribuição: os neoproprietários compulsórios repetiram o comportamento da *villissima plebs* romana — abandonaram as propriedades, para cuja exploração não possuíam recurso, e emigraram, foram trabalhar a salário nos países vizinhos. Ao mesmo tempo, decaiu incrivelmente a produção e seu valor de troca. Em *Questões Agrárias* constam cifras a respeito.

Se não podemos aceitar a doutrinação do autor, nem os objetivos visados pela sua reforma, tampouco nos é possível vislumbrar eficiência nos meios de ação preconizados em seu projeto. Este, por exemplo: reserva à lavoura de subsistência a quarta parte de toda propriedade de monocultura, indústria agrícola, inclusive a

extrativa, de exploração florestal e de pecuária — nos extremos da propriedade. É a tal história, já referida, da obrigação de cultivar variedades onde não haveria condições de êxito. A Companhia Paulista de Estradas de Ferro cultiva largas áreas com milhões de eucaliptus. Teria de deflorestar para plantar verduras... onde mesmo aquela essência reclama contra a usura da terra. Nos seringais amazônicos e nos campos gerais matogrossenses onde a densidade demográfica desce em alguns municípios a 0,02, subindo a milhões de hectares a extensão de muitas propriedades, seria impossível arranjar gente para manter com a lavoura de subsistência sua quarta parte de área; o proprietário precisaria organizar emprêsas de aviação, para todo dia buscar êsse pessoal na extremidade de suas terras, e depois tornar a levá-lo. O mais difícil, porém, seria colocar a produção... pois não se produz por produzir, mas para vender e lucrar.

Quanto à imposição, ao proprietário agrícola, de fornecer ao rendeiro, parceiro ou meieiro terra cercada, casa de telha e chaminé, água potavel protegida contra a poluição, etc., não se pôde mesmo compreender, pois se trata de abstrusa sociologia, que tudo subverte; cuja primeira consequência seria colocar os terratenentes na fila dos candidatos a rendeiros, parceiros ou meieiros, pois assim conseguiriam situação que a si mesma não assegurou até hoje nem a milésima parte dos proprietários brasileiros. Realizar-se-ia preconício do professor Benevides de Rezende: os proprietários da região intertropical afluiriam em massa para o sul do Capricórnio. Que espécie de sociologia é essa, que obriga o proprietário rural a deveres que o próprio Estado não cumpre, na parte que lhe incumbem? O serviço de águas ainda não é assegurado à décima parte das cidades brasileiras, e já se exige que o terratenente o garanta a seu agregado, quando mesmo nas urbes, onde exista, corre por conta do consumidor, ou seja do beneficiário?

Além de exigir que as melhores terras circunvisinhas das cidades fiquem reservadas à pecuária leiteira, e à lavoura suficiente ao sustento urbano, o projetista obriga os municípios a obterem, dentro de um ano da data da lei, área de terras férteis, para o “campo de povoação”, produtor de alimento para o mercado e afim de servir a demonstrações agrícolas. Não vemos para que mais produção de subsistência, se além de a isso destinar o projeto a quarta parte do território nacional (...), em outro inciso já se reserva terra à lavoura suficiente ao sustento urbano. A produção municipal, sem dúvida de custo elevado, iria encalhar, sobretudo nas centenas de municípios — na maioria deles — onde nem mercado existe.

De resto, adota-se esdrúxulo municipalismo, quer no terreno econômico, quer no científico. Entregam-se aos municípios as experimentações agrícolas, esquecendo-se que a ciência química, em que se transformou a agricultura, requer estabelecimentos científicos que nem os Estados podem sustentar, com rarríssimas excessões. Como então, compreender que o município se incumba das experimentações agrícolas e, mais, da defesa sanitária animal e vegetal?

Um dispositivo é mais ou menos anedótico: obrigam-se os municípios a possuir extintores de formiga em quantidade suficiente às precisões de todos os municípios, num só momento; bem como a manter em depósito produtos de defesa sanitária animal e vegetal, para fornecimento pelo custo. Tudo isso há de ser conseguido com os 8% da arrecadação que a União e o Estado deixam ao Município, sem nos esquecermos de que este último precisará de muito mais ainda, à compra de terras para os tais “campos de povoamento”. É verdade que logo no início da vigência da reforma agrária se realizaria a primeira parte do preconício de Saint-Hilaire: o Brasil

acabaria com a formiga, e os municípios teriam para venda imensidade de extintores, tornados inúteis. Mas, quem iria comprar apetrechos sem utilidade? O autor ignora que, sem a plena exploração, não se mantem os efeitos do saneamento, nem das desinfecções.

Mais incompreensível se torna o final do projeto: abre-se ao governo federal o crédito de 20 milhões de cruzeiros para realizar-se com êle a refórma agrária. A esta se atribuí alcance que jámais poderia ter, pois se imagina resolver com ela a totalidade de nossos problemas; e calcula-se levá-la a efeito com vinte milhões. Custaria tão pouco o reajustamento do Brasil? Mas, em qualquer hipótese, por que abrir-se o crédito ao governo federal, se os onus que não recaem sôbre os particulares incumbem ao municípios — obrigados a conseguir terras por expropriação ou compra; a adquirir formidável bateria de extintores; a manter estoques de produtos químicos; a aparelhar estabelecimentos científicos, etc.?

Não é possível legislar assim para país tão vasto, de condições ambientes tão diversas e distintas. O Código Rural, que se instaurar — e é do que necessitamos — deverá conter apenas os princípios, os lineamentos gerais, sem rigidês, nem absolutismo, com lugar amplo à legislação supletiva por parte dos Estados e mesmo dos municípios. O projeto desce a minudências injustificáveis, chegando a fixar em hectares a extensão da propriedade considerada econômica: de dois para cima, visto como, daí para baixo, não daria para sustentar o proprietário e sua família, segundo afirma o autor. A nós nos cabe perguntar: como equiparar os valores econômicos de dois hectares situados à margem aqui do rio Tietê e os da mesma área pendurada à barranca do Jaurú? Enquanto aqui o apicultor extrái de um hectare a renda mensal de Cr\$ 6.250,00 no Triângulo Mineiro a Asso-

ciação Comercial de Uberlândia mostra-nos o pecuarista perdendo dinheiro sôbre 750 hectares. Embora não pudéssemos chegar ao ponto atingido na França, onde há 1.014.000 explorações rurais de um hectare, todavia a horticultura, a floricultura, a avicultura, etc., fornecem exemplos iguais ao da apicultura — provando, tudo, que o tamanho da propriedade não é elemento ponderavel em si.

Como poderemos fixar rigidamente até o pormenor, em país retalhado de tantas e tão profundas diferenciações? Não há, aqui, legislador que conheca todas as peculiaridades regionais. Não deve haver, portanto, rigidéz legislativa em certos setores. Aí, sobretudo, cabenos ser municipalistas: fixe o Parlamento Nacional os princípios gerais; e deixe o resto para os que, em cada região enfrentam os problemas com as colorações locais. É necessário compreender e saber aplicar no Brasil o regime federativo. Os que o propugnam em oposição ao unitário, alegam, antes de tudo, a conveniência de certa elasticidade na aglutinação de povo espalhado sôbre áreas diversificadas quanto às circunstâncias ambientes. E estão certos. Então, nosso federalismo não pôde ser costurado com ponto muito meudo. Para se ver quanto não é possível legislar com absolutismo em questões econômico-sociais para o país inteiro, basta ter em vista que a densidade demográfica inflúi de modo marcante, ou decisivo, em todas essas questões; que no Brasil ela é a mais vária. Temos municípios com densidade demográfica de 0,02 e de 1.511 habitantes por quilômetro quadrado. O maior, o do Alto Madeira, com 273.611 quilômetros quadrados, tem população inferior à do menor, que é Olinda, com 42: naquele, 5.788 habitantes; neste, 36.712. Como igualar os dois em matéria, onde a densidade demográfica compõe o núcleo de elementos essenciais?

Na base territorial, muita vez referida, onde estudamos alguns problemas, êste da política agrária muito nos preocupou. Vimos ali a reduzida valia da pequena propriedade, e a extraordinária valorização da grande — verdadeira subversão da sociologia, repulsa prática ao ideal sociológico e prova de não servir o regime dominical para fulcro da política agrária. Só os grandes proprietários — pessoas físicas ou jurídicas — podem arrostar a despesa com a mecanização e a ciência química, enquanto o pequeno vegeta, assistindo o deperecimento da família e a deterioração do sítio, cujas terras mais e mais se enfraquecem e cujas benfeitorias se transformam em taperas. Mais uma ou duas gerações de agricultores, e dali não se conseguirá o necessário ao imposto territorial. Famílias de terratenentes desde muitas gerações, virão estiolar-se em fábricas de estrangeiros; virão morrer na cidade, como salarizados ou mendigos, enquanto, enriquecidos na indústria ou no comércio, descendentes de imigrantes comprarão fazendas que foram daqueles que contrataram na Europa seus avós. Cada posteridade passa à outra um Brasil mais estragado, menos valioso. Se, genéricamente, a agricultura não pôde disputar com a indústria a mão de obra — donde decorre a evasão do campo à cidade — o pequeno agricultor não consegue competir com o grande no sobranse mercado de braços: há de lutar sósinho, com os filhos que o serviço militar não exigir; e, além do mais, não possui aptidão a concorrer aos grandes centros consumidores, levando-lhes ou mandando-lhes produtos rotineiramente obtidos. Do mesmo jeito como a grande indústria liquidou a atividade manufatureira doméstica, a agricultura industrializada tende a suprimir a mera profissão de roceiro, em luta individual e segregada.

Qual enfim, a conclusão do capítulo? Todas as dos anteriores.

11. Ação político-social

VÁRIAS CONCLUSÕES já vistas são no rumo da nacionalização, que, no caso, significa transferência de empresas particulares ao governo. Basta a provocar como provocou — discordância e impugnações e, até, para sermos acoimado de incoerente e contraditório, pois temos traído pessimismo quanto ao Poder Público brasileiro, a cuja inoperância, desídia ou falta de seriedade atribuímos boa cópia de nossos males. Além disso, de muitas exposições feitas e críticas produzidas, se quereria fazer decorrerem deduções de desprêço ao brasileiro.

Começemos do fim para o princípio. Não se subestime nosso povo, não superior, mas também não inferior aos outros. Em recente perlenga na Sociedade Rural Brasileira, tivemos ensejo de abordar o assunto, quando alguns diretores, tentando desculpar-se de aquela entidade não possuir a bem dizer quadro social, após mais de trinta anos de vida, alegaram a falta de espírito associacionista do brasileiro. Impugnamos com veemência e invocamos nosso próprio testemunho, quando diretor de departamento oficial. A princípio, só apareciam lavradores estrangeiros — alemães, japoneses, húngaros; depois, começaram a aparecer também os brasileiros, que passaram a dominar, como dominam nas sociedades agrícolas do Sul do país, em proporção superior a 90%. Perguntamos aos contraditores: o brasileiro seria inferior ao japonês, por exemplo? Não, absolutamente. É que, no país de origem, estava êste habituado a dirigir-se a

repartições assistenciais que assistiam de verdade; ao passo que o brasileiro andava farto de saber que, dirigir-se a repartição pública aqui, era ser importuno, era perturbar o sono das marias candelárias, das poucas que êle não encontrava a caminho, fazendo compras, batendo pernas, ou indo a algum lugar. Quando percebeu que podia ir, era bem recebido, encontrava todos a postos e que seria efetivamente resolvido o problema que levava, o brasileiro passou a ser tão solícito quanto o japonês. Inferior, portanto, não é o povo: teem sido as administrações. Como empreendedor e realizador, em vez de cotejos apresentaremos fatos concretos: nenhum grande empreendimento houve até hoje no Brasil, que não se devesse a êle, ao brasileiro, no setor agrícola como no industrial. No primeiro, foi sempre o sapador, só acompanhado pelo alienígena depois de comidas ou espantadas as feras, depois de jugulada a natureza. No outro, no industrial, a mesma cousa. Estradas de ferro, serviços públicos urbanos, etc., são iniciados sempre por brasileiros, ficando o ádvena em expectativa, olhando se a cousa vai dar certo, esperando abertura de mercado; só após a fase inicial é que comparece com dinheiro fácil, com política administrativa, com pequeninos subornos, com gestões diplomáticas (há mais tempo, no tempo de Christie, por exemplo, com intimidações, com esquadra de fogo aceso no pôrto, onde estava "casualmente") e empalmam a obra feita. A seguir, uma vez digerido o filé, passam o osso ao govêrno nacional. Assim com a São Paulo Railway, fundada por Mauá; assim com a Leopoldina Railway, obra do império; assim com a Light and Power, criação de Antônio Prado; sempre assim. O brasileiro tem capacidade como o estrangeiro; e mais coragem, aqui.

Quanto ao govêrno. Esclareça-se, de início, que consideramos no fim a Idade da Aventura, a vez dos audaciosos, começada no princípio do século XIX, com

Napoleão, e prolongada até agora, devido à aliança dos mercadores. O mundo está cada vez mais um só, ao ponto de a comunidade universal não suportar governichos de quinta classe opondo continuidade à sua marcha. Os grandes problemas estão se internacionalizando, e teremos de arranjar outras gentes a resolverem a nossa parte. A administração da cousa pública vai se tornando tão difícil que os audaciosos aventureiros não ousarão, não aventurarão mais: o medo conseguirá o que não conseguiu o pudor — que se retráiam. Vamos atingindo a Idade da Idéia. A Idéia é como o lingote de ouro no porão do navio naufragado: não perde o valor; ao contrário, emergirá com êle intacto. Só a Idéia, temporariamente, conseguirá abrir sendas para o mundo através o espinheiral de dificuldades, que envolvem os magnos assuntos.

Examinemos, aliás, este argumento: se tudo há de acabar mesmo na mão do govêrno, pois o empresário particular abandona o serviço público quando deixa de interessar financeiramente, isto é, quando já desfrutou as vantagens e reduziu a ferro velho as instalações (volte-se aos exemplos nominais, a pouco citados), por que não empolgá-lo desde início?

E o cerne da questão. Jámais desejaríamos nacionalizações para colocar serviços em mãos de governos, como a maioria dos que temos tido e conhecemos sobejamente. Governos, que dos Correios e Telégrafos fazem agente de desintegração, pois irregulares, ineficientes, lerdos e inseguros, ao ponto de obrigarem cada população regional a polarizar-se em tórno de si mesma, nada esperando dos outros integrantes da comunidade nacional. Governos, que impõem as mais pesadas contribuições do mundo, que absorvem as maiores percentagens da renda nacional em relação a qualquer outro país, e não as transformam em benefício ao contribuinte, sem assistência alguma — ao contrário, vendo a segurança pública neutralizada

pelo conúbio de seus agentes com os malfeitores; não podendo andar nas melhores cidades em dia de aguaceiro, por falta de rede de águas plúvias; impossibilitado de rodar cem quilômetros sôbre estradas, para cuja recente construção e permanente conservação se paga taxa elevada; nada lhe restando esperar dos órgãos assistenciais, custeados mediante contribuições que se transformam em supertributação; etc. etc.. Nem nos referimos a govêrnos, como temos tido e muito bem conhecemos, dominados pelo hedonismo e subjugados pela mais odiosa e cara ditadura burocrática. Haveremos, antes, de inverter o cantar de El Cid, o qual é: "Diós, que buen vasallo, si ouiesse buen señor!"

O poder público é muito oneroso, e onerosos ficariam os serviços, cuja nacionalização sugerimos. No setor federal, bastaria o exame dos orçamentos anuais a deduzir-se aquilo. Para o ano de 1950, por exemplo, o Executivo mandou ao Congresso proposta orçamentária, que um deputado, antigo Ministro da Fazenda, declarou inexecutable, enquanto o relator — depois Ministro da mesma pasta — escalpelou escandalosamente, mostrando exemplos assim: mais cinco milhões, trezentos e setenta e cinco mil cruzeiros para novos carros de chapa branca; mais trezentos e trinta e seis milhões, novecentos e um mil cruzeiros para gasolina a êles destinada — não obstante o exercício anterior se haja encerrado com tremendo déficit. As Fôrças Armadas absorvem mais de 50% do orçamento da receita, podendo-se falar em 60%, se levarmos em conta despesas de natureza militar destacadas do orçamento das três pastas e esmuçarmos, na verba do serviço de dívidas, as correspondentes a compras para elas. Nos Estados Unidos, sôbre 43 bilhões de dólares da despesa orçamentária geral, as militares não passam de 13 bilhões, tendo havido últimamente o córte de um bilhão e a demissão de 140 mil funcionários civís,

cujas funções burocráticas ficaram a cargo de soldados, sub-oficiais, e oficiais, ao contrário do que ocorre aqui, onde os militares invadem as atribuições dos civis e são civis os heróis de guerra...

Enquanto isso ao Ministério da Agricultura se consignam pouco mais ou menos de 3%, ou seja a décima parte do que se dá ao Ministério da Fazenda para administrar nossas finanças, e três vezes menos que ao Ministério da Marinha, cuja utilidade escapa ao leigo, porquanto não possuindo o Brasil um só vaso de guerra em condições de navegar e combater, e não se destinando o orçamento daquela pasta à compra de algum, fica-se sem apreender a vantagem de numerosa oficialidade e tropa, que, no caso de luta, não poderiam ir a ela por falta de condução. Tivemos o despudor de, há alguns anos, comemorar com festas o jubileu do principal vaso de guerra, comprado em segunda mão aos turcos. País, que comemora o vigésimo quinto aniversário (nova fase) de um navio, perdeu a noção do ridículo e conclama sua condição de inerme, pois as belonaves teem baixa aos vinte anos, apesar de as possuírmos com cinquenta. Em caso de guerra, despeje tropas no litoral o inimigo. Se a população local não as espantar com suas pica-paus, tudo estará ótimo para elas: a Marinha, que nos custa o triplo do Ministério da Agricultura, não terá meios de acorrer a enfrentar o invasor. Então, para que sustentar almirantado pomposo, oficialidade garbosa, se todo êsse pessoal não póde prestar serviço? É verdade que últimamente adquirimos uns dois cruzadores. Porém, trata-se de navios valetundinários que no recente conflito haviam dado aos Estados Unidos os últimos erforços eficientes. Navios com idade para refórma, para a aposentadoria e que nosso espirito de otários ou a pouca seriedade do govérno livrou aos fornos de Pittsburgh.

Alegar-se-à que devemos aumentar a esquadra em vez de reduzir ao mínimo a oficialidade, porquanto dispensavel, por inutil, tôda a excedente à possibilidade de embarque e de comando. Retruca-se: as dotações à Marinha não se destinam a isso, mas apenas ao custeio de rotina. Onde os recursos para atendermos à despesa com aquisição de novos vasos de guerra? Só da agricultura poderão sair, sendo êste o meio de nos aparelharmos de esquadra realmente valiosa: fechar por alguns anos a Escola Naval, fornecedora de oficiais brilhantes mas desnecessários e dispendiosos; reduzir ao mínimo o efetivo da Marinha e a quase zero o seu decorativo Ministério; destinar-lhe, digamos, o que se dá hoje ao Ministério da Agricultura; e dar a êste a verba hoje destinada àquele. Com isso, seria possível beneficiar as zonas rurais, praticar a indispensavel e inadiavel ruralização, organizar a produção agrícola. Esta seria tal, forneceria tanta receita ao erário, que, aí sim, estaríamos em condições de proceder à restauração naval, encomendando navios modernos e vendendo ao ferro velho o atual "orgulho da Marinha", aquêlê calhambeque, cujo vigésimo quinto aniversário extra-Turquia não tivemos pejo de comemorar há muitos anos.

Mesmo os espíritos menos prevenidos estão vendo como o armamentismo trabalha presentemente na América do Sul, engendrando guerras. Não sabemos quando chegará a nossa vez e, por isso, é prudente preparar-nos, fortalecer a Marinha e o Exército. É, pois, necessário comprar muitos navios modernos, aparelhar a esquadra para uma eventualidade. Mas, comprar navios com que recursos? Não poderemos sair desta alternativa: com os de nossa produção, que é agrícola, ou com dinheiro tomado de empréstimo. Quem nos empresta? O capitalismo estrangeiro, contra cujos arreganhos devemos comprar navios. Nossa defesa nacional estará muito bem

preparada, se devermos ao possível inimigo, ou aos interessados em conturbações sul-americanas, o dinheiro com que nos aparelharmos.

Quanto ao Exército, para ver como são excessivas as verbas a êle consignadas, bastam algumas ponderações. Considerando-se a miséria do meio, a inópia do incola, sustentador da agricultura, que, por sua vez, sustenta a despesa da tropa, há de convir-se em que o pessoal do Exército ganha de mais. Todo pai de família arguto e amigo do filho quererá fazê-lo mourejar no campo, sem confôrto nem recompensa, se é possível tornar-se um capitalista com vencimentos de militares? Um pai esforçado paga pesadamente os estudos do filho, durante anos e anos, até que se forme. Depois, tem de auxiliá-lo até tomar vau nas profissões liberais, ou arranjar-lhe emprêgo medíocre. Para que? No Exército, o menino começa a ganhar ainda quando nos bancos. Terminados os estudos, está tenente, com bom ordenado. E com a carreira garantida, com vencimentos difficilmente conseguíveis na vida civil, a cujos cargos pôde competir também, e geralmente compete. Quanto ganha um jeca no campo, lutando de sol a sol, sem confôrto algum? Quanto ganha o mesmo jeca, feito soldado, calçadinho, fardadinho, dormindo em casa coberta de telha e assoalhada? Feito soldado, ganha muito mais; luta muito menos. Então, para que ficar no campo?

Outra consideração: o imenso número de officiais occupados em atividades civis, extra-militares, mostra que a verba "pessoal" do Ministério da Guerra pôde ser muito podada. Além das fôrças federais, o contribuinte brasileiro deve custear milícias estaduais, também privilegiadas, com reduzidas funções, pois a manutenção da ordem e a vigilância são feitas pela polícia civil.

Que poderá fazer o Ministério da Agricultura, com mais ou menos 3% do orçamento da receita? Tanto

menos quanto mais soubermos que dois terços do seu funcionalismo estão na Capital Federal — coisa clamorosa, sobretudo no tempo atual, quando a tendência de todos os países é manter junto ao governo central apenas o “estado maior” do Ministério da Produção, dispersando o pessoal quase todo, por quase todos os municípios do território nacional.

Só há um meio de economizar na organização do orçamento: gastar muito, muitíssimo, com a agricultura; ser generosos para com ela, na proporção da generosidade dela para conosco. Mas ainda: aproveitar tropas do Exército na construção de estradas e obras indispensáveis ou úteis à produção. Depois de alguns anos dessa política, poderemos aumentar o orçamento das Forças Armadas; não nos doerão, como hoje, as despesas feitas com oficiais sem esquadra. Até hoje, tirávamos de novos empréstimos e de novos impostos as diferenças. Agora, ninguém mais nos dá dinheiro, nem podemos aumentar consideravelmente os tributos, pois nos últimos anos houve os que subiram até de novecentos por cento, estando excedida a capacidade contributiva do brasileiro.

Ninguém ama ser Cassandra. Mas, é imperativo abordar esse aspecto de nossa administração. Indispensável chamar a atenção dos homens públicos para o dever de hierarquizar nossas necessidades e agir de acordo com o supremo interesse do país, da pátria, das gerações porvindouras. Hipertrofiar o Exército, é esvasiar o campo, imantar para ele as forças vivas, que nos sustentam. Dar à classe armada mais da metade da receita, é arrazar a finança de tal modo que acabaremos como o Portugal do século XV: evadindo todo mundo para a rua. Aí se verificará que as Forças Armadas não serão capazes sequer de enfrentar o exército de desesperados, que a todo tranze exigirão o direito de viver. Reclama-se não é principalmente contra as excessivas dotações dos

Ministérios militares: contra a miséria a que se reduz, em que se mantém, de ano a ano, o Ministério da Agricultura, tendo-se como consequência a acentuada e progressiva queda da produção; contra o fato de estarem os navios do tráfico internacional passando ao largo de nossos portos, abandonados, insuficientes e inaptos ao comércio; contra o de estarmos cada vez mais miseráveis, ao mesmo tempo em que se fôrma aqui dentro uma casta, se estrutura o militarismo, cujos malefícios são conhecidos de todo tempo.

Nossos govêrnos, aliás, erram de novo, no setor da burocracia civil. Em 1950, a verba "pessoal" da União é de oito bilhões e trezentos milhões de cruzeiros. Enquanto os Estados Unidos gastam com vencimentos 28%, a Inglaterra 22%, o Canadá 19%, nosso país despense 40%. Não sóbra dinheiro para trabalhar: os funcionários não viajam, não assistem, não fiscalizam, porque não há verba. A cousa repete-se no setor estadual, onde, também, os empregados públicos se reduzem ao papelório e ao "far niente", pelo mesmo motivo. O Piauí consome com o pessoal 72,59% das verbas, ficando menos da metade, menos de 30% para todos os encargos. Mais de 70% despense o Rio Grande do Norte com a mesma verba. Mais de 60% São Paulo, Pará, Ceará, Paraíba, Sergipe, Maranhão e Mato Grosso. Distrito Federal, Espírito Santo e Alagoas, entre 55% e 60%. Rio de Janeiro, Santa Catarina e Amazonas, mais de 50%. Bahia, 47,53%. Rio Grande do Sul, 46,30%. Goiás, 45,45%. Pernambuco, 45,05%; Minas Gerais 40,66%.

Isso quanto a vencimentos. Porque vêm ainda os abonos. Todo fim de ano se repete a cousa: leis apresadas consignam-os ao funcionalismo, o que não chega a ser honesto. Com que se paga o funcionalismo? Com impostos, provindos da coletividade, inclusive, dos milhões

de miseráveis que, aí pelas grotas recônditas, não sabem o que é assistência do poder público, o que é remédio, mesa bem posta, indumento decente, o que é uma noz, uma castanha, uma rabanada; não sabem o que é Natal. Pagam imposto quantos usam fósforo ou qualquer objeto de sômenos, com ou sem sêlo adesivo; todos quantos comem feijão. E é essa turbamulta de maltrapilhos e famintos que contribuí para que possa folgar no fim do ano o funcionalismo, em situação incomparavelmente superior à da maioria dos contribuintes, e em grande parte responsável pela degradante condição econômico-financeira do país, porque ineficiente, desidioso, burocrata, sem espírito público; só capaz de trabalhar um expediente por dia, quando luta o dia todo qualquer moça clorótica do comércio ou da indústria.

Esse funcionalismo é excessivamente remunerado, se se compara sua situação à da grande massa, que com impostos lhe fôrma os ordenados. E muito mal aproveitado. Vemos latagões varrendo jardins; moços fortes apodrecendo na portaria de repartições públicas, carregando papeletas de uma secção a outra, comprando cigarro para as granfinas funcionárias, quando isso tudo poderia ser realizado por viúvas ou funcionários aposentados ou degradados de condição física. Povo pobre não pôde custear desperdício de valores humanos. Empregados de povo pobre não podem alimentar muita veleidade.

Não é com governos assim que desejamos as nacionalizações, nem podemos esperar dêles qualquer solução aos problemas brasileiros, pois estão muito abaixo da exigência do país tropical, cheio de questões difíceis e intrincadas. Não nos referimos a êsses governichos que difamam o país no exterior, aonde enviam comissões de ineptos, de filhotes jejunos dos assuntos que iriam tratar; governichos, cujo critério na escolha de homens para os

altos cargos póde ser definido por êste fato recente: o diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil declarou que viajar nessa via férrea é um perigo...

Nacionalização com bons govêrnos. Então, conversemos com o povo, não de todo inocente quanto a seus males, inclusive aos que mais o trucidam. Tudo esperar do govêrno, é esperar inutilmente, máxime quando não se sabe constituí-los decentes, como não sabemos. Dois únicos exemplos — um em seguida à primeira guerra mundial, e outro logo depois da última. Após os grandes conflitos, que dizimam produções e agentes produtores, o mundo empolga-se por questões sumamente graves, sendo hora de guindar ao poder estadistas excepcionalmente dotados. Aqui, entretanto, como agimos, nas duas oportunidades? Na primeira elegemos para a presidência da República um agonizante, em nome de grandes merecimentos pretéritos; ainda por cima, demos-lhe para companheiro de chapa um insano. O agonizante morreu, como lhe cumpria; e o insano assumiu o poder. Na mais recente oportunidade, quem elegemos? Analizando a frio, dentro do critério científico, da boa política administrativa, ninguém descobre um só traço carismático de estadista no homem então elevado à suprema curul. Para completar o quadro, parlamentos deploráveis, constituídos de homens que, podendo legislar em causa própria, se criaram situações hedônicas, com subsídio elevadíssimo em relação ao de qualquer outro parlamento e, sobretudo, à pobreza do povo escorchado de mais impostos para formá-lo; com o direito de prorrogar sessões legislativas ordinárias e convocar extraordinárias (sem falar nas ordinárrissimas) — direito, de que têm sabido abusar.

Nenhum povo é inocente quanto aos continuados desatinos, nem à permanente desídia de seus govêrnos. Há explicação para êsse fato de o mesmo povo, que elege executivos e legislativos, ter por êles menosprêso e deses-

tima: é o embaçamento, em que se deixa cair, no ensejo de eleger; e nos favores que recebe de candidatos, ou que precisa receber dos eleitos. Mas, a desculpa não desculpa. Povo como o brasileiro, em fase de vida nacional como esta, não pôde ser oportunista; há de vencer ao menos algumas tentações a seu pauperismo. Certo, só temos uma vida, que seria desinteressante deixar ir-se em branco. Porém, na vida dos povos, na da Civilização, a dos indivíduos não conta, pouco se dando à História que Fulano seja o mesmo em Austerlitz e em Waterloo; que em momento de exaltação popular, Beltrano seja estripado nas ruas de Paris com a espada de ouro ofertada pelos parisienses, após heróica atuação em determinada batalha. Aos que, em virtude à incidência de seus anos com atribulados anos da História, viverem fase difícil como esta, restará apenas o consôlo de terem sido testemunhas de empolgante capítulo dessa mesma História. . . Essa, a condição de todos os brasileiros de hoje, de quantos lidamos nos dias que correm, não nos assistindo o direito de afastar a nossa parte no sacrifício exigido de todos, nesta hora em que todos querem viver ao mesmo tempo Bentham e Sartre. Certa vez, discretoando sôbre o tema, dissemos a Monteiro Lobato: a tranquilidade de espírito não será para nós; em compensação, nossos filhos viverão dias tranquilos e melhores, de ordem social mais justa. Levando as mãos à cabeça hirsuta e grisalha, exclamou êle:

— Graças a Deus, que os meus já morreram!

Aliás Tolstói igualmente imagina maus calculistas os que, tendo planos de tranquilidade espiritual, nasceram neste século.

Vivemos época de transição, igual a muitas que a humanidade conheceu antes, nem mais nem menos graves. Quando vendo o desrespeito à própria Igreja, manifestado pela condenação de eminentes figuras do

alto Clero, tomamos isso como cousa inédita e horrosa, não nos esqueçamos de que já houve pior: príncipes católicos já prenderam e até executaram cardiais; um chefe de Estado — da França primogênita — já exilou o Papa; e um tangeu de seus domínios outro Papa. A ordem Social compara-se ao carro de bois com suas três juntas: a do côice, a da guia e a do meio. A do côice somos nós, os carrancas, os *quakers*, os amigos dos cem por cento, tradicionalistas, inimigos do evoluir precipitado. Devemos continuar fincando pé nas descidas, opondo resistência ao novidadismo avassalante, a evitar que, indo excessivamente rápido, o carro dê no barranco lateral e emborque. Mas, não sejamos convencidos: sòsinhos, lerdões, não o levaríamos a destino. A da guia são os afôitos, os comunizantes, que gostariam de prescindir da triagem permissível através a evolução e de receber logo tudo quando ainda na fase experimental em outros lugares — simples ponto de vista, à vez pior, à vez melhor que o nosso; novinhos chucros, também não chegariam a destino; sem o calço da junta do côice, iriam às tropelias e poderiam escangalhar o carro no barranco da primeira curva ou arrastá-lo ao precipício. E a junta do meio, maria-vai-com-as-outras, — para atrás se predomina o ritmo dos pesadões do côice; para adeante se a liderança da marcha está com os novinhos da guia: a famosa classe média, vítima de todos os movimentos, porquanto indefesa, sempre no papel de objeto de ação social, em vez de assumir o de sujeito de ação social. Enquanto os tubarões se defendem por si mesmos ou forçam os governos a defendê-los, e a classe trabalhista ou popular é defendida pelos governos — hoje invariavelmente demagogos — a classe média permanece como fornecedora do couro, de que se extrái para as outras a correia. Compra, da camorra de cima, a gravata com que a estrangulará a camorra de baixo.

Enquanto a junta da guia parece ter pôsto para o lado o candieiro — o Poder Público — e deliberado marcar o compasso, os do côice e os do meio andam à procura do restólho, estão amolecidos e vão acompanhando sem convicção, só para não fazer fôrça, não se darem trabalho. Grande mal, pois haveremos de ser sinceros e coerentes, ocupando cada um o lugar designado; não pròpriamente para assgurar a vitória de nossas ideologias, mas a evitar o êxito precoce e precipite das outras; porquanto, nesses embates históricos, nunca sae totalmente vitoriosa uma das ideologias em luta: durante a pugna — por isso mesmo há de se pugnar longamente, para haver tempo de filtragem — os contendores todos vão atirando cargas ao mar, fazendo concessões, sofrendo derrotas, de modo tal que, ao fim, a nova Ordem Social é uma síntese das ideologias que lutaram, o de mais aproveitavel e menos reprovavel de cada uma. No caso, sem as desumanas excrescências do capitalismo — deturpado por séculos de domínio infiscalizado; e sem as linhas caricatas do comunismo, exagerado como todo sistema novo, desejoso de inipôr-se.

No Brasil, entretanto, a sêde de lucrar e de gozar favorece a junta da guia, tornando irresistível o poder dissolvente do capital e do Poder, havendo indícios de que vamos repetir o êrro de quando se proclamou a República: antes do tempo, ou, como escreveu acidentalmente Eça, antes do almoço. Isto é, em jejum de experiência, de homens e de ambiente a praticá-la; com voracidade. Estamos todos fazendo o jôgo da junta de guia, que há de travar nova batalha cada vez que obtém uma vitória, já que, para o povo, as vitórias do comunismo são de Pirro: o aumento de salários provocando maior aumento do custo de vida, que as greves e os quebra-quebras só podem elevar. Vitórias fáceis, pois êles seguem o preconício de Lenine — as alianças com

todo e qualquer elemento, por mais impossíveis que pareçam. Aqui, onde campeia a ignorância e domina o desejo de cartaz, obteem a colaboração e corresponsabilidade dos líderes conservadores, de sacerdotes e autoridades. Basta que a cousa renda um pouco de publicidade, para que, a favor dêles, no Parlamento e fóra, os políticos façam discursos incendidos, daqueles de que diria François Copée, "où le bon sens souffre autant que la grammaire". A junta do côice está puxando com a da guia, atropelanto a do meio, que se dane, que cáia também no buraco, já que não se defende.

Precisa defender-se; eleger govêrnos melhores, menos medíocres, mais sérios. Poderá desculpar-se: o regime eleitoral assim obriga. Sem dúvida. Embora cheios de cócegas em se tratando de democracia e liberalismo, sequer conquistamos ainda a liberdade de voto, inexistente no Brasil, onde, para votar em algum candidato merecedor de nosso aprêço e julgado à altura do mandato, somos forçados a eleger todas as ovelhas negras da legenda. Isso não é liberdade de voto, nem aparente; ao contrário, é constrangimento de consciência; e, se a legislação eleitoral o determina, é por ser oriunda das camarilhas desejosas de manter domínio sôbre o país. Mas, a reação vai surgindo, sendo para notar-se o caso do povo paraibano. Como se sabe, o voto é obrigatório — o cidadão é obrigado a votar; só se pôde votar em candidatos registrados; só os partidos políticos podem registrar candidatos. Decorre que, se os partidos se mancomunam e registram só um candidato, aos cidadãos fica o dever legal de votar nele, mesmo quando isso repugna a sua consciência. Na Paraíba houve eleição senatorial, recentemente. Os partidos só registraram um candidato — um senhor dispendo de aparelhamento publicitário para endeusar-se a si mesmo, para apoteosar os fáceis e zurzir os recalitrantes. Ferida a

eleição, verificou-se que 72% do eleitorado não compareceram às urnas, para não votarem contra a consciência, para não enviarem ao Senado pessoa que não imaginavam à altura de tamanha dignidade. Agora, pergunta-se: as autoridades eleitorais vão processar os que se abstiveram, em oposição à Lei? E responde-se: não; não vão. Elas não vão arrastar à barra do tribunal a imensa maioria do eleitorado paraibano; não vão processar e deter os líderes, os expoentes máximos de todos os municípios; mesmo porque não haveria cadeia que chegasse, nem isso interessa à Ordem e à Moral. Com algumas lições assim, dadas pelo povo ao Poder, êste criará vergonha.

Por outro lado, enquanto não deve sequer tentar eleger-se quem não puder gastar umas centenas de milhares de cruzeiros, estará vitorioso que estiver disposto a empatar meio milhão no negócio eleitoral — o que afasta da competição os capazes e bons, mas incapazes de obter dinheiro fácil, e pobres; transforma a democracia em plutocracia e o mandato cívico em transação, pois todo empate de capital pressupõe bons negócios, que devolvam principal e lucro. Porém, o povo, o burlado, precisa reivindicar êsse básico direito democrático, que é a liberdade de voto, e ir fazendo como o paraibano, até lhe ser concedido tal direito pelos sindicatos políticos. Embora formalmente honestas, geram parlamentos detestáveis as nossas eleições, com alguns indivíduos a que seríamos incapazes de dar procuração para qualquer assunto sério.

Ainda quando, mediante razoável norma eleitoral, houvermos escolhido bons mandatários, cumpre fiscalizá-los. Nem perdemos o direito de fazê-lo, nem nos despojamos de responsabilidade quanto à sorte do país. Já se foi o tempo — se existiu — em que podíamos contentar-nos com ser bonzinhos, bem comportados, nós

individualmente e as entidades a que pertencamos. Hoje, temos de ser políticos ativos, cidadãos operantes. Quando o poder público se sente desobrigado de cumprir as leis, a nós nos cabe criar ambiente que a tal o constranja. As associações de classe, inclusive e principalmente das conservadoras, não podem continuar no comodismo incívico de dizer amem a todos quantos sobem. Se, como às vezes se afirma, isso é ditado pelo instinto de conservação, tais associações não têm direito de existir, nem qualquer utilidade, pois entre as classes, que representam, e os poderosos, preferem estar com os últimos, traíndo o interesse daquelas. Vozes de falsete, porque em vez de procurar na própria classe os recursos financeiros necessários à independência econômica mediante reforçado quadro social, preferem vegetar na burocracia administrativa e estar na dependência de ajudas oficiais para sobreviver. Não de atuar, todavia, como assessorias técnicas dos legislativos, preparando e encaminhando-lhes ante-projetos que consultem à necessidade do meio, fornecendo-lhes dados e argumentos para a sua vitória. Não de mandar aos legislativos todo o material indispensável à derrota de projetos infelizes. Não de verberar as autoridades desidiosas no cumprimento da lei, apontar à opinião pública as infidelidades e traições ao interesse popular e, em véspera de pleitos, indigitar corajosamente, desapaixonadamente, honestamente, imparcialmente, os candidatos que já tiveram ensejo de demonstrar-se inaptos, desidiosos, desonestos, traidores.

Se, como incontestável, a tolerância dos bons estimula os maus, o povo brasileiro não pôde inocentar-se ante o desgoverno do país, porquanto não só tolera mandatários infiéis e se sente honrado com suas deferências pessoais, como ainda marca de idiossincaria os que verberam, os que escolhem para si mesmos o papel

ingrato de apitar, de mostrar a êsses mandatários que suas desídias, seus erros e deslizes não passam em branca nuvem, sem protesto e reação. É um dos pecados do brasileiro, sobretudo da classe média para cima, êsse de malquerer ou subestimar o crítico, esquecido de que há sempre algum mérito em defender o interêsse do povo, que nada tem a ofertar aos que não desejam nem aceitam voto; de que há sempre algum valor em opôr-se ao poderoso que castiga, ao onipotente capaz de recompensar. Nem se considera que, no Brasil, isso corresponde à abdicação de tudo, exceto a tornar mais difícil a luta pela sobrevivência.

O povo brasileiro precisa reatar amarras com o passado. Bem nos lembramos de que, naqueles tempos quando, para o exercício mnemônico, decorávamos em verso e prosa, à vez inteiros cantos dos *Luziadas*, à vez sonetos camonianos, à vez página de Rebelo da Silva ou de Antônio Vieira, à vez baladas francesas, à vez trechos de crestomatia grega — também decorávamos que não há pátria sem tradições. Bem nos lembramos do sentido de uma poesia então decorada, de bardo bretão: o pescador recolhêra o barco, jantára e, postado em frente à cabana, olhava as fúrias outonais do Mar da Mancha, quando percebeu embarcação em perigo. Com alguns companheiros, entrou no seu *En Avant!* e foi levar socôrro. Morreu tudo; e do barquinho nada repontou na práia. A viuva parece ter ficado meio triste, e vivia a meter na cabeça do filhinho que jámais se aventuraria às águas marinhas: iria ser padre, pois até andava ajudando missa ao cura e furtando vinho nas galhetas. Porém, veio mais tarde um outono, catastrófico como todos os do Mar da Mancha; e certa noite foi vista em perigo uma embarcação. Todo mundo tratou de acorrer em socôrro; e o menino ficou na dúvida, se iria também, ou não. Aí, ondejar mais impetuoso atirou-lhe aos pés

o destroço do barco paterno — justo aquêlo pedaço de táboa onde se inscrevia o nome: *En Avant!*

O menino tocou-se mar a dentro e ajudou a salvar os periclitantes. Ao voltar, a mãe abraçou-o furiosamente e ia ralhar, quando êle disse:

Maman, ne gronde pas... Le père est si content...

O poemeto, aí mal e mal resumido, ocorre-nos com frequência, quando notamos o frenezí com que se procura romper amarras com o passado, afim de se adotarem mais desembaraçadamente as novidades com que o internacionalismo procura dessorar-nos. Quando decorávamos aquilo, também aprendíamos que não há pátria sem tradições, com há pouco se disse. E tradição é isso, essa referência de geração a outra; uma a jogar em frente à outra, no momento próprio, um *en avant!* decisivo; uma julgar seu comportamento presente pelo agrado que êsse comportamento há de ter causado à que já se foi. É explicavel procurem os internacionalistas desmoralizar os flébeis elos que nos ligam ao passado, pois só nos consideram como instrumento de lucro; e um dos meios mais eficientes utilizados pelo imperialismo estrangeiro é justamente êsse de despersonalizar os povos jovens. Mas, de maneira alguma se explica aceitemos isso e colaboremos com os blandiciosos destruidores de nossa pátria. Se fôrmos só nós mesmos; se não nos considerarmos com deveres morais para com os nossos Maiores; se tivermos indiferença para com os fatos pretéritos de nosso país — nada reterá a derrota; somaremos Bentham e Sartre, e não passaremos de gozadores da hora presente. Não devemos ser todos junta do côice, todos caturras, todos *quakers*. Porém, todos temos obrigação de ser brasileiros, não brasileiros de um só momento, brasileiros de agora em diante, mas brasileiros de todos os tempos, responsáveis por tudo quanto houve em nosso curto passado, herdeiros de todas as pequenas grandezas

que nossa Historia registra. Obrigados, perante nossos Maiores, a evitar o depercimento dos efeitos de seus labores, de suas lutas, de seus sacrificios; e obrigados, perante os que vierem, a lhes transmitir o recebido das gerações anteriores, com acréscimos, sem desbastes nem desfalques. A História francesa são capítulos bélicos; e o francês não nasceu propriamente para a caserna. Todavia, a França foi sempre grande, pode sempre sair indene da procelária que sobre ela se joga por todos os lados. Por que? Porque o francês cultua a Tradição; porque, na hora indecisa, há sempre um *en avant!* projetado de gerações findas à face da geração militante; porque a geração militante se preocupa sempre em honrar as gerações findas e portar-se de modo a dar-lhes contentamento, mesmo havendo alguém que ralhe e se contrarie. Aqui, são mais fáceis as vitórias do novidismo e mais factível a valorização de cacoetes estranhos, inculcados em substituição a tradições locais. Nossa História não se alimenta ainda de cinco séculos, e já nos imaginamos donos de acervo cultural capaz de aguentar simplificações sem análise. Isso é um perigo para a nacionalidade. Ante o brilho de certos hábitos que se procura inculcar-nos em opposição a outros menos chocalhantes mas nossos, poderíamos considerar um pouco. Não deveríamos ir aceitando cacoetes bonitos, para aqui vindos sem as virtudes que os contrabalançam nos pontos de procedência. Devemos cultivar as tradições tópicas; amar a patina do tempo; e em vez de viver apenas o momento, viver o ontem e o amanhã, sendo nós mesmos apenas um instante na vida da pátria, que devemos contribuir para formar-se, para ser grande e firme.

O povo brasileiro precisa ler e meditar o seguinte trecho do discurso pronunciado pelo rabino Rzeichhorn no entêrra de Simeão ben Jehouda, falecido em Praga no ano de 1865: "O ouro manejado por mãos expe-

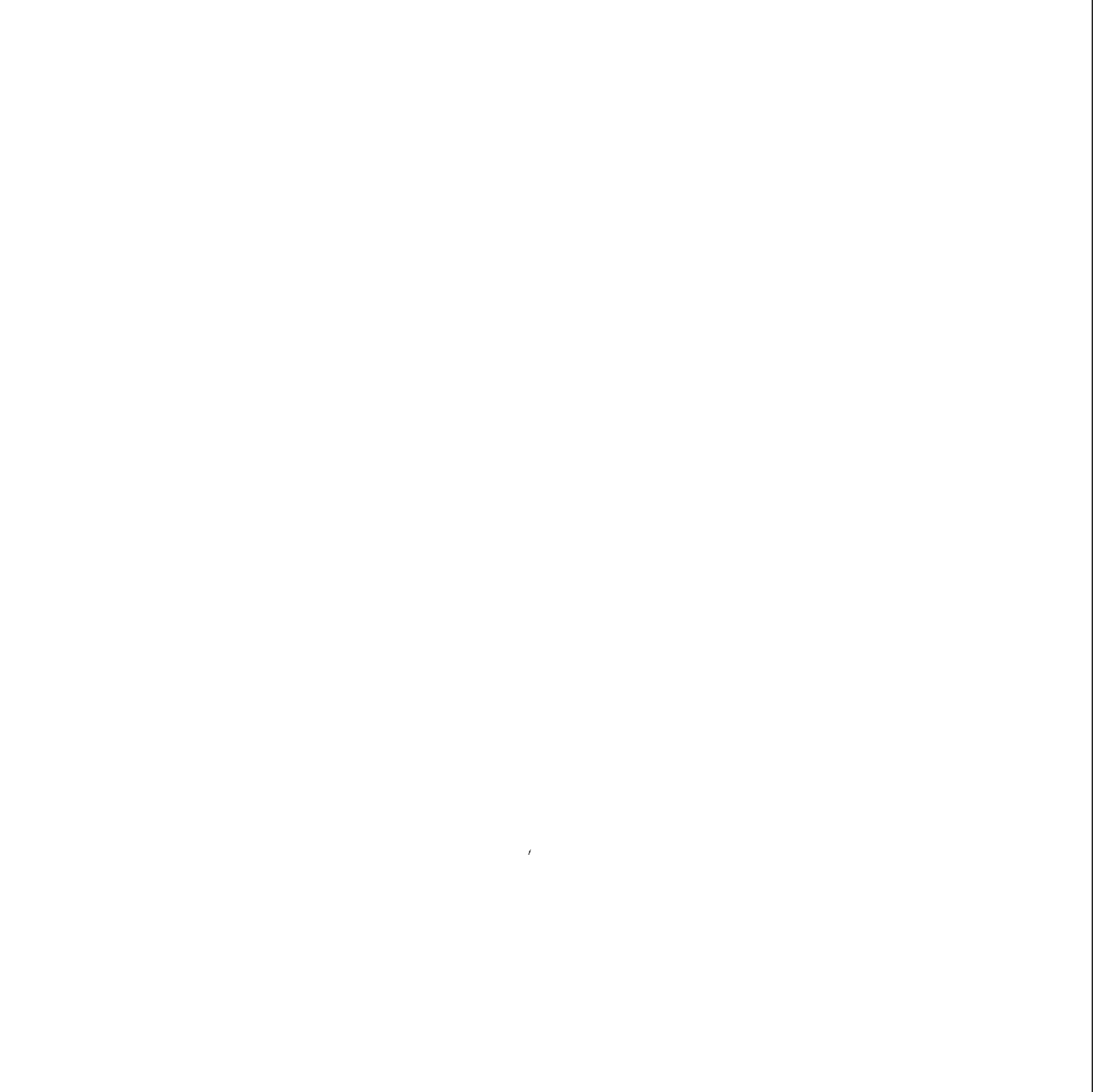
rientes será sempre a mais util alavanca para os que o possuem e objeto de inveja para os que não o possuem. Com o ouro compram-se as consciências mais rebeldes, fixa-se a taxa de todos os valores, o curso de todos os produtos; atendem-se os empréstimos dos Estados, que em seguida ficam à nossa mercê. Já estão em nossas mãos os principais bancos e as Bolsas do mundo inteiro, e os créditos sôbre todos os govêrnos. A outra grande potência é a imprensa. A custa de repetir sem cessar certas idéias, por fim ela as faz admitir como verdades. O teatro presta serviços análogos (em 1865 não havia cinema). Em tôda parte, o teatro e a imprensa obedecem a nossa direção. Pelo elogio infatigavel do regime democrático, dividiremos os cristãos em partidos políticos, destruiremos a unidade de suas uniões, semearmos a discórdia. Impotentes sofrerão a lei de nosso banco, sempre unido, sempre devotado a nossa causa. Atiraremos os cristãos às guerras, explorando-lhes o orgulho e a estupidês. Massacrar-se-ão e desocuparão o lugar, onde nos estabeleceremos. A posse da terra sempre deu influência e poder. Em nome da justiça social e da igualdade, dividiremos as grandes propriedades; entregaremos as parcelas aos camponeses endividados pela exploração. Nossos capitais nos tornarão senhores dêles. Por nossa vez, seremos grandes proprietários e a posse da terra nos assegurará o poder. Esforcemo-nos por substituir na circulação o ouro pelo papel-moeda; nossas caixas absorverão o ouro, e regularemos o valor do papel, o que nos tornará senhores de todas as reservas. Contamos entre nós oradores capazes de incender entusiasmo e persuadir as multidões: espalhá-los-emos entre os povos, para anunciarem as mudanças capazes de realizar a felicidade do gênero humano. Pelo ouro e pela lisonja, ganharemos o proletariado, que se encarregará de aniquilar o capitalismo cristão. Aos obreiros, prome-

temos salários com os quais nunca ousaram sonhar; mas elevaremos também o preço das cousas necessárias, de tal maneira que nossos lucros serão ainda maiores. Assim, prepararemos revoluções, que os cristãos mesmos farão e cujos frutos colheremos nós. Por nossas impertinências, por nossos ataques tornaremos ridículos seus sacerdotes, e depois odiosos — sua religião tão ridícula e tão odiosa quanto seu clero. Seremos, entã, senhores de suas almas. Pois nosso piedoso agarramento a nossa religião, a nosso culto, lhes provará a superidade de nossas almas. Já situamos nossos homens em todas as posições importantes. Esforcemo-nos por fornecer aos *gois* advogados e médicos; os advogados estão ao corrente de todos os interêsses; os médicos, uma vez na casa, tornam-se confesores e diretores de consciência. Mas, sobretudo, açambarquemos o ensino. Por aí, espalharemos as idéias que nos são úteis, e empederniremos os cérebros, a nossa vontade”.

O povo brasileiro precisa ver no cine americano apenas divertimento, não modêlo de vida social. Precisa convencer-se de que não é o nababo que pensa, para não continuar a ser o esbanjador, que tem sido. Precisa convencer-se de que não se perpetuam desequilíbrios sociais levados ao ponto a que conduzimos os nossos. Precisa retornar um pouquinho ou muitinho ao cristianismo, ainda quando se limitem ao cristianismo apenas como ética social os não dispostos a aceitá-lo como religião, que, deslocando do Homem para Deus o centro de gravidade de todas as cousas, só por êsse modo já resolve muito problema. Aqui, os pobres o somos sem virtude; os ricos, sem ideal. Desaparecida a hipóstase entre cidadão e cristão, reduzida a vida social à simbiose, transformamos a comunidade brasileira em ajuntamento, sem ação freiática da Lei, pois esta se reveste apenas da natureza humana, só se devendo satisfações a autoridades

humanas, entre nós fracas, desprestigiadas e elas próprias admitindo motivos e pretextos para fugir ao âmbito legal.

Temos no Brasil poderoso motivo de ufânia: espiritual, moral, social e econômicamente, nossa pátria está em confecção e nós mesmos é que haveremos de dar-lhe o feitio, à custa de mais trabalho do que alhures, com material menos abundante do que em outras partes, em meio ecológico nada paradisíaco, muito ao contrário. Ou somos cidadãos ativos, todos sujeitos de ação político-social, em vez de objeto de aventura dos mais espertos, ou nada conseguiremos. Pelo menos, nunca poderemos apresentar ao mundo uma nação que seja obra d'arte política. Ao passo que, se nos convencemos do prosaísmo da realidade nacional e, deixando à margem o ufanismo sentimental, nos dispomos a ser verdadeiramente patriotas, conseguiremos fazer do Brasil uma das nações importantes entre as demais.



ÍNDICE

I — A PAISAGEM

1. O ilusógeno	7
2. A vicissitude geográfica	17
3. Habitabilidade dos trópicos	24
4. América e África	29
5. Solos tropicais	37
6. Regime pluvial	43
7. A inexplorabilidade do <i>pH</i>	56
8. Paisagem e Demografia	67
9. Insistindo	73
10. Terapêuticas improvisadas	83

II — HUMANIZAÇÃO DA PAISAGEM

1. Nação e curral	87
2. Movimentos Demográficos	96
3. Migrações internas	104
4. Cubagem e condições de vida	116
5. Fabricação de problemas	127
6. Adaptação	136
7. Deficiências	146

III — A PAISAGEM E O HOMEM

1. Emético	155
2. Dispersão	168
3. Homens e bestas	177
4. A medida	188

IV — POR QUE ME UFANO

1. Política econômica	195
2. Recuperação financeira	208
4. Resumindo e insistindo	227
5. Agricultura e Indústria	243
A) Porque precisamos industrializar	246
B) Por motivos sociais	248
C) Por motivos econômicos-financeiros ..	250
6. Produção e consumo	258
7. Agricultura e pecuária	272
8. Transportes e eletrificação	291
9. Povoamento	299
10. Política agrária	315
11. Asso político social ..	357



Agricultura predatória



Agora, o esqueleto da floresta. Depois, o deserto



Por que haveria êle de ser forte?



Tabelar não adianta



Para regiões tropicais, rebanhos tropicais



Queimaram-se 82 milhões de sacas de café